

"OS DAQUÍ E OS DE LÁ"
UM ESTUDO SOBRE NEGOCIAÇÃO DE IDENTIDADES

JOSÉ MARCIO PINTO DE MOURA BARROS

José Marcio Pinto de Moura Barros

" OS DAQUÍ E OS DE LÁ "
UM ESTUDO SOBRE NEGOCIAÇÃO DE IDENTIDADES

José Marcio Pinto de Moura Barros

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós - Graduação em
Antropologia Social da Universidade
Estadual de Campinas, para obtenção
do título de Mestre em Antropologia
Social.

Orientador : Prof. Dr. Antonio Augusto Arantes Neto

CAMPINAS

Novembro de 1992

UNIDADE	XC
N.º CILINDRO	
B 278 d	
V	
	18682
	261193
C	X
PREÇO	C. \$ 100.000,00
DATA	06/02/93
N.º CPD	

CM-03037667-1

" E, como sempre se repete, o que estará em questão, então, não será a realidade vivida onde tudo acontece, mas a própria capacidade que temos, através das palavras que criamos, de explicar de fato, e sempre de modo provisório, o que está acontecendo".

(Brandão, 1986:164)

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À REDAÇÃO FINAL DA
DISSERTAÇÃO DEFENDIDA E APROVADA PELA
COMISSÃO JULGADORA, COMPOSTA PELOS PROFESSORES
ANTONIO AUGUSTO ARANTES NETO (Orientador),
MARIA SUELY KOFES DE ALMEIDA E JOSEPH
FRANÇOIS PIERRE SANCHIS, EM 03/12/1992.

AGRADECIMENTOS

Parte significativa do trabalho de pesquisa que desenvolvi, está aqui registrada, compondo esta dissertação. Outra parte, diz respeito às relações pré-existentes e aquelas construídas durante o processo, e que se mostraram fundamentais para seu desenvolvimento.

Antonio Augusto Arantes Neto, orientador paciente desde os primeiros passos no curso, soube com sua tranquilidade sugerir caminhos e me acompanhar até a chegada.

Carlos Rodrigues Brandão, Maria Suely Kofes de Almeida, Pierre Sanchis, foram mestres e amigos em diferentes momentos.

Mirian Monteiro de Aguiar, foi amiga e companheira nas inquietações e nas viagens durante a pesquisa. Lucimar Ladeira Colen, Carlos Henrique Gerken, Anésio Avelar, Adriane Oliveira e Silva, Raquel Viana, foram colegas inseparáveis no trabalho de intervenção sócio-cultural que deu origem a esta pesquisa.

Nísio Teixeira, mais que estagiário, se mostrou amigo e um interlocutor importante em meio às dezenas de entrevistas e tabelas.

Lídia e Regina do NOVA, Fernando, Hilda e Nelson Paiva de Santo Antonio do Amparo, as professoras Zilda e D'Arc da

Escola do Bananal, cada um a seu jeito, foram elementos importantes para desenvolvimento do trabalho.

À Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, através do Fundo de Incentivo a Pesquisa, e à Escola de Saúde de Minas Gerais, que me liberou das atividades docentes, devo um agradecimento especial.

Marta Carneiro pelo trabalho de ampliação das fotos que acompanham a dissertação, Otávio e Rogério Daros, pela confecção dos mapas, Carlos Ivan, pela assessoria em informática, Marquinhos e Indio, pela companhia nas viagens e Lucy pela confecção das tabelas, meus sinceros agradecimentos. À Lourdinha, Esmeralda e Marly, funcionárias da UNICAMP, agradeço o interesse em tornarem mais fáceis os trâmites burocráticos. Maria de Fátima B. Almeida da SEPLAN, Conceição do INCRA e os funcionários da agência do extinto IBC em Santo Antonio do Amparo, me garantiram acesso a dados fundamentais para este estudo.

Aos moradores e aos trabalhadores volantes da Fazenda Santa Elisa, o reconhecimento de que este trabalho só se tornou possível em função da riqueza de suas vidas e da confiança e respeito que construímos entre nós ao longo do trabalho.

Quero por fim registrar o apoio, o carinho e a segurança que recebi de minha companheira, Adriana Vasconcelos, que soube estar presente e paciente, mesmo nos momentos em que a pesquisa me tornava ausente. A ela, a meus filhos (Luan, Ariane e Daya), e a meus pais, dedico este trabalho.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 : " A construção de um marco teórico - velhas e novas questões sobre a cultura e a identidade social "	7
CAPÍTULO 2 : " Uma perspectiva antropológica de análise da realidade camponesa "	47
CAPÍTULO 3 : " O objeto e o processo da pesquisa "	72
CAPÍTULO 4 : " A constituição do cenário e dos sujeitos "	103
I - Apontamentos históricos	105
II - Rumo ao passado	112
III - A atual situação da cafeicultura no município	136
IV - A questão da mão-de-obra : colonos e temporários	147
CAPÍTULO 5 : " A organização do trabalho "	161
I - Introdução	162
II - Algumas características da colheita do café	167
III - Os trabalhadores da "panha"	170
IV - Os contextos de origem	207
V - A rotina do trabalho	214
VI - A organização do trabalho como definidora das relações entre os grupos	254

CAPÍTULO 6 : " Tempo e espaço na configuração das identidades "	261
I - Introdução	262
II - O presente vivido no território da fazenda, seus sujeitos e suas relações	267
III - O passado e o presente revisitados no contexto da panha	299
IV - A atualização das identidades no contexto da "panha" : auto-percepção, a concepção do outro, e relação entre os diferentes	329
V - Os "bairanos" moradores como categoria intermediária	362
VI - Perspectivas e idealizações do futuro	368
CONCLUSÕES	374
BIBLIOGRAFIA	393
ANEXOS	411

INTRODUÇÃO

Este estudo pretende compreender o processo de negociação de identidades entre dois grupos de trabalhadores rurais, expostos à uma situação de contato no contexto do trabalho de colheita de café. Trata-se do encontro de trabalhadores-residentes e trabalhadores-temporários durante os meses de maio a setembro, período em que tradicional e anualmente é realizada a "panha do café". Os primeiros são moradores em uma grande fazenda na cidade de Santo Antônio do Amparo, sudoeste do estado de Minas Gerais. O segundo grupo é oriundo de São João da Ponte, cidade situada a cerca de 700 quilômetros de distância, ao norte do estado.

Apesar de desenvolverem relações que poderiam ser consideradas simétricas¹, e a despeito dos efeitos homogeneizantes das condições de trabalho a que estão submetidos - padrão de pagamento, normas de comportamento no trabalho, separação de turmas etc - "moradores" e "baianos", como esses dois grupos se designam mutuamente, são categorias sociais que se constituem a partir do reconhecimento por ambos, de diferenças e

1. "onde as unidades societárias em contato mantêm relações igualitárias sem qualquer supremacia sistemática de uma em relação a outra". OLIVEIRA, 1976:55

singularidades que são relevantes para se compreender a situação de contato. Embora trabalhando para os mesmos empregadores, em condições semelhantes de pobreza e subordinação, entre eles o reconhecimento da diversidade é fator importante na organização da vida cotidiana, sobretudo para o desenvolvimento das práticas que se realizam no "tempo da panha".

Este estudo refere-se, assim, fundamentalmente à construção de identidades no contexto de relações regulares que entre si vem mantendo há cerca de 10 anos, esses dois grupos de trabalhadores rurais, residentes e volantes. Dessa configuração faz parte um terceiro elemento que não pode ser esquecido, a "fazenda", aqui entendida como um conjunto de sujeitos, normas e interesses que participam e em última instância são responsáveis pelo "encontro" daqueles dois grupos.

Procuro refletir sobre as relações, as formas de convivência e as concepções e valores com que cada um dos dois grupos, volantes e residentes, percebe e concebe a si mesmo e ao outro, a partir da situação de contato que se cria por ocasião da colheita e sobre o papel que a "fazenda" desempenha nesse processo. Pretendo aqui compreender de que maneira, ou seja, através de que práticas esses grupos constroem suas identidades e que efeitos a situação de contato produz sobre os seus modos de vida originais, suas visões de mundo e projetos de futuro.

Nesse estudo, teve particular importância, a observação dos migrantes que se instalaram definitivamente na fazenda, bem como, o estudo das áreas conflitivas do contato e das situações onde as diferenças entre os grupos são estratégica e provisoriamente suspensas por seus próprios sujeitos, a fim de

se garantir a interação e a comunicação entre ambos.

Em síntese, o objeto desta dissertação localiza-se teóricamente no campo da reprodução social das identidades e no contexto da mobilidade espacial provocada pela migração.

A meu ver, os trabalhadores-volantes do Norte de Minas não se confundem com os "bichos-de-obras" de empresas transnacionais estudados por Ribeiro (1990) a partir de construções teóricas desenvolvidas por Marcus (1990), nem a relação "moradores"/"baianos" com relações interétnicas. Não estamos aqui nos referindo a trabalhadores envolvidos no processo de transnacionalização da economia e de seus efeitos sobre a dinâmica e os padrões culturais, e nem nos referimos a grupos cujas identidades se formaram a partir de tradições culturais absolutamente distintas. Trata-se tão somente, de uma aproximação teórica que reconhece em ambos os grupos uma substância comum: o fato de que, em virtude das transformações operadas no interior da fazenda com o fim do colonato - alteração das relações entre trabalhador/fazendeiro, fragmentação da família como unidade de trabalho, corte no acesso à terra - e das constantes migrações, ambos não possuem mais referências únicas, estáveis e homogêneas, para a construção de suas identidades.

Procurei dessa forma realizar um exercício de análise antropológica onde a identidade dos sujeitos fosse tomada como "o resultado conceitual de se viver em uma variedade de espaços, assim interligados - um nó que se ata na intersecção de uma série de espaços. (SERRE, 1983:294)

O primeiro capítulo contém uma revisão sobre os conceitos de cultura e identidade social, visando tornar claro como a Antropologia construiu uma perspectiva relacional de análise das interações entre sujeitos diferentes, em situação de contato.

O segundo capítulo se ocupa de uma rápida crítica sobre certas tendências de análise da realidade camponesa, procurando mostrar qual a contribuição que uma análise antropológica traz para a questão.

A construção da pesquisa, ou melhor do objeto da pesquisa, e seu processo de desenvolvimento, são apresentados no capítulo 3. Aqui, procurei tornar transparente o trabalho de campo desenvolvido e sua relação com as questões teóricas apresentadas.

A formação da Fazenda Santa Elisa e a constituição de sua "população" de trabalhadores residentes e temporários são apresentados no capítulo seguinte, procurando deixar claro interfaces entre as conjunturas e cenários singulares da fazenda, com os processos mais amplos da cafeicultura na região e no país. A questão da mão-de-obra é aqui ressaltada, tanto na perspectiva de compreensão de sua participação nas formas de desenvolvimento da cafeicultura no país, quanto para se compreender os antecedentes históricos dos sujeitos colocados em contato e aqui

estudados por mim.

O 5º capítulo se ocupa de apresentar, através de um relato etnográfico a organização do trabalho da "panha" no contexto específico da Fazenda Santa Elisa, tomada como uma situação complexa, um campo social de encontros, confrontos e atualização de identidades contrastivas, que tanto revela as continuidades quanto as mudanças sociais a que a própria "panha" e seus sujeitos estão expostos e imersos.

No último capítulo, procuro mostrar como o pertencer a um determinado grupo significa compartilhar um conjunto de representações fundantes da identidade, expressas e evidenciadas no auto-orgulho, na lealdade com os iguais, na depreciação dos diferentes, na singularização das diferenças internas a cada grupo, na forma como concebem o passado, o presente e o futuro.

Nas conclusões, retomo algumas considerações teóricas formuladas, procurando deixar claro o diálogo inter-subjetivo travado entre essas e a realidade empírica estudada.

"Por outras palavras, a identidade não é nem a pura diferença nem a pura igualdade, mas o ponto de encontro e uma supressão das duas." (SERRE, 1983:294)

CAPÍTULO 1

CAPÍTULO I

A CONSTRUÇÃO DE UM MARCO TEÓRICO VELHAS E NOVAS QUESTÕES SOBRE A CULTURA E A IDENTIDADE SOCIAL

I

"Bolor. Este parece ser o aspecto de certos conceitos há muito banidos do proscênio consagrador em que sucede o debate intelectual." Com estas palavras, Luiz Eduardo Soares inicia seu ensaio intitulado "Os impasses da Teoria da Cultura e a Precariedade da ordem Social", que tem como objetivo refazer um velho debate dentro das Ciências Sociais = como pensar a Cultura, enquanto universo de símbolos, um espaço em "que se trama a rede intersubjetiva do sentido." (SOARES, 1984)

Como que justificando este contínuo retorno à questões e problemas que estiveram presentes na própria gênese da Antropologia enquanto área de conhecimento, Soares compara o fazer científico a um moinho, que em seu movimento de aparente repetição, reintroduz em cena aquilo que parecia ter sido atirado fora. O retorno, nesta analogia não se constitui uma repetição, mas uma "forma particular de geração do novo", uma possibilidade de novos diálogos com a tradição.

No caso específico da Antropologia, retornar, ainda que rapidamente ao conceito de Cultura, representa sempre a possibilidade de um olhar sobre seu processo de consolidação de idéias e concepções, em torno dos quais constituiu sua própria identidade, ou seja, a construção de seu objeto, a elaboração de

conceitos e a definição das estratégias de trabalho de forma autônoma.

Tomada como uma disciplina jovem no campo das Ciências Sociais, pois somente no início do Sec.XX, realiza seus imperativos de autonomização, a Antropologia vem sendo lida diacrônicamente, como tendo sua constituição associada profundamente à própria construção de um conceito moderno de Cultura.

Segundo Velho & Viveiros de Castro (1977), a Antropologia, "desde seu início, em fins do Século XIX, se apropria do termo "cultura" e o erige em conceito totêmico, símbolo distintivo." Gradativamente, mobilizada pela busca e em alguns casos, pela captura do outro, do diferente, a Antropologia foi construindo e reconstruindo o conceito de Cultura de formas diversas, mas sempre revelando, a cada versão, um traço distintivo, o de se caracterizar como um "discurso ocidental sobre a alteridade."¹

Se a diversidade cultural vem sendo objeto de atenções e preocupações há séculos (mesmo antes da própria

1. A opção aqui tomada é de realizar uma releitura de questões conceituais através de autores/antropólogos brasileiros que, de certa forma, atualizaram estas discussões. Esta opção se sustenta na perspectiva apresentada por OLIVEIRA, 1988, onde o autor analisa a construção da antropologia no contexto da sociedade brasileira, mapeando paradigmas que, originários no "primeiro mundo", constituíram uma matriz disciplinar original. "... O toque enraizador da disciplina em nossa realidade de país de terceiro mundo, está - por certo - numa questão de estilo (no sentido de Granger), como a 'individuação' de uma forma de saber que não poderá ser outra coisa que o resultado de nossa leitura, por certo diligente, de uma matriz disciplinar viva e tensa." OLIVEIRA, 1988 : 23

construção do conceito) coube à Antropologia tomar para si a tarefa de reconhecer e interpretar as diferentes e divergentes formas com que o ser humano vive.¹ Tais formas, relacionadas a uma mesma base biológica, passam a ser compreendidas como alternativas, soluções e escolhas histórica e simbolicamente singulares.

Contemporânea e por vezes colaboradora dos empreendimentos colonizadores do mundo ocidental, a Antropologia operou constantes e profundas transformações na sua perspectiva de compreender o Outro, até chegar, modernamente, e por caminhos também diversos, à compreensão da diferença como um dado positivo, constituinte da realidade, "uma outra alternativa, uma outra possibilidade da que nos é dada" (PEIRANO, 1988:3) .

Os pressupostos utilizados pelas várias escolas antropológicas, para a compreensão das sociedades distantes e diferentes de seus contextos de origem, irão constituir o núcleo do conceito de cultura, em suas várias versões.

Tradicionalmente, os historiadores da ciência, localizam em E.B.Tylor, a primeira formulação propriamente antropológica do conceito de Cultura : " este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade." (TYLOR, 1871:1) Sua maior contribuição foi a de inaugurar uma nova equação entre os conceitos de

1. Não se desconhece aqui a existência e a importância de outras abordagens sobre a questão cultural. Foge entretanto aos propósitos do estudo uma discussão a este respeito. Ver LARAIA, 1986.

civilização e cultura. Enquanto o primeiro, se desenvolveu no interior de reflexões sobre "as descontinuidades sociais e nacionais dentro da Europa" (VELHO & VIVEIROS DE CASTRO, 1977), operadas principalmente na Alemanha, França e Inglaterra, ressaltando sempre, ora realizações materiais e tecnológicas de um determinado povo, ora designando hábitos de determinadas classes sociais, tomadas como superiores justamente por esse grau de civilização, o conceito de cultura apontou para outro caminho, distinto da idéia de progresso, tão cara ao expansionismo colonialista: a possibilidade de compreensão da singularidade dos povos não-ocidentais através do estudo de suas tradições.

Rompendo com a perspectiva de materialidade e continuidade espacial presentes no conceito de civilização, a nascente Antropologia introduziu a possibilidade de se ver a Cultura através de valores que ligam "espiritualmente" os membros de uma sociedade, e que são aprendidos e transmitidos.

Entretanto, sendo a própria Antropologia uma ciência que se constituiu durante a formação da sociedade moderna, suas construções teóricas irão refletir as transformações e os questionamentos centrais da sociedade européia. A mudança nas relações entre colonizadores e colônias, objetivando transformá-las de simples mananciais de matéria-prima e mão-de-obra em mercados consumidores, e o impacto da obra de Charles Darwin, "A Origem das Espécies", que defendia a idéia de uma unidade fundamental da espécie humana, acabaram por compor um contexto propício para a consolidação da primeira escola propriamente dita dentro da Antropologia. Trata-se do Evolucionismo.

Entretanto, se por um lado, superava-se as teorias racistas com a perspectiva do homogenismo da espécie, as diferenças permaneciam, para o Evolucionismo, concebidas como resultantes de diferentes estágios de evolução presentes na sociedade humana. O termo civilização passava a definir um estágio já alcançado pela sociedade ocidental e que, poderia e deveria ser atingido pelas demais sociedades, tidas como não-civilizadas.

A busca da compreensão das diferenças, nesta perspectiva, partia do pressuposto de uma trajetória única a que todos os povos e todas as culturas teriam passado ou que viriam a passar. A pretensão era a de reconstituir uma história das origens das formas sócio-culturais até às sociedades modernas, tomadas como ponto de chegada à civilização. A Cultura é definida como um rol de práticas e costumes que, analisados, poderiam indicar a posição de seus portadores na escala evolutiva.

Mas, como afirmam Velho & Viveiros de Castro, "o destino da Antropologia não era o de ser serva demasiado fiel do colonialismo; seu movimento histórico pode ser resumido na idéia de uma crescente percepção da especificidade das diferenças culturais em si..." (VELHO & VIVEIROS DE CASTRO, 1977) Superando esquemas evolucionistas absolutamente fáceis, ingênuos e radicalmente etnocêntricos, a Antropologia da virada do século opera avanços significativos na apreensão do fenômeno cultural. Já no Difusionismo, apesar da perspectiva diacrônica continuar dominante, as diferenças culturais deixam de ser explicadas enquanto resultado da convergência de experiências históricas e

são tomadas como resultante de processos de contato e difusão.

Do Difusionismo ao Funcionalismo, e daí ao Estruturalismo, a Antropologia incorpora a perspectiva sincrônica de análise da organização social, presente de forma singular em cada cultura. Esta incorporação se dá graças ao aprimoramento metodológico conseguido após a adoção do trabalho de campo como marca da ação antropológica e devido às influências teóricas de outras disciplinas, como a sociologia francesa, a lingüística e a psicanálise.

"A partir delas, pôde o cientista social de nosso tempo descobrir e difundir o conhecimento de que as crenças e práticas, os hábitos e costumes, significavam mais que a si próprios e eram mais que sub-produtos do relacionamento das instituições econômicas e políticas; pôde descobrir serem estas práticas elementos significacionais capazes de encaminhar o espírito para domínios não frequentados habitualmente pela consciência e que estes eram os únicos por meio dos quais se tornava possível o entendimento do pensamento e do sentimento dos homens, e pôde descobrir, finalmente, que muito do sentido da vida social residia exatamente onde não existia sentido algum aparente." (RODRIGUES, 1983:1)

A Antropologia consolida-se enquanto disciplina especializada no desenvolvimento de micro-análises dos fenômenos culturais. Fundadas suas principais e mais sólidas bases teóricas e metodológicas, ela continuará forjando no seu interior novas escolas, novas tendências, que retomarão questões ou proporão novos desafios. Mas em todas as perspectivas, o esforço parece se dirigir para a reconstrução dos "critérios internos que cada cultura utiliza para a sua auto-reflexão..." (VELHO & VIVEIROS DE CASTRO, 1977)

O trabalho do antropólogo passa a se definir como

a busca de resolução para alguns desafios :

- como pensar a questão da unidade biológica em confronto com a diversidade cultural;

- como apreender o significado de costumes e práticas, aparentemente incompreensíveis, originárias de sociedades com experiências históricas e conformações sociais diferentes;

- como compreender as relações entre sistemas de pensamento e a experiência social concretamente vivida.

Superando a influência que as ciências físicas e biológicas mantinham sobre as ciências sociais, o que acabava por resultar na adoção de conceitos que tomavam a sociedade como um organismo detentor de necessidades, órgãos, forças etc, a Antropologia contemporânea pôde adotar uma perspectiva significacional de análise das sociedades.

A cultura passa a ser pensada como um " processo pelo qual os homens orientam e dão significado às suas ações através de uma manipulação simbólica que é atributo fundamental de toda a prática humana." (DURHAN,1977:34)"

Nesta perspectiva, o conceito de Cultura passa a designar :

- um universo de símbolos que dá estabilidade às relações sociais, constituindo-se numa espécie de rede intersubjetiva de produção de sentidos;

- esse universo, mais que integrado ao conjunto de práticas sociais, se apresenta como parte constitutiva das mesmas, instaurando ordem no aparente caos da vida social;

- desta forma, consolida-se como uma espécie de mapa da vida social, "conjunto de mecanismos de controle", ou melhor, "sistemas entrelaçados de signos", eminentemente convencionais e que formam teias de significação, resultado sintético de múltiplas determinações;

- como tal, é um mapa e não um território; um programa de codificações e não os comportamentos concretos; um contexto e não o próprio texto que imprime lógicas próprias; não um molde de extensão generalizada, mas um conjunto de regras, nem sempre conscientes aos indivíduos e, por outro lado, em constante transformação, que permite a atribuição dos sentidos.

Tais "programas", atualizados a cada situação social, ou como diz Durhan, a cada partida do jogo social, são apreendidos pelos indivíduos no interior da sociedade, mas também são passíveis de elaborações particulares. Sem se confundir com um ornamento, a cultura se constitui como a própria condição para a vida coletiva, à medida que instala um território de inteligibilidades, cujas determinações não são universais mas referentes a contextos de articulação específicos. ¹

O conceito de sociedade, e, por extensão, o de realidade, sofrem, tal e qual o de identidade, como veremos mais à frente, um processo de dessubstancialização, passando a indicar

1. Ver : Geertz, 1978; Durhan, 1977, 1984; Velho & Viveiros de Castro, s.d; Soares, 1984; Rodrigues, 1983; Laraia, 1986.

um processo que, como indica Durkheim em "As Formas Elementares da Vida Religiosa", constrói modelos dos quais os indivíduos devem se constituir. Estes modelos se estruturam a partir de lógicas específicas e possuem certa estabilidade, tanto sincrônica, quanto diacrônica, em função de se constituírem em fatos que exercem uma substantiva, mas não total, coerção sobre os sujeitos. São como conjuntos de "relações que simultaneamente ultrapassam as consciências individuais (mas) são-lhes imanentes." (RODRIGUES,1983:32)

A sociedade passa a ser tomada como um território onde as interações coletivas são vivenciadas a partir de diferentes perspectivas, advindas de múltiplas e diferentes matrizes de produção de sentidos. A realidade passa a ser compreendida como uma montagem, um empreendimento da própria sociedade, que repousa e resulta do constante conflito que constitui a produção dos sentidos: "Toda ordem que emerge do duelo é precária porque repousa na arquitetura diáfana do sentido. E o sentido, além de dialógico, oscila entre as estruturas semióticas e o desdobramento criador dos sujeitos na linguagem". (SOARES,1984:58)

Abandona-se, com isto, uma perspectiva de abordagem dos sujeitos abstratos e universais, tomando-os agora como sujeitos radicados "na sociedade, que convivem, norteados por referências conceituais comuns, indissociáveis de suas interligações sociais." Os fatos tornam-se sociais porque além de compartilhados coletivamente, transcendem à consciência do indivíduo, assumindo um caráter de anterioridade e exterioridade

em relação a este.

Como tal, a sociedade se constitui como uma fonte, um conjunto de eixos, sobre os quais, e a partir deles, se constroem os sistemas de representação, de produção de significado.

"Mais que apreendido, o real é construído, porque sua apropriação decorre de investimentos semânticos, projeções valorativas ou interpretações. Trata-se de um empreendimento coletivo, ao qual se adere pela via do engajamento interacional, mas seu produto não é uniforme nem homogêneo, justamente em razão de sua gênese dialógica." (SOARES, 1984:10)

Sua constituição se dá, pois, marcada pela fragmentação, pela contradição e pela multiplicidade, resultante das diversas mediações, que, como filtros e lentes, se interpõem entre os sujeitos e seus objetos de significação.

Tomado como um código que acessa sentidos, através de um conjunto de regras de criação e interpretação da realidade, o conceito significacional de cultura se integra à idéia de sistema, totalidade que sempre possui um princípio lógico ordenador, uma racionalidade que lhe é própria, além de ser uma espécie de campo semântico onde se é possível a reprodução da vida coletiva. Tais princípios, ou conjuntos de princípios, como já se disse antes, estão submetidos a regras, que não se originando do equipamento neuro-psíquico de cada indivíduo, nele podem ter uma localização inconsciente.

Pensada enquanto sistema de representação, suas manifestações empíricas são relegadas a um segundo plano enquanto objeto de análise, assumindo-se uma nova perspectiva que a toma como uma grade, uma rede que se estende sobre a vida social,

classificando, codificando e transformando "suas dimensões sensíveis em dimensões inteligíveis." (RODRIGUES,1983:12)

Como código socialmente constituído e instituído, os sistemas de representação determinam cortes e contrastes responsáveis pela constituição das diferenças, condição essencial para a produção dos sentidos.¹ As diferenças aqui constituem um dado positivo, que não deve ser dissipado, pois é constitutivo das relações entre os sujeitos e das relações entre as culturas. As diferenças deixam de sugerir, como em outras perspectivas teóricas, os limites de uma determinada cultura quando defrontada a outra e passam a indicar, por um lado a multiplicidade de contextos e por outro a diversidade de percepções e concepções no interior e na relação entre estes diferentes contextos. Trata-se, como alguns autores apontam, da busca da superação, no interior da própria Antropologia, de perspectivas etnocêntricas, tão presentes e necessárias para a fixação de similitudes essenciais para a constituição de cada sujeito, de cada grupo, de cada cultura, mas tão obscurecedoras quando transformadas em mecanismos de análise científica.

Tais sistemas de representação se conformam como sistemas de classificação. Ao produzirem os significados, postulam ordens, definem valores, estabelecem lugares, a partir de contrastes e semelhanças definidas menos empiricamente que

1." Apesar das diferenças e por causa delas, nós sempre nos reconhecemos nos outros e eu estou inclinado a acreditar que a distância é o elemento fundamental na percepção da igualdade entre os homens. Deste modo, quando vejo um costume diferente é que acabo reconhecendo, pelo contraste, meu próprio costume." DA MATTA, 1987 : 24

simbolicamente. "Estes códigos que vão constituir a cultura, consistem essencialmente em aparelhos simbólicos. ... A cultura pode ser concebida como um sistema de símbolos, organizados em diversos subsistemas. Neste sentido, o comportamento humano é percebido como apresentando, para além dos aspectos puramente técnicos ou pragmáticos, um componente simbólico, i.e., expressivo." (VELHO & VIVEIROS DE CASTRO, 1977)

Esses sistemas de representação ou classificação possuem, por um lado, uma característica comum, como aponta Durkheim: resultam de uma mesma capacidade mental do ser humano, e de certos invariantes da vida coletiva, objetivando sua garantia de estabilidade e continuidade. Desta maneira, e a partir desta base comum, refletem as modalidades particulares de estrutura social de onde emergem e da qual são partes constitutivas, demarcando uma identidade própria, em contraste com outros sistemas. A estrutura social, bem como estes sistemas, são fenômenos, antes lógicos e abstratos, do que propriamente materializáveis. Construída sobre dados empíricos, a estrutura social não se confundiria e nem se limitaria a eles.

Resulta daí a possibilidade de se definir a cultura como um Sistema de Comunicação, um sistema de trocas de informações e mensagens, constituído de universos informacionais singulares. "Os homens trocam signos ou valores - sejam eles instrumentos de trabalho, produtos econômicos, mulheres ou palavras. - cumprindo um programa de intercâmbio, vivido e implementado, mas não necessariamente conhecido, cujos sentidos e função resumem-se no equilíbrio tenso, correspondente à afirmação de determinados padrões de sociabilidade." (SOARES, 1984:31)

Comunicar, como nos diz Soares, citando os interacionistas, é uma modalidade do interagir humano : "além de veicular informações de quaisquer espécies, a linguagem, em ação, faz." Nesta perspectiva, a comunicação humana se realiza por meio de símbolos que, socialmente programados, são apreendidos pelos indivíduos a partir de convenções estabelecidas por seu grupo e plasmadas na estrutura social envolvente. As convenções e os símbolos, eminentemente transformáveis, se interpõem como uma lente entre os elos do processo comunicacional, figurando originariamente no coletivo e só posteriormente no indivíduo, através de inúmeras estratégias de socialização, que cada cultura define para seus sujeitos. (RODRIGUES,1989)

Entretanto, Durkheim e Lévi-Strauss levantam questões relativas à concepção do indivíduo enquanto um manipulador de possíveis combinações semióticas dentro de limites estabelecidos pela estrutura social, ou seja, um número finito de possibilidades já dadas pelo "jogo cultural".

A partir da crítica a essas questões, a Antropologia contemporânea vem procurando resgatar na análise da cultura, o espaço da história, do sujeito, do indivíduo e da ação, recalcados, em nome de uma gramática do funcionamento do espírito humano, construída pela perspectiva estruturalista. Segundo esta perspectiva, restaria aos sujeitos acionarem códigos já previamente definidos, que possibilitariam certas comutações e trânsito entre as redes de linguagens que compõem as culturas.

Em uma outra perspectiva, aqui chamada de

significacional, as variações ou diferenças, definidas pelo uso, pela ação, não se limitam a ser uma "contingência irrelevante ou resultado de meras execuções de códigos pré-fixados." O sujeito tomado como "agente de enunciação" e não como "mediador reificado da mecânica semiótica", abre a possibilidade de descentramento das atenções, na análise antropológica, do sistema para o processo cultural, entendido não como ato passivo de recorrência a estruturas de significados já definidos e a espera de uso, mas como ato de designação, e portanto de criação, dos sentidos. Trata-se de homogeneizar menos, o que faz com que tudo conflua para a estrutura, e buscar mais os processos de descontinuidade e ruptura, inauguradores de diferenças irreduzíveis.¹

A partir dessas questões é possível avançar na direção proposta por Durhan, e já apresentada anteriormente, de que a análise da Cultura é "necessariamente (uma) análise da dinâmica cultural, isto é, do processo permanente de reorganização das representações na prática social, representações estas que são simultaneamente condição e produto desta prática." (DURHAN, 1977:34)

Contextualizando estas questões nas sociedades

1. Esta questão encerra uma polêmica, pois há uma variação significativa, a partir da perspectiva teórica que se adota, na concepção do lugar do indivíduo neste processo. Para uns, "O que (me) parece mais estimulante é a idéia de mudança e desempenho individual ao nível da organização social, enquanto a estrutura é, por definição, algo mais permanente, estável e imune a curto prazo à ação dos indivíduos em suas decisões cotidianas." (VELHO, 1986:50) Para outros, "detectou-se a importância das variações culturais, na medida em que elas aparecem dotadas de boa dose de autonomia, a ponto de, em alguns casos, poder-se concluir que as manifestações simbólicas é que fundam sua própria estrutura." SOARES, 1984 : 72

ditas complexas, resta assinalar os desafios que esta análise enfrenta quando colocada defronte à contextos estruturados a partir de sistemas de representação e classificação expressivamente diversificados.

Esta diversificação, resultado de uma profunda complexificação da estrutura produtiva, advém, como mostram os autores citados, de uma divisão de trabalho mais segmentadora, da formação de uma rede de instituições (entre elas as responsáveis pela socialização dos indivíduos) cada vez mais diversificada, e da complexa rede de interações e comunicação intra e inter - sociedades.

Conforme Ribeiro (1990)

"a tensão heterogêneo/homogêneo situa-se, assim, no campo de contradições criado por forças globalistas versus localistas. Como entender, então, um mundo cada vez menor (homogeneidade ?), mais globalizado, mas onde, no entanto, os movimentos locais, de diferenciação (heterogeneidade ?) persistem? (...) A proximidade e interdependência das diferenças, que se dão de maneira cada vez mais complexa e crescente, são fatores que contribuem tanto para a percepção do 'encolhimento' do mundo contemporâneo, quanto para a fragmentação das percepções individuais, num movimento duplo de homogeneização e de heterogeneização que se dá pela exposição simultânea a uma 'mesma' realidade compartilhada por olhares claramente diferenciados."

O conceito de heterogeneidade remete a análise da cultura em sociedades complexas, para a busca da compreensão das experiências sociais, não só em termos de complexificação e diversificação (e conseqüentemente dos sistemas de representação) mas também para o fato de coexistirem em situação de contato, cada vez mais recorrentes, num processo contínuo de negociação de

suas especificidades.¹

A análise da cultura em sociedades complexas deve, portanto, considerar:

- a existência, ou coexistência, de diferentes sistemas simbólicos, procurando compreender suas fronteiras e suas ambiguidades;

- que a compreensão das relações sociais concretamente vividas só podem ser compreendidas se referidas aos sistemas de representação, tomados como conjuntos de concepções que atribuem sentido àquelas;

- estas concepções, apesar de figurarem de forma explícita no comportamento e no discurso dos indivíduos, pressupõem sempre a existência de outras, que informando-as, figuram fora da consciência momentânea do comportamento expressivo;

- a busca de compreensão deste território de referências, não deve contudo, como diz Geertz, representar a construção de um "Continente dos Significados", onde o antropólogo mapeia "sua paisagem incorpórea". (GEERTZ, 1978:30)
A busca é de acesso ao mundo conceitual do outro na tentativa de compreender as respostas que estes deram aos seus desafios, e assim fazendo possibilitar a emergência de um diálogo inter-

1. Gilberto Velho, entretanto, desenha um limite para esta questão. "É importante assinalar que a heterogeneidade por si mesma não implica mudança permanente e automática. Um risco oposto ao culturalismo reificante é de ver novidade em tudo, sem perceber que, mais uma vez remetendo a Firth, há instituições e valores de grande permanência e estabilidade, constituintes da identidade de grupos e indivíduos." (VELHO, 1986: 53)

subjetivo, entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados;

- este diálogo, condição para uma análise antropológica, não se concretiza como resultado de processos psicológicos introspectivos, relações de empatia, mas como um " processo de justaposição de esquemas de referências nativos com aqueles do analista, o que é, também, um processo de comunicação." (FISCHER, 1985:59)

- se o processo de comunicação que a pesquisa antropológica inaugura deve evitar a satisfação com o aparente, com o explicitável no discurso e na ação do outro, deve evitar também, o divórcio com os acontecimentos. Se a sociedade e a cultura estão sempre se refazendo, tal processo não limita aos sujeitos concretamente existentes o papel de marionetes de forças impessoais." Os indivíduos concretos, em suas biografias, interpretam, mudam e criam símbolos e significados, evidentemente vinculados a uma herança, a um sistema de crenças." (VELHO & VIVEIROS DE CASTRO, 1977) Estes sistemas simbólicos são constantemente atualizados através de biografias individuais. Compreender como estes indivíduos concretos analisam, internalizam e fazem uso dos sistemas de representações que colocam à sua volta símbolos e signos, seja no cotidiano seja nas situações extraordinárias, se constitui num dos desafios atuais da Antropologia ¹.

1. SOARES, 1984:75, apresenta como elementar para a Antropologia hoje, se indagar sobre " como ressuscitar a ênfase sobre a ação e a criatividade sem perder de vista mais de um século de revelações a respeito do peso das estruturas, dos limites que opõem aos processos e do assujeitamento a que submetem as consciências individuais. ... Por mais que reconheçamos a eficácia dos condicionamentos sociais de todos os tipos ... [como]

Tomar, em suma, a cultura como um código, implica na observância de duas consequências que podem dirigir sua análise em direção à questão da identidade.

1 - Enquanto código, a cultura constrói e se estrutura em normas e regras sociais que, simétricas ou assimétricas, tanto podem ser produzidas e "zeladas" pela força de instituições formais, como a escola, a polícia e o Estado, quanto pelas próprias tradições e costumes cotidianos. Desta forma, o código realiza uma ação de impacto sobre os indivíduos, definindo sanções e penalidades para as transgressões. Mas atua também sobre o indivíduo, apresentando uma espécie de modelo dentro do qual ele próprio pode se localizar e portanto se realizar. Trata-se como esclarece Rodrigues (1983:34), "da transformação do obrigatório em desejável, cuja efetivação é a função de muitos ritos e mitos realizar." Negar a sociedade, neste sentido, é negar a si próprio como sujeito num dado contexto cultural. Em outras palavras, seria o mesmo que renunciar à identidade, como veremos adiante.

2 - A concepção da cultura como código, implica também na sua percepção como um sistema de comunicação, que rege o encontro e as trocas entre indivíduos, grupos e instituições,

..Continua....

dar conta da irrupção do novo e, conseqüentemente, das virtualidades (não estruturais) contidas sob a positividade da ordem vigente."

sejam eles iguais ou diferentes, homogêneos ou não. Como tal, "plasmada na trama interacional, a comunicação é vulnerável a movimentos de origem diversos, voltados para fins distintos. Movimentos inerentes à existência social, fundadores do próprio encontro interacional."

Resulta daí sua indissociável existência no processo de construção das identidades : é através desta rede comunicacional, que dá a forma, o conteúdo e dinâmica às relações sociais, que seus sujeitos definem posições de forma recíproca, identificando-se e atribuindo identidades. (SOARES, 1984:64)

Nesta perspectiva, retoma-se a questão das diferenças não mais como sobrevivências ou particularidades isoladas, mas como processos explícitos de "oposições ou aceitações que implicam num constante reposicionamento dos grupos sociais na dinâmica das relações de classe." (DURHAN, 1977:9)

Trata-se, pois, da compreensão da identidade enquanto um processo onde as diferenças se comunicam.

II

Luiz Fernando Dias Duarte, em um de seus trabalhos sobre a questão da identidade, diz que este conceito, "aplicado à análise sociológica, ou seja, portanto - o conceito de identidade social - tem percorrido a literatura antropológica de maneira excessivamente discreta." Essa situação, talvez fruto das influências ainda marcantes do racionalismo aristotélico, que imprime à ciência princípios de identidade e não-contradição, traria um desprivilegiamento da construção da identidade social como objeto de discussão, como afirma o autor, acabando por transformá-la numa espécie de contraponto da questão da identidade pessoal.

Mais estudada por psicólogos e filósofos enquanto "consciência do eu" ou "reconhecimento individual" de uma exclusividade, o conceito de identidade vem gradativamente sendo trabalhado por sociólogos e antropólogos, na perspectiva de se compreender "conflitos, relações desiguais entre grupos, classes e culturas, surtos de revolta de minorias sociais, de grupos étnicos, de povos colonizados, de classes oprimidas." (BRANDÃO, 1986:47)

No interior das Ciências Sociais, e mais especificamente, dentro da Antropologia, a questão da identidade é trabalhada, especialmente, aliada a três questões específicas: a identidade étnica, a identidade nacional e a identidade de gênero, sendo que, especialmente no Brasil, a primeira foi a que mais se desenvolveu. (DUARTE, 1986A:70)

Para Ruben (1986), é possível assinalar algumas circunstâncias em que a questão da identidade assumiu papel crucial, dentro das Ciências Sociais.

Na Alemanha da passagem do Século XVIII para o Século XIX, a carência de unidade dos povos germânicos, constituía um motivo de preocupação tanto para Intelectuais quanto para políticos, pois sinalizava um atraso, uma insuficiência na vida social e política do país.

Hegel, tomado pelo autor como o primeiro a sistematizar uma teoria sobre a identidade, afirmava uma ausência de vínculos suficientemente solidários, capazes de propiciar a agregação e a consolidação de um Estado Nacional. Para ele, somente um Estado moderno asseguraria esta identidade, apesar das diferenças e desigualdades entre os povos germânicos, entre o Eu e a Sociedade. A formação de um Estado forte minimizaria as diferenças e racionalizaria uma unidade que pudesse conter a multiplicidade.

Outra situação paradigmática levantada por Ruben, se refere aos Estados Unidos no início do Século XX. No contexto de um Estado já constituído de forma homogênea, sob uma base territorial única, George Herbert Mead, analisou a questão da identidade numa outra perspectiva, a partir das correntes migratórias de diferentes grupos étnicos para uma sociedade já organizada e unificada. A cisão entre o Eu e a Sociedade seria resolvida dentro de uma sociedade organizada, e não pelo Estado como queria Hegel, onde todos os indivíduos que a ela pertencem se reconheçam pela presença de um outro generalizado.

Em ambos, entretanto, a teoria da identidade apresenta-se como a teoria da não-contradição, da não-diferença, uma teoria da unidade.

Contemporaneamente, principalmente a partir do desenvolvimento da Antropologia, a questão da identidade social passou a ser discutida através do privilegiamento da multiplicidade, da diferença e do contraste. A categoria do Outro, aparece como formulação essencial para sua discussão, tanto quanto o foi na perspectiva clássica. Entretanto, a concepção do "diferente", agora associada às práticas sociais do expansionismo colonial e às suas decorrências (os movimentos de independência e formação de nacionalidades modernas) introduz uma nova perspectiva. "O 'outro' parece adquirir um status de sujeito histórico legítimo", e sua identidade passa a constituir uma certa dimensão irredutível da qual toda sociedade ou grupo humano seria portador. (RUBEN, 1986:34)

O conceito de identidade social experimenta a partir de então, no interior da Antropologia, uma significativa transformação: deixa de se constituir como uma espécie de categoria de unificação, consolidando-se como referente de uma realidade relacional e dinâmica. Identidade, como veremos mais à frente, passa a denominar processos de identificação.

Nos anos 70, Claude Lévi-Strauss e Jean-Marie Benoist, organizaram um célebre seminário inter-disciplinar para colocar em discussão a questão da identidade. Desse Seminário, participaram antropólogos, biólogos, linguistas, psicanalistas e filósofos, que segundo seus organizadores adotaram um duplo objetivo :

"... d'une part, s'interroger sur la façon dont, au sein de notre propre civilisation, des disciplines diverses formulent et tentent de résoudre chacune pour son compte le problème de l'identité, en leur demandant de définir ce que chacune entend par là de son point de vue particulier... D'autre part, à ces conceptions de l'identité, peut-être très différentes (on n'en savait rien au début), des anthropologues reçurent pour mission de confronter celles que des sociétés exotiques s'en font." (LEVI-STRAUSS & BENOIST, 1977:10)

Partia-se, contudo, de uma perspectiva: "on a constaté que le contenu de la notion d'identité est mis en doute, et fait même parfois l'objet d'une très sévère critique." No início do Seminário, seus organizadores adiantavam suas críticas: 1) a crise de identidade é um produto de um processo característico da sociedade moderna, uma super abundância de comunicação que gera a busca de isolamento e diferenciação; 2) o conceito de identidade tem um conteúdo espúrio e um significado hiperbólico, produzindo antes uma lógica nominalista que científica; 3) tal conceito leva a pensar o mundo, ora de forma ultraglobalizante, ora num exclusivismo diferenciador; 4) "Ideologicamente falando, o conceito de identidade constitui um solo fértil para o etnocentrismo, o racismo, o classe centrismo e o Estado-centrismo." (BARBU, 1980)

Entretanto, o resultado do seminário parece ter apontado para algumas divergências, que continuam informando os trabalhos acerca da identidade. Se para Lévi-Strauss, a questão da identidade necessitaria ser estudada numa via oposta à perspectiva de um substancialismo dinâmico, compreendendo-a como "une sorte de foyer virtuel auquel il nous est indispensable de nous référer pour expliquer un certain nombre de choses, mais sans qu'il ait jamais d'existence réelle... son existence est

purement théorique : celle d'une limite à quoi ne correspond en réalité aucune expérience" (LÉVI-STRAUSS, 1983:332), para Barbu, ao contrário, as intervenções dos participantes do seminário, sugeriram que a questão da identidade "conota, sempre, diferença, auto-confinamento, auto-definição, isolamento, em suma, qualquer coisa de completamente alheio e exterior à lógica da estrutura." (BARBU, 1980:299)

Para Duarte (1986A), as Ciências Sociais elegeram três grandes focos de estudos no campo da identidade: 1) a relação entre identidade pessoal e identidade social; 2) a questão filosófica do princípio de identidade; 3) a questão propriamente antropológica, dos sistemas de classificação e valor. Segundo o autor, Emile Durkheim e Marcel Mauss demonstraram o verdadeiro sentido do sistema classificatório, enquanto sistema que distingue, diferencia, hierarquiza e que pressupõe sempre uma totalidade. Entretanto, apesar da grande contribuição dada em duas obras clássicas, "As Formas Primitivas de Classificação" e "Formas Elementares da Vida Religiosa", a visão adotada por estes autores, reforçava a perspectiva da identidade enquanto princípio de não-contradição.¹

Como se assinalou atrás, foram os trabalhos produzidos em torno da questão da identidade étnica os que mais contribuições trouxeram para a reformulação da questão da identidade social.

1." A maneira como aparece aqui o valor não é o que permite pensar as diferenças, mas sim o que constitui linear e substantivamente as "identidades"." DUARTE, 1986a : 80

"O que se ganhou com os estudos de etnicidade foi a noção clara de que a identidade é construída de forma situacional e contrastiva, ou seja, que ela constitui resposta política a uma conjuntura, resposta articulada com outras identidades em jogo, com as quais forma um sistema. É uma estratégia de diferenças." 1

Em primeiro lugar, estes estudos sublinharam a importância de se conceber a relação que pesquisadores de sociedades e grupos diferentes e distantes ao seu, estabeleciam com seus "objetos" de trabalho, como relações, elas próprias, inter-étnicas:

"...não se trata apenas da relação clássica entre sujeito cognoscente e objeto cognoscível (relação esta que é crítica em toda e qualquer disciplina), trata-se antes da peculiaridade da relação sujeito/objeto, que envolve indivíduos pertencentes a mundos radicalmente diversos; radicalmente porque diferentes pela raiz, pela origem, por histórias que, mitificadas ou não, articulam esses indivíduos em campos semânticos próprios..." (OLIVEIRA, 1980:244)

Mais recentemente, através das contribuições originais de Roberto da Matta (1978) e Gilberto Velho (1978), pôde-se perceber que, o interesse contemporâneo da Antropologia em voltar-se para o estudo da própria sociedade do pesquisador encerrava desafios metodológicos no mínimo próximos daqueles vividos no clássico encontro do antropólogo com o diferente no interior da cultura do "outro". Ambos apresentam características de um verdadeiro diálogo inter-étnico: são marcados pelo estranhamento, pela descontinuidade, pela negociação de

1. CUNHA, 1985 : 205. Uma breve mas interessante análise do desenvolvimento de estudos sobre a Identidade étnica foi realizada por Roberto Cardoso de Oliveira na Mesa Redonda "Identidade e Estrutura Social", promovida pelo Seminário "A Pesquisa Etnológica no Brasil", em 1978 na Academia Brasileira de Ciências, e publicada no Anuário Antropológico 78, (Rio, Tempo Brasileiro, 1980), 243:263

sentidos.¹

Em segundo lugar, os estudos sobre a identidade étnica trouxeram algumas contribuições teóricas não só aplicáveis ao estudo das sociedades indígenas, mas também extremamente úteis para a compreensão das relações que se estabelecem entre os diversos grupos étnicos :²

* - sendo um elemento fundamental na constituição e organização de uma cultura, a identidade não pode ser com ela confundida. Para que o conceito mantenha sua operatividade, a identidade, seja ela étnica ou não, deve ser compreendida enquanto algo mais dinâmico, porém mais situacional, que revela a utilização de elementos culturais por sujeitos singulares;

* enquanto tal, a identidade tem sua força motriz, ou como diz Oliveira, sua própria essência nas relações que se travam entre os diferentes sistemas de classificação existentes numa mesma sociedade, ou entre sociedades diferentes mas colocadas em contato, e nas relações em que diferentes sujeitos participam em uma mesma cultura,;

* como fenômeno essencialmente relacional, e

1.é interessante notar como grupos urbanos com delimitações comportamentais singulares e exclusivos vêm sendo chamados de "tribos urbanas", numa alusão clara à esta questão .

2.Foge aos propósitos deste estudo a enumeração e análise destes estudos.Entretanto,é preciso citar as contribuições brasileiras mais expressivas. Roberto Cardoso de Oliveira em seu livro *Identidade. Etnia e Estrutura Social*, (SP,Pioneira,1976), sistematizou uma nova perspectiva de análise, o que ele próprio chamou de uma teoria geral da etnicidade,tornando-se referência obrigatória aos estudos de identidade.Roberto da Matta,Alcida R.Ramos,Manuela Carneiro da Cunha,Luis Fernando Dias Duarte,Carlos Rodrigues Brandão,e tantos outros,desenvolveram estudos relativos a minorias étnicas,imigrantes,grupos de trabalhadores etc.

não-substantivo, a identidade está sempre em processo, gerando confrontos, enfrentamentos, novas configurações e simbioses originais;

* decorre daí a perspectiva de compreendê-la não como continuidade de um passado vivido, reminiscências atualizadas, mas como processo contínuo de construção de um consenso capaz de, em situações específicas, fornecer elementos para que os iguais se reconheçam como iguais, e os diferentes se localizem como diferentes;

* este processo consolida-se como prática de construção e seleção de traços e marcas, que definem o olhar com que cada sujeito, grupo ou sociedade concebe a si próprio, e ao "outro", mas também a maneira como idealiza ser concebido e compreendido;

* em suma, trata-se de sublinhar seu caráter processual, contrastivo e não substantivo.

Gustavo Lins Ribeiro (1990), em um interessante estudo sobre a Identidade de trabalhadores de empresas transnacionais, e George E. Marcus (1990) em recente artigo sobre a questão da identidade e modernidade, levantam novas questões relativas aos desafios que a contemporaneidade coloca para os estudos da área.

Para Marcus, uma das marcas dos trabalhos etnográficos mais ousados da atualidade, é a tentativa de se investigar os processos de formação de identidades sociais no contexto da modernidade, ou seja, em sociedades fragmentadas e heterogêneas. Tais estudos contemporâneos, representam uma

superação dos paradigmas de desenvolvimento e modernização, dominantes nas décadas de 50 e 60.

Enquanto estes últimos tratavam de recompor ou reinventar tradições que pudessem neutralizar os efeitos do progresso, procurando a restauração da coerência e estabilidade da identidade, os trabalhos mais recentes tratam de estudar os "múltiplos e sobrepostos fragmentos de identidade."

Para Marcus, "as conotações de solidez e homogeneidade ligadas à noção de comunidade, seja esta concentrada num local ou dispersa, tem sido substituídas no enquadramento da modernidade pela idéia de que a produção localizada de identidade - de uma pessoa, de um grupo, ou até de uma sociedade inteira - não depende apenas e nem principalmente das atividades observáveis, concentradas dentro de uma localidade específica, ou de uma diáspora. A identidade de alguém, ou de algum grupo, se produz simultaneamente em muitos locais de atividades diferentes... Para uma abordagem modernista quanto à identidade numa etnografia, é o processo de uma identidade distribuída em muitos lugares de caráter diferente que precisa ser entendido." (MARCUS, 1990:10)

Tal processo inaugura, dentro da Antropologia, uma busca de compreensão da "maneira como as identidades coletivas e individuais se negociam" em contextos novos, onde tradicionalmente os pesquisadores não realizavam seus estudos. Um destes contextos, privilegiado para a análise da identidade na modernidade, são os circuitos migratórios em escalas transnacionais, que fazem surgir sujeitos sociais marcados pela desterritorialização "no sentido da perda de possibilidade de

realizar uma identificação unívoca entre território/ cultura/ identidade.¹

Em suma, estes autores sugerem que :

* a identidade longe de revelar uma "essência irredutível", se consolida como um "fluxo multifacetado sujeito a negociações e rigidez" variáveis de acordo com o contexto interativo;

* a fragmentação decorrente destes novos padrões de organização social, é "vívda, de um lado, como um dado ou uma realidade estruturadora do sujeito, e de outro, como um conjunto característico do próprio sujeito." Neste processo, uma das faces desta "identidade caleidoscópica", pode se estruturar provisoriamente como mais hegemônica do que outras;

* mais do que uma herança de agentes sociais particulares, a Identidade se constitui, neste contexto de sociedades modernas e pós-modernas, num "fenômeno de disseminação", imerso num processo de reconstrução contínua, cabendo ao pesquisador a tarefa de compreendê-la em suas múltiplas migrações e dispersões.

Já Maria Célia Paoli (1987), em trabalho apresentado no Seminário "Questões sobre a Cultura Operária", realizado em 1982 pela Associação Brasileira de Antropologia,

1. RIBEIRO, 1990: o autor analisa o caso dos trabalhadores de canteiros de obras de empresas multinacionais, localizados em sociedades complexas, e a emergência destas próprias empresas como instituições reponsáveis pela manutenção de mecanismos de reprodução e fixação de identidades nacionais numa situação de forte segmentação étnica, através da organização de "escolas étnicas", veiculação de vídeos e informações.

afirma que, as Ciências Sociais no Brasil, realizaram nos últimos anos um significativo rompimento com certas categorias de análise das classes trabalhadoras. Este rompimento revela a incorporação de certos avanços teóricos na abordagem da cultura e da identidade :

* "...descobriu-se, por exemplo, (...) que existem grupos sociais, com identidades definidas, que atravessam as classes sociais...";

* introduziu-se como elemento importante a compreensão da heterogeneidade, enquanto dimensão constitutiva da sociedade brasileira, que necessitaria ser analisada através "das diferenças inter e intraclasses sociais (...) diferenças estas que não são mais pensadas a partir de um paradigma unitário";

* a própria concepção do "social", assume uma nova conotação, priorizando a dimensão da diversidade de experiências vividas por "grupos sociais diferenciados por distintas formas de representação e ação"; (PAOLI, 1987:56)

* nesta perspectiva, a compreensão dos processos sociais de dominação passa a requerer não mais uma referência exclusiva ao campo do poder, mas a "critérios de inteligibilidade dados pelas condições e pelo trajeto da própria vida dos dominados". Reintroduz-se, assim, o simbólico como centro do trabalho nas ciências sociais, incorporando a questão da cultura como condição para a compreensão das relações sociais entre

diferentes e desiguais;¹

* nesta perspectiva, supera-se a divisão instituída pela Antropologia e pelas Ciências Políticas, projetada sobre a realidade, entre a heterogeneidade dos universos culturais e os processos de dominação e poder, ao mesmo tempo em que recupera-se, nas análises, o lugar dos sujeitos interlocutores em seus processos de interação social.

1." Quando a sociologia redescobre e recupera a noção de sentido, quando a ciência política se encanta com a noção de hegemonia, quando as ciências sociais incorporam a idéia de 'discursos' que disciplinam a singularidade, quando, enfim, se reconhece que os sujeitos históricos têm emoções, experiências, tradições e valores próprios que os colocam numa relação consigo mesmo, diferenciada e se projetando no tempo, há uma redescoberta do cultural como central ao entendimento da dominação - algo que não se esgota na ideologia, ou nas lógicas e necessidades da produção e do poder, embora as suponham." (PAOLI, 1987 :57)

III

Considerando este leque de questões teóricas aqui apontadas, resta sistematizar os componentes básicos para uma análise da identidade social em situação de contato.

Em primeiro lugar, no que se refere à sua conceituação, a identidade social, seja em sua dimensão étnica, nacional ou de gênero¹, expressa a organização social de um grupo ou de uma sociedade, constituindo-se como um processo de representação coletiva, resultado do próprio reconhecimento social das diferenças. Como tal, a identidade se produz, enquanto algo dinâmico e processual, nas intersecções entre os indivíduos e seus grupos e entre estes e outros grupos considerados diferentes.

A identidade expressa além das formas de produção de bens e das formas de organização da vida coletiva, as concepções e idéias fundamentais para a conduta dos sujeitos: a visão de mundo, o sentido da vida, os projetos, construídos a partir dos saberes, dos valores, das emoções que qualificam a tudo e a todos.²

Trata-se, pois, de um fenômeno dinâmico, que estabelece as possibilidades de reconhecimento e localização

1. Não se ignora aqui as especificidades que cada uma dessas dimensões da identidade possuem. Entretanto, para os propósitos deste estudo, optou-se por uma conceituação genérica e abrangente.

2. VELHO, 1986 ; BRANDÃO, 1986 ; BARBU, 1980.

social, tendo como limites extremos a igualdade e a alteridade. Neste trânsito contínuo, afirma-se como um processo expressivo, que lança mão dos mais variados valores e estratégias na construção de suas configurações.

Em segundo lugar, como já foi afirmado, apesar da concretude de suas configurações, a identidade apresenta-se como uma realidade de não-substancialidade, ou seja, uma realidade que para ser analisada, deve ser tomada como um fenômeno essencialmente simbólico: "... são construções, são realizações coletivas motivadas, impostas por alguma ou algumas razões externas ou internas ao grupo, mas sempre e inequivocamente realizadas como um trabalho simbólico ..."¹ Embora construída a partir de experiências concretas, originais e específicas, o que caracteriza a identidade é "o perecimento de sua definição que está sempre em processo". (MONTEIRO, 1987:15)

Decorre desta característica de não-substancialidade, um terceiro ponto importante: a identidade é construída de forma situacional e contrastiva, isto é, através de uma manipulação simbólica estratégica no interior das relações. A identidade não se afirma isoladamente, surge da oposição de um nós diante dos outros ².

1. BRANDÃO, 1986 : 110. Lévi-Strauss assim define esta característica: "... fonction instable et non réalité substantielle, lieu et moment, pareillement éphémères, de concours, d'échanges et des conflits auxquels participent seules, et dans une mesure chaque fois infinitésimale, les forces de la nature et de l'histoire suprêmement indifférentes à notre autisme." (1977 : 11)

2. OLIVEIRA, 1976; DUARTE, 1986b; CUNHA, 1979; RUBEN, 1986; BRANDÃO, 1986; SEYFERTH, 1986

Enquanto tal, pressupõe sempre relações sociais regidas por categorias que disciplinam o "jogo dialético entre semelhanças e diferenças", seja no interior de um mesmo grupo, seja nas relações com outros. Esta contrastividade, decorrência imediata das situações de contato, sejam estas através de processos de interação expoliativa ou não, de processos de comunicação, de interação à distância ou de transposição de fronteiras culturais, desenha um quadro de rica complexidade :

* o processo de identificação se dá através de limites inclusivos, quando o grupo define para si próprio a pertinência ao seu grupo e, limites exclusivos, originados na percepção do outro sobre si;

* neste processo, tanto elementos positivos quanto elementos negativos, ou estereotipados, são utilizados como mecanismos de identificação. São limites e marcas que pretendem "assinalar a dimensão construída pelos homens e escolhida como privilegiada para individualizar o grupo no concerto da diversidade social." (RUBEN,1986:88)

* esta contrastividade, decorrente de relações entre diferentes que ou se confrontam como desiguais, ou se integram simetricamente ou se evitam radicalmente, comporta sempre um componente especular, resultado do processo de atribuição de significados que definem iguais e diferentes¹. Além de ser resultado de uma auto e hetero atribuição de sinais e

1.Christopher Croker num interessante trabalho apresentado no Seminário sobre Identidade, coordenado por Claude Lévi-Strauss, mostra como este processo se dá entre os Índios Bororo. Ver "Les Réflexions du Soi ", in Lévi-Strauss, 1977

traços distintivos, a Identidade manipula elementos encontrados nos sujeitos e grupos colocados em contato ou em questão, fazendo com que cada um seja, num certo sentido, uma reconstrução, negativa ou positiva, do outro;

* mesmo quando não decorrente ou inauguradora de conflitos, a contrastividade pode gerar relações de hostilidade, pois como afirma Cunha (1978), é típico das relações inter-étnicas a recorrência à hostilidade para a construção do Outro como um diferente.

Uma quarta característica básica da Identidade Social, diz respeito à sua operatividade ou funcionalidade. Além de decorrer das condições materiais, sociais e simbólicas em que se localizam, gerando aí processos de transformação, extermínio ou mesmo de resistência e preservação, a Identidade é também objeto de uma manipulação estratégica ou conjuntural, o que revela, mais uma vez, seu caráter relacional e não-substancial." Além de eminentemente dinâmica, fazendo-se e refazendo-se, de acordo com as necessidades de diferenciação e /ou demandas de legitimação "¹a identidade, ou melhor, sua manutenção ou transformação atende a conveniências, vividas por sujeitos que colocados em contato, vivem a experiência social de serem minorias e/ou "estrangeiros", tanto em situações de transferência de um grupo a outro, em trânsito contínuo de seu grupo para outros grupos ou mesmo de convivência e integração com grupos diferentes.

1. NEGRÃO, 1990 : 32 . Este trabalho desenvolve uma análise sobre a construção da identidade na Umbanda.

A identidade possui, da mesma forma como a cultura que a engloba, além de seu caráter compulsório, um espaço de manipulação, de operatividade, que permite a abertura de espaços concretos para que os sujeitos continuem se reconhecendo distintivamente, mesmo que, assumindo, concomitantemente "múltiplas possibilidades de classificação/ identificação ao longo de um mesmo eixo de significação..."¹

Uma quinta característica a ser destacada nos remete à percepção do lugar do indivíduo no processo de identificação. A identidade, tomada como um repertório articulado e dinâmico de concepções, conceitos e valores, que possui uma existência anterior e exterior ao indivíduo (ou seja, se origina no grupo social), se consolida como uma experiência pessoal através de processos inter-subjetivos de incorporação e aprendizagem. Isto quer dizer que, apesar de seu caráter de anterioridade ao indivíduo, a identidade só se reproduz enquanto fenômeno cultural se objeto de participação subjetiva. Diferentes sujeitos, pertencentes a uma mesma etnia, ou a um mesmo grupo social, vivem de maneira também diferente o "problema" da identidade: recortam, reconstroem, reforçam elementos diferentes

1. DUARTE, 1986b : 300 . SEYFERTH, 1986, mostra como os migrantes italianos, alemães e poloneses do sul do Brasil, manipulavam suas identidades para obterem a cidadania brasileira, mas continuando com suas próprias culturas. BRANDÃO, 1986; FIGOLI, 1985; RAMOS, 1980, mostram como este processo se desenvolve em relações inter-tribais e inter-étnicas entre os povos indígenas no Brasil. Mostram que, mesmo em situações de contato entre culturas assimétricas de grupos sociais desiguais, um não assume simplesmente a identidade que o outro lhe atribui, mas a pensa e quando a incorpora, o faz através dos valores de sua própria cultura.

destes repertórios. Introduz-se assim a questão da diversidade no interior de uma mesma configuração identificatória.¹

Por fim, decorre desta perspectiva, que a análise da identidade deve se dirigir sempre á compreensão dos referenciais utilizados para a sua construção, sua diversidade e manipulação no interior do próprio grupo social a que se refere, e ao processo de comunicação que estabelece com o que lhe é exterior.

Neste sentido, algumas configurações parecem se erigir como recorrentes, apesar de não dominantes e nem homogêneas, nos diversos grupos sociais, como se fossem variáveis recorrentes de uma equação algébrica, que alteram seus valores e seu próprio sentido em função das demais variáveis em questão². Trata-se de estudar a Identidade através da pesquisa sobre os princípios de identificação e os vários processos e níveis de inclusão e exclusão em que estes princípios operam. (SEEGER,1984)

Dentre um espectro variável de princípios e configurações que os estudos de identidade revistos para a construção do marco teórico deste trabalho, podem ser destacados:

* A DIMENSÃO DO TEMPO, DA HISTÓRIA E DA MEMÓRIA -

onde a Identidade constrói uma espécie de continuidade temporal

1.Não se trata aqui de uma dicotomia entre identidade pessoal versus identidade social,mas da compreensão das inter-relações entre estas duas dimensões,tomadas como construções engendradas na vida social e configuradas enquanto categorias de representação e classificação.

2.CUNHA,1985,se utiliza desta analogia tomada a G.Simmel.

designando semelhanças, definindo tradições, identificando continuidades e rupturas, tomadas como fundamentais. Nesta dimensão, como mostram Cunha (1985) e Duarte (1986B), as tradições, o passado, são sempre objeto de uma reinvenção operada pelas condições do presente : " Mais do que podermos dizer que o presente é reflexo ampliado do passado, deveríamos poder perceber que é este que se ilumina dos reflexos ativos do presente." (DUARTE:1987:38) Nesta dimensão o passado é tomado como um "ator ideológico" que é problematizado e legitimado na atualidade, tendo como referência a conceituação e a experiência de organização do tempo vivido no presente. A lembrança de um outro tempo, não se constrói em dissociação com a experiência do tempo vivido no presente.

* A DIMENSÃO DA TERRITORIALIDADE - tomada, juntamente com a questão da historicidade, como um dos elementos cruciais no engendramento da Identidade, em cujo cruzamento, a memória se exercita (SILVA,1984). O fato de se pertencer a um determinado espaço geográfico, histórico, econômico e afetivo, ou mesmo a incapacidade de recuperar a ligação do indivíduo ou grupo com um respectivo território, são elementos importantes na construção da identidade. E.E.Evans-Pritchard, em seu clássico estudo etnográfico sobre os Nuer, afirma que a identidade Nuer passa pela construção de um sentimento e compartilhamento de uma mesma região. "O sentimento tribal baseia-se tanto na oposição às outras tribos, como no nome comum, no território comum, na ação conjunta na guerra, e na estrutura comum de linhagem de um clã

dominante.”¹

*CONFIGURAÇÕES DIVERSAS

- Segundo Velho (VELHO,1986:51), “todos os processos internos de diferenciação de uma sociedade são relevantes.” Nesta perspectiva, são várias as configurações de valores, que transformados em “símbolos identificatórios”, são chamados à cena dos processos de identificação. Se não tão inclusivos como a dimensão da história e da territorialidade, suficientemente recorrentes e operantes ao nível de agenciamentos, enunciações e organização social do cotidiano.

Nessa medida, a visão que cada um tem de si e do Outro, opera de forma contrastiva e relacional através das concepções e práticas de religiosidade e fé, ideologias de superioridade e inferioridade, associadas à capacidade de trabalho e propriedade de terra, regionalismos impressos no idioma/dialeto, em rivalidades ritualizadas ou lúdicas, no casamento, no compadrio, nas relações de parentesco em geral, nos rituais e festas coletivas, e nas apropriações e utilizações de categorias de classificação, próprias de sujeitos e grupos que se interpõem entre diferentes ou que agenciam seus contatos.

1. EVANS-PRITCHARD, 1978:132. Ele relata também o costume dos Nuer que, ao deixarem suas tribos de origem para se mudarem definitivamente para outra, carregavam uma determinada quantidade de terra de sua região, para ser bebida, misturando em uma solução de água, e adicionando gradativamente quantidades de terra de sua nova tribo, ser bebida. Assim fazendo, rompem com os laços tradicionais e estabelecem outros com o novo território. (id.)

CAPÍTULO 2

CAPÍTULO 2

UMA PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA DE ANÁLISE DA REALIDADE CAMPONESA

I

A produção de conhecimento acerca dos sujeitos e dos processos sociais rurais no Brasil na última década, parece ter algumas características que, se não esgotam a diversidade das temáticas e abordagens desenvolvidas, delineam marcos gerais através dos quais pode-se compreender como tal empreendimento vem ocorrendo.

Segundo Santos (1990) pode-se identificar um certo paradoxo entre as tensões sociais no campo e a produção de um conhecimento sociológico à respeito das questões rurais. A própria formação da sociedade brasileira, marcada por uma significativa heterogeneidade, aliada às características dos modelos econômicos experimentados ao longo da história do país - que sempre excluíram de seus ganhos e benefícios grandes contingentes populacionais - fez com que "um dos efeitos desse paradoxo (fosse) a extrema ideologização das análises sobre o 'rural', nas quais a perspectiva política parece sobredeterminar a visão analítica." (SANTOS, 1990:3)

Segundo o autor, na década de 80, podem ser apontados 4 eixos temáticos, em torno dos quais as pesquisas, na área das Ciências Sociais, concentraram suas atenções :

1 - As análises sobre a atuação do Estado no espaço rural através de políticas agrárias e agrícolas. O interesse aqui girou em torno da eficácia das políticas públicas voltadas para o "meio rural", em grande medida marcadas pelo discurso da modernização.¹

2 - Um segundo eixo temático se ocupou das relações sociais no campo, procurando compreender os 3 grandes agrupamentos aí presentes: as classes dominantes rurais, o campesinato e os trabalhadores assalariados rurais. Se, por um lado, no que se refere às classes dominantes, os estudos se dedicaram mais à busca de compreensão das transformações dos padrões de dominação do que propriamente a constituição deste sujeito dominador, por outro lado, nos estudos sobre o campesinato a tendência foi inversa. A compreensão dos processos de reprodução social, as formas de trabalho familiar, as relações de parentesco, a crise do campesinato, foram estudados levando-se em conta a diferenciação interna dessa categoria de sujeitos, sua consciência, ideologia e representações. Dentre os trabalhadores rurais assalariados, a preocupação maior recaiu sobre os trabalhadores temporários, sublinhando-se a questão do trabalho feminino, e a construção simbólica desse grupo.

1. Na área das políticas agrárias, as pesquisas cuidaram de estudar os impactos de grandes barragens, os projetos de ocupação do cerrado, os tão festejados PDI - Projetos de Desenvolvimento Integrado, a reforma agrária, as políticas de colonização, etc. Já no campo das políticas agrícolas, foram produzidos estudos sobre os pacotes tecnológicos de modernização, os incentivos econômicos à produções específicas (pecuária, cana etc), a política energética, irrigação, planejamento participativo e percepção dos técnicos à respeito da modernização do campo.

3 - Os conflitos e lutas sociais no campo, especialmente, a reconstrução sociológica de realidades regionais de violência envolvendo camponeses, posseiros, colonos, volantes, em torno do acesso à terra, dominaram um outro eixo temático neste período. Nessa linha, a compreensão do imaginário dos sujeitos envolvidos, suas concepções e percepções foi iniciada.

4 - Por fim, os mediadores técnico-políticos, presentes nos diferentes processos sociais agrários, constituíram um quarta linha de pesquisas. São eles: os técnicos de agências estatais, o cooperativismo, o sindicalismo rural, a igreja etc., que atuam de forma significativa como uma espécie de "engenheiros sociais" que ativam as políticas públicas e possuem um papel relevante na organização e representação simbólica das lutas no campo.

Se, numa perspectiva mais horizontalista e mapeadora, pode-se afirmar que os estudos sobre a realidade rural brasileira se multiplicaram procurando cobrir a diversidade de questões e processos próprios do contexto, o mesmo não se pode dizer se a perspectiva de análise fôr mais crítica. A despeito das contribuições metodológicas trazidas - o privilegiamento do trabalho de campo e a utilização de estratégias mais qualitativas de coleta de informações - alguns obstáculos epistemológicos dominaram a década, esboçando problemas que impediram a emergência de uma "sociologia dos processos sociais agrários", que pudesse superar os limites da tradicional "sociologia

rural". (SANTOS, 1990:21)

A filiação teórica à sociologia rural de orientação funcionalista, fortemente marcada pela ideologia da modernização, acabou estabelecendo visões polarizadas, onde a dicotomia tradicional/moderno, rural/urbano dominavam. Tais análises revelam ainda a presença marcante de uma perspectiva evolucionista de pensar a história, que é em grande parte também responsável pelas justificativas de processos de dominação e exploração social "travestidos" como propostas de modernização.

Por outro lado, as relações sociais no campo foram tendencialmente estudadas através de uma ótica classificatória, que fez derivar da posição das classes sociais, no processo produtivo, suas propriedades substantivas. A determinação econômica, consubstanciada na posição de classe, produziria uma singular situação, de onde se poderia derivar a compreensão da identidade social e do processo de reprodução social de seus sujeitos. A situação de classe é tomada como parâmetro, através do qual pode-se classificar, atribuindo-se ideologias imanentes e comportamentos políticos prováveis a seus sujeitos.¹

No Brasil, parecem ter se desenvolvido 2 categorias gerais de abordagem do camponês :

1. "Pelas mesmas razões por que o camponês foi considerado marginal e residual na produção, a avaliação de suas representações e ações na análise política sempre foi minimizada. A minoridade conferida à ação política do camponês está presente em diversas tendências de interpretação sobre o meio rural brasileiro." MOURA, 1986:52

1 - Uma certa perspectiva privilegia os condicionantes externos do processo de reprodução social camponês, ou melhor, a lógica do capital. Aqui, a reprodução social camponesa é tomada como subordinada ao capital. Essa abordagem

"coloca em evidência as determinações mais gerais da reprodução camponesa e o caráter subordinado de sua produção - e mais do que isso, que a reprodução depende da subordinação. Não obstante, tende a perceber o campesinato como uma espécie de massa de manobra do capital, minimizando, ou simplesmente ignorando a existência de uma lógica reprodutiva interna ao campesinato, assim como uma ação camponesa de defesa contra pressões externas." (SUAREZ ET ALLI, 1983:150)

2 - Uma segunda perspectiva dominante, complementar à primeira, focaliza prioritariamente o cálculo econômico e social sobre o qual os camponeses constroem suas estratégias de reprodução, priorizando a compreensão de sua lógica econômica. "Com grande frequência, particularmente no Brasil, o campesinato foi construído como uma economia." (WOORTMANN, 1990:11)

Esta perspectiva, ao estudar o camponês através de sua lógica econômica, da organização dos fatores para a sua reprodução, e de sua subordinação ao capital, acaba por limitar a riqueza e complexidade da realidade camponesa a duas ordens de questões: sua conformação enquanto força de trabalho e sua realidade demográfica.

A agricultura de subsistência, por exemplo, característica de um modo de vida camponês, é tomada por um conjunto de ausências - solo pobre, trabalho lento, capital tímido, primitivismo tecnológico, produtividade reduzida, falta de racionalidade, falta de espírito empreendedor e de poupança.

Essa perspectiva, que só vê atributos negativos na sociedade rural, acaba idealizando a incrementação capitalista como sua única alternativa viável. (MOURA, 1988:5)

Este parece ser o quadro também encontrado quando passamos do estudo do camponês genérico, para uma categoria específica de trabalhadores rurais: os migrantes e temporários.

Segundo Oliveira (1972), desde o aparecimento do primeiro estudo empírico à respeito das migrações internas, feito pelo inglês E.G. Ravenstein em 1889, houve sempre uma tendência a focar a migração sob o ponto de vista econômico, enfatizando-se a questão da racionalidade do migrante, tomado como um sujeito que, ao migrar, realiza um raciocínio eminentemente objetivo de perdas e ganhos econômicos, com o qual definiria sua mobilidade espacial.

No Brasil, alguns dos primeiros estudos sobre o fenômeno ¹ ressaltavam os aspectos demográficos da questão. Trabalhando com dados censitários, relacionavam-se condições climáticas, apropriação e posse de terras, fatores demográficos, compondo uma espécie de quadro de causalidade estrutural. A análise se dava através de uma macro-perspectiva, que ao manipular dados censitários, desprezava o sistema de categorias que compunham o universo social do migrante.

No geral, o trabalhador migrante rural ora vem sendo explicado sociologicamente por determinantes que lhe são externos e compulsórios - o estabelecimento do Estatuto do

1. SOUZA BARROS, 1953 e CAMARGO, J.P., 1960. Apud. Oliveira, 1972.

Trabalhador Rural, a mecanização das lavouras, os diferenciais de renda, a capitalização do campo - ora são estudados através de postulados psicologizantes, de origem culturalista, que através de estudos empíricos tentam medir graus de adaptação e satisfação do migrante aos novos contextos sócio-culturais, através de sua verbalização.¹

Além disso, há uma predominância de estudos sobre a migração do meio rural para o meio urbano, priorizando o processo em sua ocorrência definitiva. Conseqüentemente, os fluxos de migração temporária e sazonal, que ocorrem entre zonas rurais diferentes, ainda se mostravam pouco estudados no início dos anos 90.²

Alguns equívocos recorrentes nas análises sobre o campesinato brasileiro, e, mais especificamente, sobre trabalhadores rurais temporários, atestam a utilização de modelos de interpretação que negam ao camponês sua condição de sujeito social, posto que o concebem apenas na perspectiva da falta, do atraso, da tradição. Ao utilizarem o binômio falta/negação como um quase-sinônimo da situação camponesa, estes estudos reproduzem em suas perspectivas o mesmo que criticam: ao "denunciarem" a exclusão do camponês da sociedade abrangente, acabam promovendo teóricamente uma segunda exclusão.

Mello (1975), num trabalho realizado nos anos 70

1. GONZALES & BASTOS, 1974. MELO DA SILVA, 1985

2. Segundo a Associação Brasileira de Estudos Populacionais, existem lacunas significativas nos estudos sobre migração sazonal, faltando também uma perspectiva que a veja como um processo que englobe um ciclo de vida coletivo. Ver GOZA & RIOS-NETO, 1988.

sobre os "bóias-frias", chegava a concluir, utilizando-se de Marx e Lukács, que "em função do caráter intermitente do seu trabalho, da depreciação de seu salário, e a conseqüente miserabilidade em que vive", o que acaba refletindo ao nível de seu subjetivo, o trabalhador volante "vive numa constante insatisfação e numa constante expectativa de melhores condições de vida, o que é constantemente frustrado nas suas diversas tentativas."

Nesse tipo de análise, a consciência do sujeito social é reduzida a uma dada forma de concepção de poder, de luta política, única via capaz de mobilizar e alterar o cenário da vida desses trabalhadores. A autora, apesar de relativizar a relação entre o "campo das carências" materiais, e o universo das "consciências possíveis", ao afirmar que, a despeito de toda a falta, instabilidade e carência - que marcam a vida cotidiana dos "bóias-frias" - sua permanente insatisfação com a própria instabilidade delinea uma consciência, que, se não é revolucionária, é no mínimo negadora, defende a idéia de que os "bóias-frias" vivem num estágio de "reconhecimento, embora mistificado, da impossibilidade de realização de sua perspectiva de futuro."

Nessa linha de análise, a concepção de subjetividade utilizada, não nos remeteria ao campo do simbólico, mas ao campo do ideológico posto que está sempre "referida à sua posição de classe, isto é, ao seu papel no processo produtivo, e às relações sociais de produção que mantém com os demais grupos, que compõem a totalidade na qual define a sua existência."

Outro estudo dessa época, apresenta conclusões bastante próximas, afirmando que "as oportunidades econômicas em termos de trabalho permanente ou volante, produção, renda ou ocupação autônoma dos trabalhadores rurais são a força motriz da migração." O elemento econômico é tomado como central para explicar qualquer processo migratório. (GONZALES & BASTOS, 1974:17)

Outros autores, em estudos mais recentes, citam Maria Isaura Pereira de Queiróz e Antonio Cândido, para afirmarem a existência de uma certa uniformidade¹ na vida camponesa: "apesar desta heterogeneidade, (eles possuem) formas semelhantes de organização do trabalho e da vida, de sociabilidade, de representar e agir sobre o mundo, de produzir e transmitir conhecimento que dão unidade à diversidade." (MULLS, 1989:46)

Esta uniformidade de destino se expressaria na submissão a que os trabalhadores rurais estão fadados: "A idéia chave desta análise é a seguinte: essa dependência-sujeição, que tem as suas raízes nas condições materiais de existência, adquire materialidade no aparato psíquico do indivíduo e se torna, conseqüentemente, moral e ideológica." (MULLS, 1989:49)

Em termos gerais, os estudos voltados para o conhecimento da realidade dos trabalhadores rurais, principalmente aqueles informados por uma perspectiva sociológica ou econômica de análise, vêm insistindo em apontar a extensão da

1. Posteriormente, retorna-se a esta questão não mais na perspectiva de descobrir uniformidades, mas de interpretar a recorrência de certos princípios gerais presentes na maioria das sociedades camponesas.

Legislação Trabalhista ao meio rural, a promulgação do Estatuto da Terra, o desenvolvimento de relações capitalistas na agricultura, e suas conseqüências (modernização, estagnação de áreas, concorrência com grande proprietário, etc.) como causas estruturais dos problemas vividos pelo pequeno produtor rural, que se vê obrigado a se "proletarizar". Parte-se do pressuposto teórico de que a penetração do capitalismo no campo altera as relações de produção e trabalho de forma definitiva e autoritária, fazendo com que todos os processos subseqüentes sejam explicados em torno da "lógica do capital".

Esta perspectiva,

"ainda que não explicitamente, parece se encontrar associada a uma concepção de classe, que se fundamenta na posição em que os indivíduos se encontram com relação aos meios de produção. Situando-os na estrutura econômica, depreende-se a organização política que deveriam ter, a qual, em geral, é percebida em termos normativos e a partir de sindicatos e das organizações partidárias."(IVO:1983:4)

José de Souza Martins, apesar de adotar uma perspectiva macro-estrutural, que prioriza a questão da penetração do capitalismo no campo como fator preponderante para a compreensão do universo rural brasileiro, não anula, em suas análises, o lugar do sujeito. Para o autor, a migração, por exemplo, longe de se reduzir a uma transferência de um espaço para outro, "consiste na transição do sujeito, sozinho ou em grupo, de uma sociedade à outra", de uma cultura à outra.(MARTINS,1973:19)

Poucos foram os estudos que abordaram o trabalhador rural com a necessária atenção à sua complexidade e diversidade de significados. Nessa linha, os trabalhos

desenvolvidos no Museu Nacional, ao final da década de 60 e início da década de 70, constituíram-se como referências pioneiras e obrigatórias para uma nova perspectiva. Em torno da questão das transformações ocorridas na "plantation" açucareira da Zona da Mata pernambucana, várias pesquisas se desenvolveram, adotando referenciais mais antropológicos de análise¹.

Seguindo os caminhos abertos pela antropologia, Woortmann (1990:19), num recente estudo publicado, afirma que os trabalhadores rurais se movem em dois universos ao mesmo tempo: o da tradição e o da modernidade. Em sua perspectiva, os modelos teóricos construídos para se analisar a sociedade rural não podem realizar uma simplificação tipificatória de algo que é extremamente rico e complexo.

Assim, por exemplo, a simples produção para um mercado consumidor, não pode ser taxada como um processo irreversível de adoção de princípios morais e éticos do capitalismo. A trajetória camponesa, longe de se caracterizar por uma linearidade em direção à modernidade da sociedade capitalista, mostra-se como um processo de incorporação, ressignificação, resistência, que faz com que o camponês transite entre a tradição e a modernidade, em busca da manutenção, adaptação e reconstrução de sua identidade social. De acordo com o autor, "a estrada principal que conduz à modernidade (individualização, secularização, racionalidade) abre variantes que reconstróem a ordem tradicional, ou a exacerbam, como nos

1. Ver, por exemplo: PALMEIRA, Moacir, 1977; LEITE LOPES, J. Sergio, 1976; GARCIA Jr., A., 1976; BEREDIA, B., 1977; ASSUMPCÃO, L., 1978; SIGAUD, L., 1977.

chamados movimentos messiânicos e nos milenarismos."

(WOORTMANN, 1990:16)

Já Ivo (1983), nesta mesma linha de abordagem, afirma que o modelo corrente de interpretação do trabalho volante rural no país, ou seja, a análise de que tudo se deve "à penetração do capitalismo no campo", se mostra incompetente para a

"apreensão das formas como esse processo tem sido vivido pelos trabalhadores, isto é, as suas experiências, estratégias e formas de luta, condições de vida e aspirações. Limitando-se aos aspectos econômicos da questão, a maior parte dos estudos existentes dizem mais sobre suas determinações gerais que sob o processo real vivido pelo trabalhador."¹

Estas análises aqui criticadas, se apoiavam num modelo que pressupõe uma oposição entre base e super-estrutura, onde o aumento da produtividade do trabalho, as estratégias do capital, a coexistência de grupos diferentes, são todos explicados a partir do mesmo referencial, a expansão capitalista.² Aqui, a participação política é limitada à ação partidária, desagregação familiar, atraso cultural e desconfiança mútua, são vistos como decorrências da situação de intermitência, disponibilidade e concorrência a que o trabalhador assalariado

1. IVO, 1983:4. Algumas exceções são citadas pela autora. Trata-se de MARTINEZ-ALLIER 1977, SIGAUD, 1976. Trabalhos mais recentes como o de AMARAL, 1988, procuram desenvolver uma nova perspectiva.

2. Ver GONZALES & BASTOS, 1977; SILVA, 1977; STEIN, 1976; D'INCAO E MELO, 1975; SABÓIA, 1974.

rural se submete.¹

Na Antropologia, as contribuições de SAHLINS, GODELIER, HOGGART, THOMPSON, GEERTZ, dentre outros, foram decisivas para a construção de novos paradigmas para a compreensão dos trabalhadores rurais na sociedade brasileira. Transpondo os limites que uma análise economicista havia inaugurado, procurou-se superar a busca das determinações gerais do processo, concentrando-se esforços para a apreensão e análise do processo real vivido pelo trabalhador rural: suas experiências, estratégias, condições de vida, concepções e percepções.

Nessa direção houve uma significativa alteração na condução dos estudos sobre populações rurais, com a priorização de estratégias qualitativas de abordagem (observação etnográfica, histórias de vida) para a reconstituição da "significação sociológica das categorias de percepção dos grupos sociais em estudo". Buscou-se uma aproximação teórica entre os conceitos de classe social e identidade cultural, o que exigiu dos pesquisadores o "reconhecimento das dimensões simbólicas como também constitutivas das práticas sociais, ao lado das dimensões econômicas e políticas." (SANTOS, 1990:35-38)

Trata-se da superação de uma ótica classificatória que faz derivar, da posição e situação de classes, ideologias e

1. Estas análises apresentam esquemas explicativos que correlacionam o avanço da tecnologia e a migração, a decisão de migrar a uma análise de custos e benefícios pelo migrante, a própria migração ao avanço do capitalismo no campo, produzindo estagnação para uns e monopolização a outros. Ver, E. RAVENSTEIN, 1889, BALAN, 1980, SINGER, 1973

comportamentos imanentes. A percepção da complexidade dos processos sociais no campo e da diversidade e heterogeneidade de seus sujeitos e relações sociais, pôde inaugurar uma nova relação entre o objeto empírico e o objeto conceitual: a sociedade rural passou a ser vista em sua pluralidade, evitando-se submetê-la a esquemas conceituais aprioristicamente definidos, que na maioria das vezes, nega no camponês, justamente o que constitui a sua singularidade em relação a outras categorias de trabalhadores e situações de trabalho. O trabalho intelectual que transforma a realidade empírica em realidade conceitual, se abre às influências de perspectivas mais qualitativas de abordagem - a Antropologia, o Interacionismo Simbólico, por exemplo - superando polaridades conservadoras, ideologias modernizantes, e uma certa ótica funcionalista.

Estes pressupostos presentes particularmente nos estudos antropológicos, abriram novas perspectivas conceituais de análise da realidade camponesa. Estas podem ser assim sumarizadas:

1- Grupos sociais marcados pela pobreza ou pela participação marginal na organização econômica dominante de uma dada sociedade não podem ser reduzidos analiticamente a um estado de miséria cultural. Estes revelam uma singularidade cultural, a despeito dos problemas econômicos que enfrentam, e, através de práticas exclusivas e de uma lógica própria, refazem sua identidade pessoal e coletiva. O trabalho, longe de se limitar a revelar o

grau de desenvolvimento das relações produtivas de uma dada sociedade, exprime conceitos e definições básicas sobre sobrevivência, necessidade, riqueza, bem-estar, reciprocidade, etc. Nesta perspectiva, o trabalho é tomado como via através da qual cada cultura, cada grupo, maximiza seus valores culturais. (RODRIGUES, 1990:102)

2- A efetividade material da vida social, sua praticabilidade e operacionalidade, deixam de existir em sentido absoluto, passando a ser uma projeção de uma dada ordem cultural. Nesta perspectiva, os interesses e comportamentos práticos do homem, passam a ser analisados como que instalados simbolicamente, e intimamente ligadas à ordem cultural (SAHLINS, 1974). A razão que valoriza a acumulação capitalista de bens não pode ser generalizada como experiência ou tendência universal. Ao contrário, como nos mostra Mauss (1974), algumas sociedades não valorizam e até proíbem a acumulação e posse de bens. São realidades culturais onde a posse de riquezas não serve como parâmetro para atribuição de prestígio e estima social. A reciprocidade, como veremos mais à frente, transforma a troca num circuito através do qual não só a sobrevivência material se garante, mas se consolidam regras de convivência que preservam e atualizam valores culturais fundamentais.

3- O trabalho, enquanto prática social, pode ser visto como uma construção de ordenamentos simbólicos que definem seu próprio valor .prático-funcional. A produção material é tomada como o resultado de uma criação e manipulação simbólica, e somente assim

tem seu significado fixado. (GODELLIER, 1981)

4- A cultura, longe de se constituir numa variável dependente de uma lógica econômica e pragmática (IVO, 1983), revela, de um lado, a inexistência de uma racionalidade universal. O que existe são perspectivas convencionais através das quais se define conceitos como necessidade, subsistência, racionalidade, tecnologia, trabalho, riqueza, produtividade, etc. Por outro lado, sugere que tanto o homem, como a matéria prima, os produtos, os processos produtivos, sejam tomados como signos, ou seja, algo que contendo uma base material adquire uma existência social através da construção de seu significado, ou de suas representações: as coisas materiais deixam de ser analisadas como coisas em si, assumindo o sentido de núcleos nos quais se condensam relações simbólicas.¹ O domínio econômico deixa de ser considerado como um dado puro, uma realidade em si, assumindo a conotação de uma interpretação, um questão cultural para os envolvidos. (AMARAL, 1988:109)

5- A cultura das classes trabalhadoras, nesta perspectiva, deixa de ser apresentada como conjunto de faltas e carências - passividade, privação, apatia, desorganização - passando a exprimir formas concretas e criativas através das quais,

1. "O ponto essencial é que o homem não inventa uma canoa só porque deseja cruzar o rio ou vencer o mar, mas inventando uma canoa ele toma consciência do mar, do rio, da canoa e de si mesmo. Se o homem faz-se a si próprio, é preciso também não esquecer que ele assim procede porque pode ver-se a si mesmo em todos os desafios que enfrenta e em todos os instrumentos que fabrica." DA MATTA, 1987:32.

processos de vida social se desenvolvem ¹.

Tomada por Sahlins como foco central de produção simbólica em sociedades complexas, as relações de produção parecem realizar nas sociedades modernas e complexas o que antes as relações de parentesco se incumbiam de realizar e garantir: as coordenadas gerais de uma dada ordem cultural. Entretanto, apesar de considerar o primado da economia como "locus simbólico" das sociedades contemporâneas de mercado, Sahlins adverte que ser dominante não significa ser o único centro de referências. Conflitos, mediações e contradições entre o "locus" dominante e os demais, transformam o que seria o predomínio de uma dada perspectiva, num espectro de conflitos e negociações entre diferentes lógicas, diferentes saberes, que acabam por limitar a lógica dominante.

6- Neste quadro de diversidade de núcleos ou domínios organizadores da cultura, um dos desafios para a análise cultural é justamente a compreensão das fronteiras e ambigüidades presentes nos limites de cada um e nos espaços de fricção ou interação entre domínios diferentes. A comunicação entre sujeitos sociais portadores de lógicas diferentes, a interpretação que cada indivíduo realiza no interior de um mesmo domínio, a experimentação e enfrentamento de diferenças através de óticas etnocêntricas, constituem dimensões importantes de análise da dinâmica cultural. A análise antropológica será, por isso,

1. THOMPSON, 1977 e HOGGART, 1973, são exemplos desta perspectiva de análise.

definida por Geertz como uma tentativa de "ler (no sentido de construir uma leitura de) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado." (GEERTZ, 1978:20) As diferenças, além de expressarem singularidades no modo de vida de grupos diversos, representam em sua dimensão de comunicação, um processo contínuo de negociação política na dinâmica das relações sociais. (DURHAN, 1977)

7- Conseqüentemente, a recorrência à estrutura, ou ao dado estrutural, como "locus" principal de explicação do social, é redefinida. Por um lado, realiza-se uma crítica à concepção funcionalista da estrutura, como "alguma coisa existente na sociedade, algo que está lá na sociedade" (RODRIGUES, 1983:13), assumindo-se uma perspectiva de origem estruturalista, onde é tomada como um ordenamento lógico e abstrato que organiza os sistemas sociais: construída sobre dados, mas sem se limitar a eles. De certa forma, a redefinição do conceito de estrutura, abre caminho para a própria redefinição do social. Se a estrutura, ao invés de nos remeter à uma instância superior de localização e significação da realidade social, nos revela o cimento lógico que organiza a vida social, esta, a vida social, deixará de ser vista apenas em suas dimensões institucionais e oficiais, tomadas de forma equivocada como estruturais, assumindo cada vez a dimensão da cotidianidade. O cotidiano, tal e qual é vivido e representado por sujeitos sociais diversos e diferentes, passa a ser uma instância privilegiada de análise social.

8 - Por outro lado, o privilegiamento da "cultura à nível da experiência" (THOMPSON, 1977) resulta numa fecunda redefinição de perspectivas de análise de identidades individuais e coletivas, fazendo com que estas assumam cada vez mais, nos estudos sobre grupos sociais, um caráter dialógico e processual. Abandona-se assim perspectivas do tipo "a uma população definida pela vivência de um acentuado campo de carência material corresponde uma visão de mundo ou um estoque de representações simbólicas também pobre"¹, abrindo espaço para uma nova leitura do social "a partir dos critérios de inteligibilidade dados pelas condições e pelo trajeto da própria vida dos dominados." (PAOLI, 1987:57)

A partir destes avanços conceituais na compreensão dos processos sociais, novas análises se delinearam, apontando para um resgate do sujeito da realidade camponesa.

Soares (1981), por exemplo, analisa a migração não como fator exclusivamente compulsório, mas como o resultado de um processo de articulações:

"Cada opção supõe o atendimento a certas pré-condições materiais. Todavia, a economia não é um espaço da experiência humana esvaziada de idéias, valores, projetos e vontades. Tampouco os homens decidem seus caminhos por força dos impulsos impessoais e mecânicos de leis estáticas. As trajetórias sociais assumem um percurso econômico e, inevitavelmente, incorporam a lógica de suas determinações, mas se movem orientadas por concepções ideológicas - operadoras de passagens entre condições materiais e as ações - as quais, por sua vez, recriam as condições, reinventando os próprios percursos." (SOARES, 1981:219)

Tais percursos, marcados pela ausência, pelo

1. FORACCHI, s.d.:6 apud Mello, 1975

dilaceramento de certos padrões culturais pois, aqui o sujeito migrante, principalmente o migrante temporário nem se dessocializa de suas relações sociais originais e nem se ressocializa nas relações sociais de adoção (MARTINS,1986), não representam contudo uma experiência de desculturamento, de perda de identidade. Tais trabalhadores operam "cortes culturais" para que possam conviver nos vários contextos culturais onde se inserem, fazendo com que haja mudanças em seu universo simbólico, incorporando novos padrões, novos comportamentos. Suas próprias tradições se já não exercem mais o monopólio sobre seu sistema de representações, não desaparecem, permanecendo como referência de um projeto maior, mais essencial que a emergência econômica da migração não é capaz de fazer desaparecer, por mais perversa que seja. Emergem, nesse contexto, identidades múltiplas, segmentadas, e em muitos casos fragmentadas, mas identidades que localizam e organizam as relações entre iguais e diferentes. (AMARAL,1988)

Nesta perspectiva, mais do que condenar a "penetração do capitalismo no campo", trata-se de se estudar como a lógica da reciprocidade, tão fundamental na organização social dos contextos rurais, se relaciona com a lógica da reprodução ampliada do capital, e como, no caso da migração,

"para preservar seu modo de vida camponês, o imigrante constrói um projeto de comunidade utópica, que será responsável pela ressocialização do migrante. Não é a simples adoção de valores dominantes, mas o embate destes com os valores utópicamente construídos para preservar sua condição de

camponês." 1

Amaral (1988) em seu estudo sobre trabalhadores rurais do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, afirma que estes migram para as usinas de cana em São Paulo para buscarem condições materiais capazes de repor o antigo equilíbrio na organização social de origem. Discordando de Martins, para quem o "divórcio entre tempo de produção e espaço de produção cria uma ilusão, uma alienação, singular nesse operário, que se recria como camponês para ser operário" (MARTINS, 1986:57), a autora afirma que é justamente a migração que vai lhe permitir continuar na condição de camponês: "existe portanto, um projeto cultural, alimentador do movimento migratório..." (AMARAL, 1988:164)

O que se resgata nestas perspectivas, é a possibilidade de rever a reprodução social do campesinato como um processo que, mesmo quando reinventado pela lógica do capital, revela uma singularidade e autonomia que não podem ser considerados como práticas fragmentadas, sobrevivências tradicionais ou simples rotinas camponesas. Trata-se de um saber que lhe é próprio, tão importante para a compreensão de sua

1. MARTINS, 1973:29. O autor chama a atenção para o fato de que tal embate se desenvolve em função da singularidade dos referenciais presentes em cada sistema lógico: se para o camponês sua existência pressupõe uma relação direta de trabalho com a natureza, em sua terra, por outro lado, as relações capitalistas de produção se instalam como mediadoras desta relação, fazendo com que o camponês continue trabalhando sobre a terra sem se aperceber do sentido das mudanças provocadas.

reprodução social quanto a análise das relações de produção.¹

Trata-se de estudar o campesinato como "portador de um saber próprio, saber esse que não apenas orienta a prática rotineira, mas que contém elementos capazes de neutralizar pressões externas dissolutivas, de incorporar a inovação e de se atualizar frente à mudança." (SUAREZ ET ALLI, 1983:152) Uma espécie de cosmovisão que integra a produção agrícola na totalidade do real, através de uma matriz de conhecimento que lhe é própria e que revela suas categorias básicas de apreensão e compreensão da realidade ligadas ao que Bourdieu chama de "habitus", ou seja, um "sistema de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, enquanto princípios geradores e organizadores de práticas e representações."²

Klaas Woortmann (1990), no ensaio citado anteriormente, se dispôs a investigar o campesinato enquanto uma ordem ética e moral. Isso implica na compreensão dos valores estruturantes da ordem social camponesa, permitindo uma compreensão do campesinato, não mais como força de trabalho exclusivamente, mas também como subjetividade: a campesinidade, uma espécie de configuração modelar, que expressa uma qualidade presente em maior ou menor grau em diferentes grupos. Desubstancializada, a realidade camponesa é aqui analisada

1. SUAREZ ET ALLI, 1983:153 "Qualquer produção supõe uma articulação entre relações sociais e forças produtivas. Vale dizer, relações dos homens entre si e relações com a natureza, mediadas estas últimas pelos instrumentos de trabalho e pelo conhecimento dessa natureza."

2. BOURDIEU, 1980:91 apud WOORTMANN, s.d.

enquanto expressão de valores e saberes que qualificam a experiência social.

Concebendo a cultura como um universo de representações, onde diferentes núcleos estão em constante comunicação e, tomando de Geertz a perspectiva de interpretá-la através da noção de texto, o autor focaliza em seu estudo as categorias nucleantes da campesinidade.

"Assim, naturalmente, cada cultura terá categorias nucleantes específicas mas, ao que parece, existem categorias comuns às sociedades camponesas em geral, como terra, família e trabalho. O importante, contudo, não é que sejam comuns - pois elas estão presentes, também, em culturas urbanas - mas que sejam nucleantes e, sobretudo, relacionadas, isto é, uma não existe sem a outra. Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família. Por outro lado, essas categorias se vinculam estreitamente a valores e a princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia." (WOORTMANN, 1990:23)

Terra, família e trabalho são tomados como categorias culturais que, além de se constituírem como centrais para o campesinato brasileiro, desvendam um ética camponesa mais geral. Como um texto, a cultura expressará tais valores através de referentes diferentes. Além do discurso de seus sujeitos, a cultura "fala" através de outros textos, como sugerem os estudos sobre a briga de galos em Bali, os estudos sobre o plantar e o comer no campesinato goiano, e tantos mais que através de uma questão específica, desvendam uma totalidade moral.¹ Há uma espécie de polissemia das categorias nucleantes, que expressam valores que estão associados a seus referentes, mas que não se esgotam neles. É assim, por exemplo, que a comida irá revelar

1. GEERTZ, 1978; BRANDÃO, 1981, Da Matta, 1985; ARANTES, 1982.

certas regras de organização e hierarquia da família; a propriedade sobre a terra, e a autonomia sobre o tempo e o trabalho, falarão de algo fundamental para o camponês: a liberdade.

A campesinidade é tomada por Woortmann como uma concreção particular de uma ética mais geral que, apesar de ser localizada e possuir uma especificidade que não pode ser negada, se revela como geral. Apesar de sua discrepância em relação aos valores morais da modernidade, o saber camponês constrói um modelo de como o mundo deveria ser. Este modelo revela em sua essência graus diferentes de ambigüidade entre a tradição original do grupo e a modernidade com a qual entra em contato. E aqui, a tradição não representa a sobrevivência de um passado; sugere sim, a construção de um futuro através da atualização presente do passado¹.

1. WOORTMANN afirma que as sociedades camponesas são sociedades mais holistas, ou seja, sociedades onde o coletivo tem uma proeminência sobre o indivíduo. Por outro lado, nas sociedades modernas a terra é dissociada do trabalho e da família, fato impensável na ordem camponesa. Além disso, nas sociedades camponesas, trata-se de seres relacionais constituídos pela totalidade, enquanto que, nas sociedades modernas, são seres individuais que constituem a totalidade, que é vista como um agregado de indivíduos em contato.

CAPÍTULO 3

CAPÍTULO 3

O OBJETO E O PROCESSO DA PESQUISA

I

Este trabalho concebe seu objeto de trabalho, trabalhadores rurais em contato num determinado contexto, como sujeitos que, apesar de dominados, subjugados e explorados por uma dada ordem econômica, revelam uma identidade e uma integridade cultural expressiva, através da qual, constroem seus imperativos simbólicos, resistem às várias formas de violência e lutam por sua reprodução social.

O que se desenvolveu, a partir da perspectiva teórico-metodológica assumida, foi uma espécie de diálogo com estes sujeitos sociais, de tal maneira a tornar possível o acesso ao mundo conceitual onde cada um vive, e onde, certamente, residem os significados mais essenciais de suas práticas culturais. Não se expôs cada um dos grupos estudados a uma lógica impecavelmente formal, supostamente capaz de desvendar o que seus próprios sujeitos sequer imaginam. Busquei a compreensão da lógica, da coerência construída socialmente e reconstruída individualmente, por cada um dos grupos estudados.¹

Procurei compreender os critérios com os quais

1. GEERTZ nos lembra que "não há nada tão coerente como a ilusão de um paranóico ou a estória de um trapaceiro... nada contribui mais para desacreditar a análise cultural do que a construção de representações impecáveis de ordem formal, em cuja existência verdadeira praticamente ninguém pode acreditar." GEERTZ, 1978:28

trabalhadores residentes e volantes pensam a si próprios, e por conseguinte, concebem um ao outro. Como tal, as fronteiras, proximidades e ambigüidades destes sistemas de representação constituíram o ponto focal do trabalho.

Nesta perspectiva, residentes e volantes se constituem como grupos sociais que experimentam uma dialética de aproximação e distanciamento entre si, marcados também pela presença de um outro "sujeito", a administração da Fazenda, que, além de se constituir, em última instância no patrão de ambos, define normas, através das quais as relações entre os demais ocorre. Os moradores e os "bairanos", como são denominados no contexto da Fazenda Santa Elisa, são aqui tratados como grupos sociais, na medida em que:

- * existe um reconhecimento público e coletivo de uma auto e hetero-imagem própria a cada um;

- * tal reconhecimento, sempre distintivo e contrastivo, consolida, a despeito de suas diferenças internas, uma comunhão ideológica no interior de cada grupo;

- * tal comunhão não se esgota ao nível das idéias, mas se consolida como uma realidade vivida, uma experiência social concreta através da qual constroem-se fronteiras, estabelecem-se contrastes que, resgatados tanto na prática quanto no imaginário de cada grupo, garantem sua unidade.

Não se trata de tomá-los apenas como agrupamentos geográfica e demograficamente distintos, o que seria, como adverte Geertz, uma tentativa de limitá-los a dados substantivos, unidades materializadas, mas como um constructo político-

ideológico, móvel, flexível, plástico : "O grupo só é uma realidade por ser uma idéia coletiva e um sentimento partilhado, por ser a referência que dá sentido a um universo discursivo - a memória social, a qual, por sua vez, lhe justifica a existência ..."¹

Entretanto, ao se falar em grupos sociais, não se pode relegar à um segundo nível a questão da diversidade interna a cada grupo. Esta é entendida como uma decorrência das interações entre indivíduos que, mesmo nascendo no interior de um mesmo sistema cultural, reinventam regras, resignificam normas, enfim, atualizam e interpretam a cultura através de suas biografias. O indivíduo é aqui tomado como sujeito de um ato discursivo, uma espécie de "agente de enunciação" de uma dada ordem cultural que o engloba, mas que é por ele atualizada dinamicamente.²

A realidade que se encontra nas concepções e percepções de sujeitos pertencentes a grupos sociais diferentes, mas em interação, é uma espécie de resultante de seus valores, de suas interpretações, de seus olhares, etnocentricamente sedimentados. Como afirma Geertz, "a vocação essencial da

1. SOARES, 1981: 103. O autor destaca aqui também a importância da terra, ou melhor, os mecanismos de controle do acesso à terra como base mais importante para a estruturação de um grupo camponês.

2. "Mas o ponto que creio ser mais relevante para esta discussão é a vivência individual da heterogeneidade. Mesmo contextualizando a noção de indivíduo, cabe registrar que é ao nível das biografias dos indivíduos específicos que encontramos com mais vigor e dramaticidade a coexistência de orientações e códigos diferenciados." (VELHO, 1986:53)

antropologia interpretativa não é responder às nossas questões mais profundas, mas colocar à nossa disposição as respostas que outros deram ..."(GEERTZ,1978:41). O real é trabalhado como algo construído, resultante de um empreendimento coletivo: seu resultado portanto, não é homogêneo nem uniforme, pois resulta de uma relação interativa, um diálogo entre a consciência de cada sujeito e o complexo jogo das relações sociais¹

A apreensão deste complexo processo de interação e de seus padrões culturais subjacentes é realizada, tradicionalmente pela Antropologia através da observação das ações sociais e do discurso dos sujeitos sociais envolvidos. Discurso e ação são, pois, a matéria-prima de qualquer trabalho de cunho antropológico. Entretanto, conduta e representação não estabelecem entre si uma mesma relação causal, e nem decorrem mecânicamente de determinados padrões culturais. A sociedade conforma-se como um complexo conjunto de relações que "simultaneamente ultrapassam as consciências individuais e são-lhes imanentes."(RODRIGUES,1983:32)

A escrita do antropólogo consolida-se nesta direção como a fixação de um enunciado :

"O que a escrita fixa? Não o acontecimento de falar, mas o que foi dito, onde compreendemos, pelo que foi dito no falar, essa exteriorização intencional constitutiva do objetivo do discurso graças ao qual o "sagen" - o dito - torna-se Aus-

1. "Fragmentário, diferenciado, contraditório, multívoco, pluriforme, o real ascende à consciência refratado pelo jogo complexo das mediações psicológicas e sociais. Operada esta passagem, fixado como realidade, o real escapa pelo mesmo filtro das percepções que o resgatara: deixa de ser ao se deixar entrever; é para nós imagem, vazio desvelado no fluxo ontológico." (SOARES, 1984 :10)

sage, a enunciação, o enunciado. Resumindo, o que escrevemos é o noema (pensamento, conteúdo, substância) do falar. É o significado do acontecimento de falar, não o acontecimento como acontecimento." (GEERTZ, 1978:29)

Neste trabalho, o discurso assumiu sua condição de inteligibilidade não apenas como uma dimensão semântica dos significados, mas como resultado de um conjunto de balizamentos da "cena interacional".¹

O discurso diz algo, enuncia alguma realidade, e o faz para alguém, uma audiência, um interlocutor. Entretanto, a possibilidade da compreensão não se esgotou na capacidade de transformação do ato discursivo numa arena de empatias e compreensões mútuas. Trata-se mais - e principalmente - quando a questão se refere a sujeitos com identidades culturais diferentes, de um processo de justaposição de esquemas de referências (FISCHER, 1985:59).

Aqui, entretanto, uma outra dificuldade se revelou: se hoje a procura é de compreensão dos próprios critérios de inteligibilidade operados pelas classes trabalhadoras, criticando-se a mediação feita por perspectivas elitistas e politicamente comprometidas com o poder, deparou-se com "um obstáculo quase intransponível : a falta do seu depoimento direto ou, para usar uma expressão de Marilena Chauí, sua fala silenciada." (PAOLI, 1987:57) Entretanto, a alternativa a esta situação, não deve ser, um exercício de evocação sacerdotal sobre o discurso oprimido, mas a possibilidade de interação entre mundos intersubjetivos diferentes.

1. AUSTIN, J.L., 1962, apud SOARES, 1984

Nesse sentido, os trabalhadores residentes e temporários aqui pesquisados foram expostos um ao olhar do outro, na tentativa de apreensão de uma espécie de movimento de aproximação e afastamento, através do qual, e enquanto grupos sociais distintos, pudessem reconhecer a si próprios e aos outros. Como dimensão do processo de construção de uma identidade social, a questão dos padrões de relacionamento entre grupos sociais distintos não assumiu um caráter absoluto e substantivo. Trata-se de um jogo relacional, onde as mesmas "peças" assumem sentidos diferentes conforme os contextos e os sujeitos envolvidos. A questão da distância social revelou assim uma dada dinâmica cultural, na medida em que torna transparente a manipulação de significados, através da qual se afixa a cada coisa seu lugar na vida social.

A configuração de valores, através da qual cada grupo se constitui e concebe o outro, se consolida como uma espécie de conjunto de símbolos identificatórios que marcam diferenças, sublinham semelhanças, estabelecem limites e regras para o contato. No caso estudado, trata-se de uma situação de contato intercultural numa dada conjuntura, onde vários domínios interagem, revelando suas tradições diversas, suas origens históricas próprias, a autonomia e auto-suficiência com que cada um constrói sua identidade. O processo do contato é, num certo sentido, melhor compreendido como o resultado dos paradoxos que cada um coloca ao outro.

Tais paradoxos resultam da conjunção de valores diferentes, mas que não estabelecem, no caso estudado, relações

de desigualdade ou dominação entre os sujeitos. São relações entre identidades que, apesar de todo o processo de mudança, seja pela realidade da migração contínua dos trabalhadores volantes, seja pela alteração do lugar social na fazenda - como é o caso dos trabalhadores moradores - parecem insistir em se estabilizarem, fazendo das situações desconstrutivas que ameaçam desestabilizá-las, ações criativas de resistência. Se não há relações de dominação entre estes dois sujeitos sociais, isto não quer dizer que as diferenças sejam subtraídas do cenário social de contato. O que este estudo realizou foi justamente uma aproximação desta realidade, a afirmação de identidades culturais no processo de reprodução social destes trabalhadores.

II

A realização da pesquisa se deu, a partir de uma experiência anterior com estes grupos de trabalhadores. O relato, ainda que breve, desse processo pode ser útil para tornar transparente as condições e as opções de realização do trabalho de campo.

Meu primeiro contato com os trabalhadores rurais da Fazenda Santa Elisa se deu em fins de 1986 início de 1987. Nesta época, atuando como consultor em projetos culturais e educacionais no interior do estado de Minas Gerais, fui convidado por um grupo de sociólogos e psicólogos para integrar uma equipe de trabalho que pretendia organizar um projeto de intervenção sócio-cultural na região da Fazenda, no município de Santo Antonio do Amparo.

A proposta que me fôra feita, consistia no desenvolvimento de um trabalho direto com os trabalhadores residentes, cerca de 250 pessoas entre adultos e crianças, sem a necessidade de se estabelecer vínculos administrativos ou econômicas, seja com órgãos governamentais, seja com organizações não-governamentais. Delineava-se uma possibilidade de desenvolvimento de uma intervenção que teria como arena de planejamento e decisão o próprio contexto a ser trabalhado.

Óbvio, a consolidação desta autonomia foi, no decorrer do trabalho, sendo objeto de avaliações e negociações com o financiador do projeto, o próprio dono da Fazenda.

É bom frisar que, tanto o proprietário da Fazenda, quanto os próprios trabalhadores, e a equipe de especialistas que

havia sido contratada, construíam cada um a seu modo, expectativas e perspectivas de trabalho significativamente diferentes. Aqui talvez resida um dos traços singulares desta experiência. O trabalho, desde o seu início, não foi obrigado a assumir uma única e definitiva identidade, seja porque vínhamos todos, de uma leitura e experiência acadêmica e profissional com a Antropologia - o que nos fazia, a princípio, pacientes observadores da realidade já existente - seja porque os próprios trabalhadores não possuíam um posicionamento político-ideológico unitário e pré-condicionador ¹.

A presença de uma parente do proprietário na equipe viabilizou uma interlocução menos formalizada com a administração da propriedade, o que não quer dizer que conflitos e enfrentamentos, não tenham ocorrido.

A perspectiva de desenvolvimento de um trabalho mais qualitativo e participativo, fez com que até a finalização do Projeto, em 1990, este se constituísse num espaço polissêmico, de buscas de compreensão dos diversos interesses e necessidades dos diferentes sujeitos envolvidos no contexto da Fazenda, negociados ora harmoniosamente, ora conflituosamente.²

O Projeto tratava, no geral, de desenvolver ações diretas com esta população de trabalhadores, no sentido de

1. Como ficará claro mais à frente, os trabalhadores rurais de Santo Antonio do Amparo nunca experimentaram qualquer nível de organização política ou sindical. Num único distrito do município pode-se encontrar uma Associação de Moradores.

2. Para uma discussão sobre a possibilidade de desenvolvimento de uma "antropologia operativa", ver BARBOSA, 1986.

experimentar a criação de alternativas para a reprodução social deste grupo. Discordávamos, apesar da formação clássica em Sociologia de parte da equipe, de perspectivas usuais na época, que afirmavam ser a luta de classes e a reforma agrária os dois únicos meios historicamente viáveis de transformação social. Partíamos da perspectiva de que, localizar no poder - encarnado na pessoa do fazendeiro - todos os males que impediam a consolidação de um processo de vida mais "digno" para os trabalhadores, era o mais fácil e o que muitos incorretamente realizavam. Precisávamos, sem abandonar a análise das diferenças e das desigualdades, construir um outro patamar de trabalho, onde cada agrupamento, os residentes, a administração e nós (os de fora), tivéssemos a oportunidade de trocar, de negociar um fazer, se não coletivo, no mínimo integrado.

Não se tratava de uma ação-social de cunho assistencialista, ou seja, não se pretendia acolher nem socorrer ninguém, mas desenvolver uma experiência de trabalho que, centrada nos trabalhadores rurais ali residentes, pudesse representar uma experiência historicamente nova de auto-gestão e que trouxesse alternativas concretas para a sua reprodução social.

De um lado, acreditávamos que para os moradores, imersos numa relação de trabalho tradicionalmente autoritária, de simples execução de tarefas já predeterminadas, a experimentação de um trabalho gerido por eles próprios, através de pequenos grupos que, por algum princípio de afinidade, se reunia em torno de uma proposta, representava um desafio que justificava nossa atuação naquele contexto. Por outro lado, tentávamos além de

recuperar certas práticas inscritas na história daquele grupo e que, por força das mudanças a que foram sendo submetidos, estavam abandonadas, apesar de não esquecidas, apresentar propostas novas, até então desconhecidas, o que normalmente despertava muito interesse e curiosidade.

Assim, estruturamos, após cerca de 4 meses de aproximação, familiarização e escuta, um desenho mínimo do Projeto. Algumas definições básicas de princípios foram construídos a partir das informações e dados que compuseram esta fase de planejamento.

Estávamos diante de uma estrutura social em transformação, onde o antigo regime de colonato, característico do período de formação da fazenda, parecia não ter sido totalmente superado pelo regime de assalariamento. Se mudanças haviam sido consolidadas à nível de ações concretas que organizam as relações de trabalho na Fazenda, à nível das mentalidades, das percepções e do imaginário coletivo, o modo de organização do cotidiano próprio do colonato, ainda restava significativamente vivo entre os trabalhadores. Não possuindo uma experiência como pequenos proprietários, os trabalhadores residentes idealizavam o retorno a um regime de trabalho onde sentiam ter mais autonomia e liberdade, mesmo trabalhando em terras que não lhes pertencia.¹

Já do lado da administração da Fazenda encontrávamos situações também singulares, onde a perspectiva modernizante do proprietário encontrava profundas resistências no próprio grupo

1. Estas questões serão melhor discutidas nos próximos capítulos.

de administradores (encarregados, gerentes, fiscais, etc) que revelavam incompetência e receio de transformarem a Fazenda numa empresa.

Nossa intervenção parecia assumir diferentes significados para os sujeitos presentes na Fazenda. Enquanto para o proprietário, a intervenção sócio-cultural era concebida como a realização de certos idealismos humanitários com os quais ele próprio se identificava, para os administradores esta mesma intervenção se delineava como uma arriscada e desnecessária atenção aos trabalhadores, e que poderia desmontar toda a estrutura de autoridade e hierarquia da Fazenda.

Já entre os trabalhadores, delineava-se uma dupla percepção: de um lado, aqueles que visualizavam nas ações a serem desenvolvidas uma possibilidade concreta de recomposição parcial de perdas históricas, a volta mesmo que restrita à condição de plantadores e criadores; e de outro, os que mesmo que simpáticos às idéias, permaneciam desconfiados, esperando alguns resultados concretos para somente depois se engajarem no trabalho. Já para o grupo de cordenadores, o trabalho deveria representar a possibilidade de uma intervenção que pudesse, simultâneamente, recompor certas condições de qualidade de vida perdidas ao longo do processo de transformação da Fazenda, mas também abrir um canal de troca, de diálogo entre diferentes matrizes culturais ¹

1. A equipe do projeto sempre trabalhou com uma perspectiva política de intervenção que pudesse, ao mesmo tempo em que retrabalhava tradições locais, apresentasse novos padrões, novas práticas, que confrontadas ao já conhecido, pudessem ampliar, sem descaracterizar, aquele universo cultural. Não se tratava de expô-los à novas práticas e concepções, mas, a partir do que já se insinuava entre o grupo, através de informações que lhes chegavam via televisão, migração dos filhos e das próprias

O trabalho deveria representar para este grupo, uma alternativa às experiências já vividas nas instituições públicas.

Se do ponto de vista estratégico, o Projeto deveria se desenvolver de tal maneira a considerar todas as expectativas, logo ficou claro que teríamos nos administradores o obstáculo mais difícil de ser enfrentado, e na questão de estar trabalhando o problema da reprodução social de um grupo, um desafio cuja complexidade delineava os limites da atuação.

Em poucas palavras, era este o cenário social: um fazendeiro/empresário que pretendia modernizar a fazenda, sem grandes rupturas com o passado, transformando-a numa empresa mais lucrativa, um grupo de trabalhadores rurais, sem qualquer experiência política ou comunitária, que se mostravam ora dispostos a uma desconhecida relação mais participativa com "estranhos", ora se mostravam arredios e desconfiados; os administradores, que não concordavam com a idéia do Projeto e que tudo fizeram para inviabilizá-lo; e os coordenadores, que buscavam o desenvolvimento de um trabalho de intervenção social, instruído por uma perspectiva mais antropológica.

Após a fase de familiarização com a realidade local, da explicitação dos diversos sujeitos que compunham aquela estrutura, e o treinamento mínimo da equipe para a atuação naquela área rural, o Projeto tomou corpo. Ele se estruturou em 4

..Continua....

mudanças que a Fazenda imprimia, estabelecer um processo de confrontação entre o tradicional vivido e o moderno ainda apenas informado.

áreas de atuação, através das quais acreditava-se estar trabalhando a questão da reprodução social de um dado grupo :

* uma área de produção, através do qual os trabalhadores pudessem, em pequenos grupos, retomar certas práticas de plantio e criação, tão necessárias para a sua reprodução econômica quanto para a sua identidade como indivíduo e grupo. Foram organizados grupos de criação de porcos, de abelhas e de peixes; oficinas de costura; lavouras de milho, fabriquetas de doces; etc, etc. Nestas experiências, o participante, além de retomar o papel de produtor de gêneros alimentícios ou de bens que viabilizassem a complementação de sua renda assalariada, experimentava um tipo de organização de trabalho coletivizada e solidária. Retomava-se, sem nostalgia ou romantismo participacionista, práticas constitutivas de suas identidades originárias: a autonomia, a busca da auto-suficiência, a solidariedade como princípio ético geral;

* uma área de educação escolar, através da qual se procurou resolver algumas questões que a ineficiência da burocracia estatal na área da educação não resolvia : estabilizar o grupo de professores na escola, através da melhoria de suas condições de trabalho (transporte, apoio material, etc); melhorar sua formação (cursos, treinamentos, etc) e acompanhar, em conjunto, o dia-a-dia da escola, equipar a instituição com um espaço mais propício ao fazer pedagógico, e construir uma espécie de nova identidade institucional, condição necessária para o surgimento de uma nova prática educativa.

Neste campo, trabalhou-se muito, tanto a nível conceitual (com as professoras), quanto a nível prático (com os alunos e seus pais), a construção de um novo lugar social para a criança. Uma revalorização do processo de escolarização e a interação entre escola e comunidade;

* a nível da saúde, foram desenvolvidas várias atividades, ao longo dos 4 anos de funcionamento do Projeto. Buscou-se a revalorização de certos conhecimentos, o reconhecimento dos agentes de saúde autóctones e o acesso a serviços necessários e cruciais para a recuperação da saúde do grupo. Grupos de mulheres; oficinas de remédios caseiros; trabalhos preventivos; convênios com médicos da cidade foram alguns dos trabalhos desenvolvidos;

* ao nível de ações culturais, optamos desde o início por uma espécie de prática onde, mais que simplesmente acessar novidades ou documentar e preservar tradições, procurávamos desenvolver um diálogo mais radicalmente simbólico, se comparadas às outras 3 áreas do projeto. Mais radicalmente porque, desprovida de qualquer senso prático, operacional ou funcional "tout-court". Se nas outras áreas de atuação, havia sempre uma questão formal e funcional na base de sua constituição, o que não significava seu divórcio com a questão cultural - como deixei claro anteriormente - aqui assumia-se com mais radicalidade esta possibilidade de um diálogo eminentemente simbólico. Como se nos situássemos num grande "kula", onde tivéssemos que participar de

todas as trocas que, a princípio, ainda não podíamos compreender.

Assim, adotamos um conjunto de situações e atuações através das quais podíamos nos entender como grupos sociais com tradições culturais diferentes, mas que estabeleciam processos de troca e informação mútua. Foi assim que, as festas, as rezas, os forrós, as visitas às casas foram se estruturando como ações de trabalho cultural. Participávamos de seus rituais e de suas brincadeiras, do espaço religioso e lúdico, com a mesma atenção e priorização que nas outras áreas realizávamos reuniões e reuniões. Batizados, casamentos, festas de aniversário, novenas, procissões, jogos de futebol, formatura na escola, festa do Coelho (festa de término da safra), eram situações usualmente frequentadas pela equipe. Por outro lado, procuramos conhecer hábitos de consumo cultural que, ao lado de suas tradições, se apresentavam como importantes referenciais na estruturação cultural do grupo.

Nesta linha, o hábito de assistir à televisão, ao contrário de ser condenado, foi tomado como uma indicação a ser respeitada e se transformou numa dimensão de atuação do Projeto: além de introduzi-la como canal de informação na escola, desenvolvemos experiências com o VT, abrindo possibilidades de uma manipulação pelos próprios moradores, na criação de programas similares ao que a TV mostrava. Foram realizados vídeo-jornais, vídeo-peças de teatro, e um vídeo-club, através do qual eram passados filmes dublados e documentários sobre assuntos de interesse coletivo. Trabalhamos também com fotografias, jornais mimeografados, coral, excursões a locais desconhecidos do município, etc, etc.

O que aqui importa deixar claro, nesta pequena apresentação do projeto de intervenção sócio-cultural do qual participei é que, através dele pude, junto aos colegas que integraram a equipe ¹, experimentar uma aproximação com aqueles sujeitos, que de uma certa forma permitiu-me a construção das condições necessárias para o desenvolvimento da pesquisa, com os requisitos que uma abordagem antropológica exige .

Por um lado, pude construir meu problema de pesquisa não a partir de minha ignorância absoluta sobre aqueles sujeitos, mas através da descoberta da complexidade de sua organização social e da insuficiência de meu conhecimento acerca do processo de reprodução social daquele grupo, apesar do período de 4 anos de convivência.

Pude perceber que a compreensão do grupo social dos "ex-colonos" da Fazenda, não poderia se dar sem a compreensão de um outro grupo, os "baianos", que, a partir de meados da década de 70, passou a fazer parte daquele cenário, como trabalhadores temporários. É mais que isso, que a própria Fazenda já não se estruturava mais de forma exclusiva, mas que junto ao processo de transformação, mais atores sociais passavam a fazer

1. Meu envolvimento no projeto, que a princípio se caracterizava por ser uma consultoria mensal, se transformou numa atuação constante e intensa com os trabalhadores durante os 4 anos de sua existência. A proximidade da Fazenda em relação à capital do estado, onde residia, e o crescente envolvimento no trabalho, acabaram por construir possibilidades de viagens semanais e quinzenais, com permanência de 2 a 3 dias em cada viagem. Outros membros da equipe chegaram a morar na Fazenda durante cerca de 18 meses de trabalho, mantendo, posteriormente, a mesma intensidade de presença que relatei.

parte de sua estrutura. Os "bairanos", nesta perspectiva, se apresentavam como os principais atores desta situação histórica, junto aos trabalhadores temporários das cidades vizinhas, os novos administradores, etc.

Por força do lugar que ocupávamos no interior da Fazenda, pude experimentar a possibilidade de ser aceito e respeitado em minha diferença, ou seja, não fazia parte da administração e nem havia me transformado num morador da Fazenda. Ao contrário do que uma análise apressada pode indicar, o fato de não ser um deles, mas também de não ser empregado do proprietário ¹, possibilitou-me a construção de um acesso próprio e direto a todas as famílias de residentes e posteriormente com os trabalhadores volantes.

Sem compreender ao certo porque um professor da capital se interessava tanto por suas vidas, e muito menos como é que conseguia gostar daquele lugar, em comparação ao conforto da cidade, fui sendo adotado pelos trabalhadores como um amigo que entendia de seus problemas, que se juntava a eles para a realização de alguns trabalhos, mas que não tinha e nem pretendia ser agente de soluções, que, sabiam eles, dependiam de mudanças mais profundas.

No geral, a experiência de trabalho desenvolvida com os trabalhadores residentes na Fazenda seguiu certos

1. A relação com o proprietário não se caracterizava como uma relação de patrão-empregado. Além de não haver vínculos empregatícios, a verba era caracterizada como uma dotação. Eram realizadas reuniões conjuntas, principalmente quando as propostas de desenvolvimento de trabalhos se viam defronte a empecílhos colocados pelos administradores.

parâmetros a fim de garantir :

1 - a experimentação de uma prática de intervenção sócio-cultural, num dado contexto, a partir de uma perspectiva mais antropológica, o que significava a percepção dos sujeitos, e a compreensão de suas próprias regras de reprodução social. Estas regras apresentavam não só um certa racionalidade econômica daquele grupo, mas também, e de forma integrada a ela, uma moral camponesa. Isso nos levou, por exemplo, a abolir desde o início do Projeto, qualquer perspectiva de trabalho comunitário que propusesse uma união artificial e circunstancial. Descobrimos logo que os moradores possuíam diferenças internas significativas e regras próprias através das quais se coletivizavam para algumas situações, ou se mantiam segmentados para outras. Assim, todos os grupos que foram formados ao longo dos anos de trabalho, respeitaram regras locais de associação e integração. Foram organizados grupos, sempre de no máximo 10 chefes de família, que se estruturavam não só pelo interesse de criar abelhas ou porcos, mas porque já possuíam algum tipo de relação (parentesco, compadrio, vizinhança, principalmente) que os fazia estar juntos em outras atividades e, portanto, no Projeto.¹

Ao nível da programação do Vídeo-Clube, por exemplo, seguia-se regras que pudessem ir atendendo aos vários segmentos que frequentavam as seções. Filmes de ação, aventura e comédias, e por outro lado, documentários sobre práticas de

1. Sobre estas singularidades de realização de ações conjuntas ver BARBOSA, 1986. WOORTMANN, 1990 também comenta sobre as dificuldades de trabalho com agentes externos.

manejo agrícola, vida animal e costumes de outros grupos sociais, sempre foram as maiores preferências de todos. Entretanto, quem mais freqüentava as seções, tinha o direito, estabelecido por eles próprios, de escolher a programação.

2 - A adoção de uma postura de autonomia e troca, suficientemente clara, para os vários sujeitos ali envolvidos. Não representávamos posições políticas e nem falávamos em nome de instituições. Procurávamos uma qualidade de relação com aqueles sujeitos - à exceção dos administradores, de quem nos tornamos uma espécie de "inimigos em observação" - que nos permitisse compreender e atuar de forma respeitosa, mas sem romantismos e idealismos, no processo de reprodução do grupo.

3 - A realização de um trabalho dinâmico, que pudesse ir sendo alterado sempre que o nível e a qualidade das relações entre seus diferentes participantes também se alterasse. Daí, talvez, o fato do projeto nunca ter vivido - até seu término, por questões de financiamento e problemas pessoais de alguns dos seus integrantes externos - crises ou impedimentos de realização¹.

A participação dos trabalhadores volantes, os "baianos", no Projeto, nunca se deu de forma constante e efetiva.

1. Costumávamos dizer que o Projeto vivia em crise, nos referindo às constantes necessidades de se ir alterando o planejamento realizado em função de novas realidades emergentes.

As razões para esta não-participação eram, por um lado, a sua presença temporária na Fazenda, o que dificultava a realização de qualquer ação, dentro das características do Projeto, mas por outro lado, decorria de um impedimento colocado pelos próprios moradores que, através da elaboração de princípios próprios de participação nas diversas áreas do projeto, excluíam implícita ou explicitamente os "bairianos".

Foi justamente a partir da constatação da existência destes princípios e regras que, a despeito de todo o reconhecimento que os moradores tinham sobre os "bairianos", considerando-os como uma espécie de "irmãos de infortúnio", revelavam a existência de uma consciência singularizadora, e de práticas de manutenção destas diferenças, que comecei a me interessar em desenvolver esta pesquisa.

Aos "bairianos" era proibido, pelos próprios moradores, a participação nos grupos de produção e criação, no grupo de mulheres, e até mesmo na escola sua presença era vetada, só sendo permitida no turno da noite e em condições muito especiais. O argumento aparente era de que, não sendo moradores, eles estariam ocupando o lugar de um que poderia se interessar em participar e que não encontraria as condições para ser incorporado. Na verdade, havia por detrás desta negativa, a reafirmação de uma "propriedade" sobre aquele território, dada pelo pertencimento a uma tradição e a existência de laços que os fazia unidos e integrados e, conseqüentemente, diferentes dos "trabalhadores do norte".

Assim, o impedimento à participação dos "bairianos" se dava em função da manutenção estratégica de uma apropriação

simbólica que os moradores faziam daquele espaço, fazendo dela o seu lugar, mesmo tendo consciência de sua provisoriedade ali e da distância que se inaugurava, a partir da mudança das relações de trabalho, entre eles e a Fazenda. Dizia respeito também à eliminação de um concorrente aos poucos recursos disponíveis para as atividades que exigiam financiamento.

Esta eliminação se dava de uma forma peculiar: quando um "baiano" interessava em se integrar à alguma atividade, os próprios moradores procuravam argumentos que tornassem impróprio aquele interesse, evitando assim a explicitação dos reais motivos da negativa. Em alguns casos, para se fortalecer a argumentação negativa, aproximava-se mais das efetivas razões ao se declarar que os "baianos" eram incompetentes para certas atividades e incapazes de terem uma postura próxima a dos moradores. No grupo de mulheres, por exemplo, onde se discutia questões ligadas à saúde da mulher - assuntos estes interditos em outros espaços - a presença de "mulheres-do-norte", era tomada como algo que colocaria em perigo o sigilo e a ética necessária para a preservação do grupo.

Havia, contudo, a aceitação da presença dos "baianos-residentes", ou seja, aqueles que, sendo do norte, e apesar de continuarem a ser definidos como tal, haviam se mudado para a Fazenda, permanecendo lá por um período mais contínuo.

A necessidade de compreender esta prática de agrupamento e segregação, para que o projeto de intervenção pudesse ter continuidade, foi se delineando como um empreendimento que passou a exigir um trabalho específico de

investigação. Enquanto coordenador do projeto, a situação me desafiava quanto ao respeito à forma segregadora com a qual este grupo de residentes processava sua relação com os "bairianos". Minha formação antropológica começava a esboçar uma questão relacional¹, tão característica do empreendimento antropológico, mas nem sempre operacional para projetos desta natureza .

Começava a me intrigar a complexidade de questões que participavam da definição que aquele grupo de trabalhadores residentes fazia de si próprio e do outro grupo, os "bairianos". Mesmo com todas as reclamações que faziam da Fazenda, apesar da vontade de muitos de encontrarem um outro lugar para trabalhar, no momento de confronto com aquele grupo, o posicionamento, as concepções revelavam a presença de uma identidade grupal, muito bem construída, manipulada e relacionada àquele espaço.

A partir desta constatação, comecei a me aproximar ainda mais dos trabalhadores volantes do norte, na tentativa de conhecê-los melhor e assim poder perceber se entre eles encontraria a mesma afirmação de uma identidade própria. Esta aproximação se deu a princípio nas atividades onde os "bairianos" eram tolerados pelos trabalhadores nativos, como no Vídeo-clube, ou mesmo aceitos, como nas festas, por se tratarem de exímios dançarinos ², e posteriormente, na realização de viagens à sua cidade de origem.

Já nesta época, o Projeto que coordenava se

1. Sobre esta questão ver MINTZ, 1984 e PEIRANO, 1991.

2. Havia também o interesse expresso dos homens solteiros da Fazenda nas mulheres solteiras das turmas do norte, consideradas como mais propensas a pequenos casos amorosos.

mostrava em dificuldades para ter continuidade, tanto por falta de recursos financeiros, quanto por força de problemas pessoais de alguns membros da equipe. Fui assim, gradativamente, reorientando minha relação tanto com os residentes, quanto com os "balianos" em torno da idéia de realização de uma pesquisa sobre o processo de encontro, afirmação e negociação de identidades entre aqueles grupos sociais, que se colocavam como diferentes, mas que não estabeleciam relações de desigualdade entre si.

Como já havia construído uma relação própria com ambos os grupos, continuei transitando entre os dois, frequentando suas casas, participando de suas festas, recebendo convites para ser padrinho de casamentos e batizados. Quando necessário, para justificar a razão de realizar entrevistas, expliquei que estava escrevendo um livro sobre eles, e que portanto precisava de suas informações. A idéia foi bem recebida, fazendo surgir entre nós, um novo traço intersubjetivo: além de dividirmos um mesmo espaço de trabalho, além das nossas relações de afinidade já construídas ao longo dos anos de convivência, agora compartilhávamos histórias ¹

Em momento algum, o desenvolvimento do trabalho enfrentou qualquer tipo de dificuldade no contato com os trabalhadores. Pelo contrário, uma postura bastante favorável à sua realização sempre dominou nossas relações. Meu trânsito entre seus espaços próprios de convivência já havia se garantido desde

1. "Conhecer o outro e conhecer-se não são, afinal de contas, para essa modalidade de antropologia, as faces de uma mesma moeda? O que é, afinal de contas, a antropologia?" OLIVEIRA, 1985:192.

o início de meu trabalho, como também o costume de desenvolver longas conversas sobre os mais diversos assuntos. Restava apenas a introdução do gravador, fato não muito simples, mas também muito menos dramático do que a literatura sobre metodologia sugere. Nesse particular, o uso continuado que fazíamos da fotografia e do vídeo, já os havia feito acostumar com estes aparelhos que registravam o que estava acontecendo. A confiança que depositavam no grupo do Projeto, e até o interesse de alguns em saber manipular aqueles aparelhos, foram, em grande parte, responsáveis por uma presença, bastante discreta, do gravador durante as entrevistas que desenvolvi.¹

O que aqui se chama de realização da pesquisa envolve dois momentos diferentes. Todo o trabalho de observação e convivência desenvolvido durante os anos em que integrei a equipe do Projeto, e que foram sendo registrados em cadernos de trabalho, fitas de vídeo e fotografias e, a fase mais decisiva de investigação, desenvolvida entre Maio de 1990 a Outubro de 1991. Se para o desenvolvimento das ações do Projeto, grande parte da compreensão da realidade trabalhada baseava-se na empatia e nas aproximações subjetivamente construídas através de nossas relações, a partir da definição pela realização da pesquisa, e seguindo a perspectiva proposta por Geertz, procurei ir além dessa interação, construindo problemas, elaborando questões que me interessavam e que seriam investigadas naquele contexto. Procurei fugir assim, dos perigos e limites de uma prática

1. Uma discussão sobre a questão pode ser encontrada em QUEIROZ, 1983 e 1987; IGLESIAS, 1984.

antropológica excessivamente descritiva, que se encanta com a aparência exótica de seu objeto e que se reduz a um empirismo fetichista.¹

Se do ponto de vista empírico, havia desde há muito tempo um objeto de investigação conhecido e próximo, era preciso construir a dimensão teórica/conceitual, definindo com clareza que problemas aquela realidade possibilitava serem estudados². A opção foi pela busca de compreensão dos esquemas de referências que constituíam a base das identidades daqueles dois grupos em contato. Procurei superar uma visão genérica do trabalhador rural residente e volante, buscando uma compreensão específica de dois grupos sociais que viviam seus dramas sociais de forma própria e singular.

Para a sua realização, o desenvolvimento do trabalho foi organizado através de observação, entrevistas e coleta de dados primários e secundários, conforme o seguinte plano :

I - OBSERVAÇÃO : desenvolvida durante todo o período de convivência com os 2 grupos estudados, e intensificada durante a realização da pesquisa propriamente dita. Nesta segunda fase, intensifiquei minha convivência com os trabalhadores residentes e

1. Uma boa crítica sobre a questão pode ser encontrada em CARDOSO, 1986.

2. Uma discussão atualizada desta questão encontra-se em PEIRANO, 1991. Ver também GEERTZ, 1978 e EVANS-PRITCHARD, 1978

com os trabalhadores volantes principalmente durante 2 períodos de safra (89/90 e 90/91), permanecendo na Fazenda cerca de 10 dias por mês, organizados conforme meus interesses de observação e procurando cobrir todas as variações possíveis. Além disso, realizei neste período (1990/1991) 3 viagens à cidade de São João da Ponte, sendo que em uma delas acompanhei o deslocamento de uma turma de trabalhadores no seu retorno à suas casas. Aqui, não só interessava a compreensão do universo cotidiano de reprodução social de cada grupo, mas também a apreensão da dinâmica de relações que se estabeleciam entre eles.

II - COLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES - foram trabalhados dados históricos, de caracterização sócio-econômica, e de produção sobre os contextos de origem e de encontro dos dois grupos sociais (as cidades de Santo Antonio do Amparo e São João da Ponte e a própria Fazenda), além de dados sobre cafeicultura, mão-de-obra, estrutura fundiária, aspectos demográficos, e migração.

III - ENTREVISTAS - foram realizadas cerca de 70 horas de entrevistas, desenvolvidas na forma de depoimentos pessoais. Seguiu-se um roteiro semi-estruturado para viabilizar a apreensão das categorias centrais de suas identidades em contato, através do processo discursivo de cada um dos grupos, marcadamente

descritivos e enunciativos.¹ As entrevistas se desenvolveram de forma a permitir que o discurso dos trabalhadores rurais pudesse se revelar em decorrência de nossa convivência no processo de pesquisa.

Mais que respostas à perguntas, as entrevistas procuraram realizar seções de relatos orais, onde, através da linguagem, o modelo "didático-dialogal" (ORLANDI, s.d, 143) com que cada grupo constrói a realidade e ordena suas relações, emergisse revelando percepções, símbolos identificatórios, traços distintivos e padrões de auto-reconhecimento e de reconhecimento do outro. Como já se reconhece na literatura sobre metodologias qualitativas, a qualidade desses encontros esteve sempre relacionada à minha capacidade de fazer de cada entrevista uma escuta de um discurso que se quer específico e único, e o ato de conversar como uma situação, um acontecimento.

Nestes encontros procurei propor aos entrevistados uma orientação mínima para seus relatos orais, na tentativa de estimular a apresentação de suas origens sócio-culturais, seu modo de vida atual, e suas concepções e percepções acerca de sua própria condição de vida e reprodução social e a percepção do outro grupo social.

Conhecendo os diferentes sujeitos que compunham o cenário social da fazenda, realizei as entrevistas com o proprietário da fazenda (o anterior e o atual), o administrador e um de seus fiscais, trabalhadores residentes, trabalhadores volantes, trabalhadores volantes residentes temporariamente na

1. Sobre esta questão ver ORLANDI, s.d e MAGNANI, 1986

fazenda, turmeiros, fiscais de turma, técnicos em cafeicultura, e lideranças locais.

Dentre o grupo de trabalhadores, utilizei critérios de antiguidade no ambiente da fazenda, diferenças de gênero e idade para selecionar a quem entrevistar. Tais entrevistas foram sempre individuais e em locais onde se pudesse garantir uma maior tranquilidade para seu desenvolvimento, em função da natureza das questões a que as mesmas se referiam.

A perspectiva geral foi de fazer com que a teoria antropológica que este trabalho opera pudesse ser um canal através do qual os sujeitos pesquisados revelassem suas próprias faces, através de seus próprios modelos culturais, e assim fazendo, contribuíssem para a atualização da compreensão dos processos de identificação social em situação de contato.

Uma última questão necessita ser esclarecida. Como se comprovará mais à frente, a Fazenda utiliza mão-de-obra volante de duas outras pequenas cidades vizinhas. No início da pesquisa, estes dois grupos compunham uma área de interesse, tendo sido, inclusive, realizadas entrevistas com alguns de seus componentes. Entretanto, em função da especificidade de um dos grupos, que retornava às suas casas diariamente, e a pouca expressividade do outro (somavam pouco mais que 10 famílias), optou-se por concentrar os estudos entre os trabalhadores residentes e os volantes do norte de Minas. Tal opção se mostrou

mais clara e definitiva em função da percepção de serem estes dois grupos os que com maior densidade colocavam suas identidades em confronto.¹

1. Voltaremos a esta questão no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

CAPÍTULO 4

A CONSTITUIÇÃO DO CENÁRIO E DOS SUJEITOS

Nos capítulos anteriores, procurei construir um marco teórico a partir do qual uma análise antropológica das identidades sociais de dois grupos de trabalhadores rurais em contato na colheita do café na Fazenda Santa Elisa, localizada no município de Santo Antônio do Amparo (MG), pudesse ser realizada. Procurei tornar transparente no terceiro capítulo deste trabalho o processo de desenvolvimento da pesquisa, ressaltando o percurso que desenvolvi, a princípio coordenando um projeto de intervenção sócio-cultural naquele contexto e, posteriormente, construindo um problema de pesquisa, bem como as opções e estratégias de trabalho de campo assumidas.

Neste capítulo, procurarei mostrar como a Fazenda Santa Elisa se formou historicamente, e como os dois grupos estudados - trabalhadores residentes e trabalhadores temporários - se localizam nessa trajetória histórica. Utilizei, para a execução desta tarefa, dados primários e secundários coletados durante o desenvolvimento da pesquisa. Além disso, recorri à memória oral de pessoas que participaram desse processo de formação e transformação do espaço social da fazenda.

I

APONTAMENTOS HISTÓRICOS

A Fazenda Santa Elisa tem sua história ligada a um interessante processo de herança, partilha de terras e constantes negociações familiares, que aparenta ter se iniciado em 1915 e se encerrado por volta de 1982, ocasião em que a fazenda estabiliza-se em seu atual desenho geográfico.

Em 1914 casaram-se os pais do atual proprietário da Fazenda. Para que o casamento pudesse se realizar foi selado um acordo entre as duas famílias. Esse acordo obrigava ao noivo abandonar a fazenda de seu pai e transferir-se para as posses do pai da noiva, pois a esta, filha caçula dentre outros 13 irmãos, restara a responsabilidade de zelar pela Fazenda da Cachoeira. Tal acordo se fizera necessário pois seus irmãos haviam se mudado para outras fazendas do pai, a fim de assumirem a administração de suas posses¹.

Meses após o casamento, com a morte do sogro, o genro se viu na iminência de assumir toda a administração da fazenda, em função da ausência dos demais filhos homens. Morando na sede, chamada até hoje de Cachoeira, o casal passou a administrar cerca de 15 mil alqueires de terras, divididos entre a parte já explorada da fazenda e aquela que permanecia inexplorada.

1. Contam os familiares que o genro não teria ficado satisfeito com o acordo, posto que as terras da Fazenda da Cachoeira eram menos produtivas que as demais propriedades.

No início do século, era usual encontrar uma separação entre 2 tipos de fazenda : a "fazenda de campo" e a "fazenda de mato". A primeira era constituída de pastagens nativas onde predominava o cerrado de campo. Nesse tipo de propriedade, o fazendeiro iniciava suas atividades produtivas tanto de implantação de lavouras quanto de criação, em função do baixo custo financeiro para a preparação da terra. Apesar da qualidade inferior de suas terras se comparadas à "fazenda de mato", a "fazenda de campo" exigia do fazendeiro como recurso apenas a queima periódica do mato para o plantio de lavouras temporárias e permanentes¹.

O outro tipo de propriedade, a "fazenda de mato", recebia esse nome porque nela estavam localizadas terras que possuíam uma cobertura de matas e pequenas florestas, e portanto, se caracterizavam por serem mais férteis. Todavia, na concepção dos fazendeiros da época, elas se constituíam num problema, já que exigiam do fazendeiro um investimento significativo para transformá-la em terra produtiva. O depoimento do atual proprietário da fazenda revela bem a lógica predominante na época: "...era como a Amazônia de hoje, se não derrubar algum mato, plantar, cultivar e tratar, o que que ela vale ? Ela está lá apenas para ser o pulmão do mundo?" (AD1).

Enquanto permaneciam morando na sede da "fazenda de campo", coube ao genro-herdeiro o início da exploração da "fazenda de mato", na época denominada de Fazenda Gambá e

1. "Esse tipo de terra era melhor porque você punha o fogo nele e de 2 em 2 anos formava-se a pastagem." (AD1)

posteriormente de Fazenda Santa Elisa¹. Enquanto na Cachoeira havia criação de gado, "lavouras brancas" e toda a infraestrutura para uma auto-subsistência, na Santa Elisa só se encontrava mata virgem.

Em 1915 começa a exploração intensiva dos 70 alqueires de terra da "fazenda de mato". No decorrer de aproximadamente seis décadas esses 70 alqueires se transformaram nos 250 atuais. Até por volta de 1935, o genro-herdeiro esteve à frente da fazenda junto com administradores contratados, pois, dos 7 filhos nascidos de seu casamento, os 3 mais velhos eram mulheres e, portanto não podiam assumir tais funções e os demais 4 filhos homens deveriam realizar primeiro seus estudos. A partir de 1936 os irmãos, retornando dos estudos básicos feitos na capital do estado e na cidade de São João D'el Rey, passaram a tomar conta da fazenda, sob as ordens do pai².

Em 1941 morre a mãe e em 1952 o pai, o que gera um processo de fracionamento das terras: a Fazenda da Cachoeira é dividida entre os sete herdeiros e a Fazenda Gambá entre os 4 filhos homens e o único cunhado. Já em 1953 os irmãos começam a negociar suas partes entre si de tal forma que, por volta de 1958 "o Gambá", como era chamada a fazenda, passa a ter um único dono, como também a Cachoeira.

1. A mudança de nome data do final da década de 50, quando um dos irmãos, ao comprar as partes dos demais, resolveu prestar uma homenagem à sua falecida mãe que se chamava Elisa.

2. Apenas um dos irmãos prosseguiu nos estudos, formando-se em Odontologia e fixando residência por um longo período na cidade do Rio de Janeiro.

De 1958 a 1982 a Fazenda Santa Elisa permaneceu sob o comando de um dos irmãos. Durante este período, alguns negócios foram realizados envolvendo a sociedade entre os irmãos: a abertura de um armazém na cidade em 1962, a aquisição de outra fazenda de café na própria Santo Antônio do Amparo, e a compra de uma fazenda de gado no município de São João da Ponte.

Os negócios foram sendo feitos e desfeitos até tomarem sua forma atual onde um dos irmãos readquire e mantém a posse individualizada da Santa Elisa, continuando proprietário também da Cachoeira, e de algumas outras propriedades. Estes negócios revelavam uma certa estratégia familiar de manutenção e ampliação das posses herdadas: "Na verdade, nós vendíamos uma parte para o outro, depois comprávamos de novo, ficávamos sócios até que o outro pudesse comprar aquela parte, e assim ia." (AD1)

Nesse particular, a família parece ter vivido uma situação singular. Como alguns estudos sobre o campesinato demonstram, é possível conceber uma relação bastante operante entre as redes de parentesco, as regras de descendência e a propriedade de terras¹. Essa relação faz do casamento e da definição sobre o lugar social que cada filho ocupa no grupo familiar, uma prática que reproduz as regras de descendência concretizadas na partilha e herança das terras. Ainda é interessante notar que, dos sete filhos herdeiros, três não se casaram (incluindo duas das três filhas mais velhas e o primogênito dos homens). Dos quatro que constituíram famílias, dois o fizeram com primas de primeiro grau, o que, apesar de já

1. Ver por exemplo WOORTMANN, s.d

haver acontecido com seus pais e avós, os impediu de terem filhos próprios; outro a constituir família foi justamente o que resolveu seguir os estudos de odontologia no Rio de Janeiro.¹ Esta carência de herdeiros legítimos parece ter resultado numa dupla prática: a adoção de afilhados que foram incorporados ao trabalho de administração das propriedades coletivas e individuais e a contínua negociação de partes da herança entre os irmãos liberados das regras de herança por falta de descendentes diretos. Os dois irmãos mais empreendedores realizaram uma série de negócios entre si, até estabilizarem as propriedades na forma em que se encontram hoje.

A ampliação da Fazenda Santa Elisa foi se dando através da compra de propriedades vizinhas, na maioria das vezes realizadas pelo irmão que por mais tempo a administrou². A partir de 1982 a fazenda retorna às mãos do atual proprietário, inserindo-se definitivamente em um complexo de comercialização e exportação de café iniciado em 1949: " Eu comecei com a compra e venda de café quando eu comprei um caminhão: eu vendia porco, galinha, cabrito e carneiro no Rio de Janeiro, e trazia mercadoria para revender em Santo Antônio. Eu levava café de carga para os outros, aí, conversando com um comprador de café,

1. A única filha a constituir família, teve numerosa prole. Em 1958 seu marido, também dentista, decide mudar-se para a capital do estado, para que pudesse exercer a profissão e viabilizar os estudos dos filhos. Entretanto, a maioria de seus filhos homens voltou a trabalhar para os tios após a venda de sua parte da Fazenda Santa Elisa.

2. É interessante notar que até o início dos anos 80 a Fazenda ainda estava em expansão física, consolidando nessa época os mais de 700 ha atuais.

eu percebi que o negócio não era tão difícil." (AD1)

é interessante notar que, a formação da Santa Elisa parece ter se dado, como de resto toda a cafeicultura brasileira, tendo como "pano de fundo" três componentes básicos :

* o processo de herança, partilha e negociação de terras no interior da própria família, o que no caso específico, seguiu contingências próprias;

* a subordinação da produção cafeeira às leis da comercialização, fazendo com que a racionalidade do cafeeicultor sempre estivesse submetida às oscilações do mercado, principalmente externo, o que, no caso estudado, se constituiu numa realidade ainda mais determinante em função da conjugação realizada entre o trabalho de produtor e exportador de café (MARTINS, 1979:13)¹;

* e a "tutela" do Estado, que, seja através de políticas de manutenção de preços ou de medidas e condições especiais de expansão de cafeeiros, principalmente nas décadas de 60 e 70, permitiu a expansão da cafeicultura, mesmo tendo ela

1. Martins afirma ser significativo que a contabilidade dos fazendeiros "fosse toda organizada com base nos livros de conta correntes. Dificilmente se pode encontrar referências a uma contabilidade de custos nas fazendas dessa época." No caso da Fazenda Santa Elisa, até bem pouco tempo atrás o único registro dos trabalhadores residentes e volantes era sua página no livro de conta corrente. Por outro lado, as condições para exportação de café foram determinadas, entre outras coisas, pela possibilidade de despolar o café, produzindo assim cafés mais finos, dentro dos padrões exigidos pelo mercado internacional. O primeiro despoldador da cidade foi instalado por volta de 1938. Somente em 1958 é que a Fazenda da Cachoeira adquire o seu maquinário. Em 1983, os cafés finos da Fazenda Santa Elisa passam a ser exportados diretamente pelo fazendeiro, que a partir de então se consolida como empresário de exportação.

vivido períodos cíclicos e intermitentes de crise, praticamente desde o início do século¹.

Desta forma, a expansão da fazenda, como veremos mais adiante, acabou definindo um perfil de fazendeiro-empresário que, além de não corresponder ao modelo tradicional idealizado pelos trabalhadores residentes, com base em suas experiências históricas de colonato², representou um desmonte no próprio modelo de fazendeiro produtor. Essa mudança é percebida por um dos irmãos-proprietários: "Então, aquilo que é gostoso, que é administrar uma fazenda, participar do dia-a-dia da fazenda, passou a ser praticamente impossível. Você tinha que mexer com banco, com comércio, com telefone, vender de tudo quanto há, e virar aquele, né?" (AD3)

O processo de formação das lavouras de café teve início na Fazenda Santa Elisa já em 1915. Antes, porém, já havia café plantado na Cachoeira, mas em pequena quantidade e restrito aos "capões de mato". Uma rápida regressão pode ser útil para a localização da fazenda no contexto da cafeicultura no estado de Minas Gerais e a compreensão da sua atual organização.

1. Como revela este trecho da entrevista, o financiamento em condições especiais, para plantio era utilizado também para outras finalidades: "Nesse plano de renovação, o dinheiro que se gastava inicialmente era menor do que era liberado. Como as terras custavam barato e poucas pessoas acreditaram nesse plano, isso deu condições para a gente comprar terra e posteriormente, com aquilo que íamos ganhando, ir produzindo em outras áreas, o comércio, gado" (AD3).

2. Os moradores relacionam a ausência do fazendeiro na fazenda com um certo desrespeito e desvalorização dele, enquanto patrão, aos seus empregados. Como ficará mais claro à frente, os moradores ainda operam com um modelo de relações muito mais próximo do universo sócio-cultural próprio do regime de colonato do que com as relações criadas a partir do assalariamento.

II

RUMO AO PASSADO

A historiografia oficial, que de certa maneira, trabalha com fatos, mas também com o imaginário coletivamente construído, afirma ser o Bandeirante Fernão Dias Paes o "primeiro civilizado" a pisar as terras de Santo Antônio do Amparo (AGUIAR, 1978:06). Em 1664 havia o bandeirante fundado o arraial de Ibituruna¹ dando início ao que posteriormente em 1720 formaria o povoado de Campanha (hoje, respectivamente, as cidades vizinhas de Ibituruna e Bom Sucesso).

Localizado próxima à Estrada Real² que ligava o Rio de Janeiro, São João Del Rey e Ouro Preto, na encruzilhada dos caminhos que levavam ao sertão desconhecido, o povoado de Santo Antônio foi se formando aos poucos, como local de passagem e descanso³.

A memória do município, registrada no livro já citado, na clássica Enciclopédia de Municípios Brasileiros⁴ e nas lembranças dos antigos moradores, vincula seu desenvolvimento à figura de um mascate português de nome Manoel Ferreira Carneiro,

1. Ibituruna foi o primeiro povoado fundado em Minas Gerais.

2. Existe a hipótese de que esta estrada passava nas imediações da Fazenda da Cachoeira.

3. Afirmam os historiadores serem os índios Cataguases os primeiros habitantes da região, como de resto de todo o "Campo dos Cataguases", antiga denominação da Capitania das Minas Gerais, até o ano de 1720, quando se emancipa de São Paulo.

4. publicada pelo IBGE em 1955

apelidado de Jangada. Este mascate teria trocado com um "mestiço" da região um "capote acolchoado" que trazia para ser vendido, por um pedaço de terra. Retornando à São João Del Rey para o acerto dos negócios realizados, ouve de seu patrão, um próspero comerciante, a seguinte repreensão: "Eu queria dinheiro corrente e não terras em pagamento, se terras há muitas e tão desvalorizadas." (SOARES, 1931) Desgostoso com o patrão, resolve Jangada retornar à região e aí se instalar, fazendo construir uma fazenda na cabeceira do Riacho da Lagoa para a sua moradia e de sua família. Já em 1778 a primeira Capela do futuro arraial¹.

Em 1802 Santo Antônio do Amparo era mencionado como um dos arraiais da Vila de São José (hoje cidade de Oliveira). Foi transformado em Freguesia ou Distrito em 1832 e elevado à condição de vila ou município pela Lei Provincial 3270 de 30 de setembro de 1884. Entretanto, como não foi instalada, retorna à condição de distrito em 1891, permanecendo ligada à cidade de Bom Sucesso até 17 de dezembro de 1938 quando finalmente adquire condição de Município.²

1. Esta fazenda, com a denominação de Fazenda da Lagoa é hoje a maior produtora de café do município. Somente em 1930 a Capela original foi ampliada.

2. Para que se tenha uma idéia, ainda que pouco precisa, mas sugestiva do processo de desenvolvimento do município, em 1838 foi fundada a primeira Banda Musical, em 1913 intalou-se a primeira Escola Pública Urbana, em 1917 a primeira rede de telefones com 14 associados, em 1918 o primeiro campo de futebol, em 1923 instala-se a luz elétrica.

Duas questões merecem aqui o destaque, antes de retornarmos à fazenda Santa Elisa, propriamente dita. A primeira se refere às relações da Fazenda Santa Elisa com a fundação do povoado. De acordo com algumas iniciativas particulares de composição de árvores genealógicas, o responsável pela formação da fazenda, a partir de 1915, era bisneto legítimo do referido Jangada, o que nos autoriza afirmar ser o atual proprietário descendente de 4ª geração do mesmo.

A segunda é que, tendo sido introduzido em terras brasileiras por volta de 1727 no Pará, levado ao Rio de Janeiro por volta de 1760, o café parece ter chegado em Minas Gerais ainda nos últimos anos do século XVIII. Acompanhando o Vale do Rio Paraíba do Sul, o café chegou à Zona da Mata. Já entre 1829 e 1830 assume a liderança das exportações mineiras, deixando para trás o algodão¹. No biênio 1847/1848 o café plantado na Zona da Mata representava 99% do café exportado por Minas Gerais (GOMES, 1988:281).

1. Já em 1800, o Príncipe Regente expede uma ordem régia, datada de 2 de março, nos seguintes termos: "O Príncipe Regente nosso Senhor he servido que V.S. mande todos os annos dés Arrobas do melhor Caffé, mais escolhido, mais assezonado e conduzido com todo o resguardo que possa haver nessa Capitania, com o sobrescrito - PARA S. A. R. O PRÍNCIPE REGENTE, NOSSO SENHOR e seu serviço particular - vindo encarregado o Mestre ou Comandante de Embarcação que o trouxer de o hir mesmo apresentar logo no real Palácio apenas chegar; e vindo também distribuido em Caixoens de duas Arrobas cada hum." - D.S. G-e. a V.Sa. - Palácio de Queluz em 2 de Março de 1800. - D. RODRIGO DE SOUZA COUTINHO. (CARVALHO, 1953.)

Duas - parecem ter sido as rotas de penetração do café. A primeira, já citada, advinda do Rio de Janeiro penetrou a Zona da Mata e posteriormente o Espírito Santo. A segunda, um pouco mais tardia, vinda de São Paulo, atingiu o sul e o sudoeste do estado rumo ao Triângulo. Entretanto, já em 1903/1904 e 1926/1927 a produção da Zona da Mata havia caído para 64% e 57% respectivamente do total exportado (GOMES, 1988). Ao sudoeste, "Lavras, Nepomuceno, Perdões, Bom Sucesso, Oliveira e Campo Bello prepararam as suas primeiras plantações e isto se deu já na segunda metade do século XIX, depois que se iniciou a fase das culturas intensivas." (MAGALHÃES, 1927:08)

Registra-se que já em 1888 Santo Antônio do Amparo realizava seus primeiros negócios de exportação de café¹.

É interessante notar que, se a penetração do café no sudoeste de Minas Gerais se deu via São Paulo, as relações comerciais de Santo Antônio do Amparo eram realizadas com o Rio de Janeiro, fato este explicado pela restrição que a Coroa Portuguesa impunha em relação à rede viária mineira, buscando evitar "os descaminhos do ouro"².

1. Com base nos dados de produção de 1919, das 40 maiores fazendas de café do estado, 23 se encontravam na Zona da Mata, 12 na Zona Sul, 2 já a Sudoeste (em Bom Sucesso e Nepomuneceno, ambas cidades vizinhas a Santo Antonio do Amparo), e 3 outras no centro e norte do estado. (O Jornal, edição de 15-10-1927, 2ª Seção, p.12)

2. Esta dominância de relações com o Rio de Janeiro parece durar até por volta de 1950, tendo em vista os relatos do próprio proprietário da Fazenda Santa Elisa, que relata longas viagens feitas em seu primeiro caminhão ao Rio de Janeiro para venda de diversos produtos produzidos nas fazendas de Santo Antônio do Amparo. Entretanto, existem relatos de antigos moradores que afirmam ser uma das atividades econômicas do município a criação de tropas de tração animal, que eram vendidas para trabalharem em lavouras do estado de São Paulo.

Em toda a sua história, o desenvolvimento da cafeicultura no Brasil, sempre se deu alternando períodos de crise e períodos de prosperidade. Enquanto o café nas áreas mais tradicionais, já experimentava uma recessão significativa, a cidade de Santo Antônio do Amparo, e a própria Fazenda Santa Elisa, começavam a descobrir o café iniciando uma trajetória de prosperidade.

No Brasil a primeira grande crise do café é datada de 1890 e se estende até 1910. Sua causa teria sido a superprodução e a conseqüente queda dos preços tanto a nível interno quanto a nível internacional. A solução encontrada, e que parece caracterizar a cafeicultura do país até hoje, foi a busca de uma "política que beneficiasse o setor cafeeiro no seu conjunto e que não exigisse nenhum sacrifício especial dos fazendeiros individuais." (STOLCKE, 1986:57) A Convenção de Taubaté em 1906 inaugurou uma política de sustentação de preços, através de subsídios, emissão de dinheiro e compra de excedentes. As tentativas de se controlar a expansão do parque cafeeiro já nessa época se mostravam ineficazes perante as possibilidades que o protecionismo apresentava.

O poder exercido pelos "Barões do Café" exerciam, associado a períodos de prosperidade de preços após a 1ª Guerra Mundial e às geadas de 1918, que atingiram o sul de Minas Gerais, garantiram uma certa continuidade de altas até 1929. Se se pode afirmar que as oscilações de mercado e preços, já nesta época, determinavam um ritmo menos desenfreado e otimista de expansão -

o que parece revelar o próprio fato da Fazenda Santa Elisa levar cerca de 27 anos (de 1915 a 1942) para desmatar cerca de 70 alqueires de terra - os problemas não foram suficientes para determinar o abandono da cultura¹.

Nesse período, houve uma significativa redução na área da fazenda, motivada em parte pelas crises do café, mas também e principalmente por algo apelidado pelos amparenses de "Quebradeira do Zebu" por volta de 1949², e pelo próprio

1. Uma questão importante para a compreensão do ritmo lento de expansão da Fazenda Santa Elisa pode estar associada ao fato dos pequenos proprietários serem os mais resistentes às crises em função de poderem aumentar sua produção de alimentos - e a conseqüente baixa na parte monetária dos colonos - com muito mais facilidade que os grandes. ROWE, 1932 apud STOLCKE, 1986 :100.

2. "E foi numa época em que houve um famoso negócio que se chamava 'Quebradeira do Zebu'. Todo mundo da cidade quebrou. O pai teve que vender uma fazenda grande na Lavrinha e vender todo o gado dele. E nós ficamos aí pelejando para rolar a dívida até 1949. Em 1949 deu uma safra muito boa de café na Santa Elisa, de 1000 sacas. Nós vendemos esse café por 995 cruzeiros, pagamos todas as dívidas e ainda sobrou um pouquinho para comprar mais gado e refazer a fazenda." (AD1)

A memória de um dos mais antigos moradores da fazenda, mostra como os colonos foram abandonados à sua própria sorte nesta época:

"O senhor chegava num banco qualquer aí e pedia 200 milhões para mexer aqui. Era só falar e sair, négo carregava dinheiro não era em carteira não, era em saco. Levava e botava na garupa de um burro. Eles não tinham muito zebu não, mas só zebu bom. Zebu da orelha desse tamanho. Então eles compraram esses zebus e zelaram deles demais, e foi comprando aquilo. Aí o zebu deu baixa de uma hora para outra. Pronto. Escangalhou todo mundo. Quase todo mundo era zebu. Aí caiu todo mundo de uma vez só. Aí ficou aquela coisa pra nós. Panhar café pouco adiantava, porque eles não tinham dinheiro pra pagar, era aquela inconha. E esses homens tiveram sumido a panha toda, a seca toda, aí quando eles apareceram de novo a gente já estava terminando a outra panha." (C1)

processo de herança que determinou, por certo tempo, um fracionamento relativo da propriedade. Como ficará claro mais à frente, durante muito tempo, a criação de gado constituiu-se na principal atividade econômica da fazenda¹.

Iludidos com a fertilidade que as lavouras herdavam do solo até então coberto por matas, a produção cafeeira esgotava, sem qualquer técnica, manejo, ou experimentação, as possibilidades de desenvolvimento de uma cafeicultura mais racional e produtiva. Em épocas de preços altos, incrementava-se o plantio. Em épocas de declínio, abandonava-se as lavouras e diminuía-se a parte monetária do pagamento dos colonos (STOLCKE, 1986; MAGALHÃES, 1927). Já em 1927, através de artigos publicados por ocasião do Bicentenário do Café no Brasil, alertava-se quanto aos perigos que esta prática representava em Minas Gerais: "O factor de ordem agrária que está preparando a degradação lavoureira quer da Matta (mais accentuada) quer do Sul (mais lenta) é o empobrecimento, o cansaço das terras."²

Não é exagero afirmar que a cafeicultura brasileira, e por decorrência, a própria formação da cultura do café em Santo Antônio do Amparo, tenha ocorrido através dos baixos custos da terra, de uma exploração sem reposição de solosaltamente férteis, sustentados por políticas protecionistas e pela extrema exploração da mão-de-obra disponível. A

1. A Fazenda da Cachoeira foi ponto de pasto e dormitório para os tropeiros de gado.

2. "O Jornal", 15/10/1927, 8ª Seção, p.13

conjugação destes fatores parece ter marcado a cafeicultura distinguindo-a, até bem pouco tempo atrás, das culturas mais modernas. A baixa produtividade, os processos deficientes de beneficiamento, a falta de técnicas de manejo, a recusa ao aprimoramento por parte dos fazendeiros, todos esses fatores, acobertados por políticas protecionistas, parecem ainda marcar a grande maioria dos produtores (RIOS,1973).

O "grande desastre de 1929", por sua vez, ao contrário de representar a morte da cafeicultura brasileira, resultou em alterações que, apesar de significativas, mantiveram sua presença na economia nacional de forma hegemônica até pelo menos 1959 e de forma expressiva até os dias atuais ¹. Para se ter uma idéia, a cafeicultura em Minas Gerais atinge atualmente, 711 dos 723 municípios do estado, produz quase 35% de todo o café nacional e possui uma produtividade 36% maior que a média nacional (BDMG,1989).

Como afirma Stolcke,

"o desastre acelerou um processo de mudança estrutural na economia do país, que finalmente deslocou o setor cafeeiro do centro dinâmico da economia, designando-lhe um lugar mais subordinado, mas não menos importante. Contudo, apesar do impacto produzido pela vertiginosa queda, em larga medida imprevista, nos

1. Entre 1850 e 1900 o café representou em média 64,5% das exportações brasileiras. A partir de 1884 os cafeicultores foram direta ou indiretamente responsáveis pela abertura de ferrovias, casas exportadoras, bancos. Também a industrialização e urbanização do país a partir de 1930 se deram a partir da economia cafeeira. Em 1951 o país ainda era responsável por 50% das exportações mundiais de café. A partir de 1960 esta cifra decaiu para 40%, chegando em 1987 a 26% das exportações mundiais. Em 1989 o café continuava sendo o 4º produto mais importante na pauta de exportações brasileiras. Nesse mesmo ano existiam cerca de 1.299 indústrias de torrefação de café, 100 empresas especializadas em exportação (RIOS,1989).

preços do café, e do desânimo que se espalhou no setor cafeeiro, a depressão não acarretou a ruína dos cafeicultores enquanto classe." (STOLCKE, 1986:16)

A opção da Fazenda Santa Elisa parece ter sido a que caracterizou os pequenos produtores das áreas recentes de expansão: o aumento gradativo das lavouras de café, associado a uma diversificação de produção e a um regime de exploração de mão-de-obra, o colonato, com a flexibilidade necessária para a diminuição dos gastos monetários. É assim, por exemplo que pode-se compreender o intenso plantio de algodão na Santa Elisa, feito entre 1939 e 1941¹, fato este, que também ocorreu em escala ampliada em São Paulo. Ali, o algodão substituiu o café de baixa rentabilidade sem, contudo, erradicá-lo. Em Santo Antonio do Amparo, o algodão e o gado constituíram uma estratégia de resistência dos cafeicultores.

O colonato consistiu na forma mais barata e rentável para formação e povoamento da fazenda: "O preço era muito barato. A mão-de-obra era muito barata, você não tinha que botar adubo, não tinha que colocar nada, o que produzia na lavoura era sempre lucro, de tão barato que ficava o café", lembra o proprietário. A primeira experiência com adubo orgânico, esterco de curral, se deu apenas em 1938, ou seja, 23 anos após a formação das primeiras lavouras. O uso de herbicidas e químicos só se implantou a partir da década de 60, provocando espanto entre os trabalhadores: "Antigamente não usava nada. Era tudo na base da enxada. Até quando nós ouvimos falar do Randape, nós

1. Entrevista AD1

ficamos admirados com aquilo. Eles falavam pra nós 'não senhor, isso não mata não'."1 A partir da proibição do trabalho escravo, os cafeicultores se viram obrigados a experimentar outras formas de contratação de mão-de-obra que pudessem manter a mesma lucratividade sem grandes investimentos de capitais.

"Até o século XIX o problema de mão-de-obra era principalmente atendido pelo braço escravo e secundariamente pelo trabalhador livre. O trabalhador livre aparece numa relação de tipo tradicional, não contratual, baseada em vínculos pessoais. Mais tarde ainda tenta-se adiar o êxodo do braço por simulacros de participação na colheita como foi na realidade a parceria. ... (que) por um equívoco semântico, passou-se a chamar colono." (RIOS, 1972:11)

No Brasil a partir de 1847, duas iniciativas de reposição de mão-de-obra foram colocadas em funcionamento. Por um lado, a iniciativa patrocinada pelo Estado, que criava núcleos coloniais de pequenos proprietários estrangeiros. Por outro lado a política dos fazendeiros, que recrutavam estrangeiros-imigrantes para trabalharem em regime de parceria em suas lavouras de café. A experiência com a parceria, apesar de iniciada antes do fim do

1. Entrevista com Cl. Randape é um produto utilizado em larga escala atualmente, para a realização de capina química, como forma de barateamento de custos com mão-de-obra, principalmente em áreas de topografia acidentada que não permite mecanizar o manejo das lavouras.

trabalho escravo, na prática existente até 1888, não durou muito tempo. Os imigrantes, além de suas dificuldades de adaptação ao novo contexto, levavam cerca de 2 ou 3 anos para saldarem suas dívidas com os fazendeiros. Esses, por força contratual, os impedia de mudarem de fazendas. A percepção crescente de uma condição próxima à escravidão, o interesse maior no cultivo de alimentos como forma de resposta às condições contratuais e a ocorrência de conflitos entre fazendeiros e grupos de imigrantes, parecem ter acelerado seu declínio¹.

Entretanto, em Minas Gerais as tentativas de recrutamento de imigrantes europeus tiveram pouca repercussão na demanda interna por mão-de-obra², fazendo com que a cafeicultura se baseasse fundamentalmente no braço escravo. Processo contrário ao observado em São Paulo, onde o recrutamento de imigrantes foi algo bem sucedido e de suma importância para a cafeicultura³ e posteriormente no trabalho do

1. Para uma discussão mais ampliada sobre a questão ver STOLCKE, 1986

2. Em 1872 a Província de Minas Gerais possuía cerca de 25% de toda a população escrava do Brasil. Juntas, as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais possuíam 820.000 dos 1.500.000 escravos (cerca de 55% do total). (TAUNAY, 1945)

3. Em São Paulo, estima-se que, em 1923, 32% das fazendas de café eram de propriedade de imigrantes italianos que haviam chegado ao Brasil na condição de colonos (STOLCKE, 1986). Em Minas Gerais, em 1920, das cerca de 41.393 fazendas de café, somente pouco mais de duas mil e duzentas eram de estrangeiros. Entre 1910 e 1915 foram implantados por iniciativa oficial 8 núcleos ou colônias de imigrantes, 7 deles na Zona da Mata e apenas 1 na Sul, localizada no município de Cristina. (O Jornal, 1927, 8ª seção, p.14)

campesinato livre¹.

Após o fim do trabalho escravo, os cafeicultores de Minas Gerais, tal e qual a São Paulo, optaram pela parceria, aqui chamada de "meação". Nas regiões caracterizadas pela produção para abastecimento do mercado interno, configurou-se o predomínio de pequenos proprietários e posseiros. Nas Zonas da Mata e Sul, onde a economia se articulava com o mercado externo, através principalmente do café e onde havia uma produção em agropecuária em expansão, principalmente de bovinos e arroz, a predominância foi da parceria (MULS,1989).

Por volta de 1870, começa a surgir uma nova forma de contratação que veio a ser conhecida como colonato, vigorando até por volta de 1960 como a principal forma de arregimentação de trabalhadores para as fazendas de café no país.

O colonato tinha como características a conjugação de 4 elementos contratuais :

- * uma remuneração por tarefa no trabalho de manutenção dos cafezais;

- * uma remuneração móvel em função da produção durante a colheita;

- * a produção direta de alimentos e a comercialização dos excedentes;

- * o usufruto de uma casa próxima às lavouras.

A Fazenda Santa Elisa, da mesma forma, estabeleceu

1. Entre 1808 e 1831 a economia mineira é marcada pelo desenvolvimento da agropecuária no sul, pelo "boom" do algodão e o início da cafeicultura no estado, gerando uma expansão do campesinato livre. (MULS,1989:38)

com os primeiros desmatadores e formadores de lavouras, um regime de parceria que compreendia a plantação de alimentos para subsistência, e participação total ou parcial da primeira colheita do café. Entretanto, como a expansão do café foi se dando juntamente com a pecuária, esses parceiros costumavam ser, já nesta época, remunerados por tarefas. Com o passar do tempo, os "formadores de café", passaram a se fixar como colonos, propriamente ditos, remunerados por tarefas e empreitadas, e ainda com a permissão de plantio de "lavouras brancas", deixando, porém, de ter participação na produção.

Nesta época contratava-se um "formador" que, junto com a família, iniciava o trabalho de desmate para posterior plantação da lavoura. Até 1942, ano em que a última área de mato foi extinta, vários formadores residiram na Fazenda da Cachoeira, percorrendo diariamente os 12 quilômetros que a separam da Fazenda Santa Elisa. Os formadores eram escolhidos em função de sua reputação, seu conhecimento sobre o trabalho de desmate e formação de lavouras de café e principalmente, como diziam na época, "sua liderança e tamanho da família", pois cada formador era responsável pelos braços necessários para o trabalho na sua própria área. Se a produção do café era pequena nestes primeiros anos da lavoura, a fertilidade das terras garantiam boas safras de grãos que alimentavam a família, permitiam a criação de pequenos animais e a comercialização do excedente, o que normalmente era feito com a própria fazenda.

Importa ressaltar que a presença de trabalhadores eventuais na fazenda já acontecia, pelo menos, desde 1920. A princípio eram trabalhadores que moravam no próprio distrito de Santo Antônio do Amparo, e posteriormente, com o aumento da produção, vindos de Resende Costa, cidade próxima à São João Del Rey, Piracema, Carmópolis (na época chamada Japão). Esses eram contratados quase que exclusivamente no período da colheita, havendo, entretanto, fases em que turmas de solteiros eram chamadas para "bater pasto", fazer cerca etc. Nesta época, em função das dificuldades de transporte, os eventuais e mesmo os moradores da região, permaneciam durante todo o tempo da colheita na própria fazenda. Ali chegavam a pé, acompanhando os carros de boi que transportavam seus pertences para a longa estada. Para a colheita era bastante usual a presença de famílias inteiras. Nesse período, era o próprio "turmeiro" o responsável pela alimentação de seu grupo.

A memória dos antigos colonos da fazenda registra que o primeiro empreiteiro, contratado pela fazenda, para trazer trabalhadores de fora do distrito havia sido uma mulher de nome Silvéria. Este fato guarda uma singularidade histórica, pois não existe registros de mulheres desempenhando estas funções mesmo nos dias atuais¹. A migração temporária para as fazendas de café é uma realidade, no Brasil, desde o final do século passado.

1. "Eu me lembro dela. Ela se chamava Silvéria. Tinha o marido dela também, mas ele era um "belo antonio", não apitava nada. Essa era uma mulher de muita liderança, trazia uma turma boa. Uma mulher enérgica." (AD3)

"Pelos anos de 1890, as fazendas de café eram organizações grandes e complexas, com colonos empregados em capinar e apanhar o café, compondo cerca de 50% da força de trabalho de uma fazenda." (STOLKE, 1986:62). Essas fazendas eram incapazes de atrair toda a mão-de-obra necessária às contínuas e crescentes safras na forma de colonato. Recorriam ao trabalho temporário, sem contudo ver nele, como a partir de 1960 o fariam, uma solução definitiva.

Augusto Ramos em 1923, descrevia a presença desses trabalhadores em fazendas de café durante as colheitas, mas afirmava que os fazendeiros não os consideravam uma boa solução, pois acreditavam ser o colono mais interessado pelo trabalho. ¹ Até o início dos anos 70, a própria Fazenda Santa Elisa colocava limitações quanto à presença de trabalhadores volantes: "Agora, esse sistema de 'bóia-fria', de caminhão vir para trabalhar, é um sistema que eu nunca dei preferência. Só trazia em ocasiões extremas, quando apertava, às vezes num ano mais chuvo e tal...".²

Em 1952, com a morte do pai (a mãe havia falecido

1. CF. SABÓIA, 1978 onde o autor cita Artur Ramos em livro publicado em 1923, intitulado "O café no Brasil e no estrangeiro", no qual essa questão já era tratada.

2. Como veremos adiante, os trabalhadores volantes são considerados hoje, melhores "panhadores de café" que os próprios moradores da fazenda, em função de sua disponibilidade para longas jornadas de trabalho, sua sujeição às exigências de cuidado e capricho no desenvolvimento do trabalho, e a pouca inversão de capital necessária, principalmente com os volantes de regiões distantes, que depois de um reduzido adiantamento, só voltam a receber remuneração monetária, ao final de 3 meses de trabalho.

em 1941), a fazenda herdada pelos 4 irmãos homens e pelo cunhado, é repartida em 5 partes iguais¹. Até então a fazenda havia experimentado um processo de expansão de seus cafezais, mas também de enfrentamento de crises. Para que se tenha uma idéia, a fazenda chegou a ser reduzida quase que à metade dos seus 70 alqueires iniciais, e somente em 1951 é que se deu início à construção de uma sede definitiva. Com o fracionamento da propriedade, cada herdeiro passou a administrar as suas próprias lavouras. Entretanto, a propalada "quebradeira do zebu" havia reduzido a extensão da fazenda, fazendo com que a parte herdada por cada um se tornasse, sozinha, pouco produtiva. Começam assim os contínuos negócios entre os irmãos, que somente se encerraram em 1982, quando a Fazenda Santa Elisa é comprada pelo atual proprietário. Os anos 50, se constituem como um período de relativa estagnação da fazenda e de busca de alternativas. Data dessa época a definitiva consolidação de um dos irmãos no ramo da comercialização de café, iniciada na década de 40 e consolidada quando da mudança de operação do porto do Rio de Janeiro para o de Santos. A partir de 1958 e até pelo menos 1968, a cafeicultura brasileira concentra-se mais fortemente nos Estados de São Paulo e do Paraná, que juntos respondiam por 55% da produção nacional. Ao nível estadual, o café havia se instalado definitivamente no sul e sudoeste do estado. Na safra 1961/1962, a Zona Sul/Sudoeste do estado havia produzido 58%, contra 42% da Zona da Mata. Entre 1967/1968 estes percentuais são 75% e 25%,

1. A fazenda da Cachoeira fora repartida entre os 7 irmãos, incluindo aí as duas irmãs mais velhas e solteiras.

respectivamente.

"No início da década de 70, a política brasileira de produção toma rumos diametralmente opostos à desenvolvida na década anterior. Os preços deprimidos durante boa parte dos anos 60, começaram a elevar-se a partir de 1969, conjugados com a diminuição dos estoques brasileiros que, de 70 milhões de sacas beneficiadas em 1963/1964, desceram a 53,4 milhões em 1969/1970." (GOMES, 1988:277).

Grande parte das lavouras estavam se exaurindo, e a produtividade era muito baixa. A Zona da Mata, que contava com os cafeeiros mais antigos, foi a mais afetada com as duas etapas de erradicação de cafezais, implementadas entre 1962 e 1967. Nesse período, Minas Gerais erradicou 26% de seu café. Em 1970, já refeita da crise, com a área sendo repostada e ampliada, a fazenda também aderiu aos planos oficiais de renovação: "eu comecei realmente uma renovação foi quando houve esse incentivo, após um plano de governo. Primeiro de erradicação, que deve ter sido por volta de 1968. Eu entrei, por causa da grande publicidade do governo, incentivo e financiamento" (AD3). Tanto para o estado, quanto para a própria fazenda, continuar prosperando com o café, significava erradicar cafezais pouco produtivos. Reduzir para continuar crescendo. O café, a partir de então, deixava de ser plantado apenas nas terras de mata virgem, passando a ocupar as áreas de cerrado e envernadas.

Tendo sido o estado que mais aderiu à erradicação, Minas Gerais passou a reivindicar do governo federal um tratamento à altura de sua adesão. Os cafeicultores, através do

Secretário Estadual de Agricultura, lançaram um memorial de reivindicações mineiras para o programa de renovação. Inaugura-se, assim, um novo período de expansão. A região sul e sudoeste do estado plantou, entre 1969 e 1973, 66% de todos os novos cafés do estado. Minas Gerais chega a plantar 34% de todo o café financiado no país através deste plano, entre 1969 e 1976. Em 1975, depois de uma grande geada que afeta os cafezais do Paraná, Minas Gerais, que havia se consolidado como o estado com maior índice de plantio de novos cafés, inicia um processo que o levaria em 1981 à liderança nacional na produção de café beneficiado.

É interessante salientar que, se a população cafeeira do estado dobra entre 1960 e 1987, a área cultivada cresceu apenas 25%, o que comprova os efeitos da modernização empreendida: emprego de técnicas de cultivo e adensamento das lavouras (GOMES, 1988:284).

Santo Antônio do Amparo consolida-se, nessa época, como o 13º município do estado em número de covas plantadas. Entre 1969 e 1977 são plantados cerca de 7 milhões de novos pés de café (IBC, 1982). Em 1986 o café se responsabiliza por 18% do valor bruto da produção agropecuária de Minas Gerais. A Zona Sul/Sudoeste do estado permanece como a área de maior maior produção de café, e, apesar de contar com um baixo índice de produtividade .

Possui a produção de maior qualidade do estado, e destinado ao mercado externo. Em termos gerais, o Brasil vê decrescer sua participação nas exportações mundiais de 40% em 1960 para 26% em 1987, permanecendo, entretanto, como líder na exportação do café arábico¹.

A expansão da fazenda Santa Elisa, nas décadas de 70/80, se deu a partir de alguns fatores básicos. A adesão à política oficial do café, num primeiro momento representou uma redução de cafezais, mas abriu a possibilidade de renovação de lavouras em condições bastante especiais de financiamento, como conta um de seus ex-proprietários:

"Aqui na cidade havia muita gente desconfiada, com resistência, tinham medo do mercado no futuro. Em 1972 eu fiz um plano muito arrojado, foi o segundo maior da região, plantamos 250 mil pés de café. A gente recebia do governo muita orientação técnica e o que é mais importante, recebia o financiamento numa época boa. Em 1972 eu fiz o financiamento no começo do ano e já em março, boa parte do dinheiro foi liberada. Outra coisa é que nesse plano de renovação, o dinheiro que se gastava inicialmente era menor do que o que era liberado." (AD3, ex-proprietário)²

A expansão da área da fazenda foi sendo empreendida em função das condições especiais oferecidas:

"Como as terras custavam barato e poucas pessoas acreditaram nesse plano, então dava condição para a gente comprar novas terras e posteriormente, com aquilo que a gente ia ganhando, produzindo outras áreas, como o comércio. Tudo era um

1. Existem cerca de 66 espécies diferentes de café. O café "Arábica", em função dos fatores climáticos e de solo, é o mais plantado nas zonas tropicais, como o Brasil. É ideal para temperaturas que não excedem a máxima de 32 graus e a mínima de 0 graus centígrados. Torna-se totalmente vulnerável às geadas. (IBC, 1986).

2. Entre 1969/1970 foram realizados apenas 8 contratos de financiamento de plantio de cafezais, envolvendo apenas 397 ha. Entre 1976/1977 este número sobe para 110 contratos e 1,5 milhão de covas. Entre 1969 e 1977 foram realizados 402 contratos referentes a quase 7 milhões de pés de café. (Fonte IBC, 1982)

financiamento folgado. Não havia problema de dinheiro." (AD3)

Para que se tenha uma idéia deste processo, das 39 lavouras existentes em 1990, 7 haviam sido plantadas entre 1964 e 1969, 21 entre 1970 e 1979, e outras 11 entre 1980 e 1986, ano do último plantio de café na fazenda.

Outro fator que caracteriza o período é a opção, já iniciada em 1958, com a compra do primeiro despulpador de café. O que permite a produção de cafés finos para exportação.

A esses dois fatores, somaram-se as estratégias de obtenção de mão-de-obra fixa e temporária, em condições favoráveis à contínua expansão dos negócios.

A partir de 1972, a fazenda passou a contratar novos formadores de lavouras, que junto com suas famílias, se responsabilizavam por talhões de terras, onde além do café, mantinham a plantação intercalada de feijão e milho. O contrato passou a ser por empreitada e não mais por parceria, como no início do século. Cada empreiteiro, espelhando a relação de trabalho que se estabelecia, emprestava o seu próprio nome às novas lavouras ou as batizava em função de alguma preferência ou particularidade¹. Casas foram construídas ao fundo de cada área reservada à lavoura, de tal maneira a permitir que eles estivessem sempre próximos.

Entretanto, parte desses formadores, tão logo colhiam a primeira safra, se mudavam, alguns para a cidade,

1. Das 39 lavouras existentes em 1990, 11 mantinham o nome de seus formadores. Voltaremos a esta questão no capítulo 6.

outros para fazendas, em busca de novas e melhores condições. Se desde os anos 20, a fazenda já contava com o trabalho temporário de pessoas do próprio município, posteriormente de cidades vizinhas, com o aumento das lavouras, a partir do início dos anos 70, a presença de trabalhadores volantes se transformou de eventual e indesejada em uma alternativa mais eficiente para manutenção das margens de lucros. O contínuo crescimento da cafeicultura no município e na região tornou a mão-de-obra local insuficiente para o trabalho, principalmente no período da colheita. Três tipos de trabalhadores temporários eram contratados para complementar as necessidades de mão-de-obra. Além dos moradores que estabeleciam uma relação de colonato com a fazenda - já que não eram trabalhadores assalariados puros - a fazenda também empregava outros trabalhadores temporários. Os solteiros, eram empregados em serviços de entressafra, residiam na fazenda durante um período mínimo de 3 meses, e eram chamados de "turma de cantina", pelo fato de realizarem suas refeições na cantina da fazenda. Além desses, haviam os "bóias-frias", residentes na vizinha e economicamente decadente cidade de Santana do Jacaré, que diariamente se deslocavam para a fazenda, seja para realizar serviços de capina, seja para colher café. E ainda os trabalhadores temporários de "panha", que eram

contratados especialmente para os serviços de colheita de café, e que, deslocando-se com suas famílias de seus locais de origem, permaneciam na fazenda por um período mínimo de 90 dias¹

Em fins da década de 60, ao adquirir uma fazenda de gado para corte no município de São João da Ponte, o proprietário descobriu um reduto de mão-de-obra disponível e barata, que passaria, a partir de 1975, a se constituir no maior agrupamento de "panhadores". Os "baianos" - como foram logo batizados pelos trabalhadores residentes - começaram a ser trazidos em turmas de 45 a 50 pessoas dentro de caminhões. Tratava-se de uma população acostumada à lida do campo em condições das mais adversas, e que desde a década 60 começava a se envolver em contínuos processos e rotas de migração temporária. O que a princípio foi considerado um experimento para suprir, a baixo custo, a falta de braços para a colheita, tornou-se, com o passar dos anos, uma prática constante. A presença dos "baianos" se mostrou suficientemente forte, para compor um novo quadro não só em termos de organização do trabalho, mas também a nível da configuração cultural da fazenda. Em 1982 a fazenda foi comprada pelo seu atual proprietário, que durante o período anterior manteve a propriedade da Fazenda da Cachoeira, onde também ampliou a área de lavoura do café, passando, entretanto a se especializar na comercialização e exportação de café cafés finos. Data dessa época uma nova

1. Esta estrutura de mão-de-obra continua basicamente inalterada. Acrescente-se a esses, alguns trabalhadores volantes de Carmópolis e alguns poucos da própria cidade que são contratados em pequeno número quando as necessidades de serviços aumentam.

ampliação dos cafezais. Porém, o fato mais marcante foi a definitiva incorporação pela fazenda de dois princípios lógicos que, em última instância, determinam a transformação tardia do colonato puro na fazenda e o respectivo aumento do trabalho temporário. Por um lado, a produção cafeeira passou a responder a padrões modernos de expectativa de produtividade e técnicas de adensamento. Por outro, a própria fazenda, ou seja, o espaço da produção, deixou de se constituir no "locus" principal onde e em função de que as decisões eram tomadas, perdendo espaço para "o escritório", sede dos negócios comerciais que, mesmo sem substituí-la, assume o centro lógico e dinâmico das decisões¹.

É interessante notar que, se o colonato, enquanto forma de contrato dominante no meio rural cafeeicultor no Brasil, é comumente declarado extinto a partir de 1960, na Fazenda Santa Elisa é possível afirmar sua permanência até pelo menos meados dos anos 80. Até nessa época, o contínuo assalariamento dos trabalhadores permanentes, ainda se dava de forma associada à outras formas de renda, principalmente aquela gerada pelo plantio de alimentos. Em 1985, a contratação de um profissional com formação universitária para administrar a fazenda, deu início a um novo tempo. Houve um processo gradativo de afastamento de

1. Fazendo uma comparação entre o fazendeiro do café do século passado com o fazendeiro do século XX, Mombeig, 1952, afirma que, dentre outras mudanças, os emergentes administradores de fazendas passam a morar ao lado dos escritórios, "porque um negócio desse gênero tem seus serviços administrativos, sua contabilidade, sua estatística: sinal dos tempos, nos quais a supervisão do caixa importa mais que a dos trabalhadores." Apud: SZMRECSANYI, 1984:239

parentes e afilhados do proprietário da lida diária da fazenda - que passam a concentrar seus trabalhos nas suas próprias posses ou nos negócios de comercialização e exportação - e a proibição definitiva de plantio intercalado de "roças brancas", inclusive nas lavouras novas de café, que passaram a ser plantadas de forma adensada. Somente o plantio do feijão à meia permaneceu sendo permitido, o que já em 1990 passa a ser também controlado, ao se fixar uma quantidade máxima por família e a proibição do plantio da safra da seca¹.

A partir de 1986, a fazenda, além de continuar enfrentando as cíclicas crises do café, passa a combater o que no município os fazendeiros chamavam de "crise do Plano Cruzado". Tal crise refere-se aos reflexos desse plano de estabilização econômica do país nas dívidas que foram contraídas para financiamento de safras, e que já não mais ofereciam as favoráveis condições de anos atrás. Somada às mudanças em curso, no sentido de transformar a fazenda num dos pólos de significativo empreendimento comercial, a conjuntura faz recrudescer ainda mais, como veremos adiante, as condições de trabalho oferecidas pela fazenda, transformando inclusive a sua própria configuração territorial e cultural².

1. Essas questões relativas ao "fim do colonato" e à emergência do trabalho temporário nas lavouras de café será melhor discutida na próxima seção.

2. A fazenda sempre foi administrada de forma circunstancial, sem maiores objetivos empresariais, o que talvez explique a manutenção das relações de trabalho num estágio quase inalterado durante décadas.

III

A ATUAL SITUAÇÃO DA CAFEICULTURA NO MUNICÍPIO

Santo Antônio do Amparo é hoje o município de maior produção de café em sua Micro Região, especificada pela jurisdição do extinto IBC¹. Conforme os últimos dados organizados por esta instituição, em 1988 a cidade possuía 42% das covas de café da região, acusando, apesar das dificuldades, um aumento de 32% em relação ao número de covas em 1986.²

1. Fazem parte da micro-região os municípios de Perdões, Bom Sucesso, Ibituruna, Santana do Jacaré, São Tiago, Ribeirão Vermelho e Santo Antônio do Amparo.

2. Segundo o IBC, entre 1986/1988, os 7 municípios integrantes desta região, tiveram um crescimento médio de 31% no número de covas de café.

QUADRO 4.1

Nº DE COVAS DE CAFÉ NOS MUNICÍPIOS DA MICRO REGIÃO

DE JURISDIÇÃO DO IBC - 1986/1988 (I)

municípios	1986		1988(*)	
	Nº	%	Nº	%
Santo Antônio do Amparo	9.398,684	41,9	12.447,008	42,1
Perdões	3.752,942	16,7	4.200,000	14,2
Bom Sucesso	5.233,336	23,3	7.300,000	24,7
Ibituruna	1.336,762	5,9	1.850,000	6,3
Santana do Jacaré	1.475,013	6,6	2.025,000	6,8
São Tiago	1.046,085	4,7	1.560,000	5,2
Ribeirão Vermelho	203,119	0,9	203,119	0,7
TOTAL	22.445,941	100,0	29.585,008	100,0

FONTE: Escritório Regional do IBC - Santo Antônio do Amparo
 (*) = previsão.

Sua estrutura produtiva indica que 57% das propriedades cafeeiras estavam na faixa de 0 a 50 ha, sendo responsáveis por 16% da área total com café do município, e 18% do número total de covas. Outros 16% das propriedades estavam entre 50 a 100 ha, e eram responsáveis por 15% da área de café e do número de covas do município.

No extrato compreendido entre os 100 e os 500 ha, encontravam-se 22% das propriedades, responsáveis por 40% da área total de café e 42% do número de pés plantados. As grandes propriedades, mais de 500 ha, somavam cerca de 5% do total, sendo responsáveis por 25% da área total de café e covas do município.

QUADRO 4.2

Nº DE PROPRIEDADES, ÁREA TOTAL, ÁREA COM CAFÉ E Nº DE COVAS
DOS PRODUTORES DE CAFÉ - SANTO ANTÔNIO DO AMPARO/1986

ES PE CI FI C.	ÁREA EM HA.					Total
	0 a 50	50 a 100	100 a 500	acima de 500	não i- denti- ficado	
1	197	43	59	15	---	271
2	56,8	15,9	21,8	5,5	100,0	100
3	1.719,268	1.380,991	1.399.070,	2.358.931	109	9.398,684
4	18,2	14,7	27,2	25,1	100,0	100
5	3.111,8	3.218,0	13.014,0	12.237	214	31.794,8
6	9,7	10,1	40,9	38,6	0,7	100
7	869,6	804,3	2117,9	1322	166,7	5.280,5
8	31,6	15,2	24,9	25,2	3,1	100
9	183,3	25,0	57	66,2	2,0	

LEGENDA: 1 - Nº de propriedades
2 - % sobre o total
3 - Nº de covas
4 - % sobre o total
5 - Área total da propriedade (A)
6 - % sobre o total
7 - Área total com café (B)
8 - % sobre o total
9 - B/A

FONTE: Levantamento Cadastral de Propriedades Cafeeiras

IBC - SAA - 1986.

Entre 1980 e 1988, a produção de café do município aumentou de 2604 para 5960 toneladas, indicando um aumento de 243%, enquanto a área total colhida passou, no mesmo período de 2918 para 5960 hectares, representando um acréscimo de 104%. Essa diferença é explicada justamente pela aplicação de novas técnicas de plantio adensado na última década¹.

Comparando-se o desempenho de algumas culturas e da pecuária no período de 1980 a 1986 temos o seguinte quadro: a produção de arroz aumentou em 98% a sua produção e em 128 sua área colhida. O feijão, respectivamente, 155% e 175%, o milho, aumentou em 47% sua produção e 29% sua área colhida. O café obteve 113% de aumento de produção e 104% de aumento da área colhida. Quanto à pecuária, o efetivo bovino diminuiu em 8% e sua produção aumentou, nesse mesmo período, apenas 3%.

1. Há uma pequena diferença entre os dados do IBC e do IBGE quanto à área de café do município em 1986. Enquanto os dados do IBC indicam 5280 ha, os dados do IBGE apresentam 5960 ha. A diferença pode estar relacionada aos cafeicultores não cadastrados no IBC.

QUADRO 4.3

PRODUÇÃO AGRÍCOLA, ÁREA COLHIDA, EFETIVO BOVINO E
 PRODUÇÃO DE LEITE EM SANTO ANTÔNIO
 DO AMPARO (1980-1986)

	1980 (a)		1986 (b)		diferença (b/a)	
	produção (t)	área colhida (ha)	produção (t)	área colhida (ha)	produção (t)	área colhida (ha)
arroz	302	315	600	720	+98%	+128%
feijão	292	830	744	2284	+155%	+175%
milho	2986	2133	4400	2750	+147%	+29%
café	2604	2918	5550	5953	+113%	+104%
efetivo bovino (cabeças)	22211		20500		-8%	
produção de leite (1000 l.)	4936		5100		+3%	

FONTE: Produção agrícola e pecuária municipal - IBGE

As características gerais da cafeicultura hoje no município apontam para o seguinte quadro: há um predomínio de pequenas e médias propriedades e cerca de 80% da sua produção destina-se à exportação, através de uma cooperativa e da firma de exportação do proprietário da Fazenda Santa Elisa. Além de produzir quase a metade do café de sua micro-região, Santo Antônio do Amparo é o local onde é comercializada toda a produção das 2 maiores cidades-vizinhas¹.

1. Trata-se de Bom Sucesso e Perdões.

Devido à topografia do município, a mecanização não é viável, sendo substituída pelo adensamento de plantio, como estratégia de produção. Estima-se que o município, em 1990, detinha cerca de 13 milhões de pés de café, com uma produtividade que não chegava a 10 sacas por mil pés. Observe-se que na Fazenda Santa Elisa a produtividade é superior, chegando a 15 por mil pés, ou 30 sacas por hectare.

Atualmente, a tendência de plantio na Fazenda Santa Elisa é, como já foi dito, o plantio adensado, o que significa poder encontrar lavouras de até 5000 pés por hectare, plantadas no sistema 2:1.

Entretanto, a "crise do Plano Cruzado" parece ter afetado a cafeicultura local de maneira significativa.

"A última crise foi de agora, do Plano Verão para cá. Do Plano Verão pra cá é que houve problema. Com a inflação muito alta, o produtor teve dificuldades, principalmente o produtor que tinha produtividade mais baixa, ou que teve algum acidente como chuva de granizo, alguma praga ou doença. O problema não era tanto os juros, mas a correção monetária. O preço do café não tem acompanhado os juros e a correção monetária. E não se pode fazer milagre." (IBC1)

A consequência mais visível foi o aumento do índice de abandono de lavouras, que chegou, conforme projeções, à 30% das lavouras e de erradicação, próximo aos 10% das lavouras, conforme estimativas do IBC em 1990. Na maioria das vezes, por falta de recursos próprios, o fazendeiro, ou abandona definitivamente a lavoura, deixando-a se transformar em pasto, e conseqüentemente em foco de pragas, ou passa a "gigolar o café", ou seja, realiza somente a capina para a colheita e nenhum outro trato necessário.

Nessa situação, alguns produtores vêm procurando diversificar sua produção. A tendência é de se dirigir para a horticultura, em função da qualidade das terras e da proximidade com grandes centros consumidores (Belo Horizonte, Lavras e Varginha). Entretanto a mudança é vagarosa, como afirma um técnico do IBC local :

"Porque para ser mudado de uma hora para outra, não dá. Você põe uma infra-estrutura prontinha e fala 'eu vou largar mão do café', e o que você faz com aquele museu lá ? Você não pode é ter muito café e ter uma produtividade muito baixa. O café vai ficar aqui, mas vai sendo diversificado, porque acabar ele não acaba não. Vai é diminuindo."

A fazenda Santa Elisa possuía em 1990, 232 ha de extensão e 450 mil covas de café. Comparando com as demais propriedades do fazendeiro, ela representa 55% de suas terras, 51% do total de seu parque cafeeiro e 57% do total de sacas colhidas¹. A produtividade é inferior à Fazenda Terra Roxa, onde o solo é de melhor qualidade.

1. O proprietário constitui-se no 2º maior produtor de café da região.

QUADRO 4.4

PRODUÇÃO 1990

	FAZENDA				
	1	2	3	4	
	SANTA ELISA	CANDINHA	TERRA ROXA	CACHOEIRA	1-2-3-4
Nº de covas em produção	453.244 50,9%	46.000 5,2%	228.996 25,7%	161.728 18,2%	889.968
Área Ha.	232 55,5%	37 9,2%	62 15,4%	80 19,9%	402
sacos 60 kg 480 l/saco	6773 57,1%	700 5,9%	3197 27,0%	1182 10,0%	11852
nº de sacos p/1000 cr.	15	15	14	7	13
nº de sacos p/ ha.	30	19	52	15	30

A produtividade média da fazenda aumentou em quase 200% nos últimos 8 anos, passando de 10,4 sacas por hectare em 1982 para 24,2 em 1986, e atingindo 30 sacas por hectare em 1990.

Nesse mesmo ano, 4 lavouras foram eliminadas, correspondendo a 11% da área plantada e 8% do nº de covas. Em seu

lugar foram plantadas 16.000 covas de banana¹ e além de milho para o trato de gado. Outras 10 lavouras foram recepadas, correspondendo a 21% da área plantada e 22% do número de covas.

Em 1990 foram colhidos cerca de 54.000 balaios de 60 litros, o que corresponderia a 6.780 sacas de café. Desta produção, é possível estimar que 85% da produção tenha sido colhida por mão-de-obra temporária e apenas 15% pelos trabalhadores residentes.

Para que se tenha uma idéia da hegemonia que a comercialização de café passou a ter sobre a produção, em 1990 o proprietário comercializou 39.330 sacas de café, sendo que destas apenas 11.852 haviam sido produzidas em sua propriedade, o que corresponde a 30% do total negociado². Além da produção e comercialização do café, fazem parte dos negócios do proprietário uma granja com uma produção de mais ou menos 27 mil ovos por dia e um efetivo de 33 mil galinhas; uma chácara onde são criados cavalos de raça para comercialização e competições, além do rebanho de gado leiteiro que produz cerca de 500 litros de leite por dia, com 110 vacas, produzindo esterco para adubação das lavouras e permitindo um movimento de comercialização de bezerros

1. A lavoura de banana exige menos trato que o café (menor necessidade de pulverização e capina). A 1ª safra é colhida após 1 ano de plantio e no 2º ano após 8 meses. Cada pé produz 3 mudas.

2. A produção de 6773 sacas da Fazenda Santa Elisa correspondeu a 17% deste total comercializado.

machos e inseminação artificial das fêmeas¹.

Em função das perspectivas de diversificação de produção agrícola, além do plantio de banana em lavouras erradicadas, deu-se início à produção hortigranjeira na Fazenda da Cachoeira, onde se plantou tomate, pepino e, principalmente, vagem.

1. A fazenda Santa Elisa possui cerca de 400 ha. ocupados com pasto. A área plantada corresponde a mais ou menos 228 ha. Além das 110 vacas, haviam na fazenda 93 bezerros machos e 39 fêmeas. Os machos são comercializados a partir do 30 ano e as fêmeas são inseminadas artificialmente. A produtividade do rebanho já chegou a 9 litros diários por animal, caindo para 6 em função do corte de ração. Cerca de 100 litros diários são consumidos na própria fazenda.

IV

A QUESTÃO DA MÃO-DE-OBRA: COLONOS E TEMPORÁRIOS

Desde o início de sua formação, a Fazenda Santa Elisa contou com mão-de-obra de trabalhadores permanentes, residentes e não-residentes, e trabalhadores temporários e eventuais.

Já no início do século a Fazenda contratou os primeiros formadores de lavouras. Sob o regime de parceria esses trabalhadores desmataram as áreas de mata virgem e iniciaram o processo de plantio, feito nesta época com sementes¹. Durante toda esta fase de formação, alguns trabalhadores moravam na Fazenda Cachoeira a uma distância de 12 quilômetros. Esse transcurso era vencido a pé, diariamente, pois somente o fazendeiro e seus filhos possuíam cavalos. Ao terminar a formação de uma determinada lavoura, seu formador se mudava para as suas proximidades, prática que continuou sendo feita até a década de 70.

Esses formadores, contratados em regime de parceria, recebiam a primeira safra das lavouras por eles formadas, além de terem a permissão de plantarem de forma intercalada roças de alimentos: arroz, feijão e milho, principalmente. Podiam também criar pequenos animais, como galinhas e porcos. Pelo serviço realizado além daquele em suas lavouras, recebiam diárias que eram pagas quinzenalmente.

1. Hoje o plantio é feito somente com mudas previamente selecionadas.

Aqui talvez resida uma pequena, mas fundamental diferença em relação aos contratos de parceria estabelecidos com os imigrantes europeus nas áreas mais antigas de produção cafeeira no estado de São Paulo. Enquanto que com esses não havia qualquer remuneração em dinheiro por tarefas realizadas - o que ocasionava um endividamento muito grande até a realização da 1ª colheita, pois o fazendeiro realizava empréstimos para os gastos com alimentação, ferramentas, transporte etc. - na Fazenda Santa Elisa a experiência incluía a realização de outras tarefas remuneradas.

Em ambos os casos de parceria, entretanto, essa forma de contrato era vantajosa para o fazendeiro, pois, ao mesmo tempo em que significava uma divisão das possíveis perdas na produção e no mercado, representava também um grande incentivo para os "parceiros", numa época de mão-de-obra escassa, além de incitar os formadores a um esforço auto-fiscalizado para o aumento de produção (STOLCKE, 1986:25).

Já a partir dos meados da década de 70, quando a fazenda adquire um novo impulso de expansão, outros formadores são contratados, agora sob o regime de empreitada. Fundamentalmente, esse contrato em nada se diferenciava da parceria, pois a remuneração do formador se dava da mesma forma que a anterior.

Se na primeira fase de expansão, a fazenda absorveu seus moradores, já na segunda, vários desses, após a primeira safra, acertavam suas contas e preferiam se mudar para a cidade, passando a trabalhar como mão-de-obra temporária.

Junto a esses formadores, vai se constituindo um agrupamento cada vez maior de colonos, responsáveis por toda a lida com o café já em produção. O contrato de trabalho com a fazenda, realizado com o chefe da família, incluía a remuneração por trabalho realizado, além das mesmas concessões de plantio e criação. Esse contrato incluía basicamente duas possibilidades de relação contratual e de remuneração: a empreitada, realizada normalmente por uma família numerosa, e que implicava num recebimento monetário após o término de um determinado serviço contratado e previamente estipulado; e a produção, mais utilizada durante a colheita e que tanto se referia ao trabalho de um grupo familiar, quanto ao desempenho de um trabalhador individualizado.

Além destas duas formas havia a tarefa, que implicava na divisão de cotas de serviços a trabalhadores individualizados conforme suas capacidades de trabalho. O pagamento nessa modalidade era calculado de acordo com o tamanho de cada tarefa, que deveria ser cumprida diariamente e paga quinzenalmente. Enquanto em décadas atrás a tarefa se referia ao trabalho excedente de chefes de família e seus filhos mais velhos, além de solteiros, atualmente, com a fragmentação da família enquanto unidade coletiva e solidária de produção, a tarefa passou a ser aplicada como unidade de trabalho de cada trabalhador individualizado.

Mais recentemente, com o término das relações de colonato puro, ou seja, com o início de plantio reduzido de lavouras de subsistência (limitadas ao feijão da seca e em quantidade restrita), e o término da utilização da família como

uma unidade de trabalho (contratada e chefiada pelo pai), outra forma de organização de trabalho passa a ser mais dominante. Trata-se do trabalho de turma ou, no eito. Sob a fiscalização de um camarada da fazenda, os trabalhadores cumprem jornadas de trabalho diárias, remuneradas por um salário diário definido pela própria fazenda. Nessa forma de trabalho, o controle é exercido pelo fiscal, que faz o apontamento das faltas e supervisiona o serviço.

Existiam na Fazenda até 1990, dois grandes eitos. Um formado só por mulheres e crianças e outro com os demais trabalhadores. O pagamento se realiza por dia de trabalho realizado. Essa mesma organização em dois grupos de trabalho é utilizada nos serviços medidos por produtividade.

Pode-se afirmar que até pelo menos o início dos anos 80, uma certa forma de colonato sobreviveu na fazenda¹. Gradativamente esvaziado de componentes contratuais mais essenciais para o trabalhador, esse colonato se manteve quase que integralmente presente na ética e nas percepções dos moradores².

Como afirma Sabóia (1978), o colonato, além de estabelecer regras contratuais específicas, compunha um amplo quadro ético que, tanto em relação ao fazendeiro quanto em relação ao trabalhador, determinava comportamentos específicos e

1. Gonzales e Bastos afirmam que trabalhadores permanentes contemporâneos não constituem na sua totalidade relações assalariadas puras, constituindo reminiscências de colonato. O assalariamento puro é mais comum em setores econômicos mais capitalizados. (GONZALES & BASTOS, 1974 :34)

2. Essa questão será melhor explicitada no próximo capítulo.

pressupunha visões de mundo singulares. O fazendeiro se relacionava com o colono através de uma rede de concessões, favorecimentos e benefícios, que, operantes nas situações cotidianas e principalmente nas ocasiões excepcionais de doença e morte, alargavam e asseguravam seu controle sobre o comportamento político e a mobilidade do trabalhador, permitindo também a manipulação desses "benefícios" como forma de forçar a retirada de famílias não desejadas.

Entretanto, mesmo considerando o favor como um mecanismo que ideologicamente assegurava a uma classe social, aquilo que a propriedade dos meios de produção e a força já garantia à nível das relações produtivas de base (SCHWARTZ, 1977:16, apud MOURA, 1988), para o trabalhador, o colonato representava um universo mais amplo de autonomia, onde predominava uma "ética da reciprocidade", uma "consciência niveladora", que permitia que as diferenças entre fazendeiros e colonos fossem tomadas antes como quantitativas que qualitativas. Tratava-se, nessa segunda significação, da sobreposição de um sistema ético a um sistema econômico¹.

Assim, existem hoje na fazenda vários tipos de relações contratuais de trabalho que, além de constituírem diferentes agrupamentos funcionais de trabalhadores, sejam eles permanentes ou temporários, delimitam contornos identificatórios entre os vários grupos. Entre os residentes, além dos ex-colonos agora remunerados monetariamente, existem na fazenda os

1. Cf. AMARAL, 1988:91, citando os trabalhos de Douglas Teixeira da Costa. Ver também MOURA, 1988.

empregados em serviços especializados, tratoristas, retireiros, pedreiros, cozinheiros, maquinistas que, apesar de terem uma remuneração fixa mensal, também possuem relações de favorecimento e concessões com a fazenda, envolvendo o plantio de feijão, a distribuição de leite e a mesma sistemática característica do colonato, de substituir direitos trabalhistas por favores.

Além dos trabalhadores temporários solteiros, que continuamente são contratados na própria cidade ou em outros locais para complementarem a mão-de-obra necessária para o desenvolvimento de todos os serviços da fazenda, são numerosos os trabalhadores migrantes temporários e os "bóias-frias". Os primeiros ao início da formação da fazenda, vinham de Resende Costa, Passa Tempo, Nazareno, São Tiago, e, a partir de meados da década de 70 da cidade de São João da Ponte, no norte do estado, e os "bóias-frias", moradores da cidade vizinha de Santana do Jacaré¹. A análise das relações de trabalho na Fazenda Santa Elisa, a ser feita no próximo capítulo, nos permitirá perceber que, ao longo de sua história, não houve - como alguns trabalhos procuram mostrar para as áreas de cafeicultura paulista - a substituição do trabalho permanente pelo temporário, tornando-se esse a forma dominante de contratação, como afirma Sabóia (1978), Stolke (1986), não havendo a extinção pura e simples do colonato, como afirma Dias (1979). Impera um sistema resultado das relações contratuais impostas pelo fazendeiro e das estratégias de reprodução social por parte dos trabalhadores. Assim, são

1. Trabalhadores temporários da cidade de Carmópolis de Minas são contratados em pequeno número quando há ocorrência de grandes safras ou de safras de amadurecimento irregular.

complementares e não exclusivas as relações entre trabalho permanente e trabalho temporário. Por outro lado, este modelo constituiu formas híbridas de trabalhadores que misturam condições contratuais diversas formando agrupamentos de "colonos-assalariados", de "trabalhadores permanentemente temporários" e de "migrantes temporários".

Importa pois perceber que, se o colonato deixa de ser, a partir da década de 60, a forma contratual dominante na cafeicultura brasileira - que passa a ter um dos maiores coeficientes de utilização de mão-de-obra temporária - se comparada a outras culturas (GOZA & RIOS-NETO, 1988:513), essas transformações, entretanto, se deram de forma diferenciada conforme a região em que ocorreu.

A "extinção do colonato" na cafeicultura tradicionalmente datada de meados da década de 60¹, foi mais radical e definitiva nas regiões chamadas de áreas afeitas a situação de mudanças, onde após as crises intermitentes o café foi sendo substituído por outras culturas, e de forma mais lenta

1. A grosso modo as causas da emergência do trabalho temporário são tratadas como decorrência :

* da introdução do capital no campo, na perspectiva de uns, e da expansão e aprofundamento do capitalismo na agricultura brasileira em função da submissão deste setor ao setor industrial, na perspectiva de outros;

* ao fim da monocultura do café, substituída por pastos ou culturas com menores necessidades de mão-de-obra;

* modernização e mecanização de algumas etapas de trabalho, gerando uma dicotomia de tempos maiores e menores de demanda de mão-de-obra ;

* e ao estabelecimento do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963.

(Cf.: STOLCKE, 1986; GONZALES & BASTOS, 1974; SILVA, 1977, apud IVO, 1983; DIAS, 1979, SINGER, 1973, apud SILVA, 1985).

e singular nas regiões afeitas a fatores de estagnação ou onde o café se manteve como elemento dinâmico da economia local, mesmo que dividindo espaço com outras culturas (OLIVEIRA, 1972; DIAS, 1979).

O trabalho temporário emergente a partir dessa década vai se caracterizar por ser um tipo de trabalho realizado através de um contrato verbal, por tempo determinado, nunca superior a 90 dias, e efetivado não com o proprietário do estabelecimento onde o trabalho será realizado, mas com um empreiteiro de mão-de-obra, chamado comumente de turmeiro ou "gato". O trabalho temporário se relaciona intimamente com o fenômeno no êxodo rural e da migração, seja ela definitiva ou temporária. No contexto da cafeicultura, o fenômeno da migração temporária é o mais recorrente, como decorrência da nova organização das relações de trabalho que institui.

O fato dos contratos não excederem a 90 dias está relacionado à forma encontrada por fazendeiros e empreiteiros de evitar a caracterização de vínculo empregatício e seus direitos decorrentes, com o trabalhador eventual, conforme as Leis nº 5889 de 1973 e 6019 de 1978. Na verdade, no contexto da Fazenda Santa Elisa esta questão nunca ocorreu efetivamente, havendo casos de trabalhadores temporários da cidade que ali trabalham há mais de 10 anos sem interrupção. Entretanto, é comum durante as colheitas de período longo, como a do café que conforme o ano chega a 150 dias, alguns trabalhadores excederem aos 90 dias contratados em função da demanda pelo serviço e de seus interesses de aumento de rendimento.

Contudo, na maioria das vezes, seja pelas características da lavoura, da atividade de extração ou criação a que o trabalhador vincula seu trabalho, ou mesmo em função de suas obrigações de plantio, trato ou colheita em lavouras plantadas em suas pequenas propriedades ou em terras arrendadas, os volantes só aceitam permanecer por períodos de até 90 dias fora de seus locais de moradia.

Além dessas condições - características do trabalho, tipo de contrato, distância e necessidades de suas próprias lavouras - são também fundamentais na determinação do tempo de ausência do volante certos imperativos culturais que os ligam à suas cidades de origem ou mais especificamente, às suas comunidades. O retorno ao seio da família, ou seja à rede de relações de parentesco e compadrio e suas implicações sobre a estruturação da propriedade e da herança, a participação nos rituais de reafirmação da identidade coletiva (festas, casamentos etc), e a recuperação da condição original de pertencimento a um dado contexto identificador, mesmo em condições miseráveis de sobrevivência, são fundamentais para a manutenção e recuperação do equilíbrio de seus modelos ideais de vida. É possível afirmar que "existe, portanto, um 'projeto cultural', alimentador do movimento migratório...". (Amaral, 1988)

Pode-se, a título de uma rápida compreensão, definir 3 tipos de migração temporária. Conforme Martins (1986), existe a migração cíclica, ditada pelo ritmo da colheita e do trato agrícola na região de destino; a migração por calendário

agrícola, ditada pelas condições de cultivo na região de origem, e a migração motivada por grandes projetos e obras (MARTINS, 1986: 49).

Decorrem daí diferentes tipos de trabalhadores temporários. Os "bóias-frias" que moram nas zonas urbanas e periféricas das grandes fazendas e usinas e que, na condição de ex-colonos ou ex-pequenos proprietários, se deslocam diariamente para seus locais de trabalho, retornando às suas casas ao final do dia. Os "volantes sazonais" que se deslocam para os locais de trabalho, geralmente distante de suas cidades, lá permanecendo o período da colheita. O "migrante itinerante" que compõe seu calendário de trabalho anual com constantes saídas para diferentes locais e tipos de trabalho. E os "volantes latentes" que são pequenos proprietários ou posseiros que alugam sua força de trabalho durante uma determinada época do ano, em fazendas e lavouras da região onde moram, permanecendo poucos dias fora de sua casa (GONZALES & BASTOS, 1974).

é importante frisar que dentre os trabalhadores volantes empregados durante a colheita na Fazenda Elisa, existem "bóias-frias", "volantes sazonais", "migrantes itinerantes", além de ocorrer em pequena escala, como veremos adiante, alguns que em um passado recente migraram definitivamente¹.

1. Dentre os trabalhadores temporários de São João da Ponte, aqueles que possuem alguma propriedade ora se comportam como "volantes sazonais", ora se comportam como "volantes latentes", em função de variáveis como sucesso do próprio plantio, necessidade de obtenção de dinheiro, vontade pessoal de experimentar alternativas de trabalho etc. Já os que não possuem mais terras, constituem um agrupamento de "migrantes itinerantes".

Santo Antônio do Amparo, e mais especificamente, a Fazenda Santa Elisa, parece se inscrever na categoria de regiões onde, como os próprios dados sobre a expansão da cafeicultura local o comprovam, a cafeicultura permaneceu como realidade econômica expressiva, fazendo com que um misto de colonato-assalariado e trabalho temporário, vigorasse como modelo dominante nas relações de trabalho.

Contudo, essa expansão recente se deu, como já foi mostrado, sob o apoio e financiamento por parte do Estado; atendendo a novas normas de racionalização técnica; substituindo a parceria pela empreitada; introduzindo o trabalhador temporário não mais como uma mão-de-obra necessária não desejada, mas como uma constante referência de trabalho. Além disso, transformou o colono em um trabalhador que, destituído da concessão de plantio das roças de subsistência, experimenta uma fragmentação da unidade de trabalho que sua família representava, não adquirindo o "status" e os direitos de um trabalhador assalariado, que continua a manter relações de dependência e favorecimento com o fazendeiro.

Importa aqui frisar que, se a passagem do trabalho escravo para o colonato é normalmente analisada através da perspectiva da entrada do capital no processo produtivo, de tal forma que se afirma que "deixa o café de ser produzido apenas para o capital, passando a ser produzido também por meio do capital, da organização capitalista de produção" (SALLUM, 1982:09, apud SZMRECSANYI, 1984:221), no caso estudado, isso não nos autorizaria a pensar o trabalhador residente como um operário

do campo.

Nesse novo cenário social da Fazenda Santa Elisa, dois "personagens" se destacam dos demais, seja pela sua importância quantitativa no desenvolvimento dos trabalhos, seja pela singularidade de suas inserções no contexto sócio-cultural da fazenda. Trata-se dos residentes na fazenda, que constituem a grande parte dos trabalhadores permanentes e os migrantes temporários do norte de Minas Gerais, que ali constituem o grupo mais expressivo de mão-de-obra volante¹.

Essa singularidade, longe de se esgotar na expressividade numérica de cada um dos grupos, se refere ao fato de que, em seus processos de reprodução social, esses grupos estabelecem entre si uma relação temporária (durante os períodos de colheita) onde a configuração de valores, juntamente com as demais práticas sociais, delimitam uma identidade grupal em confronto, a qual se mostra muito mais expressiva que nas relações com os demais grupos. Moradores e "baianos", mais que os "bóias-frias" de Santana do Jacaré ou o "pessoal de Carmópolis", ou mesmo os camaradas, realizam durante a "panha" um interessante jogo, onde cada um, no contexto do território simbólico da fazenda, se apresenta de forma paradoxal à identidade do outro.

Tais relações paradoxais, longe de inaugurarem ou advirem de enfrentamentos explícitos ou qualquer tipo de

1. A por opção por estudar estes dois grupos se deu em função dos objetivos desta pesquisa, já expressos anteriormente, e que dizem respeito não à questão da mão-de-obra na cafeicultura, mas do processo de identificação entre trabalhadores em contato.

violência¹, resultam do desafio que suas diferenças, colocadas frente a frente numa relação situacional, apresentam às suas identidades grupais, as quais, por definição, também são situacionais e contrastivas.

Mais do que as relações que são travadas entre os demais grupos, moradores e "baianos" parecem viver com maior dramaticidade o processo social de mudanças sócio-econômicas que, caracterizadas pelo que Woortmann chama de dialética entre tradição e modernidade², afetam os princípios ou núcleos organizadores de seu processo cultural.

O significado do trabalho, da terra, da família como configuradores de valores e lógicas fundamentais como a autonomia e a reciprocidade são desafiados. O encontro de ambos os grupos, durante a colheita de café, parece oportunizar, pela própria natureza do contato, a uma atualização de suas percepções e concepções sobre si próprios e conseqüentemente sobre o outro, mobilizados pelo paradoxo fundamental que cada um apresenta ao outro: de um lado, o acesso à terra e a aparente autonomia de trabalho dos "baianos" em oposição à garantia do trabalho contínuo e aos benefícios que esse oportuniza, entre os moradores.

Tais paradoxos, como veremos, se referem mais a uma realidade virtual construída pelo olhar de cada grupo, do que propriamente a condições objetivas de vida. É através desses

1. Durante estes 15 anos de contatos apenas um caso de violência entre moradores e "baianos" foi registrado.

2. Ver capítulo 1.

simulacros e de princípios éticos que organizam suas relações, que moradores e "baianos" constroem suas concepções de mundo e suas auto e hetero percepções, princípios de uma idealizada realização pessoal e grupal. É o que passaremos a investigar no próximo capítulo.

CAPÍTULO 5

CAPÍTULO 5

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

I - INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é estudar a questão da identidade social entre dois grupos de trabalhadores rurais colocados em contato, como já se deixou claro nos capítulos anteriores. A partir dessa questão, optei por desenvolver uma análise que não dissociasse a dimensão do comportamento concreto desses sujeitos do universo de suas representações. Portanto, tomar-se-á aqui a situação de contato, a "panha" do café, como uma situação social densa, capaz de revelar as identidades em confronto, tanto por aquilo que realiza concretamente quanto pelo que faz emergir ao nível das representações dos sujeitos sociais envolvidos. Essa opção se justifica pela própria conceituação de identidade como fenômeno contrastivo e situacional explicitada anteriormente.

Segundo Gluckman, "todos os eventos que envolvem ou afetam seres humanos são sociais, desde a chuva ou terremoto até o nascimento e a morte, o ato de comer e defecar etc." (GLUCKMAN, 1987:238). Nessa perspectiva, o estudo sociológico dos eventos e acontecimentos que envolvem indivíduos e comunidades deve se realizar tratando aqueles como uma situação social. Dessa

forma, o estudo do comportamento em situações específicas pode revelar o "sistema de relações subjacentes entre a estrutura social da comunidade, as partes da estrutura social, o meio ambiente físico e a vida fisiológica dos membros da comunidade." (GLUCKMAN, 1987:238).

A "panha" do café na Fazenda Santa Elisa, emerge nesse trabalho, como um contexto de circunstâncias específicas, capaz de permitir a compreensão das ações e representações dos trabalhadores residentes e dos "baianos". Constitui-se assim uma unidade de análise, uma espécie de território delimitado dentro do qual torna-se possível o estudo das interrelações entre os dois grupos (FELDMAN-BIANCO, 1987).

A colheita do café configura-se como um acontecimento anual que envolve indivíduos e grupos de diferentes procedências, que estabelecem relações sociais de contato caracteristicamente simétricas. Ou seja, onde os grupos sociais, tomados aqui como unidades societárias em contato, mantêm relações igualitárias sem qualquer supremacia sistemática de um sobre o outro (OLIVEIRA, 1976: 13,55).

Se no capítulo anterior, procurei reconstruir historicamente a formação e as transformações do contexto social da fazenda, onde residentes e "baianos" se encontram, agora o trabalho será conduzido ao nível de um "presente etnográfico", entendido como uma situação social de contato entre grupos diferentes. Isso significa que a colheita de café na Fazenda Santa Elisa em 1990 assume a dimensão de uma situação complexa, um campo social de encontros, confrontos e atualização de identidades contrastivas, revelando ao mesmo tempo continuidades

e mudanças sociais às quais a própria "panha" e seus sujeitos estão expostos e imersos.

Como afirmei anteriormente, a identidade se produz a partir de uma elaboração sobre si mesmo e sobre os outros, resultado das representações que as interações e relações sociais produzem. No que concerne a este estudo, isso implica na necessidade de se compreender a "panha" de café não só como uma situação social de contato entre diferentes, mas que se caracteriza por comportar uma dimensão espaço-temporal específica, reveladora dessas identidades em confronto. A "panha" constitui-se num "locus", onde estes diferentes sujeitos se espelham uns nos outros, afirmando igualdades e semelhanças, percebendo diferenças, e transformando, em certas situações, essas em sinais de desigualdade (ALMEIDA, 1991). Essas desigualdades percebidas, entretanto, se limitam à dimensão das categorias identificatórias utilizadas na leitura que cada grupo faz do outro, não se efetivando como prática de dominação ou violência, o que em última instância, confirma a simetria de suas relações.

Nos capítulos anteriores, considerei as questões do trabalho, do espaço e do tempo como elementos fundamentais na configuração de valores culturais que constituem as identidades sociais e que se mostram particularmente importantes na constituição das identidades de trabalhadores rurais¹. Nesse sentido, esses três elementos serão adotados como

1. VER CAPÍTULO 2.

fios condutores para a apresentação e análise da situação social da "panha" e das identidades emergentes.

Pode-se afirmar, portanto, que a "panha" é, para efeitos deste texto, uma situação social de trabalho. Ou seja, a organização do trabalho assume aqui o sentido de um delimitador estrutural que, através de regras e normas definidas pelas singularidades da cultura do café, pelo contexto regional onde a fazenda se insere, e por seu próprio modelo de administração, ordena as relações sociais entre os diversos sujeitos envolvidos na colheita. Como veremos, esse ordenamento, instaurado por uma lógica operacional que busca a eficiência produtiva, também se refere a valores que caracterizam a relação entre trabalhadores rurais e fazendeiros e que se efetiva também como demarcadora dos contatos entre os grupos. A organização do trabalho transcende, neste sentido, o universo restrito do trabalho, definindo lugares sociais para os diferentes sujeitos e possibilidades de interação entre si.

As mudanças operadas na fazenda no sentido de transformá-la num empreendimento mais moderno a partir de exigências econômicas presentes no mercado de café, definiram um novo modelo de organização do trabalho. Entretanto, esse modelo, ao realizar significativas rupturas com a organização típica do colonato, imprimiu apenas parcialmente as regras próprias do modelo de assalariamento que acompanha a modernização do processo produtivo.

Nesse processo, a dinâmica do trabalho da "panha", suas operações técnicas, mantiveram-se em grande parte inalteradas se comparadas às técnicas utilizadas no princípio do

século. O que se alterou significativamente foi a composição da mão-de-obra necessária para a realização da colheita, que gradativamente passou a envolver contingentes cada vez mais numerosos de trabalhadores volantes, principalmente aqueles provenientes de São João da Ponte. Consequentemente foi alterado o lugar social que o contingente de trabalhadores residentes ocupava no desenvolvimento da colheita, ao mesmo tempo em que os próprios "baianos" passavam a viver a experiência de verem o trabalho temporário definindo cada vez mais suas estratégias de reprodução social.

Nesta perspectiva, torna-se importante perceber em que medida o trabalho da "panha" se constitui, na atualidade, como processo estruturante de suas identidades sociais, na medida em que permite um controle sobre o tempo, o saber e as condições de trabalho, ou se ao contrário, se mostra como desfigurador dessas identidades, na medida em que nem se realiza mais como uma prática cultural baseada em laços de solidariedade e reciprocidade, definidores simbólicos do que Woortmann chama de campesinidade, e nem garante mais as bases materiais destas identidades em transformação.

É possível afirmar que as identidades desses dois grupos sociais se revelam durante a "panha", autorizando a construção de uma hipótese ao estilo de Geertz (1978), de que no processo da colheita não é só o café que é colhido, mas também o "projeto" de manutenção e reconstrução da identidade de seus sujeitos. Vejamos como isso acontece em relação ao trabalho.

II - ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DA COLHEITA DO CAFÉ

A colheita do café, chamada de "panha" pelos diversos sujeitos que dela participam, pode ser caracterizada como a etapa mais complexa do processo anual de cultivo na cafeicultura. Essa complexidade resulta de 3 diferentes ordens de questões envolvidas: as características da própria cultura do café, as alterações provocadas no cotidiano das fazendas durante sua realização e os diferentes significados que assume para os sujeitos envolvidos.

A colheita se realiza através do processo chamado de derrica, que consiste no correr a mão pelas ramas do cafeeiro, ao estilo de uma ordenha manual, retirando de uma só vez os frutos em seus diferentes estágios de maturação. Pelas próprias características desta cultura, o que poderia parecer um processo simples, constitui-se na verdade num esforço significativo para a preservação das lavouras e a garantia de qualidade do café colhido (CAMARGO & TELLES JR., 1953)

A colheita só se inicia quando um volume significativo de frutos se encontra em estágio de completa maturação. Entretanto, devido a fatores climatológicos (incidência de chuvas) e agrícolas (tipo de constituição da lavoura), a maturação das lavouras se dá de forma heterogênea, fazendo com que, em um mesmo pé, existam frutos ainda verdes, maduros e já secos. A ação do sol e das chuvas são os elementos responsáveis por esta heterogeneidade.

No Brasil, a grande maioria dos cafezais não empregam o sistema de sombreamento, adotado em outros países que produzem café de melhor qualidade¹. Esse sistema, consiste na presença de outras plantações em meio ao café a fim de protegê-lo dos raios solares, fazendo com que, apesar da diminuição no volume de grãos, haja uma quantidade maior de frutos maduros durante o período de colheita. Apesar dos problemas que traz, as lavouras expostas, como são chamadas, são dominantes no país, chegando a realizar até 3 floradas consecutivas, o que resulta em processo de maturação diferenciada.

Concretamente, isso define a colheita como uma etapa de trabalho na cafeicultura, onde seus responsáveis operam com diversas variáveis de constatação e avaliação da safra. Tais variáveis devem rapidamente resultar em estratégias diferenciadas de organização do trabalho, a fim de se compensar os problemas que a própria natureza do cultivo cria.

Quanto maior o volume de café a ser colhido, maior é a incidência de lavouras sem estandarização de frutos e, conseqüentemente, maiores os cuidados nos processos posteriores à sua retirada do cafeeiro para se garantir a qualidade do mesmo.

Para que se tenha uma idéia, o fruto de um cafeeiro exposto ao sol pode passar do estágio de maduro (chamado de "cereja") ao de seco em menos de uma semana. Quanto mais distante esse fruto estiver do estágio ideal de maturação, menores são as possibilidades de resultar em café de primeira

1. Os países da América Central, Colômbia e Venezuela adotam este sistema.

qualidade. A classificação do café é realizada a partir de dois processos: por meio de provas de torração e de bebida e por meio de classificação quanto ao número de defeitos e impurezas. Esse sistema resulta num espectro de classificação de café "estritamente mole" e "mole", correspondentes a um padrão soft de aceitação internacional, café "duro" referente ao de paladar mais áspero e de menor aceitação no mercado exportador, e o café "rio", de pior qualidade e consumido no mercado interno.

Para a Fazenda Santa Elisa, a colheita se desenvolve como um processo de trabalho intensivo, onde se busca controlar as variáveis biológicas e climatológicas a que o café está exposto, a fim de se garantir o maior volume possível de frutos que, colhidos na forma de "cereja", possam ser secos nos terreiros e máquinas de secagem, evitando assim os efeitos danosos do umedecimento e fermentação naturais¹.

Por outro lado, a "panha" se caracteriza também por ser a etapa anual de cultivo do café que exige maior demanda de mão-de-obra. Principalmente nas fazendas onde a mecanização é impossível de ser adotada devido à topografia do terreno, como é o caso da Fazenda Santa Elisa, torna-se necessária uma quantidade muito grande de trabalhadores temporários, tão logo os primeiros frutos comecem a amadurecer.

1. Nas lavouras sombreadas, existe a possibilidade de que 95% da colheita seja feita com frutos maduros ("cereja"). No sistema insulado esta perspectiva cai para cerca de 20%. (CAMARGO & TELLES JR, 1953 : 453).

III - OS TRABALHADORES DA PANHA

III.1 - OS RESIDENTES

A colheita do café é a última etapa de um complexo de atividades integradas e às vezes superpostas que envolvem a realização de capinas, aplicação de inseticidas no solo, arruação, calagem, chega de cisco, podas, desbrotas, adubação orgânica, adubação foliar, e adubação química, que se desenvolvem, como mostra o quadro abaixo, durante todo o ano agrícola.

QUADRO 5.1

CRONOGRAMA ANUAL DE ATIVIDADES NO CAFÉ												
ATIVIDADE	MESES											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
CAPINAS	X	X	X									
INSETICIDAS SOLO	X	X										
ARRUAÇÃO			X	X	X							
COLHEITA SECA BENEFICI.					X	X	X	X	X			
CALAGEM				X	X	X	X					
CHEGA DE CISCO					X	X	X	X				

continuação.

CRONOGRAMA ANUAL DE ATIVIDADES NO CAFÉ												
ATIVIDADE	MESES											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
PODAS								X	X	X		
DESBROTAS						X	X	X				
ADUBAÇÃO ORGÂNICA								X	X	X	X	X
CAPINA										X	X	
ADUBAÇÃO FOLEAR								X	X	X	X	X
ADUBAÇÃO QUÍMICA NO SOLO	X	X	X							X	X	

Apenas a colheita, que também envolve a secagem do café, conta com a presença de mão-de-obra temporária oriunda da cidade de São João da Ponte. Nas demais etapas, são os trabalhadores residentes que desenvolvem todo o trabalho, à exceção da arruação e da adubação orgânica, que, quando em menor quantidade e por curtos períodos de tempo, são contratados "bóias-frias" da própria região ou de cidades vizinhas.

QUADRO 5.2

ATIVIDADES BÁSICAS E MÃO-DE-OBRA UTILIZADA NA FAZENDA

ATIVIDADES	DESCRIÇÃO	MÃO-DE-OBRA UTILIZADA
capinas	eliminação de ervas daninhas que concorrem com o café em água e nutrientes. é feita com enxadas, tratores ou herbicidas	turma da fazenda
aplicação de inseticida de solo	é feita para controlar pragas e doenças (melhor época: estação chuvosa)	turma da fazenda
arruação	consiste em fazer uma limpeza debaixo dos pés de café, retirando as folhas secas, terra solta, cisco e colocar no meio das ruas	turma da fazenda/ turma da cidade
colheita/cata	dos frutos maduros	turma da fazenda/ bairros
secagem	é feita para deixar os grãos com baixa umidade. Faz-se ao sol, em terreiros ou em secadores ao calor do fogo	turma da fazenda/ bairros
beneficiamento	consiste em limpar os grãos secos, retirando a casca e classificando-os quanto ao tamanho	turma da fazenda
calagem	é a aplicação de calcário no solo, para corrigir a acidez (quando necessário)	turma da fazenda

continuação

ATIVIDADES	DESCRIÇÃO	MÃO-DE-OBRA UTILIZADA
chega de cisco	é a operação inversa da arruação. Espalha-se todo o cisco amontoado no meio das ruas embaixo dos pés de café. Este cisco espalhado favorecerá a melhor incorporação do calcário e conservará umidade para as raízes	turma da fazenda
podas	consiste em fazer cortes nos pés de café a fim de forçá-lo a brotar e aumentar a produção. Rejuvenescer	turma da fazenda
desbrotas	é a retirada do excesso de brotos inconvenientes ao crescimento e formação	turma da fazenda
adubação orgânica	é a adubação feita usando matéria orgânica, ou seja, esterco de gado, galinha, casca de café	turma da fazenda/ turma da cidade
adubação foliar (pulverização)	é a aplicação de nutrientes e defensivos na parte aérea das plantas (folhas) através de pulverizações, evitando infestações de pragas, doenças e deficiências minerais	turma da fazenda

Entretanto, a "panha" realiza uma espécie de inversão no lugar social dos moradores no processo geral de trabalho. Se durante a entressafra, os trabalhadores eventuais complementam a força de trabalho local, na colheita são os moradores que passam a complementar o trabalho dos volantes. Os moradores, responsáveis pelo trato das lavouras durante todo o

ano, são os últimos a se inserirem na colheita propriamente dita, em função da realização dos preparativos para o seu desenvolvimento, e o fazem, como veremos à frente, em número bem mais reduzido que os "baianos".

Ao final do período das últimas capinas e início da arruação, a fazenda dá início aos preparativos para a contratação do contingente de trabalhadores eventuais do norte do estado.

Tendo como parâmetros a quantidade de café a ser colhida e seu provável ritmo de maturação, a administração da fazenda inicia os contatos com os chamados turmeiros ou "gatos"¹, responsáveis pelo agenciamento de mão-de-obra temporária.

Na colheita da safra de 1990, foram contratados 3 turmeiros da cidade de São João da Ponte, todos já experientes com o trabalho no café, conhecedores dos critérios e das regras da Fazenda Santa Elisa, e antes de mais nada, gente da confiança do fazendeiro e de seus administradores².

Nesses contatos, realizados por telefone, ou em

1. O termo "gato" é utilizado por grande parte dos trabalhadores volantes de São João da Ponte para se referirem aos turmeiros, ou empreiteiros, como estes preferem ser chamados. Seu significado se refere à ocorrência, principalmente no trabalho de "tiração de lenha", de descumprimento, por parte dos turmeiros, de cláusulas do contrato realizado com os trabalhadores e de adulteração do pagamento a que fazem jus.

2. "O turmeiro é o seguinte, é de acordo com as exigências, com o conhecimento, é que a gente confia mais neles. É difícil de mudar. Só quando dá trabalho ou usa de malandragem. Por que o turmeiro é o seguinte, você tem que confiar nele, porque você manda uma quantia de dinheiro para ele adiantar para a turma. Prá nós, o bom turmeiro é aquele que sabe selecionar a turma, impõe respeito e trabalha também. Ele trabalha lá prá conseguir a turma e aqui também, ajudando a fiscalizar." (AD2)

conversas pessoais, são acertados os principais itens do contrato verbal que é celebrado entre a fazenda e o turmeiro, e que conseqüentemente definirá o "trato", também exclusivamente verbal, entre esse e sua turma¹. O primeiro ponto decisivo refere-se ao valor do adiantamento que cada trabalhador receberá antes de sua viagem. Esse valor obedece a uma definição do próprio mercado de mão-de-obra volante na região de São João da Ponte, em virtude das ofertas de adiantamento realizadas por outros turmeiros.

Além do adiantamento, o tempo que cada turma permanecerá na fazenda, a data de viagem, o preço mínimo por balaio colhido, as condições de alojamento e alimentação e, principalmente, as possibilidades de deslocamento de mulheres e crianças, são pontos que fazem parte da negociação. Nesse contato são acertadas também as bases e condições de pagamento dos próprios turmeiros e seus fiscais.

Paralelamente, a infra-estrutura existente na fazenda para a realização da "panha" é preparada para o início do trabalho. Durante a entressafra os terreiros e as máquinas de secagem do café, os barracões para alojamento, e a cantina permanecem desativados. São os próprios moradores que realizam todas essas atividades preparatórias, o que, junto ao trabalho de arruação, acaba implicando em sua inserção tardia na "panha".

Os moradores experimentam uma situação, já na

1. O único documento escrito no "trato", é uma promissória que alguns turmeiros vêm obrigando aos trabalhadores eventuais a assinarem, referentes ao valor do adiantamento. Voltaremos a esta questão mais à frente.

preparação da colheita, que julgam ser prejudicial a seu próprio grupo, pois preparam todas as condições para que a mesma seja desenvolvida por outro grupo, o dos trabalhadores eventuais.

Em 1990, moravam na fazenda 219 pessoas, sendo que deste total, 54,8% eram do sexo masculino e 45,2% do sexo feminino. Se considerarmos, entretanto, que dos 120 homens que residiam na fazenda neste período, 14 eram trabalhadores solteiros, oriundos da cidade de Santo Antônio do Amparo¹, pode-se afirmar que havia um equilíbrio significativo entre o número de homens e mulheres residentes.

QUADRO 5.3

POPULAÇÃO RESIDENTE NA FAZENDA SANTA ELISA - POR SEXO - 1990 (*)

	Nº	%
HOMENS	120	54,8
MULHERES	99	45,2
TOTAL	219	100,0

(*) Inclui 14 trabalhadores residentes do sexo masculino que durante o levantamento de dados residiam temporariamente na fazenda durante os dias de semana

1. Esses trabalhadores solteiros permaneciam durante os dias de semana na fazenda, retornando à cidade aos sábados.

A configuração da faixa etária da população de residentes indica que 35,6% destes tinham em 1990 menos de 10 anos de idade, sendo que no grupo específico das mulheres este número alcançava o índice de 39,4%. No geral, cerca de 60% dos moradores tinham até 20 anos de idade, o que define um perfil expressivamente jovem para esta população, principalmente se compararmos este dado com o número de maiores de 40 anos que se limitava a 10% do total.

FAIXA ETÁRIA DOS RESIDENTES NA FAZENDA SANTA ELISA - 1990(*)

	TOTAL		HOMEM		MULHER	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
até 5 anos	40	19,5	18	17,0	22	22,2
5 a 10	33	16,1	16	15,1	17	17,2
10 a 15	29	14,1	21	19,8	8	8,1
15 a 20	19	9,3	9	8,5	10	10,1
20 a 30	34	16,6	13	12,3	21	21,2
30 a 40	24	11,7	13	12,3	11	11,1
40 a 50	16	7,8	8	7,5	8	8,1
50 e mais	3	1,5	3	2,8	-	-
s/ informação	7	3,4	5	4,7	2	2,0
total	205	100,0	106	100,0	99	100,0

(*) excluídos outros 14 trabalhadores solteiros e administrativos.

Essa situação pode ser explicada em função do processo de povoamento pelo qual a fazenda passou, como explicamos no capítulo anterior. Muitos dos antigos colonos formadores das lavouras plantadas antes da década de 70, após o término do prazo contratado com o fazendeiro, se mudavam para outros locais para ali formarem novas lavouras. A partir da expansão da fazenda ocorrida nos anos 70, quando o modelo de parceria é substituído pela empreitada, a fazenda teve o número de famílias de residentes aumentado e de certa forma estabilizado, não havendo decréscimo significativo em função das boas condições de trabalho, representadas pelo direito de acesso ao plantio de roças de subsistência. Porém, a partir de 1975/76, inicia-se o processo de contratação de mão-de-obra volante em maior quantidade. A soma desses dois fatores acarretou uma certa estabilização da população da fazenda, fazendo com que os filhos solteiros que trabalhavam com seus pais nas empreitadas de abertura de lavouras nesta época, ali permanecessem constituindo suas próprias famílias.

Na fazenda, as crianças até por volta dos 10 anos de idade realizam tarefas de ajuda aos pais, as meninas no espaço doméstico, e os meninos nas lavouras e nos demais serviços fora de casa, não sendo, contudo, remunerados pela fazenda. A partir dessa idade, quando então completam o estudo das 4 primeiras séries na escola, os meninos deixam de trabalhar de forma exclusivamente ligada aos pais, principalmente no período da entressafra, e passam a ser considerados trabalhadores com direito à uma remuneração individualizada, apesar de ser o pai, em muitos casos, o responsável pelo recebimento do ganho mensal

do filho. Entre os 10 e 15 anos de idade, os meninos trabalham em tarefas que exigem menor força física, como o auxílio em caminhões, trato do gado leiteiro, e durante a "panha", como verenos à frente, nos terreiros de secagem do café. As meninas nessa faixa etária, trabalham quase que exclusivamente na colheita, o que acontece também com algumas mulheres.

Dos 146 trabalhadores residentes maiores de 10 anos, 117 trabalharam durante os meses da colheita, correspondendo a cerca de 80% do total do grupo. Os demais não desenvolveram qualquer atividade remunerada nesse período. Este agrupamento formado em sua maioria por mulheres ou moças permanece realizando atividades domésticas que possam viabilizar a liberação do restante do grupo familiar para o trabalho.

QUADRO CAP5.5

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, POPULAÇÃO EM ATIVIDADE
E SEM ATIVIDADE DENTRE OS MORADORES
DA FAZENDA EM AGOSTO DE 1990

	P. E. A.		Pop. em atividade		Pop. s/ atividade	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Homens	86	100,0	80	93,0	6	7,0
Mulheres	60	100,0	37	61,7	23	38,3
TOTAL	146	100,0	117	80,1	29	19,9

Os trabalhadores residentes se dividem entre: tratoristas; retireiros (que lidam com o gado leiteiro), fiscais, maquinistas, cozinheiros, viveiristas e os trabalhadores braçais, os únicos a se envolverem diretamente na colheita. Os demais permanecem em suas atividades "especializadas", constituindo um grupo que, apesar de não se envolver na colheita, possui as melhores condições de trabalho oferecidas na fazenda.

Enquanto os trabalhadores braçais representavam cerca de 84% do total de residentes, os demais somavam apenas 16%. Entretanto, se entre os primeiros apenas 1/4 possuía carteira de trabalho devidamente assinada e registrada; entre os "especializados" 95% já haviam alcançado este direito, além de receberem, durante o período da colheita, uma espécie de gratificação compensatória por não serem remunerados por produção¹.

1. "Todos eles tem uma compensação e uma gratificação no final da panha. Você pode falar assim: "uai, mas porque o retireiro?". É por causa da choradeira deles, e acabam ganhando um agrado." (AD2)

QUADRO 5.6

NÚMERO DE TRABALHADORES RESIDENTES POR CATEGORIA E SEXO
NA FAZENDA SANTA ELISA NO MÊS DE AGOSTO - 1990

TIPO DE TRAB.	SEXO	Homens		Mulheres		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Trabalhadores Braçais		62	63,3	36	36,7	98	100,0
Trabalhadores Especializados		18	94,7	01	5,3	19	100,0
TOTAL		80	68,0	37	32,0	117	100,0

É interessante notar que, dentre os que possuíam carteira assinada, as mulheres respondiam por apenas 1/5 deste total, já que em sua maioria são trabalhadoras braçais representando quase 1/3 do total da força de trabalho local (32%).

QUADRO 5.7

NÚMERO DE TRABALHADORES RESIDENTES REGISTRADOS E NÃO REGISTRADOS NA FAZENDA SANTA ELISA NO MÊS DE AGOSTO - 1990

SITUAÇÃO	REGISTRADOS		NÃO REGISTRADOS		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Homens	34	42,5	46	57,5	80	100,0
Mulheres	8	21,6	29	78,4	37	100,0
TOTAL	42	35,9	75	64,1	117	100,0

Os residentes, além de serem classificados pelo tipo de atividade que desenvolvem, são objeto de uma segunda classificação referente à sua capacidade de trabalho. Essas categorias se aplicam apenas aos trabalhadores braçais e se referem à capacidade individual de cada trabalhador no desempenho de uma tarefa. A definição do tamanho ou volume da tarefa é feita pelo administrador da fazenda, considerando uma média de produção entre o total de trabalhadores braçais.

Assim, esses são classificados como sendo de 1 , $3/4$, $1/2$, e $1/4$ de serviço, dependendo de suas capacidades produtivas. De forma genérica, todos os homens adultos e jovens acima de 16 ou 17 anos, são considerados como "de 1 serviço". Observa-se ainda que, a maioria das mulheres, mesmo trabalhando tanto quanto os homens, são classificadas como "de $3/4$ ". As crianças entre 10 e 15 anos ficam na faixa dos de " $1/2$ ou $1/4$ de serviço". A cada uma dessas categorias corresponde uma remuneração específica, somente alterada durante a panha, quando todos recebem por produção¹.

1. Veremos mais à frente as diferenças entre os sistemas de trabalho por produção, tarefa e diária.

QUADRO 5.8

NÚMERO DE TRABALHADORES RESIDENTES POR CATEGORIA E
SITUAÇÃO FUNCIONAL NA FAZENDA SANTA ELISA NO MÊS DE
AGOSTO DE 1990

cater- goria	Situa- ção funcio- nal	REGISTRADO		NÃO REGISTRADO		TOTAL	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Trabalhador Braçal							
1 serviço		17	48,6	18	51,4	35	100,0
3/4 serviço		5	13,9	31	86,1	36	100,0
1/2 serviço		0	0	3	100,0	3	100,0
1/4 serviço		0	0	12	100,0	12	100,0
Solteiros livre		2	16,7	10	83,3	12	100,0
SUBTOTAL		24	24,5	74	75,5	98	100,0
Trabalhador especializado							
Retireiros		6	85,7	1	14,3	7	100,0
Fiscal de Serv.		3	100,0	0	0	3	100,0
Viveirista		1	100,0	0	0	1	100,0
Tratorista		2	100,0	0	0	2	100,0
Maquinista		4	100,0	0	0	4	100,0
Cozinheiro		1	100,0	0	0	1	100,0
Escriturário		1	100,0	0	0	1	100,0
SUBTOTAL		18	94,7	1	5,3	19	100,0
TOTAL		42	35,9	75	64,1	117	100,0

Na Fazenda Santa Elisa, a substituição do colonato como modelo de organização das relações de trabalho não transformou os residentes em trabalhadores assalariados plenos, como a literatura sobre a cafeicultura costuma sugerir¹. Como nos mostram os dados, apenas uma pequena parcela dos residentes tiveram suas relações de trabalho definidas por um contrato firmado conforme a legislação trabalhista².

Observa-se na fazenda relações de trabalho ainda típicas do colonato, apesar de não existir mais em sua base de sustentação uma ética de reciprocidade, por sua vez típica desse sistema, como já comentamos em capítulos anteriores. Além do sistema de pagamento por produção utilizado na panha, os residentes trabalham na forma de "eito", que consiste na organização de turmas de trabalho, sob a supervisão de um fiscal, para a realização de atividades que exigem maior qualidade de serviço. Nessas atividades os residentes são remunerados através de diárias.

Além desses sistemas, há também a "tarefa", que mantém a mesma organização do "eito", apesar de ser utilizado quando há necessidade de um trabalho mais rápido. Nessa modalidade os residentes são remunerados pela tarefa cumprida, definida pelo fiscal. Outro modelo existente, mas muito pouco utilizado, é o "empreito". Trata-se da forma mais próxima do

1. Ver Capítulo 2.

2. Enquanto os dados de 1988 referentes ao estado de Minas Gerais apontavam que 50% dos trabalhadores na agropecuária possuíam Carteira de Trabalho assinada, na fazenda apenas 35,9% dos empregados a possuíam.

colonato, onde o trabalho é desenvolvido pelo grupo familiar chefiado pelo pai. Esse sistema, juntamente com a produção, são preferidos pelos residentes. O primeiro por se constituir em um sistema que restitui ao trabalhador a autonomia de organização do trabalho familiar em termos de tempo de dedicação, controle e transmissão do saber¹. O segundo porque representa uma possibilidade concreta de um ganho financeiro maior.

Outro dado interessante que reforça a idéia de um sistema híbrido, que nem restitui as regras do colonato e nem institui as normas do assalariamento, se refere à distribuição de milho entre os residentes.

Como já se deixou claro anteriormente, a partir de 1986, com a opção de produção adensada e melhoria da qualidade dos cafezais, a fazenda passou a proibir o plantio consorciado de milho, sendo autorizado apenas o plantio do feijão, limitado a partir de 1990 à safra do período de chuvas. Instituiu-se, a partir de então, um sistema de distribuição de cargas de milho em quantidade proporcional ao número de serviços que cada família representava para a fazenda. Assim, a administração da fazenda calculava quantos serviços inteiros a família compunha, definindo

1. "Eu sou do jeito que não gosto que me mandem, porque eu não preciso. Ninguém ganha dinheiro à toa atrás de mim, não. Eu sou contra fiscal, tomador de conta. Pra que mandar uma pessoa me olhar? Se eu for trabalhar e ficar uma pessoa atrás de mim me mandando, eu fico nervoso. Não faço nada." (C3)

" Ah... hoje não tem empreito mais. No empreito dá pra ganhar mais dinheiro e ele é do trabalhador. Aquilo ali ele pode chegar lá no escuro e ficar até no escuro, que não tem problema. Ali é dele." (C1)

o número de "carros" de milho que receberiam. Dessa forma, foi mantida a prática de favorecimentos e de concessões por parte do fazendeiro ao trabalhador, prática essa que continua caracterizando a relação entre ambos, mesmo tendo sido transformado o modelo de organização do trabalho¹.

Entretanto, não mais existindo os fundamentos de reciprocidade que davam sustentação às trocas entre empregado e patrão no colonato, o milho se transformou numa promessa manipulada pelos administradores de forma a garantir um determinado padrão de comportamento dos residentes. Além disso, o milho só é entregue com bastante atraso, quanto parte das criações de galinha e porcos já se encontram comprometidas por falta de alimentação, constituindo-se portanto, numa forma velada de proibição desta prática. Assim, o acesso à terra para o plantio do milho se transformou numa estratégia de concessão voltada para o controle de conflitos e disputas no interior da fazenda².

O próprio pagamento do 13º salário e de outros direitos a que os assalariados tem acesso, também não ocorreram em conformidade com as leis trabalhistas. Implantados de forma

1. A instituição do favor foi analisada por MOURA, 1988. A autora afirma que, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou a vida dos trabalhadores rurais no país. Historicamente os lavradores cederam e se acomodaram a soluções a níveis pessoais com seus dominadores, para garantir sua sobrevivência, informados por uma ética da reciprocidade, inexistente nos tempos atuais.

3 "Teve uma reunião aí ano passado, que um empregado reclamou que iam tirar o milho do contrato. Aí o que que aconteceu ? depois que acabou a reunião o administrador ferrou ele, disse que ele tinha exigido muito na reunião." (C6)

precária, constituíram-se da mesma forma, numa estratégia de premiação a alguns e punição para outros ¹.

Os trabalhadores residentes, "transitaram de uma situação forte para outra fraca... a reciprocidade cedeu lugar ao utilitarismo; a troca foi substituída pelo mercado. O agregado, antes um pai de família livre, tornou-se um indivíduo sem liberdade..." (BRANDÃO, 1981, apud WOORTMANN, 1990:11). Delimitado por um sistema híbrido e ambíguo, os favores e concessões se estendem também a várias dimensões do cotidiano. A reforma da casa onde moram, a realização de festas e casamentos, o acesso aos serviços médicos da cidade, o pedido de licença de saúde etc, ao contrário de se constituírem como direitos próprios de uma relação contratual assalariada, se transformaram em questões que dependem de uma negociação com os administradores e assim reassumem um caráter de concessão.

Nem assalariados, nem colonos, os residentes parecem viver um período de crise de identidade, já que essa não se concretiza apenas pela auto e hetero atribuição de traços distintivos e identificatórios, ou de pertencimento a uma mesma tradição espaço-temporal, mas necessita também de condições materiais concretas para a sua manutenção (BRANDÃO, 1986).

1." Eu não sei o que que é, mas todo acerto nosso tá errado. O 13º do meu filho mais velho que trabalha direto veio só Cr\$ 6.700, e o menino do vizinho dali ganhou mais. As outras mulheres trabalhavam menos que eu e veio Cr\$ 3.900, e o meu Cr\$ 2.600..." (BC2)

"Essa quantidade de papel em branco que os cara assina e nem sabe o que que está assinando. Tem nêgo que vê o abono de família na folha de pagamento, assina sem saber o que que é e nem recebe." (BC2A)

"Bom... férias, até hoje, eu não sei o que que é férias. Férias pra mim, até hoje, sempre é o domingo." (C2)

Nem mais colonos e nem bem assalariados, os residentes nem mesmo no momento do acerto final de contas, quando resolvem se mudar de fazenda, conseguem ver seus direitos realizados. Seja do ponto de vista jurídico, referente ao assalariamento, seja do ponto de vista ético, relativo às tradições locais, os moradores percebem que não possuem direitos:

" Aqui o acerto é o seguinte ... eles inventam um acerto e pronto. Se o sujeito fôr procurar os seus direitos aqui e em qualquer outro lugar por aqui, eles cortam o serviço dele em tudo quanto é lugar. Você vai numa fazenda e aí eles falam "não, aqui não.". Vai em outra "não, você deixou o fulano em falta", eles cortam tudo na região todinha. Aqui na região de Santo Antonio do Amparo é tudo dominado por eles. Isso aqui é um tronco." (C3)

" Mas antes era diferente. Quando eles venderam a fazenda, o seu N. deu pra gente o tempo de casa. Foi lá no cartório em Bonsucesso, viu quanto tocava pra cada um e pronto. Aí, de acordo com o que dava pra cada um, ele foi lá na cidade e comprou uma casinha pra cada. Ele era um sujeito muito sem paciência, mas ele compreendia as precisões das pessoas." (C7)

Não é por outro motivo que a "panha" assume uma importância tão fundamental para os residentes. Ela atualiza uma alternativa idealizada de autonomia, não mais centrada na organização familiar do trabalho naquela fazenda, mas numa corrida contra o tempo, a fim de se construir as condições materiais para que possam saldar suas dívidas e mudarem de fazenda, ou adquirirem uma casa na cidade para onde possam se mudar tão logo a continuidade na fazenda se torne impraticável. Afastada a possibilidade do acesso à terra, resta ao residente a esperança de conseguirem outros locais onde possa plantar, e assim continuar na condição de empregado de fazendas, ou, paradoxalmente, idealizar que, construindo uma casa na cidade,

possa se transformar novamente em trabalhador livre e autônomo.

A dimensão paradoxal desse projeto reside no fato de que, na prática e em seu limite, isso poderia significar uma aproximação da situação vivida pelos trabalhadores temporários sem terra, negada, como verificaremos adiante, enquanto alternativa desejada. Ao mesmo tempo, poderá significar também uma preparação para uma migração definitiva até os grandes centros urbanos, o que representaria a sua própria negação como trabalhador rural.

Efetivamente, poucos moradores conseguem construir suas casas na cidade. Dentre os que conseguiram, a maioria o fez, com as indenizações a que tiveram direito quando da última venda da Fazenda Santa Elisa para seu atual proprietário. Entretanto, para os fins desta análise, nos interessa mais as determinações simbólicas que movem as ações e representações desses trabalhadores no contexto da "panha" do que propriamente a sua transformação em realidade concreta ou não. Se poucos conseguem realizar seus projetos, isso não quer dizer, como veremos mais à frente, que estas idealizações não continuem operantes em seus comportamentos e representações, pois como nos ensina Godelier, "há ideal por toda parte, o que não implica que tudo seja ideal no real (social)... Todas as funções do pensamento confluem, pois, a este resultado: produzir sentido e, a partir das significações produzidas, organizar ou reorganizar as relações dos homens entre si e com a natureza." (GODELIER, 1981:187,189)

III.2 - OS "BAIANOS"

No início do mês de maio, começam a chegar os primeiros caminhões trazendo as turmas de panhadores da cidade de São João da Ponte, localizada no norte de Minas Gerais. No total, a fazenda recebeu 396 "bairanos", dos quais cerca de 16% eram crianças menores de 5 anos de idade, que em sua maioria permaneciam durante a jornada de trabalho dos pais, na creche da fazenda.

QUADRO 5.9

NÚMERO DO TOTAL DE TRABALHADORES VOLANTES DO NORTE
MAIORES E MENORES DE 05 (CINCO) ANOS - 1990

	Nº	%
Menores de 5 anos	63	15,9
Maiores de 5 anos	333	84,1
TOTAL	396	100,0

Entre os maiores de 5 anos, a predominância era dos homens, com 61% do total contra 39% de mulheres. Não há, no trabalho da colheita, uma diferenciação entre tarefas destinadas aos homens e outras para as mulheres. Todos realizam as mesmas atividades, que compõem uma rotina seguida durante todo o período que permanecem na fazenda. Este dado diferencia muito os "bajanos" dos moradores, já que, entre esses, boa parte dos homens constituem o agrupamento de trabalhadores que não participam diretamente da "panha".

A colheita do café caracteriza-se por ser um tipo de trabalho em que tanto homens quanto mulheres podem ter um mesmo desempenho produtivo, já que não exige força física e nem se realiza a partir de qualquer discriminação de gênero. Essa discriminação, acontece apenas entre os moradores, durante o período da entressafra, quando as mulheres recebem apenas 3/4 do que é pago ao homem.

QUADRO 5.10

TOTAL DE TRABALHADORES VOLANTES DO NORTE MAIORES DE 05 (CINCO) ANOS, POR SEXO - 1990

	Nº	%
Homens	203	60,9
Mulheres	130	39,1
Total	333	100,0

Da mesma forma como entre moradores, os "bairanos" constituem um agrupamento bastante jovem. Mais de 60% do total tinham menos de 20 anos de idade e apenas 20% destes trabalhadores tinham idade igual ou superior a 30 anos.

QUADRO 5.11

FAIXA ETÁRIA DOS TRABALHADORES VOLANTES DO NORTE,
 MAIORES DE CINCO ANOS

	TOTAL		HOMEM		MULHER	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
5 a 10	36	17,7	26	20,0	62	18,6
10 a 15	43	21,2	19	14,6	62	18,6
15 a 20	48	23,6	33	25,4	81	24,3
20 a 30	39	19,2	20	15,4	59	17,7
30 a 40	20	9,9	19	14,6	39	11,7
40 a 50	7	3,5	12	9,2	19	5,7
50 e mais	10	4,9	1	0,8	11	3,4
Total	203	100,0	130	100,0	333	100,0

Esses dados revelam como a experiência de migração temporária é muito precoce para os "bairanos", além de comprovar, como veremos à frente, seu caráter significativamente familiar. O trabalho constitui-se como uma prática social muito positivamente valorizada neste grupo. Além do caráter compulsório advindo das necessidades econômicas, o trabalho é visto como uma instância importante de socialização das crianças, instância esta mais

fundamental que a própria escola: " O trabalho é melhor que a escola porque a gente pega o dinheiro logo. A escola pode até ser melhor, mas chega o fim de semana, a gente quer comer uma coisa melhorzinha e não tem dinheiro. Quando a gente sai prá fora, a gente fica mais inteligente. A pessoa tem que aprender começando do pequeno, porque depois de grande... Tem gente que sabe ler e tem gente que não sabe, mas sabe muito mais de uns que sabe ler."

(B15)

Se compararmos as diferenças de sexo, no que se refere à distribuição da faixa etária, percebe-se que entre os 10 e 15 anos, há uma predominância de homens, que compõem um agrupamento de rapazes que migram sem suas famílias, trabalhando em sua maioria nos terreiros de café.

Os "baianos" migram para a fazenda sempre vinculados a um determinado turmeiro, sendo impossível que isso possa acontecer por livre iniciativa do trabalhador. Isso faz com que a figura do turmeiro, apesar de ser relacionado pelos trabalhadores a prejuízos e desrespeitos a seus direitos, se estabeleça como peça fundamental para que possam arrumar serviços temporários¹. Nessa colheita, os trabalhadores temporários estavam divididos entre os três turmeiros contratados formando turmas respectivamente de 168 trabalhadores, 118 e uma última com 47.

1. "Lá é o seguinte, tem muito 'gato' que aproveita demais, faz com o camarada o que eles querem. Mas são eles que pegam o serviço nas firmas e levam para o peão. Mesmo com a ruindade deles, o povo come a custa deles. Quer dizer, a custa deles não, a custa nossa, a gente é que trabalha. Eles são ruim, mas a gente depende deles." (B1)

QUADRO 5.12

TOTAL DE TRABALHADORES DO NORTE MAIORES
DE 05 (CINCO) ANOS, POR TURMEIRO - 1990

TURMEIROS	Nº	%
Milton	168	50,5
Sebastião	118	35,4
Cervino	47	14,1
TOTAL	333	100,0

Entre os "balianos", as crianças acima dos 5 anos de idade, acompanham os pais com o trabalho nas lavouras, realizando pequenas tarefas que agilizam o processo da "panha" e conseqüentemente o volume de café colhido. Essas tarefas são normalmente, as de cata do café e varreção de folhas que caem ao chão. Já a partir dos 10 anos, eles participam efetivamente da colheita, mas sempre em caráter de complementação ao trabalho dos pais ou irmãos mais velhos. Somente a partir dos 15 anos de idade é que estes podem se constituir como panhadores individuais, ficando responsáveis por uma determinada "rua" da lavoura, podendo ter seu trabalho contabilizado pela fazenda também de forma separada dos demais membros de sua família.

A definição da forma como cada família tem seu trabalho contabilizado é definido pelo chefe do grupo, normalmente o pai, ou pela mãe ou um irmão mais velho, em casos de famílias onde o pai não tenha migrado, já tenha morrido ou em casos de casais separados, fato que constitui uma minoria. Normalmente, os "bairanos" adotam um sistema que integra formas coletivizadas e formas individualizadas de trabalho e remuneração das famílias.

Na organização do trabalho familiar, como veremos à frente, estes trabalhadores tanto se organizam como um grupo único, onde todos os membros da família trabalham e contabilizam sua produção de forma coletiva, quanto individualizam o trabalho de alguns, mantendo, entretanto, uma proximidade física e relações de cooperação e ajuda mútua.

Os ganhos financeiros dos "bairanos" se dividem em três categorias de pagamentos realizados pela fazenda: o adiantamento, a gratificação e o ganho por produção. No que se refere ao adiantamento que é feito em São João da Ponte, antes do trabalho se iniciar, do total de 60 famílias que migraram para a fazenda, 42 receberam de forma coletivizada, ou seja, um valor proporcional ao número de membros da família maiores de 15 anos. As famílias restantes, ou receberam o adiantamento exclusivamente de forma individualizada, o que correspondeu a 9 famílias ou o fizeram de forma mista, como exatamente outras 9, o que significa que parte dos filhos maiores de 15 anos receberam individualmente, e outra parte junto com os pais.

Já a gratificação, chamada por eles de "groja", é atribuída apenas aos panhadores temporários no momento do acerto

final, e se realizou mais significativamente de forma individualizada. A gratificação é uma prática instituída pela fazenda para premiar os trabalhadores volantes¹, sendo na maioria das vezes atribuída individualmente, apesar de, em certos casos, poder se realizar também de forma coletiva.

Já o ganho final inverte a tendência encontrada quando do adiantamento. Das 60 famílias, 46 mesclaram acertos coletivos e acertos individualizados, e apenas 14 o fizeram exclusivamente de forma a englobar todo o grupo. Não há, como se pode perceber na tabela a seguir, acertos finais individualizados puros, quando a migração se dá em grupo.

QUADRO 5.13

FORMAS DE ACERTO FINANCEIRO COM AS FAMÍLIAS DE
TRABALHADORES DO NORTE POR TIPO DE GANHO - 1990

tipo de acerto oper. financeira	COLETIVO	COLETIVO E		TOTAL
		INDIVIDUAL	INDIVIDUAL	
Adiantamento	42	9	9	60
Gratificação	20	-	40	60
Por produção	14	46	-	60

A presença do "pessoal do norte" na colheita da Fazenda Santa Elisa se dá, predominantemente de forma familiar,

1. Discutiremos essa questão adiante.

estando justamente nesse fato um dos critérios mais fortes para a decisão que eles próprios tomam sobre o local para onde devem migrar. Do total dos maiores de 5 anos, cerca de 3/4 desse contingente migrou temporariamente junto com seu grupo familiar mais próximo. Outros 88 trabalhadores, foram contratados pelos turmeiros como "solteiros", sendo que boa parte desses trabalharam nos terreiros de secagem de café, junto aos jovens residentes. Interessa aqui ressaltar que apenas 10% do total das mulheres vieram na condição de solteiras. A denominação de solteiras não se refere apenas à situação matrimonial, mas à situação de estarem ali sem os maridos, filhos ou parentes.

As "mulheres solteiras" do norte de Minas não são bem vistas nem pelos moradores residentes, e nem por seus próprios conterrâneos. Algumas são introduzidas nas turmas para "servirem" sexualmente aos turmeiros e fiscais. Outras, mesmo não desempenhando este papel, são vistas com reserva, ficando seus comportamentos mais expostos ao controle do grupo, em função do costume de que a mulher deve sempre acompanhar o marido em seu trabalho, ou quando muito, se fazer acompanhada por seus filhos numa situação de migração temporária¹.

1. "O serviço que aparece por lá é sempre de homem mesmo. Quando a mulher sai ela vai sempre acompanhando o marido. Tendo homem a mulher só sai acompanhada. Ave Maria, é o costume da gente lá."
(B3)

QUADRO 5.14

PARTICIPAÇÃO DE HOMENS E MULHERES NOS AGRUPAMENTOS
QUANDO DO DESLOCAMENTO PARA A COLHEITA DO CAFÉ
TRABALHADORES VOLANTES DO NORTE - 1990

	TOTAL		SEM FAMÍLIA		COM FAMÍLIA	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Homens	203	100,0	74	36,4	129	63,3
Mulheres	130	100,0	14	10,8	116	89,2

* maiores de 5 anos

Das 60 famílias de "baianos", apenas 6 migraram sem os filhos, na maioria das vezes por ainda não os tê-los. Um pouco mais da metade dessas famílias trouxe entre 1 e 3 filhos, e cerca de 40%, havia migrado com filhos em número que variavam de 4 a 7. Esses dados comprovam mais uma vez, como a migração para a colheita de café na Fazenda Santa Elisa se constitui num empreendimento familiar, compondo desta forma uma estratégia de sobrevivência que envolve grande parte dos membros das famílias. As famílias que possuem terras em seus locais de moradia, e que dela fazem uso, designam sempre algum filho maior, ou um parente próximo, para cuidarem das lavouras que são plantadas ao final do ano. Os não-proprietários que plantam, quando conseguem arrendar uma área ou firmar uma parceria com algum fazendeiro da região, realizam o mesmo processo de designação de algum membro do grupo que permanece em São João da Ponte.

QUADRO 5.15

COMPOSIÇÃO DAS FAMÍLIAS DE TRABALHADORES VOLANTES DO NORTE
NA COLHEITA - 1990

TIPO	Nº	%	FAIXAS
Só o casal	6	10,0	10,0%
Família com 1 filho	13	21,7	51,6%
Família com 2 filhos	11	18,2	
Família com 3 filhos	7	11,7	
Família com 4 filhos	8	13,3	38,4%
Família com 5 filhos	7	11,7	
Família com 6 filhos	4	6,7	
Família com 7 filhos	4	6,7	
Total	60	100,0	

Em São João da Ponte existem perto de 40 turmeiros que se especializam no atendimento a determinadas demandas de mão-de-obra temporária, tanto na própria região quanto em locais

distantes dali¹. Esses turmeiros são em sua maioria ex-trabalhadores volantes que ascenderam à condição de fiscais e que posteriormente resolveram "montar sua própria turma".

Existem basicamente duas formas de contratação de trabalho temporário na região. À excessão da colheita do café, todas as demais opções de trabalho ocorrem sob a forma de empreitada, o que significa que o turmeiro estabelece um determinado valor e prazo pelo serviço a ser desenvolvido e posteriormente define as suas condições de pagamento aos trabalhadores interessados. É nessa forma de contratação que o turmeiro assume mais claramente a figura de patrão, pois é ele quem efetua o pagamento dos trabalhadores. Na colheita do café, ao contrário, o turmeiro é contratado pela fazenda, recebendo um salário fixo e uma participação na produção, para organizar as turmas e fiscalizá-las no serviço. Nessa segunda opção, cria-se uma situação singular onde a figura do patrão passa a ser tanto o turmeiro, que efetiva o contrato e que é responsável pelo trabalho e pelo cumprimento dos termos do contrato, quanto o cafeicultor, que se responsabiliza pelo pagamento, fornece comida, alojamento e ainda fiscaliza a colheita.

O processo de arregimentação de turmas se dá através de redes de comunicação informais, ligadas às relações de vizinhança, parentesco e compadrio, acionadas pelos próprios turmeiros, que se transformam em verdadeiros especialistas no conhecimento dessas redes. Além de se especializarem em

1. No próximo capítulo será apresentado o mapa de deslocamentos dos trabalhadores da região.

determinados serviços, firmas ou fazendas, os turmeiros costumam concentrar a contratação de pessoal em certos povoados do município onde já possuem suas redes de informação, e onde já se tornaram conhecidos e confiáveis.

Tanto por parte dos turmeiros quanto por parte dos trabalhadores, existem critérios que regulam as escolhas, e devem atender às necessidades e disponibilidades do trabalhador, mas que também dizem respeito ao mercado de trabalho temporário e às características do serviço e do local para onde irão migrar.

De um lado, os turmeiros procuram estabelecer critérios que garantam uma composição da turma que resulte numa alta capacidade produtiva, e conseqüentemente um ganho maior - fruto da participação que têm no que é colhido. Age também como critério uma avaliação da destreza, do comportamento e da saúde do trabalhador, no sentido de se assegurar a continuidade do trabalho durante todo o período contratado, no caso do café, de 90 dias no mínimo. Assim, os velhos, as pessoas que bebem durante o trabalho, as famílias com muitas crianças sem idade para trabalhar, são preteridas em relação a outras.

Por outro lado, no caso específico da Fazenda Santa Elisa, um comportamento desabonado durante uma colheita, seja pela administração, pelo turmeiro ou pelos fiscais, pode significar a proibição de retorno de uma determinada família ou pessoa nas próximas colheitas¹.

1. "É esse pessoal que vem, mas não vem a fim de trabalhar. É gente que eu não conheço direito. Mas aí, no ano que vem, se eles pedem pra vir, aí já não tem jeito. Sem trabalhar direito, não tem direito de voltar." (F2)

De maneira geral, os critérios do turmeiro, em convivência com as exigências da fazenda, se referem ao aspecto produtivo do trabalhador. O ser velho, o beber no trabalho, a presença de crianças, são tomados como impeditivos para uma maior produtividade.

Já por parte dos trabalhadores, a opção por um determinado serviço se dá levando-se em conta outros critérios:

1.- É fundamental para o "baiano", a possibilidade de migração com todo o grupo familiar, realizando assim um imperativo cultural, a manutenção do grupo familiar unido em torno do trabalho, e evitando o que eles chamam de "duas-despesas", ou seja, os gastos de quem migra e os referentes aos que permanecem em seus povoados. Esse critério é mais operante, apesar de não ser exclusivo, entre os "baianos" que já não possuem mais terras para cultivo de subsistência, ou que não conseguem arrendar lotes de terra aos fazendeiros da região¹.

Apesar das tentativas de proibição por parte do fazendeiro na presença de famílias com crianças pequenas, o trabalho na "panha do café" está sempre ligado à possibilidade de migração familiar. Porém, o que outrora era uma alternativa que envolvia apenas o chefe da família ou os filhos mais velhos, que durante a entressafra de suas próprias lavouras faziam pequenos serviços pela região, se transformou em uma estratégia que

1.0 arrendamento em forma de parceria à meia ou à terça, se dá entre trabalhadores volantes e criadores de gado, que cedem áreas para o plantio consorciado de "roças brancas" e capim, de tal maneira que, colhida a safra pelo trabalhador, permanece a formação do pasto.

envolve a todos e de forma contínua, em rotas de migração cada vez mais distantes:

"Hoje é assim, se pode levar família a gente aproveita a carona e leva também, porque evita de dar 2 despesas. Se eu ir sozinho eu faço despesa e tem outra lá no norte. Assim, eu já levo tudo de uma vez porque aí é uma despesa só." (B4)

Além destas razões, o trabalho se constitui num valor que quanto mais cedo é incorporado à vida das crianças, mais a socializa para a vida coletiva, como pudemos constatar anteriormente.

2 - Outro critério importante diz respeito ao tipo de serviço que deverá ser executado, tanto no que se refere ao desgaste físico, quanto às possibilidades de ganho por produção. O café aqui também se torna um dos preferidos em função de ser considerado um "trabalho maneiro que não machuca", que pode ser realizado por homens e mulheres de diversas idades, e que, em suas percepções, permite um bom ganho financeiro¹.

3 - O valor do adiantamento oferecido, seja em comparação às ofertas de outros turmeiros, seja em função das necessidades prementes do trabalhador, constitui um terceiro critério fundamental para a tomada de decisão do trabalhador. O adiantamento deve ser, no mínimo, suficiente para saldar dívidas da família junto ao comércio local, permitindo assim a

1. "Eu prefiro sair pro café porque o serviço é mais maneiro, o dinheiro com essas colheitas é mais maneiro, a gente sai e acontece dá gente ganhar um dinheirinho mais reunido." (B7)

continuidade de seus créditos entre os comerciantes¹.

4 - O prazo de permanência constitui outro critério importante, seja pela adequação da migração ao calendário agrícola local, para aqueles que plantam, seja pelo forte sentimento de que, migrar temporariamente não pode significar abandonar seus locais de moradia. Festas de padroeiros, mães que foram deixadas sozinhas, casamentos de parentes, são medidas importantíssimas para a definição de quanto tempo poderão permanecer viajando.

5 - Por fim, os critérios de confiabilidade tanto no turmeiro, quanto no fazendeiro. A lisura dos acertos, a manutenção das condições contratadas, tanto de preços quanto de condições de alojamento e alimentação, são tomados como indicadores importantes no momento de escolha do local de migração. A transparência na forma de pagar, a garantia de pagamento e a manutenção dos preços acertados são tomados como sagrados pelos volantes, apesar de admitirem, que na falta de opções, vários se submetem a serviços onde o não cumprimento do "trato" é constante, principalmente na forma de empreitadas assumidas pelos turmeiros.

A migração para a colheita do café na Fazenda Santa Elisa se dá, portanto, em obediência à conjugação desses

1. " O adiantamento interessa a gente, porque a gente da cidade a gente tá devendo. Geralmente a gente deve no armazém. Para a gente sair prá uma firma dessas de fora já devendo, quando a gente volta o crédito tá cortado. Então, o adiantamento pra gente é isso, pega o dinheiro na mão do empreiteiro e cobre o armazém, e a gente sai livre." (B3)

critérios, com as alternativas de trabalho existentes, e o modelo de reprodução social próprio dos "baianos". O contrato entre turmeiros e trabalhadores volantes, da mesma forma do que é formulado entre aquele e a fazenda, é exclusivamente verbal e não envolvia, até 1990, qualquer obediência à legislação trabalhista¹.

O adiantamento representa, na relação entre turmeiros e volantes, o selamento de um compromisso de trabalho. Precavendo-se de possíveis problemas, alguns turmeiros vêm instituindo a prática de assinatura de promissórias como forma de assegurar a presença do trabalhador que já recebeu seu adiantamento no dia do embarque para o trabalho. Essa prática, inconcebível para os trabalhadores em outras épocas, quando a migração temporária se dava em outras bases, revela como o próprio trabalho volante vem se transformando, alterando seus significados no processo de reprodução social da população da região. De alternativa que revelava não só as necessidades do migrante, mas também aquelas dos fazendeiros locais, em estratégia constante e substitutiva do trabalho em suas próprias terras. De troca entre diferentes igualados pela necessidade, um de alguma renda monetária (já que suas roças na maioria das vezes atendiam as necessidades de subsistência) e o outro, de braços para realizar tarefas para as quais não possuía trabalhadores suficientes, em modelo de exploração de mão-de-obra barata e

1. Somente em 1992, a fazenda passou a seguir as exigências legais de contratação de mão-de-obra temporária, o que envolve o registro em Carteira de Trabalho do período trabalhado, o recolhimento das obrigações trabalhistas, e a observância às normas de segurança para o transporte de trabalhadores.

exposta a pesadas e extensas jornadas de trabalho em busca da única garantia de sobrevivência.

Entretanto, este compromisso não se esgota no recebimento dos valores em dinheiro acertados no momento do "trato", e nem é seguido apenas sobre a pressão da promissória. Além da necessidade do trabalhador em manter boas relações com os turneiros, a fim de ter acesso aos serviços que esta agência, existem laços de amizade e vizinhança que também atuam no sentido de dar sustentação à relação.

IV - OS CONTEXTOS DE ORIGEM

O que é preciso ficar claro antes de avançarmos na análise é que residentes e "bairanos", além de se inserirem de forma bastante diferenciada na colheita de café da Fazenda Santa Elisa, são provenientes, ou originários, de contextos sócio-econômico-culturais com significativas singularidades. Apesar de ambas as cidades serem essencialmente rurais, existem diferenças que definem situações sociais diferentes para cada um dos dois grupos. O quadro a seguir apresenta alguns indicadores que revelam as especificidades de cada Micro-Região onde se inserem estes municípios:

QUADRO 5.16

QUADRO COMPARATIVO DAS MICRORREGIÕES		
DADOS	MICRO REGIÃO III (S.A.A)	MICRO REGIÃO VI (S.J.P.)
LOCALIZAÇÃO	Sudeste / Noroeste	Norte/ Noroeste
SUPERFÍCIE	64,5 MIL KM ² - 11% do estado	156 MIL Km ² - 26,6 % do estado
Nº DE MUNICÍPIOS	177	45
APTIDÃO DO SOLO	+/- 55% regular para culturas anuais. restante: regular para pastagem. Não possui áreas restritas inaptas.	Maior parte: restrita para silvicultura, pastagem natural, culturas e pastagem plantada. Áreas localizadas: aptidão regular para cultura restrita. ver zoom Áreas mais férteis: margens do Rio São Francisco e Paracatu
CHUVAS	Média : 1200 a 1500 mm Extremo sudeste (cabeceira do Rio Grande) + 1500 mm	1/4 área (Unaí, J. Pinheiro até Rio S.Fco) : 1200 a 1500 mm 1/4 área (Parte Central) : 1000 a 1200 restante : (Monte Azul, Janaúba, Varzelândia, Januária) : Menos 1000mm
TEMPERATURA	19 A 21º C	22 A 24 º C
CLIMA	Sub-árido e úmido	Seco e semi-árido Parte sub-úmido
VEGETAÇÃO NATURAL	Floresta Atlântica e cerrado	Cerrado e caatinga
POPULAÇÃO 1988	15% da população do estado	9% da população do estado

DENSIDADE DEMOGRÁFICA 1988	37,71 HAB/KM2	8,71 HAB/KM2
ÍNDICE DE URBANIZAÇÃO 1988	71,3%	59,5%
PESSOAL OCUPADO AGROPECUÁRIA	43,0 %	59,0%
MALHA RODOVIÁRIA	BOA	INSUFICIENTE
ESTRUTURA FUNDIÁRIA	23 MENOS CONCENTRADA NO ESTADO	MAIS CONCENTRADA NO ESTADO
PARTICIPAÇÃO NA ÁREA COLHIDA/ESTADO	23,5 %	14,5%
FATOR ECONOMICO EXPRESSIVO	Especialização na Cafeicultura	Década de 70 apoio oficial para incorporação do cerrado (terras baratas, Década de 80 : fim do apoio. Não há + créditos assist. técnica desestruturada pecuária extensiva (16% rebanho do estado)
UTILIZAÇÃO DA TERRA 1980	Lavouras : 27% na Cafeicultura Pastagens : 64% Matas Naturais e plantadas : 8%	Lavouras : 8% Pastagens : 57% Matas naturais e plantadas : 23%
1985	Terras aproveitáveis não utilizadas : 1% Lavouras Permanentes : 44% " Temporárias : 56%	Terras aproveitáveis não utilizadas : 5% Lavouras Perman. : 4% Lavouras Temp. : 96%

FONTE : Economia Mineira, 1989, Diagnóstico e Perspectivas Gov. do Estado de Minas Gerais, 1989.

Como se pode perceber a partir dos dados, a Micro-Região Sul (III), onde se localiza Santo Antônio do Amparo, possui uma área 2,5 vezes menor que a Micro-Região Noroeste (VI), mas com um número 4 vezes maior de municípios, e conseqüentemente, uma taxa de urbanização bem mais elevada. Por outro lado, enquanto na primeira, a aptidão do solo para o plantio envolve mais da metade de sua área total, na outra, a maior parte se apresenta como restrita às mesmas atividades.

No que se refere à incidência de chuva, a região de São João da Ponte se apresenta com um baixo índice de precipitação, que associado ao clima seco e semi-árido, define um perfil de inadequação às atividades agrícolas.

Comparando-se os aspectos populacionais e demográficos, constata-se que a Micro-Região Sul, possui uma densidade demográfica bem superior à média do Estado de Minas Gerais, definida para este período como sendo de 26 hab./km². A ocupação de pessoal exclusivamente em atividades da agropecuária, é maior na Micro-Região VI, o que não representa uma maior taxa de emprego, já que os dados não qualificam as diferenças entre trabalho contínuo e temporário.

Outro indicador importante para a compreensão das determinações sócio-econômicas a que ambos os grupos estão expostos e imersos, é revelado pela estrutura fundiária de cada região. A região onde a Fazenda Santa Elisa se localiza, se constitui como a segunda área do estado com menor índice de concentração de terras, enquanto que a Noroeste, se caracteriza

por ser a mais concentrada¹.

Associando-se a este dado, através da análise do padrão de utilização de terras nas duas regiões, percebe-se um diferença significativa na estrutura econômica decorrente. A região de São João da Ponte, possui apenas 8% de sua área aproveitável ocupadas por lavouras, sendo que dessas, 96% são temporárias. Isso contrasta significativamente com a situação da outra micro-região onde 27% da área aproveitável é ocupada por lavouras, que se equilibram entre permanentes e temporárias. Por sua vez, a região de São João da Ponte vem gradativamente sendo alvo de empreendimentos e projetos de reflorestamento, que já ocupam grande parte das áreas definidas como matas plantadas².

Se nos concentrarmos nos dados específicos referentes aos dois municípios, constata-se outras diferenças significativas, índices de uma situação de declínio expressivo nas atividades agrícolas do município de São João da Ponte, fato que em última instância, define o caráter compulsório da migração temporária de parte de sua população.

1. Apesar de se localizarem na região de maior concentração fundiária, vários "baianos" mantêm suas pequenas posses de terra, o que, se não lhes permite uma localização no mercado produtor local, dominado pelas grandes fazendas de gado para corte, se revela como fator importante na constituição e manutenção de suas identidades.

2.0 reflorestamento, além de vir sempre acompanhado de desmatamentos realizados sem a devida preservação das encostas de rios e nascentes, não representa uma oferta constante e contínua de serviço para os moradores da região.

QUADRO 5.17

QUADRO COMPARATIVO

Uso da terra (1989)	Santo Antônio do Amparo	São João da Ponte
Área total aproveitável	94,1%	84,6%
Área aproveitável não explorada	14,4%	26,9%
Área de cultura	8,6%	30,0%
Área de pecuária	57,0%	64,6%

Fonte: Cadastro Propriedades Rurais - INCRA - 1989

QUADRO 5.18

INDICADORES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA - EVOLUÇÃO ENTRE 1980 E 1987

	Santo Antônio do Amparo		São João da Ponte	
	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção
Arroz	+ 116%	+ 91%	- 92,5%	- 94%
Feijão	+ 206%	+ 183%	- 80%	- 60%
Milho	+ 40%	+ 60%	- 87,5%	- 86%
Café	+ 104%	+ 220%	---	---
Cana			- 20%	- 60%
Mandioca			- 9%	- 52%

Fonte: Produção Agrícola Municipal/ IBGE

Como se pode perceber, o município de São João da Ponte, apesar de possuir 84,6% de sua área total em condições de ser aproveitada para atividades econômicas, principalmente a pecuária, possui cerca de 1/3 dessas terras totalmente abandonadas. Das terras exploradas, 30% são dedicadas às culturas temporárias, contra 8,6% de Santo Antônio do Amparo. Entretanto, se aí as lavouras permanentes de café dominam, há um expressivo crescimento tanto na área colhida quanto na produtividade das lavouras temporárias. Em São João da Ponte, todas as lavouras de cultura temporária experimentaram um grande declínio no período de 1980 a 1987, época em que os depoimentos dos "bairanos" analisados nos capítulos posteriores, indicam ter aumentado o movimento de migração temporária.

Pode-se perceber, a partir desta breve análise dos contextos originários de cada grupo, que a migração temporária para os "bairanos" se constitui em um processo que envolve escolhas e buscas de manutenção de suas identidades, mas se define como fenômeno compulsório, mais amplo que suas possibilidades de escolha. Para os residentes, o fato de morarem numa região comparativamente próspera não é suficiente para definir a vida na fazenda como um campo de possibilidades, capaz de garantir o mínimo necessário para suas sobrevivências e a restituição de suas identidades transformadas, principalmente ao final das relações de colonato.

V - A ROTINA DO TRABALHO

Às 6 da manhã o dia ainda está escuro e o movimento da fazenda começa lentamente, à exceção das máquinas de secagem, que trabalham durante toda a noite. A temperatura nessa época varia cerca de 25 graus durante o dia e ao sol e cerca de 10 graus durante a noite.

A paisagem do amanhecer na fazenda possui uma beleza muito expressiva. O céu de um azul límpido, com poucas nuvens, a vegetação em tons diferentes de verde e uma neblina que paira sobre as águas das represas, como que denunciando o "calor" das águas frias. Essa paisagem é completada pelos trabalhadores que, vestidos com roupas empoeiradas e sujas de terra e, saem de suas casas ou dos barracões, sem agasalhos suficientes, calçados com chinelos de dedo, contorcidos sobre o próprio corpo procurando vencer o frio. A respiração, em contato com o ar frio, logo se transforma em motivo de brincadeiras pelas crianças, que soltam baforadas e se imaginam como touros ferozes.

O curral é o primeiro setor a iniciar suas atividades. O gado, acostumado ao trato, já espera a chegada dos retireiros. Até às 8 horas, todas as vacas devem estar ordenhadas e o leite acomodado nas vasilhas para serem transportados pelo caminhão leiteiro que diariamente passa por ali recolhendo o leite para a cooperativa de uma cidade vizinha e transportando gente para a cidade. O leiteiro é o único transporte coletivo existente na região. Crianças não pagam, somente os adultos. O caminhão sai da cidade às 7 horas e vai percorrendo várias propriedades, deixando pessoas e levando outras. Por volta das 11

da manhã ele volta à cidade, depois de ter percorrido cerca de 30 quilômetros de trajeto, uma única vez por dia. Quem vai, espera o retorno do caminhão no outro dia pela manhã. Do contrário, voltam à pé, arriscando encontrar ou não uma carona pelo caminho. Outros, principalmente quando estão doentes, se vêem obrigados a tomar um táxi que normalmente cobra cerca de 1/4 de um salário mínimo pela corrida. A fazenda não mantém um sistema de transporte para seus trabalhadores, argumentando que isso aumentaria as evasões do trabalho durante a semana. Somente em situações específicas e com ordem dos administradores é que os caminhões transportam o pessoal para um jogo de futebol do time da fazenda, para uma festa de santo na cidade, ou em dias de eleições.

Ao amanhecer, os sons anunciam o novo dia de trabalho. Aos poucos, surgindo do próprio silêncio, o ruído de galos, porcos, vacas e passarinhos conjugados às vozes e conversas, vão surgindo daqui e dali. O compressor, ligado para permitir a ordenha mecânica, indica, juntamente com os outros sons, ainda meio no escuro, que o tempo do trabalho está se reiniciando.

Às 7 da manhã a fazenda deve estar em plena atividade. O escritório aberto, os tratores circulando, os trabalhadores nas lavouras¹.

Os moradores saem de casa pouco antes das sete, se deslocando para a porta do escritório para receberem as

1. Nos dias de geada, a ida para as lavouras só acontece depois que o sol seca a vegetação.

tarefas do dia. Quando já sabem o que deverão realizar, se encaminham direto para seus locais de trabalho, encontrando-se lá com os fiscais da própria fazenda. Os trabalhadores do norte saem mais cedo de seus barracões, pois devem passar pela cantina para tomar seu café. Entre os moradores, o atendimento aos horários é controlado pelos fiscais que diariamente preenchem uma caderneta de ponto, transportada mensalmente para uma folha de apuração de frequência e irregularidades. Entre os "baianos" esse controle é feito pelo turmeiro ou pelo fiscal de cada turma.

Bem cedo, além do curral, onde o serviço se encontra bem adiantado, o terreiro de secagem do café também já está em funcionamento. No escritório, os funcionários trabalham, realizando intermináveis lançamentos em livros de conta corrente.

Terminada a distribuição das tarefas do dia, o administrador passa a fazer os contatos necessários com o escritório da cidade e as outras fazendas do mesmo proprietário. Apesar de cada fazenda ter administradores próprios e um agrupamento de trabalhadores também próprios, há uma constante interrelação entre elas. O café colhido nas três Fazendas (Santa Elisa, Terra Roxa e Cachoeira) é beneficiado em duas delas, pois somente essas possuem maquinário próprio, o que define um constante fluxo de trabalho e trânsito de caminhões.

Diariamente, o administrador da Fazenda Santa Elisa, percorre todas as áreas onde se encontram turmas de trabalhadores, e lá, junto com os fiscais de turma, supervisionam o trabalho que está sendo desenvolvido. Essas visitas se estendem também às lavouras ainda não colhidas para supervisionar o

estágio de maturação do café e assim definir o cronograma de desenvolvimento da colheita. No caminho, o administrador, do interior de um automóvel velho e carcomido, vai dando ordens, recebendo pedidos, resolvendo problemas. O processo de tomada de decisões na fazenda é todo ele centrado na figura do administrador, que além de possuir uma significativa autonomia para resolver toda a sorte de questões, funciona como um intermediário entre os trabalhadores e o proprietário da fazenda.

Iniciado o dia, os trabalhadores, residentes e volantes, se dispersam nos quase 700 alqueires de terra, fazendo com que a fazenda adquira uma paisagem de semi-invisibilidade de trabalho para os que não conhecem sua organização espacial. Os panhadores passam o dia "escondidos" no interior das lavouras. À exceção do movimento dos caminhões e do trabalho no terreiro de secagem, a paisagem da área central da fazenda permanece inerte e desértica praticamente até o final do dia.

O café da manhã para os volantes do norte se resume a um pouco de farinha de milho despejado no fundo de uma caneca com "café preto" e ralo por cima. O café é bebido por todos, adultos e crianças. Somente as crianças de colo têm direito ao leite fornecido pela fazenda. Já entre os residentes, existe uma cota de distribuição de leite para cada família que possua crianças de até 5 anos de idade. Tal e qual a distribuição do milho, como veremos à frente, também a distribuição do leite é marcada por um sentido de concessão do fazendeiro aos empregados.

Apertada fortemente entre as mãos para aquecê-las, as canecas parecem conter alguma bebida especial, tamanha a ritualização de sua ingestão. O café é o único alimento aquecido

que os "bairanos" ingerem durante todo o dia, e que deve "segurar" a fome até à hora do almoço, que chega às lavouras, já frio, às 11 horas.

Aos poucos as famílias e os trabalhadores solteiros vão deixando seus barracões e se dirigindo à cantina. Em pequenos grupos, vestidos com roupas marcadas pela poeira e pelo sumo que se desprende dos pés de café, não permanecem mais que 15 minutos na cantina. Logo depois, dirigem-se a pé - já com muita conversa e às vezes cantoria - para as lavouras, distantes daquele local cerca de 2 quilômetros. Diferentemente dos trabalhadores da cana de açúcar, que cobrem o corpo com várias roupas sobrepostas para se protegerem, no café muitos trabalham com bermudas e braços descobertos, apesar do frio que só começa a se dissipar quando o sol se firma.

Alguns possuem garrafas térmicas, onde transportam o café que será bebido ao longo do dia na lavoura. Outros portam garrafas de vidro ou pequenos galões de plástico, onde guardam água. Canecos de plástico são colocados numa bacia com água para serem utilizados pelos seguintes. Alguns pedem quantidades maiores de farinha de milho, que, guardadas em sacos plásticos trazidos por eles, servirão de reforço no almoço. As marmitas vazias, lavadas e utilizadas no jantar do dia anterior, são devolvidas.

Quando chegam à fazenda, cada "baiano" recebe em consignação uma espuma que servirá de colchão, uma marmita e um talher numerados com seus números de registro, e uma carteirinha, com a qual terão acesso à comida e às compras no armazém. Não

devolver a marmita à hora do café significa ficar sem almoço.

As mulheres com filhos pequenos que não ajudam na colheita se utilizam a creche, organizada pela administração da fazenda. Localizada ao lado da cantina, a creche funciona das 7 às 4 da tarde, recebendo crianças em idades que variam de alguns meses à 5 anos. Tomado o café, cabe às mulheres deixarem seus filhos menores na creche. Os homens raramente se ocupam dessa tarefa. A organização da creche durante a "panha" é uma iniciativa que procura minimizar os problemas que a grande quantidade de crianças ainda sem idade para o trabalho, traz para o andamento da colheita. Todos os anos, tanto a fazenda quanto os turmeiros, tentam em vão, proibir a vinda dessas crianças. Entretanto, dado o caráter essencialmente familiar da migração para o café, a concorrência que outras ofertas de serviço fazem e o próprio fato de que muitos sabem da existência da creche, essa acaba se incorporando ao rol de critérios que se somam à decisão de migrar para aquela fazenda.

Algumas mulheres não gostam de deixar seus filhos na creche, e preferem, mesmo ao custo de terem um duplo trabalho, levá-los às lavouras. Na maioria das vezes, a recusa à utilização da creche está relacionada ao fato de que as responsáveis pela lida com as crianças são mulheres da própria fazenda, o que costuma gerar alguns enfrentamentos entre os adultos, tendo o comportamento das crianças, a ocorrência de problemas de saúde como parte visível do conflito.

Na verdade, esses conflitos ocorrem, em primeiro lugar, porque as crecheiras são impedidas de trabalharem na "panha", o que não as agrada, e resulta numa certa má vontade ao

desempenharem suas funções. Além disso, as mulheres residentes criticam a forma com que as mães do norte criam e tratam seus filhos. Essas, por sua vez, também expressam uma certa desconfiança de que seus filhos não serão bem tratados. Por detrás dos conflitos em torno da creche reside uma questão importante na construção das identidades das mulheres de ambos os grupos, e que se apresenta na forma de um enfrentamento de saberes domésticos e costumes diferenciados a cada grupo.

Os fiscais dormem em um alojamento separado, reservado também aos turmeiros e cozinheiros, e devem chegar à lavoura junto com os primeiros panhadores. O serviço na lavoura não pode ser iniciado sem sua supervisão. Alguns fiscais e cozinheiros, contudo, quando acompanhados da família, se alojam nos barracões, junto aos demais trabalhadores, pois no alojamento localizado na cantina, somente homens podem usá-lo.

Enquanto o café é servido, o almoço já vai sendo preparado pelos cantineiros: cerca de 6 homens de São João da Ponte, chefiados por um rapaz morador da fazenda.

Sem nenhuma restrição, os trabalhadores volantes se servem à vontade de café, fazendo com que, por vezes, os atrasados já não o encontrem mais pois, uma vez terminado, não se faz mais café. Quando isso acontece, os "baianos", apesar de chateados, não esboçam qualquer reação ou crítica, pois sabem que isso revelaria seu atraso no horário.

A estratégia de controle dos trabalhadores volantes, longe de se organizar através de regras formais de conduta, expressas em cartazes ou regulamentos, se desenvolve de

forma sutil, procurando caracterizar sempre que, o desvio cometido por um, além de poder contribuir para que o definam como um mal trabalhador, prejudica os demais companheiros. As normas existem, todos sabem delas através dos fiscais, turmeiros e seus próprios companheiros, mas sua permanente atualização não se dá através de desgastantes processos disciplinares, o que poderia gerar enfrentamentos diretos, mas através de mecanismos que privilegiam os mais bem comportados e mais trabalhadores. Esse procedimento se estende tanto aos "baianos" quanto aos trabalhadores residentes.

Tal modelo de manutenção da ordem é tão operante que, durante a "panha" aqueles trabalhadores que tiveram um bom comportamento, atenderam aos pedidos para estenderem suas jornadas de trabalho aos domingos, fizeram poucos gastos no armazém¹, não faltaram ao serviço, e nem brígaram, fazem jus, no momento do acerto ao final do período contratado, a uma gorjeta.

Essa gorjeta, apesar de ser muito festejada pelos "baianos" como um ganho adicional, na verdade apenas repõe os valores que foram descontados pela alimentação consumida. Aliás, a própria cobrança da comida que é fornecida se constitui uma questão que muitos "baianos" criticam, pelo fato de se constituir num ponto ambíguo no trato que fazem com o turmeiro. Na verdade, ao "tratar" com uma família a ida para a colheita, o turmeiro costuma afirmar que não haverá despesas com a alimentação. Chegando na fazenda, turmeiros e administrador passam a ameaçar

1. Fato que, para os administradores, denota uma postura de sacrifício pelos trabalhadores, e que portanto, indica a possibilidade de recompensa.

os trabalhadores volantes, com a possibilidade de que a comida seja descontada, e que tal decisão dependerá do fazendeiro. A função desta ameaça é fazer com que o "baiano" passe a trabalhar mais para evitar prejuízos e dívidas. Realizado o desconto, a fazenda repõe este valor através da gorjeta, transformando-a numa concessão, sinal da boa vontade do fazendeiro.

Os trabalhadores residentes tomam seu café em suas próprias casas. Esse não se difere muito do café dos "baianos", sendo preparado pelas mulheres juntamente com o almoço que seguirá em suas próprias marmitas ou que será levado mais tarde por um dos filhos menores. Ao contrário dos "baianos", o café e a saída para a lavoura não é acompanhada de muitas conversas e nem cantorias. Reunidos em seus grupos familiares, os residentes se dirigem às lavouras um pouco mais tarde que os "baianos", o que faz com que seus caminhos dificilmente se cruzem. Pelo fato de nunca se misturarem turmas com trabalhadores residentes e temporários, e pela própria dispersão das lavouras no ponto de serem colhidas, esses trabalhadores quase não se encontram durante o trabalho.

Durante o período de colheita, a Fazenda organiza uma cantina especificamente destinada a cozinhar para os trabalhadores volantes do norte. Montada na chegada do primeiro caminhão de turma e somente desativada quando o último se vai, a cantina tem alguns aspectos singulares.

Nela trabalham somente homens, e todos eles vindos, como os demais, do norte, à exceção do Chefe da Cantina, que normalmente é alguém escolhido pela administração dentre seus

conhecidos de confiança. Tal cuidado se prende ao fato de ter a cantina, além de suas atribuições normais (produção de café, almoço e jantar) um sentido mais amplo, como centro para onde convergem todos os volantes e também todas as questões que os envolvem. Doenças, brigas, avisos e informações, contato com fiscais e turmeiros e uma boa conversa, acontecem sempre no interior ou ao redor da cantina. Na falta de um fiscal, turmeiro ou administrador, é o cozinheiro quem tenta resolver ou providenciar a resolução de algum problema. Tendo contato diário com a maioria dos trabalhadores e com os fiscais, os cozinheiros acabam por conhecer a todos, sabendo dar notícias sobre cada um. Há casos inclusive de cozinheiros que se fazem, às vezes, de agentes de saúde, aplicando injeções e benzedores, rezando para aliviar dores de dente e de cabeça.

Ao ter como mão-de-obra o pessoal do norte, a fazenda escolhe sempre um residente para coordenar a cantina, em função de controle sobre o grande volume de gêneros alimentícios, que ali são gastos. Os cozinheiros, apesar de conterrâneos dos trabalhadores, não cozinham como ditam seus padrões culturais. Normalmente desprovida de carne, corantes e temperos mais fortes, como é do agrado dos trabalhadores, a comida se resume, quase sempre ao arroz, feijão e macarrão, o que vai se constituir, como veremos no próximo capítulo, em um dos pontos mais criticados pelos "baianos" em relação à fazenda. Não existe refeitório, o que obriga os trabalhadores a levarem suas marmitas para seus barracões ou se ajeitarem ao longo do chão das redondezas da cantina para comerem.

A cozinha permanece continuamente desorganizada, suja e constantemente com algum tipo de alimento ao fogo. As marmitas, quando prontas, são empilhadas umas sobre as outras, à espera de seu dono, em caso de jantar, ou de ser transportada para as lavouras na carroceria do trator, quando se trata de almoço. Um único filtro serve água aos que ali estão alojados. Os demais fazem uso de uma torneira de tanque, que também serve para lavar as marmitas. O rádio permanece ligado durante todo o tempo em que a cozinha está aberta. O acesso a seu interior é permitido apenas aos cozinheiros e fiscais. Os demais são atendidos num balcão.

Os cantineiros, apesar de chegarem junto com as turmas no caminhão, estabelecem um contrato direto com a fazenda, não estando submetidos a nenhuma relação contratual com um turmeiro.

Há cerca de 4 ou 5 anos, o grupo de cantineiros permanece quase que o mesmo, com poucas variações de pessoal. Sua rotina tem início por volta das 5 horas da manhã, quando começam a preparar o café e o almoço, que deverá estar pronto, no mais tardar às 10:30, para ser embarcado num trator rumo às lavouras onde estão as turmas. As marmitas são despachadas em grandes balaios de taquara, colocadas na carroceria de um trator, o mesmo que transporta lenha, pequenos animais, ração de animais e defensivos agrícolas em outras horas do dia.

Entregue o almoço, os cantineiros passam logo à preparação do jantar, que deverá estar pronto, junto com uma nova quantidade de café, às 4 da tarde. Por volta das 7 horas da noite a cantina encerra suas atividades, sendo então o local utilizado

para longas conversas, ao pé do calor das brasas dos fogões à lenha. Num sistema de rodízio, diariamente, um dos cozinheiros faz o "plantão do feijão", permanecendo até mais tarde na cozinha, enquanto o feijão para o outro dia é cozido.

O trabalho é contínuo, sofrendo pequenas variações apenas aos sábados e domingos. Aos sábados, o jantar é servido um pouco mais tarde. Aos sábados, os trabalhadores ao voltarem da lavoura, se dirigem primeiro aos barracões para tomarem seus banhos ou realizarem tarefas domésticas, como a lavagem de roupa. Só depois é que buscam suas marmitas. Já no domingo, dia em que é facultativo o trabalho, apesar de serem recompensados com gorjetas maiores aqueles que trabalham nesse dia, não há envio das marmitas para a lavoura. O movimento em torno da cantina também cresce nesses dias. A demanda para assistirem novelas e filmes na TV que fica no alojamento dos turmeiros e fiscais também, já que os "baianos" nunca têm acesso às casas dos moradores, mesmo quando existe algum laço de amizade entre eles.

A cantina se constitui num dos poucos espaços da fazenda, onde alguns residentes e "baianos" se encontram para a troca de informações, brincadeiras e alguns jogos. Entretanto, esta prática quase que diária de encontro se restringe a poucos homens residentes e os cantineiros, fiscais e turmeiros.

Nos dias de semana, por volta das 10:30 da manhã tem início o almoço. Para os baianos, o barulho do trator se encarrega de anunciar sua chegada. Os que estão mais distantes, são avisados através de gritos. O tratorista define o local onde irá estacionar para a distribuição das marmitas, considerando sua

facilidade de manobra e a proximidade com o local de trabalho da turma. O mesmo trator percorre todas as turmas, esperando na última o término do almoço para voltar recolhendo as marmitas que deverão voltar à cozinha para serem lavadas e preparadas para o jantar.

No trator, além do tratorista, acompanha um dos cozinheiros para ajudar na distribuição, que é feita, ora colocando as marmitas no chão sobre um pano esticado, onde cada um localiza a sua pelo número correspondente, pintado em sua parte lateral, ora sendo distribuída pelo fiscal que grita o número. Esta última forma acontece quando há distribuição de ovo cozido, que deve ser controlado para suprir todos os trabalhadores. As pessoas que levam crianças pequenas para as lavouras, dividem sua comida nas tampas das mesmas. Não há qualquer tipo de higiene pessoal para o início do almoço: sentados na beira do "carreador", ou escondidos no meio do cafezal, os baianos se agrupam entre familiares, amigos e vizinhos de barracos para comerem. O talher consiste numa colher, que nem todos compram no escritório quando chegam. É comum o empréstimo das mesmas, ou o costume de comer com pedaços de galhas improvisados como garfos. As sobras e as partes indesejáveis das marmitas, são jogadas ao chão ao lado do local onde estão sentados para comerem. Comer da marmita não dura muito tempo: cerca de 15 a 20 minutos. O tempo parado não sofre uma regulação por parte do fiscal, pois termina quando o trator volta à cantina. Alguns reiniciam o trabalho rapidamente. Os demais usam o restante do tempo para conversas, cantorias e brincadeiras, principalmente os meninos, que correm, pulam, e

lutam entre si. Se os residentes em trânsito para as lavouras se portam de forma mais recatada e silenciosa, no interior das lavouras e principalmente no horário do almoço, assumem como os "bairanos" um comportamento lúdico muito expressivo.

Entre os residentes, o almoço é trazido de casa pela manhã, e esquentado em pequenas fogueiras improvisadas no meio da lavoura. Nesses casos, a mulher prepara o almoço a partir das 5 horas da manhã, antes de sair de casa para o trabalho. Existem casos de famílias que preferem designar um dos filhos à tarefa de ao chegar da escola levar o almoço para o resto do grupo na lavoura. Nesse caso, as marmitas são transportadas em embornais e acompanhadas de água e café fresco. A realização dessa tarefa é considerada de grande importância por todos, pois assegura uma comida mais saborosa e sem necessidade de ser requeentada.

Cabe aqui ressaltar que a importância da comida tanto para "bairanos" quanto para residentes, ligadas aos aspectos do sabor, da aparência, da forma como é e por quem é preparada, dizem respeito ao sentido dessa enquanto condensadora de significados culturais. A comida, tanto na dimensão de sua qualidade quanto na dimensão ritualística de sua feitura e consumo, se constitui numa afirmação simbólica de relações sociais constituintes das identidades de cada indivíduo e grupo¹.

Os hábitos alimentares de cada grupo, configuram

1. Um trabalhador volante ao jogar parte de sua marmita fora dizia: "uma comida feita só por homem, numas panelas onde cabe uma pessoa dentro, não pode prestar."

princípios normativos através do qual cada sujeito, cada grupo social, revela sua própria perspectiva de reafirmar a dimensão cultural de seus processos biológicos (RODRIGUES, 1983).

Nessa perspectiva, a comida que é servida aos "bairanos" constitui-se um ponto de crítica destes em relação ao tratamento que recebem na fazenda, como veremos mais à frente. Ela parece não agradá-los por três questões de ordem que se complementam. Em primeiro lugar, porque ela se difere muito dos hábitos alimentares que possuem, o que inclui sempre a carne e alguns outros temperos. Em segundo lugar, pelo fato de ser preparada por quem não se apresenta como a pessoa indicada e em condições inadequadas, sendo portanto esvaziada de seus significados simbólicos. Por fim, porque revela uma dimensão desrespeitosa do fazendeiro em relação a seu grupo, que mesmo sendo rico, não possibilita uma alimentação farta.

Já entre os moradores, a comida parece revelar duas ordens de problemas com as quais se debatem: o fato de não mais plantarem para assegurar a alimentação do grupo, e conseqüentemente, terem que comprar tudo que necessitam - à exceção do feijão - no armazém da fazenda, onde acabam comprometendo grande parte de seus ganhos mensais¹.

A comida não difere muito entre "bairanos" e moradores. Arroz, feijão e macarrão formam a base das refeições. A carne é rara, e as verduras quase não existem. O consumo de

1. Os dias de compra no armazém são definidos pela administração da fazenda e constituem situações tensas, em que os moradores parecem contabilizar com bastante objetividade e às vezes revolta, as perdas pelas quais seu grupo vem passando ao longo dos últimos anos.

carne se restringe às situações em que uma vaca da fazenda se acidenta e é sacrificada, ou quando há sobras de frangos velhos de uma granja próxima. A carne de porco é vendida pelos residentes que possuem criação. Mas não é constante, e nem se incorpora ao consumo diário.

Mesmo revelando os limites a que ambos os grupos estão expostos pelo trabalho na fazenda, o almoço se constitui num momento lúdico, de conversas e brincadeiras, onde o "caçar" domina as relações entre as pessoas. Ao se divertirem com casos engraçados, ao rirem uns dos outros, "bailanos" e residentes parecem compensar a falta de privacidade típica desta situação social, ligada, à exceção das ocasiões festivas, ao espaço doméstico, ou revelador da intimidade de cada família, principalmente no caso dos residentes.

Assim, tais brincadeiras e o comportamento lúdico parecem tentar, por um lado, aproximar a situação do trabalho da situação da festa, e por outro, refazer os laços de identidade coletiva através do gozo e da brincadeira.

Ainda sentados, e após beberem um pouco de café trazido, no caso dos volantes, pela manhã, os adultos confeccionam seus cigarros de palha ou de papel. O costume de fumar é corrente entre homens, mulheres e crianças a partir de 12;13 anos. Os cigarros circulam também de mão em mão entre os mais conhecidos, reproduzindo em seu movimento redes de relações de proximidade e identificação. O retorno ao trabalho, após o almoço, é rápido, pois todos sabem que o trabalho por produção depende, sobretudo, de seus esforços individuais.

De acordo com o ritmo de amadurecimento das lavouras, os trabalhadores volantes e moradores podem demorar algumas semanas até iniciarem efetivamente "a panha", desenvolvendo neste período, a "cata" de café maduro e até mesmo uma capina de lavoura que ficou atrasada. Ambas as atividades desagradam em demasia a todos, pois significa um ganho financeiro menor e uma quebra na expectativa de ir vendo, ao final do dia, os balaio cheios de café, o que sinaliza bons ganhos ao final da "panha". O balaio de café catado tem um preço em média 30% maior que o preço do balaio de café colhido. Entretanto, esta diferença não significa, para os "panhadores", uma compensação suficiente para o baixo volume de café catado por dia.

Os trabalhadores volantes trabalham normalmente de segunda a sábado, podendo, de acordo com a pressão da fazenda, retornarem às lavouras aos domingos pela manhã. Já entre os moradores, a jornada de trabalho vai de segunda à sexta-feira, fazendo do sábado um dia opcional, de acordo com a disponibilidade de cada um. Os domingos são invariavelmente de descanso, exceto para quem trabalha nos terreiros de secagem. Os horários são basicamente os mesmos para todos, das 7 horas da manhã às 4 da tarde.

A chegada à lavoura nova, que ainda não foi colhida, se dá ou no início da manhã ou no final da tarde. Nesse segundo caso, o procedimento tenta adiantar o trabalho para o próximo dia, pois faz com que o transporte dos instrumentos utilizados, a divisão das "ruas" de café entre os componentes da turma e o próprio conhecimento do caminho para chegar à lavoura

(no caso dos volantes), sendo realizados no dia anterior, permita o início efetivo da colheita já nas primeiras horas do dia. Este adiantamento, entretanto, depende da entrega da lavoura anterior, o que pode se dar tão logo o serviço termine ou não.

Cada trabalhador individual, ou cada dupla de panhadores, recebem um ou dois panos de cerca de 3 metros de comprimento por 2 de largura, uma peneira, um rastelo, uma escada e alguns sacos de linhagem. Esse material deverá acompanhá-lo até o final da panha, sendo da responsabilidade de cada um sua guarda e conservação.

O pano é utilizado para forrar o chão debaixo de cada pé de café que será colhido. Quando se trabalha em duplas, cada pano cobre um lado do pé, permitindo que os dois trabalhadores desenvolvam suas atividades conjuntamente. O "panhador" individual realiza seu trabalho de duas maneiras: com um pano apenas, rodeando o pé à medida que vai colhendo o café, ou esgotando um mesmo lado de 3 ou 4 pés, para depois mudar de lado. Os trabalhadores mais experientes colhem com dois panos, colocados cada um de um lado do pé colhido.

A peneira é usada para a limpeza do café colhido que cai no chão, que se mistura às folhas, terra e pequenos galhos. Há um rígido controle por parte da fazenda, no sentido de se evitar ao máximo a depredação dos pés, o que significará uma quebra de sua produtividade na safra seguinte. Para se proceder à varreção da rua, na busca de bagos de café que caíram direto na terra e no ajuntamento das folhas que serão posteriormente utilizadas como uma espécie de adubo e proteção aos pés, os trabalhadores se utilizam do rastelo.

As folhas caídas no pano são catadas manualmente pelo trabalhador, que ajoelhado, puxa o pano sobre si, e procede à sua limpeza antes de colocá-lo nos sacos para a espera da medição.

As escadas são usadas apenas quando se trata de lavouras mais antigas, com pés mais altos, ou quando o terreno é irregular, dificultando o acesso do panhador às galhas mais altas. Os sacos de linhagem recebem o café colhido e já limpo, à espera de sua medição e transporte. Este material, apesar de não conter qualquer marca que identifique seu portador, permanece em sua posse durante toda a colheita, gerando desentendimento quando é apossado por outro, o que significa um atraso no trabalho de quem, terminada uma "rua", pretende rapidamente passar à outra.

Carregando seu material de trabalho e seus pertences pessoais (garrafa térmica e garrafa d'água) os trabalhadores chegam à lavoura e vão sendo distribuídos, pelos fiscais, nas diversas "ruas" ou fileiras, que compõem a lavoura. Esta distribuição é aleatória, no sentido de que as diferenças de qualidade e quantidade internas às lavouras, sejam divididas na sorte, entre os panhadores. Não é permitido também que haja escolha por parte do panhador, desta ou daquela "rua".

Há contudo um padrão de distribuição que atende às formas de agrupamento para o trabalho adotadas tanto pelos "baianos" quanto pelos moradores. As famílias, mesmo no caso de cada membro colher em separado, são mantidas em "ruas" vizinhas, o mesmo acontecendo entre amigos, conterrâneos e vizinhos de alojamento, que expressam sua decisão ao fiscal, de permanecerem

trabalhando próximos uns dos outros. Isso também acontece com o panhador inexperiente que, para a aprendizagem do trabalho se coloca sempre próximo a um conhecido ou parente para observá-lo e recorrer a ele quando necessário, método utilizado para a aprendizagem das técnicas de colheita de café. As ruas são distribuídas apenas entre os adultos ou em caso de jovens adolescentes em duplas ou que comprovem condição de terem uma boa produtividade.

Aleatoriamente distribuídos pela lavoura, os trabalhadores reproduzem contudo, suas diferenças e divisões internas na forma com que se apropriam deste espaço como território de trabalho e produção de sustento. A reprodução de relações de ajuda, a possibilidade da comunicação, e a proximidade com conhecidos, são preservadas. Os "bairros" são provenientes de povoados distintos e distantes, o que faz com que vários sejam desconhecidos uns aos outros, constituindo um agrupamento heterogêneo em sua constituição. Os moradores, da mesma forma, se dividem em pequenos grupos, definidos em função de parentesco, compadrio ou vizinhança.

Caso haja repetição de um mesmo panhador em "ruas" mal formadas, o fiscal desenvolve algum mecanismo compensatório que distribua de forma equitativa as possibilidades de boa produção. Entretanto, dada a qualidade da formação das lavouras esse fato quase não se repete.

O início e o término da lavoura são marcados por panos amarrados em pedaços de madeira fincados ao chão. O movimento sempre ocorre das áreas mais difíceis para as mais fáceis, ou seja das mais íngremes ou com menos café para as mais

planas ou com mais café. O movimento de uma lavoura à outra, entretanto, obedece ao amadurecimento das mesmas e a um sistema de compensação desenvolvido pelo administrador geral da Fazenda, no sentido de permitir que cada turma após a passagem por uma lavoura de difícil colheita ou de baixa produtividade, possa ser contemplada por uma outra mais favorável. Esta distribuição costuma ser objeto de reclamações por parte das diversas turmas que, na maioria das vezes, afirmam ser a sua turma a mais prejudicada.

A colheita de cada pé se dá das partes mais altas para as mais baixas, ou seja, do mais difícil ao mais fácil. Esticado o pano, às vezes com ajuda de pequenas varas amarradas em suas pontas e fincadas ao chão, para se evitar que seu conteúdo caia no chão, os panhadores vão passando as duas mãos nas galhas do arbusto, apertando com os dedos os frutos para se soltarem das pequenas hastes que os mantem ligados ao pé. Essas hastes não podem ser danificadas, pois prejudicarão a formação de novos frutos. As folhas devem ser preservadas e os galhos não podem ser quebrados, exigindo portanto, uma técnica de manejo das mãos que permita que apenas os frutos sejam retirados.

A qualidade desta operação e sua rapidez de realização é que vai diferenciar o bom e o mal panhador de café. Mais fechadas para desprenderem os frutos, mais abertas para evitar a danificação das folhas e inclinadas para fazer com que o café caia verticalmente em cima dos panos, as mãos são o principal instrumento de trabalho do panhador de café. Ao final de um dia de trabalho, elas estão marcadas pelo sumo que se

desprende dos pés e arranhadas pelo contato direto com os galhos. O uso de luvas é proibido pela fazenda.

À medida que os pés vão sendo colhidos, os panos vão sendo cuidadosamente puxados para debaixo dos demais. De um pé a outro não há um intervalo de trabalho, pois a distância entre os mesmos é pequena, chegando a desaparecer em lavouras mais adensadas.

Durante o trabalho, os "panhadores" conversam com seus parceiros ou vizinhos de "rua" e cantam músicas, geralmente "sertanejas", de grande audiência nas rádios. As conversas giram em torno das relações familiares, acontecimentos públicos e coletivos ligadas ao trabalho, além dos acontecimentos e casos de seus locais de origem. Há uma recorrência significativa, entre os "bairanos", a casos extraordinários e às brincadeiras. Essas conversas se dão também entre trabalhadores que estão distanciados, e que mesmo assim, mantêm conversas e brincadeiras entre si.

Toda esta teia de sons, discursivos e musicais, distribuídos em largas faixas de terra, acaba por produzir uma sonoridade singular às lavouras. Aqui mais uma vez, a impressão é de que a brincadeira e a alegria, se caracterizam por restituírem ao trabalho, a marca das identidades de cada grupo. O costume de "caçoarem" um dos outros é uma prática exclusiva, que só acontece no interior de cada turma, e mesmo aí, obedecendo as redes de amizades e parentesco. Brincar com a pessoa errada, ou de forma inadequada, pode gerar desentendimentos que todos procuram evitar, cabendo aos fiscais o controle para que isso não venha a acontecer.

Enquanto adultos e jovens trabalham, as crianças menores permanecem em torno dos pais brincando com a terra, gravetos e folhas, ou atendendo a um pedido de ajuda. A atenção dos pais é contínua, em função do perigo de acidentes com cobras, marimbondos e lagartas. Nenhuma mãe residente deixa seus filhos na creche, preferindo levá-los consigo. De certa forma, esta recusa é consequência da relativa tensão que envolve a creche, comentada anteriormente, mas revela também a desaprovação por parte dos moradores que julgam ser aquele espaço exclusivo dos "baianos", já que na entressafra ele não funciona.

Cada trabalhador ao terminar a colheita numa determinada "rua" deve realizar alguns procedimentos antes de "entregar" e mudar de local de trabalho. Já com o pano cheio de café, o panhador passa a limpá-lo antes de colocar no saco para medição. Nessa etapa devem ser retiradas todas as folhas, galhos e terra que porventura estejam misturados ao café. Feito isso, é preciso catar todo o café caído no chão, que também é ensacado após passar pela peneira. Com ajuda do rastelo, o trabalhador passa a juntar as folhas de modo a catar bagos ainda existentes no chão. As folhas são organizadas em pequenos montes. Chamado pelo "dono da rua", o fiscal verifica se ainda existe café no pé, se não houve queda excessiva de folhas, quebra de galhos e se o terreno está limpo. Entregue a "rua", o trabalhador é deslocado com seus pertences para um novo local. Caso o saco esteja cheio, ele é deixado no carreador (caminhos para acesso de caminhões que recolhem e medem o café colhido) mais próximo, à espera da medição, o que acontece uma ou duas vezes por dia. Quando

acontece de um panhador terminar sua "rua" antes de seus parentes e companheiros, ele pode optar por aguardar os demais, ou mesmo retomar o trabalho no final da rua de algum parente, vizinho ou amigo, viabilizando assim a transferência de todos para áreas próximas.

O término do trabalho em uma lavoura, depende portanto da entrega de todas as ruas, e a medição de todo o café colhido, o que costuma fazer com que os panhadores permaneçam por algum tempo sem trabalhar, à espera do caminhão de medição, para que então procedam à mudança de lavoura.

Se a entrega das "ruas" exige a supervisão e autorização por parte dos fiscais, a entrega de uma lavoura, pressupõe a presença do administrador da fazenda, que examina a qualidade do trabalho desenvolvido e indica a nova lavoura a ser trabalhada. O transporte de uma à outra se dá normalmente a pé, sendo utilizado o caminhão apenas em casos de transferência de escadas para distâncias maiores.

Enquanto os residentes conhecem por nome todas as lavouras, apenas os volantes que freqüentam a fazenda há mais tempo, conseguem memorizar as denominações de cada uma, que eram batizadas pelos próprios nomes de seus formadores.

Todos os trabalhadores iniciam suas atividades na colheita sem saberem ao certo quanto receberão por balaio. O preço só é definido pela fazenda, após alguns dias de trabalho em cada lavoura, quando uma avaliação da produtividade média daquela lavoura, e uma consulta aos preços praticados em outras fazendas define o valor.

Uma vez definido o preço ele é comunicado, no caso

dos volantes, aos seus turmeiros, que repassam a informação aos demais e que em certos casos pode até renegociá-los com o administrador. No caso dos residentes o preço é comunicado diretamente aos trabalhadores na própria lavoura, não havendo qualquer espaço para negociação. O administrador pode reunir toda a turma para, além de comunicar o preço definido, fazer recomendações sobre o desenvolvimento do trabalho, ou adotar uma outra forma que, conforme informação de uma mulher da fazenda, é mais usual: para evitar reclamações, o administrador vai caminhando rápido pela lavoura, comunicando aos mais velhos o preço, sem se deter para ouvir possíveis reclamações. O fiscal da turma da fazenda não tem, como os fiscais e turmeiros do Norte, o mesmo papel de interlocutores entre trabalhadores e administração. Sua função, eminentemente de fiscalização da presença e da qualidade do serviço, não se estende, como no caso dos "baianos", ao campo das negociações e intermediações.

A medição do café colhido é realizada uma ou duas vezes por dia, dependendo do volume de café já ensacado em cada lavoura, e a disponibilidade dos terreiros de secagem de receberem novas cargas. Procura-se evitar que, de um dia para outro, o café colhido permaneça na lavoura, o que nem sempre acontece, em função do grande volume de trabalho para apenas dois caminhões que se encarregam desta tarefa. Anos atrás, a fazenda mantinha um vigia armado, que percorria a cavalo todas as lavouras durante a noite e aos domingos, quando as mesmas estavam vazias. Sem a ocorrência de roubos de café, esse sistema foi desmontado e os problemas que porventura acontecem, são

investigados e resolvidos pelos próprios turmeiros. Esses casos entretanto são raros, mesmo havendo turmas diferentes, e no caso dos "balaios", compostas por trabalhadores de localidades diferentes. Existem regras de respeito e solidariedade, suficientemente fortes para evitarem casos de roubo.

A equipe de medição é formada pelo motorista do caminhão, com capacidade para carregar cerca de 400 balaios de 60 litros, um apontador, normalmente funcionário do escritório ou encarregado, 3 medidores de café, e 1 ou 2 ajudantes de carroceria.

Os fiscais são avisados previamente da medição, para que possam prevenir os panhadores para transportarem suas sacas de café colhido para os locais onde o caminhão irá passar.

Os medidores vão andando à frente do caminhão, portando um balaião de 60 litros de capacidade. No caminhão permanecem o apontador e os ajudantes, que espalham o café medido pela carroceria. O fiscal acompanha a todo o processo, ou em cima da carroceria junto ao apontador, ou junto aos panhadores.

Despejado o café dos sacos nos balaios, estes são levados pelo medidor até a borda da carroceria, quando então o apontador pede ao panhador que seja falado seu nome e número de carterinha para ser anotado no vale. Nesse momento, o apontador verifica visualmente a qualidade do café colhido, principalmente quanto à sua limpeza. Os balaios que contiverem folhas e pedras são descontados em cerca de 10 a 20% de seu conteúdo, e o seu responsável advertido pelo fato. O apontador faz anotações de 3 panhadores ao mesmo tempo, o que às vezes gera alguma confusão

que é prontamente corrigida quando acontecem erros de medição. Após a entrega do vale não são mais aceitas reclamações. O fiscal assiste a tudo, sem contudo participar das operações, nem interferir nas críticas constantes dos apontadores, que procuram explicar que a presença de folhas e pedras atrapalham o trabalho das máquinas de despulpamento. Ao final da entrega do café de cada um, o apontador grita a quantidade de balaios e litros (que são calculados visualmente pelo apontador), e entrega os vales ao panhador. Nem todos conferem os vales, guardando-os imediatamente nos bolsos. Alguns panhadores, participam mais ativamente da medição, principalmente os residentes, gritando para o apontador a quantidade de café medido principalmente no momento de cálculo dos litros.

A operação deve ser feita rapidamente, pois o caminhão para, em média, a cada 4 "ruas" de café. Logo após a medição, cada trabalhador recolhe seus sacos, troca algumas idéias com os demais sobre o resultado de seu trabalho. O retorno à colheita é rápido.

Cada caminhão comporta cerca de 400 balaios de 60 litros, o que corresponde a 24 mil litros de café. Terminada a medição, o café é levado para o despulpador, onde iniciará seu processo de beneficiamento.

Na medição, o comportamento dos trabalhadores residentes e dos "bairianos" é visivelmente diferente. Os primeiros participam mais, controlam a verificação da quantidade, não aceitam descontos referentes a possíveis excessos de folhas e pedras, além de conferirem com cuidado os vales entregues. A volta ao trabalho é mais lenta. Se a medição assume um certo

clima de euforia entre os "baianos", entre os residentes a tendência é diferente, revelando uma certa apreensão e desconfiança.

O café depois de medido nas lavouras é transportado para ser lavado e despulpado numa fazenda distante cerca de 10 quilômetros da Santa Elisa. Os caminhões com suas respectivas equipes entregam o café ao responsável pelo despulpador, e retornam com café já lavado para ser secado novamente na Santa Elisa.

Introduzido num grande reservatório, o café é transportado através de condutores de água até o despulpador. Neste trajeto ele é lavado e separado de acordo com sua maturação. O café maduro, mais pesado, fica depositado no fundo dos reservatórios, juntamente com o verde, que apesar de ter o mesmo peso do maduro, não é despulpado pela máquina, que o rejeita posteriormente para um outro reservatório, motivo pelo qual recebe a denominação de "café de rejeito". O café já seco, de cor preta, fica boiando sobre as águas do reservatório, devido ao seu baixo peso. Tanto este, chamado "café bóia", quanto o de "rejeito", são armazenados em grandes armações de madeira, suspensas do chão, numa tal altura que caiba um caminhão por debaixo, para ser novamente transportado de volta à Fazenda Santa Elisa. O café maduro é todo ele seco e beneficiado nesta própria fazenda.

De volta à Santa Elisa, o "bóia" e o "rejeito" serão entregues no terreirão, onde durante cerca de 8 a 10 dias permanecerão sendo beneficiados.

O terreirão consiste em amplas áreas planas e cimentadas, onde o café é colocado para secagem. Divididos em pequenas áreas por muretas, tem à sua volta, 3 pequenos barracos para abrigarem seus trabalhadores, um galpão almojarifado, um grande galpão de máquinas e o escritório da fazenda.

No terreirão trabalham um encarregado da fazenda e cerca de 20 a 30 rapazes e meninos, designados para o trabalho na secagem. Nesse local não é permitido o trabalho de mulheres, como também nas máquinas de secagem, limpeza e classificação, onde o trabalho é exclusivamente masculino.

O terreirão é o único espaço onde moradores e "baianos" trabalham em conjunto. A turma de secadores é montada aproveitando meninos e rapazes que já tenham alguma experiência com este tipo de trabalho. Os escolhidos na turma do Norte, permanecem durante todo o período em que estiverem secando café, distantes cerca de 2 quilômetros do local onde seus parentes continuam alojados. O contato entre os que são designados para o trabalho no terreiro e seus parentes que continuam na colheita é feito apenas nos finais de semana. Apesar da separação dos rapazes de suas famílias, todos acham este trabalho mais vantajoso financeiramente, pois implica numa remuneração durante os 7 dias da semana, o pagamento de horas extras e uma gorjeta mais significativa ao final, além de terem a alimentação de graça e feita numa cantina menor, que atende apenas a turma do terreirão, dos caminhões e do escritório. Entre os moradores, a designação de um filho para este trabalho, apesar de representar o reconhecimento por parte da fazenda de que aqueles meninos já

se constituem trabalhadores individualizados, costuma gerar alguns protestos. Como muitos dos pais de família da fazenda desenvolvem atividades paralelas e complementares à "panha", a retirada de um menino ou rapaz deste trabalho familiar, afeta diretamente as possibilidades de produção do grupo, fazendo com que em certas famílias, a colheita fique restrita ao trabalho das mulheres e das filhas. Mesmo assim o trabalho no terreirão é considerado pelos próprios secadores como uma boa opção de trabalho, onde cada um pode ter o seu próprio ganho, além de se constituir num trabalho que permite a contínua brincadeira entre meninos e eventuais passeios de trator.

Vale aqui ressaltar que o terreirão se constitui no único espaço de trabalho onde a fazenda organiza turmas em que se misturam residentes e "bairanos", estando contudo limitada à presença de crianças e jovens do sexo masculino, sob a fiscalização de um empregado da fazenda. Para a fazenda, a separação das turmas é uma decorrência natural do fato de que cada trabalhador temporário deve estar sempre vinculado, no trabalho, ao seu turmeiro, responsável por tudo que aquele realiza durante a "panha". Entretanto, há também uma percepção entre todos os diferentes sujeitos que ali se envolvem na colheita de que, a melhor forma de se trabalhar é entre os iguais, aqueles que cada um já conhece, conseguem se comunicar com facilidade e portanto, produzir mais. Para a fazenda, a manutenção de turmas exclusivas constitui-se uma importante estratégia de manutenção de uma ordem produtiva. É justamente com a diminuição e controle dos espaços de relacionamento entre os diferentes grupos, o que a mistura de turmas poderia

proporcionar, que a fazenda garante a atenção exclusiva ao trabalho, fazendo com que cada turma não tenha controle objetivo sobre o trabalho da outra, impedindo assim a possibilidade de construção de qualquer rede de solidariedade entre os grupos, contra as condições de trabalho e pagamento a que estão expostos.

Colocado em áreas desocupadas, o café lavado é espalhado para iniciar a secagem ao sol que dura normalmente de 8 a 10 dias. Depois de descarregado dos caminhões, os secadores se utilizam de grandes rodos, chamados de "vaca", que presos por uma corda são puxados por um trator, ou por um trabalhador de porte físico maior, distribuindo o café uniformemente por toda a área desocupada. Durante este tempo de permanência sob o sol, o café é remexido constantemente, através de pequenos rodos, sempre no sentido de permanecer o maior tempo possível expostos à ação direta dos raios solares. Espalhados e remexidos durante o dia, o café é enfileirado ao entardecer, para evitar que a umidade da noite, ou mesmo a ocorrência de chuvas, possam umedecer todo o café exposto. Na ocorrência de chuvas, o café é amontoado e coberto por lonas de plástico.

Os instrumentos de trabalho utilizados no terreirão são: os balaies, pouco maiores que os de medição, os rodos e a "vaca". Todo o trabalho de transporte é feito manualmente, colocando o café dentro dos balaies, sem qualquer ajuda de enxadas ou pás, para não danificar os grãos.

O responsável pelo terreirão, controla todo o trabalho desenvolvido pelos secadores, deslocando pequenos grupos de trabalhadores de uma área para outra, de uma atividade para

outra, conforme as necessidades. O controle da secagem do café ao sol é feita visualmente, sem a presença de qualquer tipo de placas indicativas, obedecendo apenas à medição da umidade realizada diariamente em cada área. O café ao chegar tem cerca de 23% de umidade e dever ir para o secador mecânico com apenas 13%.

Quando atinge esse grau de umidade, o café é colocado na carroceria de um trator e transportado até à entrada do galpão das máquinas, onde passará por um novo processo de secagem.

O terreirão encerra um trabalho constante e dinâmico, que se estende durante toda a semana, num ritmo bastante acelerado, pois depois de colhido, o café, caso não seja processado no tempo correto, corre o risco de se perder.

Os secadores mecânicos, em número de 4, permanecem em funcionamento 24 horas por dia. Acionados por duplas de trabalhadores que se revezam em turnos de 24 horas, os secadores são responsáveis pelo término do processo de secagem, até se atingir a marca de 11% de umidade. Localizados num enorme galpão coberto, os secadores são de 2 tipos. Ambos ligados a uma fornalha que usa a própria casca do café como combustível, os secadores promovem a circulação do café, seja em sentido vertical, seja em sentido horizontal, pelo interior de suas estruturas metálicas. Durante um dia inteiro o café permanece circulando no interior destas estruturas metálicas aquecidas, até atingir o ponto necessário, sendo então depositados em grandes compartimentos chamados de "tulha", para igualar a secagem de todos os grãos.

O trabalho no secador é desenvolvido por duplas de

trabalhadores que devem manter as fornalhas aquecidas, os condutores que realizam a circulação do café desempedidos, e o controle da unidade. O local onde ficam instalados os secadores são abertos na sua parte dos fundos para permitir o constante abastecimento de casca de café. O frio e o barulho das máquinas são intensos e contínuos. Neste trabalho ocorre também a formação de duplas com trabalhadores volantes e residentes. Normalmente, os volantes escolhidos para o trabalho nas máquinas são pessoas que já revelaram aos administradores sua vontade de permanecerem na fazenda após o término da colheita.

Depois de secos e transportados por esteiras rolantes até a tulha, o café depois de algumas horas ali, passa pelo limpador, localizado no mesmo galpão. Transportado mecanicamente, é despejado em 2 grandes máquinas que possuem bandejas metálicas que permanecem constantemente em movimentos horizontais e em pequenas trepidações, que vão fazendo com que o café solte sua casca e uma película protetora, dividindo-se ao meio. Neste processo, também totalmente mecânico, apenas um trabalhador acompanha o trabalho das máquinas, realizando um controle de qualidade.

Ligado a este limpador, encontra-se o classificador, que, por meio de um mecanismo de peneiras de tamanhos diferentes vai separando os grãos em função de suas dimensões, até serem evacuados em compartimentos específicos, onde outros 2 trabalhadores ensacam, pesam, e classificam o café. Todo este trabalho é realizado num compartimento fechado, onde o barulho e a poeira são muito grandes. Recolhido em sacos de

linhagem, pesados e numerados, conforme sua classificação, e costurados, o café é empilhado para posterior transporte até o armazém localizado na cidade.

O limpador e o classificador funcionam durante o mesmo horário do terreirão, ou seja, das 7 às 16 horas, à exceção dos domingos. Tal e qual o preço do balaio colhido, o valor do dia de trabalho nestas funções são definidos após o início do mesmo, pelo administrador geral da Fazenda. Como em todas as atividades ligadas à colheita, os trabalhadores iniciam sua tarefa na espera que "coloquem o preço" em seu trabalho.

Cumpridas as tarefas de trabalho diárias, os trabalhadores volantes retornam a seus barracos, se envolvendo em atividades de lavação de roupa, reparo de objetos e utensílios, conversas em pequenos grupos, jogos de futebol e à noite, para alguns, a novela na TV do alojamento dos fiscais.

Ao retornarem das lavouras, a passagem pela cantina é obrigatória. Além de ficar ao meio do caminho entre as lavouras e os barracões, já recebem suas marmitas com o jantar.

Após o trabalho, a dimensão lúdica da convivência coletiva dos "baianos" continua sendo marcante. Se no trabalho as cantorias e brincadeiras estão presentes, agora elas se diversificam, sem a mediação do trabalho.

Enquanto as mulheres organizam o banho dos filhos menores, as demais crianças brincam. A não ser a bola e alguns carrinhos improvisados com latas de sardinha, compradas no armazém da fazenda, não existe qualquer brinquedo manufaturado, inclusive entre as crianças residentes. As brincadeiras tem

sempre o corpo da criança como instrumento e a fala como ordenadora. Muitos, no caminho de volta, passam por lavouras de cana, reservadas na fazenda para a alimentação do gado leiteiro. Chupar cana sentados na porta dos barracos é prática corrente ao final do dia.

A prática do futebol também é usual entre os adultos, não sendo, contudo, diária. Sua realização depende do horário em que retornam das lavouras. Durante o inverno, o dia escurece muito cedo nesta região. Por volta das 17:30, a luz já é bastante precária. No futebol acontece outro momento em que, moradores e volantes se misturam em práticas comuns. Seja formando times mistos, seja realizando desafios entre times próprios, o futebol parece se constituir numa situação social onde o jogo e as regras permitem uma interação social entre diferentes, impedida de ser realizada no trabalho.

O rádio, deixado nos barracos, é imediatamente ligado em volume alto. A música parece fazer parte, de forma imperiosa, de seus universos. A preferência é sempre pelas músicas "sertanejas", trilhas sonoras de novelas e mais marcante entre os "baianos". Nas casas dos moradores da fazenda a movimentação é mais discreta e voltada sempre para o seu interior.

Na medida em que vão tomando banho, começam a jantar, alguns dentro dos barracões, outros do lado de fora com as marmitas na mão. O movimento maior acontece ainda enquanto há luz do dia. Ao escurecer, os mais velhos e as crianças menores se recolhem.

Terminado o dia, os solteiros e crianças maiores

ainda circulam pela fazenda. Procuram assistir novelas na TV do alojamento dos fiscais, prática que é controlada pelos mesmos, ou se instalam ao redor de alguma fogueira para a última rodada de conversas do dia. Cada fogueira acesa na frente dos barracos tem um "dono", dependendo da relação com ele o acesso à mesma. Agrupados ao seu redor, num movimento curioso, a fogueira tal e qual às outras práticas reproduz as redes de interação. Agachados ou em pé, os trabalhadores vão circulando em torno da fogueira, para aquecerem seus corpos, gerando cenas interessantes, de grupos de 9 ou 10 pessoas, todas elas de costas uma para as outras, conversando animadamente, tendo a fogueira ao centro.

O jogo de cartas, principalmente o truco, apesar de não envolver a todos, é bastante usual entre os "baianos". O local para sua prática são os barracos de solteiros. Nesse jogo, as apostas envolvem cigarros de papel, sabonetes e pedaços de fumo de rolo. Somente os homens têm acesso ao jogo de cartas.

O consumo de álcool, proibido de forma incisiva pela fazenda, é realizado de forma dissimulada. Meio que organizados numa rede de cumplicidade, os mais aficcionados desenvolvem estratégias para a compra de cachaça num sítio vizinho, guardando-as escondidas no meio do mato. Em duplas ou pequenos grupos, se juntam em algum barraco, ou se dirigem ao local de esconderijo para beberem. Muitos, com medo de serem descobertos pelos fiscais, ou por limitação imposta pelos familiares, em função do risco de serem desligados da colheita, permanecem os 90 dias de contrato sem beberem. O que é logo compensado na primeira parada do caminhão na viagem de volta. Não

é difícil encontrar pessoas que chegam em seus povoados totalmente embriagadas. O beber álcool parece só se transformar em problema quando desafia as regras de comportamento impostas pela fazenda. Entre si, os "bairanos" parecem não condenar eticamente o consumo, desde que este não impeça o trabalhador de trabalhar, critério ordenador de boa parte de sua vida.

Aqui também é possível descobrir um outro espaço de convivência entre "bairanos" e residentes, onde as diferenças parecem ser suspensas. A busca do álcool é feita em conjunto. Conforme um dos trabalhadores volantes entrevistados, são os residentes que lhes ensinam onde acharem a cachaça. Diariamente, após o horário de serviço, um pequeno grupo de moradores e volantes se encontram na venda, para que, escondidos dos fiscais, possam beber e comer sardinha enlatada.

Além da bebida, encontros amorosos acontecem entre "moças solteiras" e os homens. É comum que cada turmeiro, ao organizar sua turma, escolha algumas mulheres que possam, como eles próprios dizem, lhes "servir". A prioridade é sempre dos turmeiros, fiscais e seus amigos. E o ato se consuma ou em barracos que, estrategicamente abrigam essas mulheres, ou em meio às lavouras. Esses encontros, além de não serem extensivos a todos os homens, não envolvem pagamento. As mulheres e moças de "programa" exigem apenas a presença de alguma bebida, normalmente a cachaça e o cigarro. Entre os residentes, as mulheres chegam a proibir seus maridos de circularem pela fazenda, receosas de encontros entre esses e as mulheres do norte, ou das filhas já moças com os rapazes solteiros.

Duas ou três vezes por mês, a fazenda realizava

seções de vídeo na Escola. Nessas ocasiões a presença dos baianos é muito grande. Os filmes preferidos eram os de lutas e aventuras, tendo Bruce Lee como o ator preferido. Comédias, principalmente com Mazzaropi, também eram muito requisitadas. As seções acontecem à noite e envolvem crianças, jovens e adultos. Apenas as mulheres com filhos muito pequenos e alguns velhos não as frequentam. Grande parte da platéia assiste aos filmes, em pé, comprimidos num pequeno espaço da Escola. Os filmes são comentados durante a jornada de trabalho do dia seguinte, gerando inclusive um grande mimetismo entre as crianças. A presença dos moradores nestas ocasiões se resumia à algumas crianças e jovens, todos, entretanto, do sexo masculino.

Durante a colheita, os moradores da fazenda não realizam festas, a não ser em casos esporádicos, e reduzem significativamente sua circulação pela fazenda. Fora do período da colheita é mais constante a organização de pequenos forrós, nas próprias casas. A Escola realiza durante essa época um bazar de roupas usadas, conseguidas através de doações na cidade. Essas roupas, vendidas para os baianos, são debitadas em suas contas correntes e a renda revertida para a própria escola. Este bazar se realiza sempre junto à festa de encerramento do semestre letivo, quando os alunos realizam uma quadrilha. Nestas festas, alguns trabalhadores volantes que frequentam as aulas durante o período de colheita, também participam de seus números ensaiados. A participação dos "baianos" também é garantida, apesar não ser do agrado de muitos residentes, principalmente as mulheres casadas, em função de terem suas qualidades como dançarinos,

reconhecidas e elogiadas pelos residentes.

A frequência de "bairanos" à escola noturna vem gerando uma evasão muito significativa dos moradores. Esses não admitem estudarem junto com os volantes. Durante alguns anos, a Escola proibia a presença daqueles nas salas de aula. Entretanto, suspensa esta proibição, cerca de 20 trabalhadores volantes passaram a frequentá-la, motivando a evasão quase que total dos moradores, no horário noturno.

Na festa da Escola, a presença de um sanfoneiro é muito festejada, e o ponto alto do evento é o forró. Desde crianças até pessoas mais velhas, são revelados um gosto e uma destreza muito grande no dançar, fato aliás verificado também entre os moradores. À cada música, pares se organizam para uma dança animada e com movimentos muito expressivos. Ao seu término, os pares se dissolvem rapidamente, voltando, mulheres e homens, para os cantos do recinto. A brincadeira de passar o chapéu, e assim fazendo, tomar o par feminino de um homem, é usual durante o forró. É interessante notar que, os residentes intercalam ao forró, músicas ao estilo "house music", dançadas por grupos de rapazes e moças. Enquanto os "bairanos" se mostram exímios dançarinos de forró, os moradores parecem fazer questão de exibirem números ensaiados. Na festa não é permitida a presença de bebidas alcoólicas, e as desavenças ou brigas são raras e logo resolvidas. Há um confronto que se resume à arena da pista de dança, onde cada grupo demonstra suas habilidades, entre seus próprios pares.

Uma ida à cidade é rara. A fazenda não autoriza e nem facilita, em termos de transporte, esse deslocamento.

Recusando a fazer vales e não colocando caminhões à disposição, residentes e "bairanos" vêem suas possibilidades de ida à cidade reduzidas. Somente durante a festa de Santo Antônio é que esta ida é facilitada. Mesmo assim, a não liberação de vales funciona como inibidor. Esporadicamente, um grupo de rapazes cotiza as despesas com o aluguel de um táxi para o retorno à fazenda. Os motoristas de táxi da cidade não aceitam, como o fazem com os moradores, que o valor da "corrida", em média 1/4 de um salário mínimo, seja debitada na conta corrente do usuário para posterior recebimento. A freqüência à cidade se limita, na maioria das vezes, às urgências médicas.

Quando instalados em barracões diferentes, ligados a turmeiros também diferentes, os amigos, parentes e compadres, costumam se visitar, o que acontece com mais freqüência aos domingos: trocam lembranças de seus povoados de origem, comentam os resultados obtidos na colheita e levam os afilhados para tomarem a benção dos padrinhos. Casos de doença são também motivo de visitas e longas conversas sobre o mal acometido.

Os volantes permanecem acordados até bem mais tarde que os moradores. Esses, por volta das 7 horas da noite, suas casas já estão com portas e janelas fechadas, restando um discreto ruído do rádio ligado, ou da televisão. Já os "bairanos" permanecem em volta das fogueiras, conversando dentro dos barracos, com rádios ligados em grande altura, até por volta das 10 horas da noite. Vez ou outra, alguém alfabetizado é chamado para ler algum livro ou revista para um grupo de amigos, que à sua volta escutam atentamente as histórias.

VI - A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO COMO DEFINIDORA DAS RELAÇÕES ENTRE OS GRUPOS

É possível afirmar, a partir dos relatos anteriores, que apesar dos residentes e "bairanos" se submeterem a um mesmo tipo de organização do processo produtivo instituído pela fazenda, normatizado através de regras, e mantido através da fiscalização ostensiva, cada grupo desenha e desenvolve um modelo de organização do trabalho que lhe é próprio. Se a fazenda, ao definir as normas que regem o processo produtivo também delimita possibilidades de ações e espaços diferenciados para cada grupo, os próprios trabalhadores estabelecem uma articulação diferenciada entre relações de trabalho e relações sociais em consonância com seus próprios códigos sociais, atribuindo significados singulares a partir de uma roupagem cultural que também se mostra diferente.

Existe uma padronização de condutas e normas técnicas, que são seguidos por todos os trabalhadores que participam da "panha" e que dizem respeito a uma adequação da força de trabalho ao ciclo produtivo do café. Assim, a busca da maximização da quantidade e qualidade do café colhido define a forma como o trabalho, tanto dos residentes quanto dos "bairanos" deve se desenvolver.

Entretanto, se a colheita, enquanto processo de trabalho se dá de forma padronizada, o significado deste trabalho para cada um dos grupos se mostra diferenciado, em função dos

diferentes papéis sociais que cada um desempenha¹.

Entretanto, se o trabalho é o mesmo, se o padrão de remuneração por produção é comum a ambos os grupos, a própria fazenda define normas que, para além das dificuldades de integração que a priori a própria identidade de cada grupo institui para o contato entre ambos, consolidam um modelo que aprofunda as diferenças entre os grupos. A separação das turmas, o sistema de pagamento, que inclui gorjetas para uns e para outros não, o controle das informações sobre o valor do balaio colhido, são práticas que asseguram um distanciamento entre moradores e "baianos", impedindo a construção de laços de solidariedade inter-grupais. A manutenção das diferenças entre os dois grupos no contexto da "panha", se mostra não só como decorrência de seus pertencimentos originais a contextos culturais diferenciados, mas também como estratégia de organização do trabalho, capaz de neutralizar qualquer emergência de organização e confronto por parte dos trabalhadores, às normas da fazenda.

As diferenças, por parte dos trabalhadores, decorrem da visualização de traços particulares da cultura que singularizam cada grupo (BARTH, 1969). Originários de contextos próprios, as diferenças são percebidas por estes dois grupos como diferenças que dizem respeito a um conflito de naturezas diferentes (FIGOLI, 1985), ou seja, que dizem respeito a um compartilhamento de valores culturais fundamentais, colocados em prática de tal forma que criam um campo de interações e

1. Essa questão será melhor trabalhada no próximo capítulo.

comunicações próprios, perpetuado pelas relações sociais e por meios biológicos.

A coexistência de modelos diferentes de organização do trabalho pelos próprios sujeitos, a despeito de uma mesma definição rotinizada desse mesmo trabalho por parte da fazenda, revela a possibilidade de coexistência de racionalidades diferentes, que estabelecem entre si relações de contato, caracterizando-se por seu aspecto estrutural, mas também conjuntural e relacional. A ação da fazenda, através de seu modelo de organização de trabalho, resulta na consolidação de um processo que, se não inaugura as diferenças, delimita as possibilidades de integração. Como veremos no próximo capítulo, existe uma percepção singular entre os residentes e os "baianos", no que se refere às suas próprias diferenças, ao trabalho na fazenda, ao significado que atribuem aos seus próprios grupos etc.

A separação das turmas de trabalho, afirmada pelos administradores como decorrência lógica de suas diferenças, se constitui também como forma que preserva as diferenças no lugar social que cada grupo ocupa na "panha", além de estruturar como prática que facilita o controle, a fiscalização e a produtividade. Os próprios trabalhadores afirmam ser a mistura de turmas algo que não faz sentido: "Aqui desde antigamente as turmas são tudo separado. Funciona melhor. É mais fácil de olhar

a panha. Eles já sabem o jeito de levar o povo, né ? " (C1)¹.

Outro dado interessante se refere ao fato de que a "panha" se caracteriza, e de resto toda a cafeicultura, por um baixo nível de divisão de trabalho e especialização, fazendo com que o trabalho da colheita possa ser rapidamente assimilado e desenvolvido por um iniciante. Entretanto, é curioso notar que apenas em duas situações específicas a composição de uma turma de trabalhadores pode se dar misturando residentes e "baianos". A primeira diz respeito às atividades de secagem e beneficiamento do café, onde o trabalho não é medido por produção. A outra situação limite, ocorre quando, em função de um excessivo atraso no desenvolvimento da colheita, e vencido o prazo para o retorno das turmas para São João da Ponte, resta à fazenda a alternativa de formar uma turma emergencial, com "baianos" que se dispõem a aumentar seu período de permanência para além dos 90 dias, e residentes que possam continuar na "panha" sem prejudicar as atividades pós-safra.

Se o fato das turmas trabalharem em separado obedece a uma percepção, tanto por parte dos administradores, quanto dos próprios residentes e volantes, de que as diferenças e características de cada grupo tornam lógica esta separação, é possível afirmar que as transformações operadas no interior da fazenda alteraram profundamente o lugar social de ambos os grupos

1. Veremos no próximo capítulo como essa separação se relaciona não só à percepção das diferenças entre os dois grupos, mas também a um dos requisitos primordiais da relação com o turmeiro que é o de conhecer e saber tratar sua turma.

durante a colheita. Essas mudanças, caracterizadas pela transformação do regime típico de colonato num sistema semi-assalariado, o aumento da quantidade de café plantado, bem como a alteração da sistemática de plantio, fizeram do trabalhador residente uma mão-de-obra que, durante a "panha" se mostra como complementar à mão-de-obra temporária.

Os princípios que organizam a "panha" na perspectiva da fazenda, se utilizam das diferenças culturais entre os dois grupos, num processo cujo resultado final é a tentativa de manter todos os grupos desinformados um sobre o trabalho do outro, desconectados em termos de laços de solidariedade e união, diminuindo o espaço para a emergência de contradições que possam se transformar, eventualmente, em conflitos, dadas as críticas que são feitas aos preços pagos pelo balaio colhido, a qualidade da comida etc. Dessa forma, a fazenda garante um processo de colheita, onde cada sujeito busca exclusivamente sua maior produtividade pessoal, limitando as práticas de solidariedade e união, aos grupos mais próximos, eximindo a fazenda de qualquer questionamento ou enfrentamento que possa alterar as "regras do jogo".

Decorre daí o fato de que relações mais efetivas entre residentes e "baianos" no trabalho, se restringirem a duas situações específicas. Elas se concretizam apenas, mas com limites, nas situações de festas e jogos, ou na prática de transgressões de regras, como no caso das bebidas. Isso acaba favorecendo a construção de uma relação marcada pela imagem idealizada com que cada um opera em relação ao outro, mas indica também que tais diferenças não se constituem, a priori, como

barreiras intransponíveis, mas que tornam-se impeditivos dado o contexto em estes sujeitos estão inseridos.

Se esse modelo atende aos imperativos das diferenças culturais entre os dois grupos, ele o faz se apropriando dessas diferenças, manipulando-as como estratégias que consolidam os interesses da fazenda como centrais ao processo. Em relação aos "baianos" a aparente prioridade dada a eles na execução da colheita, realiza na verdade um processo perverso de exploração do grupo, que busca uma produtividade que lhes assegure a permanência em seus contextos de origem. Em relação aos residentes, a "panha" reforça uma relação de trabalho híbrida, onde os trabalhadores assumem um papel que ora se caracteriza por se aproximar de relações assalariadas, ora reproduz o modelo do colonato.

A "panha" é pois, um processo que, mesmo vivido e concebido pelos dois grupos em função de um futuro que se quer construir ou garantir, consolida no presente os limites históricos a que cada grupo se viu exposto.

O futuro concebido por ambos os grupos não se refere a uma melhoria nas atuais condições oferecidas por este modelo, mas a sua utilização para a realização de sua negação. Para os residentes, uma ruptura em busca de uma idealizada autonomia como trabalhadores autônomos; para os "baianos", a construção de condições para voltarem a ser como eram: pequenos proprietários.

O trabalho na "panha" parece estruturar mais a negação do presente vivido por cada grupo, se apresentando como

alternativas localizadas. Para os "bairanos" trata-se de aproximar o presente vivido do passado atualizado pela memória. Já para os moradores, trata-se de apostar num futuro que sabem estar cada vez mais distante de suas possibilidades de construção.

Veremos no próximo capítulo, como a partir de uma dada forma de organização e ocupação do território da fazenda, representações são construídas para definirem, cada grupo a si próprio e ao outro, onde a "panha" constitui-se como um espaço no qual suas identidades se refazem de forma contrastiva e situacional.

CAPÍTULO 6

CAPÍTULO 6

TEMPO E ESPAÇO NA CONFIGURAÇÃO DAS IDENTIDADES

I - INTRODUÇÃO

No capítulo anterior, procurei compreender a questão da organização do trabalho na "panha" de café, explorando como cada grupo estudado se organiza e se localiza frente a essa questão, e como isso se relaciona com o problema central deste trabalho, qual seja, as identidades sociais de grupos diferentes, porém simétricos, em situação de contato.

Vimos como a identidade social é construída e exercitada através de noções de territorialidade e temporalidade que revelam corpos de conhecimento próprios e exclusivos a cada grupo. Nesse sentido, pertencer a um determinado grupo significa compartilhar um conjunto de representações fundantes da identidade, expressas e evidenciadas na auto-imagem, na lealdade com os iguais, na depreciação dos diferentes, na singularização das diferenças internas a cada grupo, na forma como concebem o passado, o presente e o futuro.

Uma das possibilidades de abordagem das categorias de tempo e espaço na Antropologia, foi desenvolvida por Evans-Pritchard, em seu clássico estudo sobre os Nuer. Aqui o autor sugere duas ordens ou dimensões de análise. A primeira, diz respeito à relação que sujeitos e grupos sociais estabelecem com o meio ambiente, em função das mudanças na natureza e as respostas que os homens dão a elas. Nessa dimensão, os pontos de referência para a medição do tempo e do espaço estão relacionados a um ciclo ecológico (EVANS-PRITCHARD, 1978:108). Esse ciclo,

marcado pela ocorrência de chuvas, a seca, o movimento dos corpos celestes etc, está, entretanto, intimamente ligado ao ciclo econômico: "É claro que, em última instância, a contagem do tempo ecológico é totalmente determinada pelo movimento dos corpos celestes, mas apenas algumas de suas unidades e notações baseiam-se diretamente nesses movimentos (por exemplo, meses, dia, noite e algumas partes do dia e da noite), e presta-se atenção e seleciona-se tais pontos somente porque são significativos para as atividades sociais. São as próprias atividades, notadamente as de tipo econômico, que constituem as bases do sistema e fornecem a maioria de suas unidades e notações, e a passagem do tempo é percebida na relação que uma atividade mantém com as outras." (Evans-Pritchard, 1978:115)

Nessa dimensão, tempo e espaço são marcados por mudanças naturais e a significação que estas possuem em relação às atividades humanas.

Uma segunda dimensão diz respeito ao que o autor chama de tempo estrutural e de espaço estrutural, ou seja, "um ponto onde podemos dizer que os conceitos de tempo cessam de ser definidos por fatores ecológicos e tornam-se mais determinados pelas inter-relações estruturais, não sendo mais um reflexo da dependência do homem da natureza, mas um reflexo da interação de grupos sociais." (Evans-Pritchard, 1978:118)

Aqui o tempo é contado a partir de situações, e acontecimentos, que se desenvolvem nos espaços sociais de cada grupo. O tempo assume nessa dimensão o caráter de um relacionamento estrutural que condensa relações simbólicas, e

que, portanto, é "relativo ao espaço estrutural, considerado em termos de localidade." (Idem:118)

Para os objetivos desse estudo, e considerando que os grupos estudados, apesar de serem agrupamentos de trabalhadores rurais tradicionais se inserem numa rede de trabalho definida por um modelo capitalista de produção¹, trataremos o tempo e o espaço de acordo com essa segunda dimensão, estando atento, entretanto, à integração que mantém com as determinações ecológicas.

Trata-se, portanto, de se pensar o tempo como uma configuração identificatória², ou seja, a construção e a vivência de uma identidade que se dá através da constituição de uma continuidade temporal. Para sua realização, os sujeitos recorrem à tradição, à semelhança, ao passado (DUARTE, 1986). Entretanto, não é o presente que se adequa ao passado, mas ao contrário, o passado que é atualizado, reinventado pelo presente, na tentativa de se construir as possibilidades de um futuro (CARNEIRO, 1978; WOORTMAN, 1990).

Nessa perspectiva, podemos nos indagar sobre que tempo a "panha" inaugura para moradores e "baianos". Enquanto uma construção simbólica, o que o "tempo da panha" revela de suas identidades em contato?

Além disso, a organização do espaço da fazenda configura-se como um território que organiza, estrutura e

1. Em sociedades de economia capitalista, há uma hegemonia da dimensão estrutural sobre a ecológica.

2. Ver Capítulo 1:39

perpassa as relações sociais que engendram as identidades tanto dos moradores como dos "baianos". Assim, o espaço se apresenta como uma espécie de cenário social onde os diferentes atores sociais criam e recriam as relações com seus iguais e com os "outros" participantes da colheita, e assim fazendo, refazem e atualizam suas identidades, tomadas aqui como fenômeno essencialmente contrastivo e relacional. Nesse sentido, tentaremos compreender também o espaço da "panha" em sua dimensão de representação, ou seja, enquanto territorialidade, expressa através de sentimentos comuns de pertencimento a um mesmo grupo.

O espaço geográfico e o espaço social constituem dimensões de uma mesma realidade, definida pelas representações e pela experiência vivida por cada grupo social. (Durhan, 1973:137) Assim, ser empregado de uma fazenda e ser trabalhador volante, consolida uma dada experiência de permanência e movimentação em universos sociais específicos, que são fundamentais para a compreensão das identidades. Em ambos os grupos, a questão da mobilidade espacial se relaciona intimamente, mesmo que de forma diferenciada, com os processos de reprodução social.

Além disso, a presença de trabalhadores volantes, sejam eles "bóias-frias" da própria cidade ou de povoados vizinhos ou migrantes temporários de locais mais distantes, esses últimos permanecendo durante boa parte da colheita na própria fazenda, somada ao volume e às características das atividades voltadas exclusivamente para a "panha", produzem uma grande transformação no cenário cotidiano daquele local.

Estas transformações dizem respeito não somente à uma organização do trabalho que se torna mais complexa, exigindo

maior número de atividades e trabalhadores, mas também se refere à transformação de um campo social em função de uma situação, a colheita, que introduz novos atores e altera as relações e interações cotidianas daquele contexto.

Nessa perspectiva, tempo e espaço podem ser lidos como trajetórias, que implicam permanências e deslocamentos, que agem sobre a relação que cada sujeito estabelece com o outro, com o diferente. (Carvalho, 1984; Silva, 1984)

Se as relações de trabalho estabelecidas no contexto da "panha" se baseiam, e até se utilizam, das diferenças entre os dois grupos, trata-se agora de perceber como estas relações delimitam um espaço social, onde além das diferenças genéricas, as diferenças internas a cada grupo se revelam e se mostram operativas.

Pelo que até agora foi exposto, podemos adiantar que a colheita, enquanto uma situação social, permite a compreensão de três ordens de questões relacionadas à identidade destes grupos. Em função de seu caráter cíclico, a "panha" oportuniza um tipo de experiência para os sujeitos que dela participam, onde o passado é atualizado tendo como parâmetros a experiência presente. Além desse aspecto, a "panha" age diretamente sobre o presente vivido, alterando as condições de vida e os processos de reprodução social de cada grupo, constituindo-se dessa forma em elemento conceitual importante na construção das concepções acerca de si e do outro. Por fim, durante sua realização, seus sujeitos arquitetam um futuro, fazendo emergir projetos que revelam a idealização de uma

situação social diferente da que se vive no presente - como é o caso dos moradores - ou a consolidação de um presente vivido que possa garantir sua proximidade do passado revisitado, como no caso dos "bairanos".

Vejamos como se dão estas questões.

II - O PRESENTE VIVIDO NO TERRITÓRIO DA FAZENDA, SEUS SUJEITOS E SUAS RELAÇÕES

II.1 - OS MORADORES

Como já foi citado anteriormente, a Fazenda Santa Elisa é organizada em 3 núcleos, distantes entre si de 2 a 3 quilômetros. Sua área central possui a mesma denominação de Santa Elisa, pois trata-se da primeira área construída quando do início da exploração e formação da fazenda, onde estão localizadas a sede, o escritório, o terreiro e os galpões para secagem do café. Moram neste núcleo 15 famílias, do total de 35 que ali residiam em 1990.

Os outros dois núcleos são chamados de Bananal, onde residem 14 famílias e Viveiro, compreendendo 6 outras famílias. O padrão de distribuição das casas em cada um dos núcleos guarda uma certa relação com a própria evolução da fazenda como um todo. Ou seja, na parte mais antiga, as casas formam o que até hoje é chamado de colônia, estando localizadas na área central, junto às demais benfentorias da fazenda. Nos demais núcleos, as casas formam pequenos aglomerados de

residências, mais dispersas e separadas, que foram sendo construídas em função da proximidade com as novas lavouras plantadas a partir dos anos 60¹.

Todas as casas são de alvenaria, seguindo a um padrão arquitetônico comum de sala, cozinha, e quartos, em número de 2 ou 3 no máximo. Os banheiros, até 1990, eram todos na forma de fossas secas localizadas nos quintais. Cada casa possui uma pequena área externa, onde os moradores constroem o paiol, para a armazenagem do milho, o chiqueiro para a engorda de porcos e uma horta.

As casas são servidas de água encanada, proveniente de minas localizadas na própria fazenda, e de luz elétrica. Na maioria delas há televisão e rádio, além de se encontrar, em algumas, geladeiras. Os residentes não pagam qualquer taxa de aluguel, água ou luz, e nem podem realizar alterações na estrutura física da casa. Se as residências vão gradativamente assumindo uma organização que caracteriza seus ocupantes - o tipo de ornamentação, a forma de se dispor do espaço útil, o tipo de móveis etc - não há uma efetiva apropriação do espaço.

Apesar de morarem nas mesmas casas há muitos anos, e conseqüentemente, marcarem com certa singularidade o espaço doméstico, não há uma autonomia, no sentido de dispôr deste espaço conforme necessidades e vontades próprias. A administração da fazenda faz questão de definir uma relação de dependência que caracteriza ser aquele espaço um espaço provisoriamente ocupado

1. Ver mapa da fazenda em anexo.

por cada família, mas que pertence de fato ao fazendeiro. Procurando tornar claro que os anos vividos na fazenda não asseguram qualquer direito sobre aquele espaço, percebe-se, por parte da administração, uma certa tolerância com a depreciação do patrimônio físico, o que, de certa maneira, parece querer revelar ao empregado sua condição temporária de morador, ou seja, como alguém que está na fazenda, mas não é de lá. A casa dos moradores revela uma forma de apropriação do espaço que, mesmo entre os que moram lá há muito tempo, se mostra provisória e submetida à administração da fazenda.

Também a distribuição dos moradores pelo território da fazenda, é definida pelo administrador e segue a uma lógica que prioriza a proximidade da casa com o trabalho do chefe da família. Para que se tenha uma idéia, os pais de noivos, às vésperas do casamento, submetem as datas de realização da cerimônia a uma definição por parte do administrador do local onde o casal poderá morar.

Seguindo a característica do campesinato brasileiro, as famílias da fazenda, fato também encontrado entre os "baianos", se organizam sempre de forma nuclear, não existindo, portanto, o costume de organização em famílias extensas¹. Cada casa, portanto, abriga sempre uma única família.

Outra característica da questão espacial na

1. Durhan afirma que a família extensa foi uma solução historicamente dada apenas entre os imigrantes estrangeiros, ou em situações em que se constituía como uma estratégia de conservação de propriedades economicamente auto-suficientes, localizadas em contextos de terras valiosas e escassas. (DURHAN, 1973:61).

fazenda é, como já afirmamos anteriormente, a proibição do acesso dos moradores às terras, com exceção do plantio consorciado de feijão. O plantio consorciado obedece sempre a um princípio de inter-beneficiamento entre as culturas intercalares, seja pelo trabalho que, realizado para uma cultura favorece a outra, seja pela própria ação de uma sobre a outra. Além dessa funcionalidade, o plantio consorciado realiza princípios éticos e valores culturais fundamentais para a identidade dos trabalhadores rurais. Sua proibição representa, além de uma opção técnica, maior quantidade de grãos e menor homogeneidade dos mesmos, uma opção política da fazenda em relação a seus empregados¹.

A distribuição das famílias no espaço da fazenda, além de atender à lógica da organização do trabalho, se constitui como instrumento de manutenção de uma ordem interna, sendo utilizada pela fazenda como instrumento tanto de punição quanto de premiação dos moradores. Os chefes de família que se desentendem com a administração, ou que se comportem de maneira que fira as regras de comportamento, são transferidos de um núcleo residencial para outro, a fim de serem privados de suas redes primárias de amizade e parentesco. As reclamações com relação ao serviço que é definido pela administração para ser realizado, ou em relação ao tamanho da tarefa ou preço do serviço, são motivos suficientes para que os administradores

1. No caso da Fazenda Santa Elisa, os benefícios de plantio consorciado para formação de lavouras sombreadas, são considerados de menor importância em relação ao aumento quantitativo de grãos que as lavouras expostas permitem.

transfiram determinadas famílias para áreas mais distantes, ou em piores condições de trabalho.

A escola, localizada no núcleo do Bananal constitui-se no único espaço coletivo e comunitário da fazenda. Localizada em seu centro geográfico, ali são realizadas reuniões, festas e missas, ora por iniciativa das professoras, ora por parte do fazendeiro - as reuniões para expor reclamações quanto à produtividade dos trabalhadores - ou quando este funcionava, pelo Projeto Santa Elisa¹. E ainda, pelos moradores, quando realizam suas festas ou rezas, já que reuniões nunca partem de sua iniciativa, o fazem em suas próprias casas.

É interessante notar que essa despersonalização do espaço se contrasta bastante com o fato de se encontrar ainda na fazenda um número muito grande de lavouras de café que foram batizadas com os nomes de seus antigos formadores². Na formação da fazenda, a relação do colono com aquele espaço era de outra ordem, chegando a criar laços de identificação com as lavouras que formava. Hoje, a renovação dessas lavouras, além de não se dar mais através de empreitadas, não é acompanhada do acesso às terras para plantio. Os moradores não possuem autonomia sequer

1. Ver Capítulo 3.

2. Das 39 lavouras existentes em 1990, cerca de 1/3 haviam sido batizadas pelos seus antigos formadores com seus próprios nomes. As demais faziam referências a determinadas características geográficas do local onde se localizavam ou a características das próprias lavouras. É interessante notar que, mesmo não sendo proprietários ou herdeiros da terra, os formadores tinham, além do direito de plantarem suas próprias roças, uma ascendência simbólica sobre a mesma, o que revela a presença de uma ética de reciprocidade.

sobre suas "próprias" casas, o que revela um significativo desenraizamento dos mesmos em relação à fazenda, resultado das transformações das relações e de seus papéis sociais na fazenda.

Mas se o território da fazenda constitui-se como espaço marcado pelo modelo em vigor de organização do trabalho, ele também revela a forma como estes moradores se apropriam desse espaço, transformando-o num elemento diferenciador e revelador de suas singularidades internas.

Uma primeira constatação diz respeito às redes de parentesco e compadrio.

QUADRO 6.1

Nº DE FAMÍLIAS RESIDENTES NA FAZENDA E OCORRÊNCIA DE RELAÇÕES DE PARENTESCO E COMPADRIO

Núcleos	Nº de famílias	com parentes da fazenda	com compadres na fazenda
SANTA ELISA	15	9 60%	12 80%
BANANAL	14	9 64%	12 86%
VIVEIRO	6	3 50%	3 50%
TOTAL	35	21 60%	27 77%

Das 35 famílias de residentes, 21 possuíam parentes e 27 estabeleciam suas relações de compadrio no interior

da própria fazenda. O que é interessante notar é que na Santa Elisa e no Bananal as relações de parentesco unem famílias de ambos os núcleos, havendo entretanto uma significativa ocorrência dessas relações no interior de cada núcleo. Já no Viveiro não existem famílias aparentadas entre si, em função de ali estarem localizadas 3 das 5 famílias de "baianos" que migraram definitivamente para a fazenda, além de ser utilizado como espaço para onde são transferidas as famílias punidas pela administração.

QUADRO 6.2

ESTRUTURA DAS REDES DE PARENTESCO E COMPADRIO		
FAMÍLIA	PARENTES	COMPADRES
SE 1	SE 5; SE 6; B 10; B 11; B 14	SE 6; SE 10; B 8; B 14
SE 2	B 7	SE 6, SE 9, SE 10, SE 13; B1, B7, B 8, B 13, B 14
SE 3	SE 9; SE 11; B 2	SE 9
SE 4	-----	-----
SE 5	SE 6; B 8	B 8
SE 6	SE 1; SE 5; B 10 B 11; B 14	SE 1; SE 2; SE 7; SE 8; SE 9; SE 10; SE 12; B 7

		B 8; B 14
SE 7	V 3	SE 6; SE 9; B 8
SE 8	-----	SE 2; SE 6
SE 9	SE 3; SE 11; B 2	SE 2; SE 6; SE 7; SE 8; B 8
SE 10	-----	SE 2; SE 6; SE 9 B 8; V 3
SE 11	SE 3; SE 9; B 2; B 9; V 2; V 4	SE 9
SE 12	-----	SE 2
SE 13	-----	SE 2
SE 14	SE 15	-----
SE 15	SE 14	-----
B 1	-----	SE 2; SE 6; B1; B7; B13; B14 V2

B 2	SE 3; SE 9; SE 11 B9; V4; V2	SE 6; SE 7 B1; B7; B13; B 14 V4
B 3	SE 3; SE 9; SE 11 B9 V2; V4	SE 7; SE 8; SE 12 B 1; B2; B4; B5; B6; B7; B13; B14; V3
B 4	-----	B3; B8
B 5	-----	B 3; B 6; B 8; B 10
B 6	B 13 B 11; B 14	B 3; B7; B13 B 8; B 14
B 7	SE 2	SE 2; SE 6; B 1; B 3; B6, B8; B14
B 8	SE 5	B 1; B2; B3; B5; B10; B13; B14; V3
B 9	SE 3; SE 9; SE 11 B 2; B 9; V 2; V 4	B 5; B 14
B 10	B11; B14 SE1; SE6	B 5; B 8; B 14
B 11	B 10; B 14; SE 1; SE 5	-----

B 12	-----	-----
B 13	B 6	B3; B5; B6; B8; B 14 V4
B 14	SE 1, SE 6; B 10; B 11	SE 1; SE 2; SE 6; B 2, B 7, B 13
V 1	-----	-----
V 2	SE 3; SE 9; SE 11 B2; B3; B9 V4;	B3; V4
V 3	SE 7	B 3; SE 10; SE 12
V 4	B2, B3, B9 SE 3, SE 9, SE 11 V2	B2; B3; B5
V 5	-----	-----
V 6	-----	-----

LEGENDA: SE: Família da Santa Elisa
B: Família do Bananal
V: Família do Viveiro

Se olharmos para as relações de compadrio, outra diferenciação se evidencia. Na Santa Elisa existe uma maior

sobreposição dessas relações com as de parentesco, o que sugere que nesse núcleo há uma prática mais exclusiva de formação de alianças e redes.

QUADRO 6.3
 SOBREPOSIÇÃO DE RELAÇÕES DE COMPADRIO E PARENTESCO
 ENTRE AS FAMÍLIAS RESIDENTES

	total de famílias	com parentes da fazenda	com compadres nas famílias aparentadas
SANTA ELISA	15	9	12
BANANAL	14	9	12
VIVEIRO	6	3	3
TOTAL	35	21	27

é possível afirmar que no geral, a fazenda se constitui num espaço social onde os moradores constroem suas relações de aliança através do casamento e compadrio (cerca de 60% das famílias possuem parentes e 77%, compadres), mas que essas redes atendem às diferenças internas resultantes do processo de ocupação da fazenda. A Santa Elisa, por ser o núcleo mais antigo, parece estar mais voltada para si própria, estabelecendo uma relativa continuidade entre parentesco e compadrio, o que na verdade revela uma certa estratégia de

reprodução social mais exclusiva.¹

Se os moradores possuem entre si relações de parentesco e compadrio, essas, entretanto, são insuficientes para dar origem a grupos sociais mais bem definidos e permanentes, pois estão sempre marcados por contingências e conjunturas que são mais fortemente definidoras da localização de cada um no interior da fazenda. Nesse aspecto, pode-se afirmar que o parentesco na fazenda define um sistema de relações preferenciais que não chegam a definir grupos sociais necessários².

Se olharmos para os dados referentes ao local de origem desses trabalhadores residentes, verificamos que, entre os maiores de 20 anos de idade, 51% eram originários do próprio município de Santo Antônio do Amparo, sendo que desses, 20% haviam nascido na própria fazenda. Outros 37% eram de municípios vizinhos, sendo que dentre estes havia um número expressivo de "baianos" de São João da Ponte.

1. ARANTES NETO (1982) afirma que "diversos autores que trabalharam em perspectivas bastante diversas da que apresento neste trabalho, dedicaram muitas páginas para mostrar justamente que as relações rituais não são nada mais do que imagens do parentesco no sentido de se constituírem segundo este modelo, o conteúdo das relações entre padrinho e afilhado duplicando o da relação de filiação e o da relação entre compadres reproduzindo o da relação entre irmãos. Entretanto, aprofundando um pouco mais a observação, fica claro que, quando um parente se torna parente ritual, em qualquer posição que ele se encontre no sistema de compadrio, o vínculo anterior passa a ser definido em outros termos. Por exemplo, nas formas de chamamento e referência, usa-se preferencialmente a nova terminologia; do ponto de vista das prestações materiais entre parentes, tornam-se preferenciais aqueles com os quais se possui laço de compadrio, e assim por diante."

2. Durhan chega a afirmar que o parentesco e o compadrio criam relações permanentes, mas que são mais virtuais que reais. (DURHAN, 1973:74)

QUADRO 6.4

LOCAL DE NASCIMENTO DOS MORADORES MAIORES DE 20 ANOS (INCLUSIVE)

Município de Santo Antônio do Amparo	TOTAL		HOMENS		MULHERES	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Na cidade	10	11,4	5	-	5	-
Povoados/fazen.	17	19,3	9	20,5	8	18,2
Faz. Sta. Elisa	18	20,5	6	-	12	-
Subtotal	45	51,1	20	45,4	25	56,8
Outros municípios						
S. João Ponte	18	20,5	9	20,5	9	20,5
S. João D'El Rey	4	4,5	2	4,5	2	4,5
Oliveira	4	4,5	2	4,5	2	4,5
Bonsucesso	2	2,3	1	2,3	1	2,3
Santana Jacaré	2	2,3	1	2,3	1	2,3
Campo Belo	1	1,1	0	-	1	2,3
Ibituruna	1	1,1	1	2,3	0	-
Piracema	1	1,1	1	2,3	0	-
Subtotal	33	37,5	17	38,7	16	36,4
Sem informação	10	11,4	7	15,9	3	6,8
TOTAL	88	100,0	44	100,0	44	100,0

Quanto às diferenças entre homens e mulheres, percebemos que as últimas representam o maior percentual de nascidos na própria fazenda, o que revela um certo padrão de reprodução familiar típico de zonas rurais, onde o homem é sempre o elemento que migra mais.

Quanto à essa relativa heterogeneidade das origens entre os moradores, esses afirmam haverem outras diferenças que se revelam no relacionamento que estabelecem entre si:

"O pessoal da Santa Elisa é separado do Bananal em certas coisas. Às vezes um morador do Bananal não quer morar na Santa Elisa, sendo que é da mesma fazenda. O da Santa Elisa não quer ir para o Bananal. Você entra num caminhão aqui pra ir na cidade e o pessoal da Santa Elisa fica mais junto. O pessoal do Viveiro são os mais isolados. E existe aquele negócio. Se vai fazer uma festa aqui, o pessoal do Bananal fala assim: "ah... devia fazer festa aqui no Bananal." Teve uma época que tinha até dois times de futebol. Tinha até rixa. Eu já vi até o pessoal reclamar que o salário deles era menor que os da Santa Elisa." (C1)

É importante ressaltar que, se os moradores continuam estabelecendo suas alianças através do casamento e do compadrio prioritariamente no interior da fazenda, essas alianças não consubstancializam redes e coalizões capazes de fortalecê-los para o enfrentamento das transformações que a fazenda vem operando em seus lugares sociais. Assim, a solidariedade interna é frágil e insuficiente para consolidá-los enquanto grupo capaz de enfrentar "politicamente" os administradores¹.

A própria prática da "troca-de-dia", usual na época do colonato e até posteriormente, por volta do início dos

1. "Aqui é cada um pra si. União aqui é difícil. Porque, eu não sei, mas eu acho que continua aquele medo ainda. Tem determinados empregados da fazenda, que o administrador fala assim com ele: "olha, eu pago você tanto pra você não reclamar, não servir de exemplo pros outros." (C1)

anos 80, caracterizava um sentimento de igualdade e união que implicava numa reciprocidade, fato que hoje não se realiza, seja pela proibição da fazenda, no intuito de se impedir que redes de solidariedade locais sejam reconstruídas, seja pela desarticulação dessas redes entre os próprios moradores:

"Aqui toda vida teve. Agora eles tão cortando tudo. Quem tem um feijão, é só o dono sozinho que pode plantar, capinar e colher."
(BC2)

Se a "panha" não altera a localização dos moradores no espaço da fazenda, ela provoca uma significativa diminuição na circulação dos mesmos, em função da presença dos "bairanos". Várias mulheres proibem seus maridos de saírem à noite de casa, receosas do contato desses com as mulheres solteiras que migram nas turmas de volantes. A frequência na escola e nas projeções de filmes se altera pela presença dos "bairanos", que, em número bem maior que os moradores, se espalham pela fazenda.

Em decorrência do tipo de participação que os residentes desenvolvem na colheita, o processo da "panha", apesar de não alterar sua localização espacial e, de certa forma, se caracterizar por uma permanência das atividades comuns à época da entressafra, aprofunda, contudo, uma auto-percepção onde cada vez se distanciam e se desterritorializam daquele lugar. As representações que emergem sobre a fazenda, suas relações com os "bairanos", seu próprio destino enquanto grupo social, são sempre marcadas por uma visão que nega àquele espaço a possibilidade de se reconstituir como espaço estruturante de suas identidades¹.

1. Essa questão será melhor explicitada à frente.

II.2 OS "BAIANOS"

Para os "bairanos" a "panha" representa um processo de deslocamento espacial significativo, posto que viajam cerca de 700 quilômetros até a fazenda, estranham as diferenças climáticas, se vêem privados de seus espaços domésticos etc. Entretanto, esse deslocamento é relativizado pelas normas internas que regem a própria organização das turmas, além de ter em sua base um projeto de viabilização de sua permanência em seus contextos de origem. Paradoxalmente, os "bairanos" parecem mais territorializados na "panha" que os próprios residentes, mesmo estando distantes de seus contextos sócio-culturais. Vejamos como isso se dá.

Após o pagamento do adiantamento feito pelo turmeiro, cada trabalhador volante passa a aguardar a notícia da data de embarque para Santo Antônio do Amparo. Enquanto esperam, os "bairanos" ultimam seus preparativos, o que normalmente envolve o pagamento de dívidas no comércio local, e os últimos tratos nas lavouras plantadas em suas próprias terras ou através de arrendamento em terras de criadores de gado.

Em função da não obediência às normas de transporte de trabalhadores definidas pelo Ministério do Trabalho, a viagem tem início sempre ao final do dia, para que o caminhão possa vencer boa parte do percurso durante a noite, evitando assim a fiscalização. Até 1990, o transporte dos "bairanos" era feito em um caminhão de carga, onde se colocavam

tábuas para servirem de bancos e uma lona como cobertura¹.

A viagem é motivo de muitas reclamações e temores por parte dos "baianos". Não só o desconforto, mas também o medo de acidentes dominam os trabalhadores².

Como parte do "trato", o volante é buscado e depois levado às proximidades de sua residência, nos diferentes povoados do município. Uma das maiores responsabilidades do turmeiro é zelar para que os motoristas da fazenda não rompam com esta combinação, se recusando a passar por caminhos que mal conhecem, ou se indispondo com os viajantes. Chegada a data da viagem, os volantes vão se reunindo com seus pertences em algum local previamente marcado no centro dos povoados à espera do caminhão. Os que moram em locais mais distanciados e isolados, são buscados na porta de suas casas. Parentes e amigos que permanecem em São João da Ponte, interrompem o dia de trabalho para se despedirem e verem o "caminhão da fazenda" partir. Apesar da migração temporária ter se incorporado àquele contexto, cada partida de um caminhão se constitui num evento que mobiliza a todos, tanto os que viajarão quanto os que ali permanecerão.

1. Essas normas exigem que o transporte seja feito em ônibus de viagem.

2. "Eu de minha parte e de minha gente, foi uma viagem ruim, porque foi muito apertada. O caminhão veio um tumulto de gente. As crianças vieram muito sofridas demais. Eu trouxe meu menino de lá aqui no colo." (B3)

"A viagem dá medo na gente. Eu tenho medo de morrer na estrada, a gente tem medo de chegar aqui e os meninos adoecerem. Eu fico em tempo de endoidar. No caminhão eu fico só olhando os pneus..." (B14)

Na chegada à fazenda, os "bairanos" estão desfigurados pelo cansaço da viagem. No caminhão, os sacos de linhagem onde carregam a bagagem estão misturados e espalhados por toda a carroceria. À medida em que descem do caminhão, os volantes vão formando uma fila para serem cadastrados e receberem suas carteirinhas, colchões, marmitta e talher.

Em 1990, os 396 "bairanos" que migraram para a Santa Elisa eram provenientes de 22 localidades diferentes, entre distritos e povoados, havendo inclusive trabalhadores que nascidos em São João da Ponte, moravam ultimamente em São Paulo e Montes Claros. Esta diversidade de origens, se é inoperante para a forma como os moradores os percebem, pois todos são chamados de "bairanos" de forma indistinta, é contudo fundamental na forma como esse grupo concebe suas singularidades internas. Entre estes, como veremos mais à frente, a percepção da homogeneidade está sempre relacionada à questões de consangüinidade, experiências comuns e pertencimento a um mesmo contexto.

QUADRO 6.4

LOCAL DE ORIGEM DOS TRABALHADORES VOLANTES DO NORTE - 1990

LOCAL DE ORIGEM	Nº	%
Varzelândia	85	21,5
São João da Ponte	77	19,4
Olímpio Campos	74	18,7
Condado do Norte	27	6,8
Aparecida do Mundo Novo	27	6,8
Simão Campos	21	5,3
Lagoa de São João	19	4,8
Montes Claros	13	3,3
Assa-Peixe	13	3,3
Lontra	10	2,5
Ribeirão do Ouro	5	1,3
Imbaúba	4	1,0
Ribeirão do Arapuim	4	1,0
Mamonas	4	1,0
São Paulo	3	0,8
Canabrabal	2	0,5
Olho D'Água	2	0,5
Bom Jardim	2	0,5
São Pedro das Garças	1	0,3
Porteirinha	1	0,3
Capitão Enéas	1	0,3
Laranjeira	1	0,3
TOTAL	395	100,0

Na Fazenda Santa Elisa existem 7 barracões para alojarem os trabalhadores volantes. Distribuídos em 3 locais diferentes e relativamente distanciados entre si, os barracões são construções de alvenaria, cobertos por telhas de amianto, e pintados de branco. Localizam-se entre as casas dos colonos, havendo contudo uma independência de acesso a cada um.

O barracão é uma construção retangular, formada por 8 a 10 barracos independentes e separados por paredes de cerca de 3 metros de altura. Não há forro e o chão é de terra batida.

Existem 2 tipos de barracos. Os de dois cômodos, constituídos de quarto e cozinha, e os de 3 ou 4 cômodos, onde o número de quartos é maior. Os do primeiro tipo abrigam uma única família, e os outros são destinados a 2 ou 3 famílias ou grupos de trabalhadores solteiros sem família.

A cozinha possui um fogão à lenha, geralmente desativado e em péssimas condições de conservação. Normalmente, esse cômodo também é utilizado como quarto, já que não é permitida a utilização do fogão à lenha, tendo em vista que, em sua maioria, os volantes se alimentam da comida fornecida pela cantina da Fazenda. As necessidades de se esquentar água para dar banho nas crianças menores, feitura de mamadeiras e mesmo reaquecimento das marmitas, são feitas em pequenos fogareiros improvisados no chão.

Os quartos possuem camas do tipo beliche, de 3 ou 4 andares, feitas de troncos de pequenas árvores, fincados no chão e unidos por pregos ou amarradas. Os estrados das camas são

feitos de pedaços de bambu, em cima dos quais se colocam os colchões recebidos quando da chegada à Fazenda. Estes colchões são espumas de mais ou menos 20 a 30 milímetros de espessura.

Cada quarto comporta cerca de 2 beliches, totalizando de 6 a 8 camas, em seus 3 metros quadrados. Não existe qualquer outro tipo de mobiliário nos barracos, fazendo com que as camas sejam também utilizadas para guardar seus pertences (roupas, bolsas, sapatos etc.). Os fogões se transformam em prateleiras onde são colocados os vasilhames recebidos, marmitta, colher, caneca, e alguns pertences trazidos de suas casas.

Não é raro encontrar barracos onde crianças e adultos dormem numa mesma cama. Não existem camas de casal.

Em cada barraco existe um ponto de luz com lâmpada, não havendo, contudo, tomadas.

Distribuídos um ao lado do outro, cada barraco possui um entrada própria. Em seu interior não existem portas, sendo as divisões de um quarto a outro feitas por panos improvisados. As janelas, uma em cada barraco, dão sempre para os fundos dos barracões. Existem, entretanto, quartos sem janela.

Do lado de fora, os barracões possuem 1 privada e 2 banheiros, construídos em anexo, aproveitando sua parede externa. Cada banheiro possui um chuveiro sem eletricidade e a privada, do tipo fossa seca, um vaso sanitário com descarga. A água que serve aos banheiros e privada vem diretamente de minas, e armazenadas em pequenas caixas d'água de 1000 litros. Não há qualquer tipo de tratamento da água e seu abastecimento é

continuamente interrompido, em função de rompimentos nas mangueiras que fazem a ligação com as minas. As privadas, por serem construídas como fossas secas, são interditadas tão logo preenchidas suas capacidades, gerando entupimentos, transbordamento de fezes e um mal cheiro constante.

Enquanto há água nos banheiros, a grande maioria dos volantes os utiliza para seus banhos. Nas constantes interrupções de fornecimento de água, o banho passa a ser uma prática esporádica para muitos, obrigando jovens e crianças a se banharem numa das represas da Fazenda, e os demais em bacias trazidas ou tomadas por empréstimo. Nesse caso os "baianos" buscam água nas minas.

A área de frente dos barracões é de uso coletivo, onde normalmente seus ocupantes permanecem, conversando ou brincando, no caso das crianças. As marmitas e roupas são lavadas em torneiras, colocadas na lateral externa dos barracos. Muitos entretanto, preferem lavar as roupas em pequenos poços distanciados dos barracões. Alguns se utilizam dos banheiros para fazê-lo. Como varal, utilizam as cercas de arame farpado mais próximas.

Cada um é responsável pela manutenção da ordem e da limpeza de seus respectivos barracos, não havendo entretanto, responsabilidade localizada, pela limpeza da área coletiva. Sua conservação, quando feita, se dá por iniciativas esporádicas e individuais, ou por ordem do fiscal ou dos administradores. Em consequência existe sempre muito mato e lixo em torno dos barracões.

Em algumas paredes internas e externas, os

trabalhadores fazem desenhos e escrevem frases, utilizando-se de pedaços de carvão para realizá-los. Os desenhos, em sua maioria, retratam pessoas e situações de trabalho. Os escritos são frases de músicas e pensamentos.

A despeito de estarem instalados durante 3 meses num espaço que em nada se aproxima de suas casas, os "bairanos", procuram reproduzir, mesmo que parcialmente, as relações sociais que caracterizam sua vida em São João da Ponte.

Devido à falta de comunicação e transporte no interior do próprio município de São João da Ponte, os contatos entre os "bairanos" de locais diferentes, é muito reduzido, existindo, quase que exclusivamente, entre os moradores de um mesmo povoado. Os diversos povoados do município possuem uma dinâmica social muito própria, apesar de não se diferenciarem fundamentalmente. Há uma predominância de grandes fazendas de gado e pequenas propriedades rurais destinadas à agricultura de subsistência. Os contatos com a sede do município se limitam às necessidades de acesso aos serviços públicos, e a compras esporádicas. Não existe mercado ou feira que reúna os pequenos produtores.

Originários de locais diferentes e sem comunicação entre si, os "bairanos" desenvolvem estratégias complementares para se localizarem no espaço da fazenda.

A princípio, assumem a identidade atribuída pelos moradores e administradores da fazenda, que os classifica genericamente de "bairanos". Ser "bairano" nessa acepção é ser do norte, próximo ao estado da Bahia, e a eles se assemelhar na

maneira de falar. Apesar de não concordarem com esta atribuição de identidade - pois afirmam morar tão longe da Bahia quanto de Santo Antônio do Amparo - os "baianos" assumem esta identidade de maneira circunstancial e estratégica. Na situação de contato com os moradores, os trabalhadores volantes suspendem transitória e parcialmente suas diferenças internas. Se essa suspensão advém da imposição de um dado modelo de organização do trabalho, ela também é por eles manipulada a fim de se garantir certos "direitos" ou vantagens em relação aos moradores (acesso imediato à colheita, gratificação ao final etc)¹.

No contexto da Fazenda Santa Elisa, os "baianos" transformam circunstancialmente suas diferenças em padrões homogeneizantes, mas não de maneira irreversível ou totalizante, como sugerem os estudos sobre identidade étnica entre índios em contato. Se, por um lado, acatam esta denominação enquanto adscrição que lhes garante condições mais favoráveis para suas inserções na "panha", de outro lado desenvolvem mecanismos, no interior de seu próprio grupo, a fim de garantir a reprodução de seus próprios padrões de relacionamento. Paradoxalmente, tal e qual Fígoli identifica entre os índios do Vale do Rio Negro, os "baianos" são "vítimas" da definição do contexto para onde migram, mas fazem dessa uma espécie de núcleo ideológico capaz de mobilizar seus portadores em função de seus interesses.

(FÍGOLI, 1985)

1. "Eu fico aqui na fazenda uma parte do ano. Depois eu fico com saudades do meu pessoal, aí eu vou fico um tempo e volto com a turma na época da safra. Eu volto com eles porque se eu ficar aqui eles me poe para trabalhar com esse povo da fazenda e esse pessoal da fazenda ganha muito pouco." (B8a)

Apesar de serem homogeneizados sob a denominação de "baianos", tanto pela administração da fazenda, quanto pelos moradores, esses trabalhadores colocam em prática certas regras que objetivam a reprodução na fazenda, de suas redes sociais primárias e de suas diferenças.

Num primeiro plano, o próprio turmeiro, ao se especializar em arregimentar turmas em locais determinados, garante um certo padrão homogêneo em sua composição. Essa prática, além de revelar uma certa lógica que facilita tanto a contratação quanto o transporte, faz com que os "baianos" permaneçam, mesmo nos contextos de migração, inseridos em algum nível em suas redes locais de amizade, parentesco e compadrio.

QUADRO 6.6

LOCAL DE ORIGEM DAS TURMAS DE TRABALHADORES (TODAS AS IDADES)

	MILTON		SEBASTIÃO		CERVINO		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Varzelândia	60	30,0	25	18,8	0	-	85	21,5
S. João da Ponte	26	13,0	12	9,0	39	61,9	77	19,4
Olimpio Campos	14	7,0	60	45,1	0	-	74	18,7
Condado Norte	0	-	27	20,3	0	-	27	6,8
Ap. Mundo Novo	27	13,5	0	-	0	-	27	6,8
Simão Campos	21	10,5	0	-	0	-	21	5,3
Lagoa S. João	9	4,5	0	-	10	15,9	19	4,8
Montes Claros	13	6,5	0	-	0	-	13	3,3
Assa-Peixe	13	6,5	0	-	0	-	13	3,3
Lontra	0	-	0	-	10	15,9	10	2,5
Ribeirão Ouro	5	2,5	0	-	0	-	5	1,3
Imbaúba	0	-	4	3,0	0	-	4	1,0
Rib. Arapuim	0	-	4	3,0	0	-	4	1,0
Mamonas	4	2,0	0	-	0	-	4	1,0
São Paulo	3	1,5	0	-	0	-	3	0,8
Canabrabal	0	-	0	-	2	3,2	2	0,5
Olho D'Água	0	-	0	-	2	3,2	2	0,5
Bom Jardim	2	1,0	0	-	0	-	2	0,5
S. Pedro Garças	1	0,5	0	-	0	-	1	0,3
Porteirinha	1	0,5	0	-	0	-	1	0,3
Capitão Enéas	1	0,5	0	-	0	-	1	0,3
Laranjeira	0	-	1	0,8	0	-	1	0,3
TOTAL	200	100,0	133	100,0	63	100	396	100,0

Além disso, é regra entre turmeiros e volantes que os caminhões devam transportar, em cada uma de suas viagens, apenas os trabalhadores de uma mesma turma. Somente ao final da "panha", no retorno às suas casas, é tolerável a mistura de turmas em um mesmo caminhão.

Se as turmas de trabalhadores moradores e volantes não se misturam durante o trabalho, os "baianos" também não organizam turmas com trabalhadores vinculados a turmeiros diferentes. O que pode, eventualmente ocorrer, é a cooptação de um trabalhador de uma turma para outra, o que gera alguns conflitos.

Outra regra operante nesse sentido diz respeito ao padrão de distribuição dos "baianos" no espaço da fazenda. Analisando a composição dos alojamentos de "baianos", percebe-se que, em cada um dos barracões a eles destinados, existe sempre a predominância de trabalhadores pertencentes a um mesma turma. Dos 7 barracões de famílias de "baianos", 4 alojavam trabalhadores de um único turmeiro. Os outros 3 comportavam uma proporção de 3/4 de pertencentes à mesma turma. Somente em um único barracão destinado aos volantes que trabalham no terreirão é que se encontra um padrão diferenciado.

QUADRO 6.7

AGRUPAMENTO DAS TURMAS DE TRABALHADORES VOLANTES

NOS BARRACÕES DA FAZENDA - 1991

Turmeiro	MILTON		SEBASTIÃO		CERVINO		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Barracão								
nº 01	0	—	30	100,0	0	—	30	100,0
nº 02	0	—	29	100,0	0	—	29	100,0
nº 03	0	—	14	100,0	0	—	14	100,0
nº 04	0	—	38	100,0	0	—	38	100,0
nº 05	9	24,3	0	—	28	75,7	37	100,0
nº 06	66	73,3	0	—	24	26,7	90	100,0
nº 07	96	90,6	0	—	10	9,4	106	100,0
Viveiro	23	88,5	3	11,5	0	—	26	100,0
SE 01	0	—	14	93,3	1	6,7	15	100,0
SE 02	1	50,0	1	50,0	0	—	2	100,0
SE 03	5	83,3	1	16,4	0	—	6	100,0
não localiz.	0	—	3	100,0	0	—	3	100,0
Total	200	50,5	133	33,6	63	15,9	396	100,0

Considerando a origem de cada um dos trabalhadores, percebe-se, por um lado, que em cada barracão existe sempre uma incidência significativa de pessoas de um mesmo local. De outro, quando colocados em barracões diferentes, esses são vizinhos e próximos um ao outro.

QUADRO 6.8
DISPERSÃO DOS TRABALHADORES VOLANTES DO NORTE PELOS BARRACÕES - I

	B 1		B 2		B 3		B 4	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Varzelândia	06	7,1			7	8,2	11	12,9
S. João da Ponte	08	10,3						
Olímpio Campos	12	16,2	28	37,8	7	9,5		
Condado Norte							23	85,2
Ap. Mundo Novo								
Simão Campos								
Lagoa S. João								
Montes Claros								
Assa-Peixe								
Lontra								
Ribeirão Ouro								
Imbaúba	4	100,0						
Rib. Arapuim					4	100,	4	100,0
Mamonas								
São Paulo								
Canabrabal								
Olho D'Água								
Bom Jardim								
S. Pedro Garças								
Porteirinha								
Capitão Enéas								
Laranjeira			1	100,0				
TOTAL	30	7,6	29	7,3	14	3,5	38	9,6

DISPERSÃO DOS TRABALHADORES VOLANTES DO NORTE PELOS BARRACÕES II

	B 5		B 6		B 7		viveiro	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Varzelândia			5	5,9	50	58,8	5	5,9
S. João da Ponte	32	41,6	29	27,7				
Olímpio Campos					16	21,6	3	4,1
Condado Norte								
Ap. Mundo Novo			27	100,0				
Simão Campos			7	33,3			14	66,7
Lagoa S. João					19	100,		
Montes Claros			5	38,4	4	30,8	4	30,8
Assa-Peixe					13	100,		
Lontra	5	50,0	5	50,0				
Ribeirão Ouro			3	60,0				
Imbaúba								
Rib. Arapuim								
Mamonas					4	100,		
São Paulo			3	100,0				
Canabrabal			2	100,0				
Olho D'Água			2	100,0				
Bom Jardim			2	100,0				
S. Pedro Garças								
Porteirinha								
Capitão Enéas								
Laranjeira								
TOTAL	37	9,3	90	22,7	106	26,7	26	6,6

DISPERSÃO DOS TRABALHADORES VOLANTES DO NORTE PELOS BARRACÕES III

	SE 1		SE 2		SE 3		Nº Loc.	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Varzelândia	1	1,2						
S. João da Ponte	2	2,6	1	1,3	2	2,6	3	3,9
Olimpio Campos	8	10,6						
Condado Norte	4	14,8						
Ap. Mundo Novo								
Simão Campos								
Lagoa S. João								
Montes Claros								
Assa-Peixe								
Lontra								
Ribeirão Ouro							2	40,0
Imbaúba								
Rib. Arapuim								
Mamonas								
São Paulo								
Canabrabal								
Olho D'Água								
Bom Jardim								
S. Pedro Garças							1	100,0
Porteirinha								100,0
Capitão Enéas							1	100,0
Laranjeira								
TOTAL	15	3,8	2	0,5	6	1,5	3	0,9

Como se pode perceber, apesar de descontextualizados, os "bairanos" procuram transformar a fazenda em um território onde sejam garantidas relações identificatórias mínimas, a fim de se assegurar uma reconstituição do que a migração, temporariamente, fraciona, e assim lutarem para a realização de seus projetos.

III - O PASSADO E O PRESENTE REVISITADOS NO CONTEXTO DA "PANHA"

III.1 - A "LEITURA" DOS MORADORES

Entre os moradores maiores de 20 anos, mais da metade residiam na fazenda há pelo menos 9 anos, sendo que cerca de um terço desse total ali trabalhava há mais de 15 anos.

QUADRO 6.9

TEMPO DE RESIDÊNCIA DOS MORADORES MAIORES DE
20 ANOS (INCLUSIVE) NA FAZENDA - 1990

	TOTAL		HOMENS		MULHERES	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
até 1 ano	2		1		1	
2 anos	4		2		2	
3 anos	6		3		3	
4 anos	10	38,6	5	36,6	5	40,8
5 anos	6		3		3	
6 anos	1		-		1	
7 anos	3		1		2	
8 anos	2		1		1	
9 anos	2		1		1	
10 anos	4		2		2	
10 a 15 anos	15		9		6	
15 a 20 anos	5		3		2	
20 a 30 anos	2	53,4	1	52,4	1	54,7
+ 30 anos	1		1		-	
desde que nas- ceram	18		6		12	
sem informação	7	8,0	5	11,3	2	4,5
Total	88	100,0	44	100,0	44	100,0

Esses dados permitem que se compreenda como, apesar da relativa juventude de sua população, revelada na análise da faixa etária, esses moradores possuem uma expressiva

percepção do processo de mudanças ocorridas no interior da fazenda e em seus processos de vida nas últimas décadas. Apesar das mudanças e de nem todos terem nascido na própria fazenda (apenas 20%), muitos possuem uma estreita relação com aquele espaço: "eu dentro da minha casa na cidade, eu falo assim: deixa eu ir embora prá casa." (C1)

Entretanto, se essa permanência na fazenda revela uma situação de pertencimento àquele contexto, ela se contrasta com a falta de autonomia que caracteriza a relação com aquele espaço vivido, comentado atrás, e com as profundas transformações no lugar social que ocupam na atualidade.

O passado se apresenta na memória dos trabalhadores residentes em duas temporalidades diferentes e complementares. O tempo em que eram mais jovens e o passado vivido na própria fazenda, antes das mudanças ocorridas em meados da década de 80. Em ambas as dimensões, o presente se apresenta sempre envolto a uma significativa ruptura com o passado.

O tempo de seus pais é lembrado pelos moradores como um tempo de dificuldades:

"As coisas mudaram muito, de quando eu tinha 12, 13 anos, dessa época prá cá mudou muito. Era muito mais difícil do que agora. Hoje tudo é mais fácil." (C7)

"Antes era pior, hoje é bem melhor, tem mais facilidade." (F4)

As dificuldades que marcam o passado são pensadas em relação às facilidades que o presente os oferece em termos de mobilidade espacial - "Se eu quero ir numa cidade ali, eu subo,

volto, pego carona, estou indo." - e de acesso a certos bens de consumo : "Então era tudo na dificuldade, você para coar um café, a água tava fervendo, vinha a chuva, você tinha que ir lá correndo moer a cana." (F4)

Contudo, se no presente os trabalhadores experimentam uma sensação de que a vida facilitou - "naquele tempo se você quisesse comer um arroz melhor você tinha que plantar, hoje você vai na venda, busca e faz" - motivada principalmente por uma percepção de terem acesso, através do "dinheiro que corre mais" à sociedade de consumo, essas mudanças trouxeram também uma deterioração no tipo de vida que levam:

" Era difícil, mas estava muito mais melhor do que é hoje. Hoje a situação piorou bem mais." (C7)

A passagem de um tempo onde a vida era mais difícil, porém melhor para o trabalhador, para um tempo atual onde as facilidades de transporte, comunicação e consumo, não foram suficientes para melhorar a vida de quem trabalha, é percebida como uma mudança que não é exclusiva à Fazenda Santa Elisa: "Quem conhece, dá prá gente ver que o negócio de fazenda não está bom prá ninguém. Mas às vezes não está bom para os fazendeiros, e eles querem descarregar tudo em cima do empregado que é o mais prejudicado que tem." (F4)

Entretanto, se tais mudanças não ocorreram somente com seu próprio grupo, na Santa Elisa elas se deram de tal maneira que hoje o sentimento é de um tempo perdido:

" Ah, a gente vai malhando, malhando, malhando e depois aquilo está muito apertado, sem seguimento, larga... o senhor vai ver daqui mais um pouco quantos mais vão embora." (C1)

A leitura que esses trabalhadores realizam do passado, tendo como referência o presente vivido na fazenda, pode ser dividida em 4 ordens de questões:

- * a proibição do plantio;
- * as transformações nas relações sociais no interior da fazenda;
- * as mudanças no seu próprio grupo;
- * a perda de valor do dinheiro.

A proibição de plantio de roças de subsistência consorciadas ao café, é a mudança mais sentida por todos os moradores: "Antigamente eles deixavam a gente plantar de tudo quanto é coisa. Plantamos à vontade. Agora a gente só planta o feijão só. Isso piorou demais." (C4)

O plantio em meio às lavouras de café além de se constituir em elemento fundamental para a subsistência das famílias - "porque a pessoa plantando de tudo, então aquilo que a pessoa colhe, evita de comprar, e o milho já serve prá outras coisas." - é visto também como condição para um bom trato no próprio café: "Aqui a gente plantava de tudo o que você quisesse. Era na "meia", mas era bom. Você plantava e colhia de tudo. Era tudo no meio do café. Os café andava tudo limpo e dava melhor também. E olha aí agora prá ver se você acha algum café limpo? Não acha. E agora eles tão proibindo o feijão da seca. Só deixam plantar nas águas. Eles arracaram o feijão do mato e jogaram "Randape"." (BC2)

O ato de plantar, para esses trabalhadores, assume

um significado mais amplo do que simples acesso a mantimentos, ou de alternativa de comercialização de excedentes. Plantar, no passado está ligado a um outro modelo de organização das relações entre fazendeiro e trabalhadores e entre esses próprios:

"A gente nem compreende como é que é esse tempo de hoje. De primeiro tudo era dado, mas o senhor não ganhava nada também. Mas a dúvida é essa, porque não deixa plantar ? Ah... podia ter fartura pra todo mundo. Prá nós e prá eles. Se deitar um arroz, um feijão e um milho nesse café, ih! Nossa Senhora! pode pagar a gente até 2 mil réis por dia. Dá e ganha de sobra."

(C1)

Tais proibições instituídas pela fazenda, seguiram a tendência registrada em todas as fazendas de café, na passagem do sistema de colonato para o assalariamento, conforme deixamos claro em capítulo anterior. São essas mudanças mais radicais, que ascendem à memória dos trabalhadores. Deixar de plantar é de certa forma perder seu espaço de autonomia na organização do processo de reprodução social de seu grupo, mas é também ver perdido elementos fundamentais de sua identidade como trabalhador rural. Vejamos como isso ocorre.

O corte do plantio expôs os residentes a uma nova situação: sua entrada definitiva em um modelo econômico definido pelo mercado. Esse novo modelo, entretanto, nunca se realizou completamente. Se, por um lado, a fazenda trouxe para dentro de seu espaço um armazém para venda dos gêneros alimentícios agora não mais plantados, extinguindo as formas de trabalho em parceria e empreitada, por outro também não transformou os trabalhadores

em assalariados plenos.

Para os moradores, as mudanças mais antigas se relacionam com a extinção do modelo de colonato, e as mais recentes são referentes a uma busca de maior produtividade do café, em detrimento de suas condições de vida, trazendo em seu bojo perdas fundamentais.

Uma dessas perdas se refere à deterioração das relações no interior da fazenda, motivadas pela transformação na relação que estabeleciam com o fazendeiro:

"Antigamente era melhor, o fazendeiro acompanhava tudo. Não tinha esse negócio de "vai prá lá", "vê como é que está lá", Ele vinha ver tudo o que acontecia aqui." (C7)

Se a presença do fazendeiro ocorria de maneira austera e exigente, em compensação os trabalhadores se sentiam mais apoiados, valorizados e amparados por ele, o que em última instância, correspondia ao estilo de relações próprias do colonato:

"Então, se faltasse um empregado que ele não via, ele mandava chamar onde ele estivesse. - "onde está Fulano? eu quero falar com ele!" - Aí ele vinha, conversava... Era nervoso, né. O que estava de errado era resolvido ali na hora. Mas também, toda vez que ele viajava, ele trazia um par de botas, um cobertor, um serrote... Cigarro ele trazia direto e reto. O Seu F., ele também é bom, mas ele não acompanha."

A possibilidade de plantar, o apoio do fazendeiro, significava para os moradores uma outra qualidade de relações, que, ao se deteriorarem, os transformou em trabalhadores desinteressados e desgostosos:

"Sabe o que mudou aqui? Aqui antes o empregado, ele tinha mais ajuda, parece até que ele ganhava menos, mas ele tinha mais ajuda. O fazendeiro fazia questão de certas coisas. Se ele adoeceu, às vezes ficava 2 ou 3 dias sem trabalhar, a fazenda pagava sem ter que ficar mexendo com papel. Tinha também mais animação na fazenda, fazia umas festas pros empregados. Tinha mais liberdade de conversar e o serviço saia até melhor, sabia? Você via muito isso, o trabalhador trabalhando mais alegre e satisfeito." (C6)

Nesse contexto, até o processo de exploração do trabalho a que sempre estiveram expostos, indicava outra percepção:

"Aqui toda vida foi difícil. Mas na época que o Seu N. era dono daqui, todo mundo ganhava com o suor aqui. E ele não ficou com o suor de ninguém. Se o sujeito trabalhava aqui e saía, ele indenizava muito bem. Ajudava a comprar uma casa na cidade e tal..." (C3)

"Hoje, aqui é assim, a gente chega 5 ou 10 minutos depois das sete e eles já pegam prá amolar. Outra hora eles estão nervosos, não tratam a gente bem, ficam naquela estupidez. Empreito eles não querem dar mais e não querem que a gente trabalhe num lugar que tenha um serviço mais fácil pra favorecer a gente." (C4)

Esse processo parece ter um sentido ambíguo para os moradores. Por um lado, eles afirmam que ficaram mais autônomos em relação ao fazendeiro - "naquela época o povo parecia ser mais lobo, meio atrasado. Antigamente não podia nem

sair de uma fazenda para outra, o patrão achava ruim. Era aquele negócio. O trabalhador era mais preso, parecia que a pessoa tinha medo de tudo..." (C8) - e que as mudanças de costumes foram positivas - "na época da gente não tinha escola, era só mesmo ir cedo pro serviço. Era só alí e mais nada. Quase que nem conversava, ficava o dia todo caladinho." (C7)

Mas, por outro lado, percebem também que perderam sua identificação com aquele espaço social: "Era diferente. Eu acho que o pessoal vivia mais satisfeito. Ganhava muito menos, mas o que eles faziam, eles sabiam que estavam tranquilos, plantando, e um dia iam receber. Hoje não, parece até que nunca recebemos." (C3)

Em suas percepções, essas mudanças alteraram também a união e a força dos trabalhadores: "Antes o povo daqui fazia a troca-de-dia, eu ia lá pro senhor e daí o senhor vinha prá mim. A gente fazia isso muito. O povo era mais unido. Agora hoje, o companheiro já acabou aquela capina dele, a minha está no mato, e ele não importa. Ele nem bem chegou na lavoura, bota a enxada na cacunda e já tá com vontade de voltar.. Mas hoje não tem mais empreito. Ninguém planta mais..." (C1)

"Greve? Se eu for chamar um ou dois ou três companheiros, vai ter um que vai lá e me entrega. Aqui eu nunca ví caso de greve." (C3)

Para os moradores, no presente, até mesmo a vontade e a força para trabalhar mudou, pois sem plantar, sem criar porco, o trabalhador se enfraquece: "No tempo que eu estou contando para o senhor, em que eu fui criado, toda comida tinha carne. Não vou dizer que era muito, mas um pedaço de carne o

senhor tinha. Tinha a manteiga do porco, arroz era pouco. Um angu bem mexido, uma abóbora, um ramo qualquer. Hoje quando nêgo fala assim "vamos almoçar?", é aquele colosso de arroz. O feijão tem que ser ralo. Aí quando vai capinar, a enxada até cai da mão dêle, está purinho bambo..." (C1)

É interessante notar que não é só o enfraquecimento dos trabalhadores que caracteriza o presente. Os moradores percebem também uma fraqueza do próprio fazendeiro revelada em sua própria situação: "Eu acho que o fazendeiro está com mais dificuldade que nós, porque antigamente, não precisava de empregado nenhum vir pedir aumento de salário." (C6)

Para esses trabalhadores, se a vida no geral melhorou - "antigamente você não podia comprar nem um rádio, um sofá..." - na fazenda as coisas pioraram, e não só na fazenda porque, "ao redor de Santo Antonio, não tem nenhuma fazenda melhor que a outra não. Os fazendeiros são tudo uma panelinha. O cativeiro acabou acabou pra uns e pra outros não." (C8)

Entretanto se o acesso ao consumo diferencia o tempo passado do presente, aquele parece estar cada vez mais difícil, em decorrência do processo inflacionário na economia do país: "Naquele tempo, o dinheiro parece que tinha mais valor. A gente trabalhava 15 dias e dava prá fazer a despesa do mês. Tinha vez até que sobrava." (C4)

A Santa Elisa é caracterizada no presente como um espaço onde é difícil de se viver, pois mesmo as facilidades que os tempos de hoje trouxeram, não foram suficientes para compensar as transformações no interior da própria fazenda: "É porque..."

eu dizer assim... a gente que criou na fazenda, que tem responsabilidade, então a gente fica pensando... trabalhar tá difícil. Prá quem trabalha o dinheiro é pouco prá sobreviver. Esses tempos atrás, eu sempre comprava uma coisa, e quando eu tava apertado mesmo, sempre tinha um porco. Aí eu matava, vendia no armazém e trazia o dinheiro. E agora... agora não vejo jeito de mexer com porco e tudo mais. Não vai ter milho, a galinha, tem que comprar ração, é caro, você vai na cidade, não pode trazer no leiteiro, tem que trazer é nas costas..."(C5)

No presente, os moradores se sentem também abandonados pelo fazendeiro, que deixa a fazenda e seus destinos entregues aos administradores: "Aqui é o seguinte, ele é o dono, mas quem manda são os tomador de conta, os administradores."

(BC2) Essa situação, faz com que os trabalhadores se sintam imersos num vazio, onde nada pode ser concretamente decidido a seu favor, sendo adiado ou esquecido: "Aqui é assim, amanhã, amanhã, amanhã... . Todo dia é amanhã. Se o patrão mandasse no que é dele, era fácil. Se a gente pudesse conversar com ele e explicar prá ele até a onde a gente a gente quer chegar, era fácil. Mas não consegue falar com ele, e se você conseguir ganha uma dura. E tem mais, ele não corta ordem dos administradores"

(C3)

Esse novo modelo de organização da administração da Fazenda, onde o fazendeiro costuma ir apenas uma única vez por mês à fazenda, faz com que os moradores sintam que apesar de terem trabalhado durante muito tempo para ele, ou para sua família, hoje eles são na prática, muito mais empregados dos

administradores que do fazendeiro: "Prá você ver... depois desse tempo todo, ele me deu uma bezerra. Um homem trabalhar esse tempo todo e ainda ter que ir atrás dele prá saber onde é prá buscar!" (C1). Além disso, afirmam que vivem sob o domínio dos administradores: "Eu até falo pro pessoal que o Sr F. não ia fazer um papel desse. Porque ele não é pessoa ruim não. Mas se a gente for conversar com ele, eles (os administradores) falam assim 'você não pode mais procurar ele, porque a gente tá aqui e aí não fica valendo nada.'" (C7)

Isolados de quem acreditam ser a única pessoa que poderia alterar a situação que vivem, os moradores afirmam que, mesmo a promessa realizada de melhoria salarial em troca do acesso a terra para plantio, não foi e nem é cumprida: "Eles cortaram o plantio e colocaram no lugar que iam aumentar o salário. O morador daqui ia ganhar o mesmo preço de quem trabalha na cidade." (C6) Entretanto, tomando os meses de agosto como base, percebe-se que 51,4% dos trabalhadores residentes receberam até no máximo 3/4 do valor do salário mínimo vigente na época, e apenas 13% destes obtiveram ganhos entre 1 e 1 1/2 salários..LS1

QUADRO 6.10

RENDA MENSAL DOS TRABALHADORES RESIDENTES

AGOSTO DE 1990

Faixa de Renda	Nº	%	Acumulado
Até 1/3 do Sal. Mínimo	11	9,6	
Até 1/2 do Sal. Mínimo	5	4,4	
Até 3/4 do Sal. Mínimo	11	9,6	51,4
Até 1 Salário Mínimo	32	27,8	
Até 1 e 1/2 Sal. Mínimo	39	33,9	33,9
Até 2 sal. mínimos	15	13,0	
TOTAL	2	1,7	14,7
	115	100,0	100,0

Se analisarmos estes dados comparativos entre os trabalhadores "especializados" e os braçais, os únicos que participam da colheita, verificamos que entre os primeiros, cerca de 53% receberam entre 3/4 e 1 salário mínimo, e os demais, 47%, entre 1 e 1/2 e 2 salários. Já entre os braçais, verifica-se que, as crianças e jovens de pouca idade, que compõem o

agrupamento dos trabalhadores de $1/4$ e $1/2$ serviço, recebiam no máximo, a terça parte do salário mínimo. Já entre os adultos, classificados como de $3/4$ de serviço, que corresponde aos homens ainda solteiros e às mulheres, 66,6% % recebeu até no máximo $3/4$ do salário, e apenas 33,4% entre 1 e 1 e $1/2$ salário mínimo.

Apenas entre os trabalhadores de 1 serviço os dados revelam uma situação um pouco diferente, mas mesmo assim, muito distante do que se poderia imaginar em termos de um regime de contrato assalariado. Entre esses, 78,7% ganharam naquele mês entre $3/4$ e 1 salário, e cerca de 15% entre 1 e 1 e $1/2$ salários mínimos.

QUADRO 6.11

RENDA MENSAL DOS TRABALHADORES RESIDENTES BRAÇAIS
E ESPECIALIZADOS - AGOSTO 1990

tipo de faixa renda	BRAÇAIS				ESPECIALIZADOS
	1 serv.	3/4 serv.	1/2 serv.	1/4 serv.	
até 1/4 do sal. mínimo	-	2,8	-	83,3	-----
até 1/3 do sal. mínimo	2,1	2,8	100,0	-	-----
até 1/2 do sal. mínimo	4,3	19,3	-	16,7	-----
até 3/4 do sal. mínimo	34,0	41,7	-	-	5,9
até 1 sal. mínimo	44,7	27,8	-	-	47,9
até 1 e 1/2 sal. mínimo	14,9	5,6	-	-	35,3
até 2 sal. mínimos	-	-	-	-	11,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Se tomarmos os dados especificados por sexo, encontramos a seguinte situação, com relação ao mês de setembro:

entre as mulheres, 80% receberam até no máximo 1/2 salário, e as demais até 3/4 do salário em vigor na época. Entre os homens, cerca de 1/3 recebeu até 1/2 salário, e 58,2% entre 1/2 e 1 salário mínimo.

QUADRO 6.12

RENDA MENSAL DOS TRABALHADORES COLONOS POR SEXO
NA FAZENDA SANTA ELISA - SETEMBRO/1990

	HOMEM		MULHER	
	Nº	%	Nº	%
até 1/4 SM	18	20,9	13	31,7
+ 1/4 a 1/2	11	12,8	20	48,8
+ 1/2 a 1	50	58,2	8	19,5
até 1 e 1/2 SM	5	5,8	-	-
até 2 SM	2	2,3	-	-
total	86	100,0	41	100,0

OBS.: Dos 135, 03 trabalhadores especializados e 05 braçais não informaram a renda.

É importante lembrar que os meses de agosto e setembro, são meses em que os trabalhadores braçais participam da colheita de café, o que significa terem seus ganhos medidos por produção.

Este quadro mostra porque efetivamente o acesso à terra se mostra como fundamental para os moradores. Além de privados de uma prática constitutiva e articuladora de suas identidades, o substitutivo oferecido pela fazenda é mais um

engodo ao qual estão expostos: "Eu acho que é melhor ganhar um dinheiro menor e plantar. Mas aqui a gente ganha menor e não planta. O ganho não significa nada, a não ser para comer. Eu moro aqui há 23 anos e nunca comprei uma camisa com o salário. Nunca. Nunca sobrou dinheiro pra uma camisa. O salário é a conta da comida."(C3)

As únicas referências positivas ao tempo presente na fazenda se referem às necessidades de atendimento médico e medicamentos, que são realizados através de um convênio que a fazenda tem com os profissionais de saúde e farmácias da cidade. Através desse convênio, os empregados da fazenda realizam suas consultas e compras de medicamentos e o custo desses são descontados em sua folha de pagamento ao final do mês. Observa-se que, a vantagem que o trabalhador acredita ter, está no fato de não necessitar desembolsar o dinheiro no ato da consulta ou da compra de medicamentos. Tendo em vista a precariedade dos serviços públicos de saúde na cidade, que limitam seus atendimentos gratuitos aos casos de urgência (acidentes principalmente) e ao atendimento de pré-natal às mulheres e de vacinação às crianças, esse convênio é visto com um ponto favorável ao trabalhador: "Quando vai tratar de doença eles aqui são bons. Você pode estar morrendo, se você não aguenta ir, o carro da fazenda vai levar, nem que seja carregado. Mas você não morre ali não."(BC2)¹.

1. A partir de 1991, a Prefeitura Municipal assinou um convênio com a Faculdade de Ciências Médicas de Belo Horizonte, através do qual essa se comprometia a transformar o pequeno hospital local num hospital-escola, e estender à zona rural de Santo Antônio do Amparo, seu programa de Internato-Rural. Através desse programa os empregados da fazenda passaram a contar com dois estudantes de

No geral, os moradores sintetizam dessa maneira a atual condição em que vivem na fazenda: "Você não planta, não colhe e viver desse ordenado só, não dá !" (C7)

III.2 OS BAIANOS

Entre os "bairanos" a memória do passado está intimamente ligada ao tempo em que migravam menos. As lembranças relativas à própria Fazenda Santa Elisa são esparsas e todas elas voltadas quase que exclusivamente a um melhor pagamento pelos serviços prestados. Este limite na leitura do passado da fazenda pode ser explicado pelo fato de que, nas três turmas de trabalhadores volantes que participaram da "panha" em 1990, pouco mais da metade deste grupo estava ali pela primeira vez, enquanto que 1/3 do total já havia trabalhado ali pelo menos em 3 outras ocasiões.

..Continua....

medicina e fisioterapia que, uma vez por mês atendiam os casos de menor complexidade.

QUADRO 6.13

FREQUÊNCIA DOS TRABALHADORES VOLANTES DO NORTE MAIORES
DE 5 ANOS NA COLHEITA DE CAFÉ NA FAZENDA SANTA ELISA EM 1990

Nº de trabalh.	HOMEM		MULHER		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	113	55,7	67	51,5	180	54,1
2	24	11,8	18	13,8	42	12,6
3	19	9,4	10	7,7	29	8,7
4	13	6,4	7	5,4	20	6,0
5	12	5,9	10	7,7	22	6,6
6	13	6,4	14	10,8	27	8,1
7 e mais	9	4,4	4	3,1	13	3,9
TOTAL	203	100,0	130	100,0	333	100,0

Essa variação revela, por um lado, a rotatividade do trabalho volante, definindo um caráter dinâmico ao processo de migração temporária destes trabalhadores, em função das diversas opções de migração, envolvendo locais e tipos de trabalho diferenciados. As opções, conforme discutimos no capítulo anterior, obedecem a uma conjugação de variáveis, ora impostas, ora manipuladas pelos trabalhadores. O quadro a seguir sintetiza as opções mais comuns de trabalho oferecidas aos trabalhadores de São João da Ponte.

QUADRO 6.13
OFERTA DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS

CARACTERÍSTI	PERÍODOS			
	abril a julho	maio a setembro	outubro a dezembro	outubro a dezembro
CAS	fazendas algodão	fazendas café	reflores-tamento	na própria terra(roça)
empregador	colheita	colheita	plantio	arroz, milho, feij/alg/man
atividade	família e solteiros	família e solteiros	*família e solteiros	família
mão-de-obra	Janaúba Jaíba Porteirinha	SAA, Araxá Uberlândia Patrocínio	Idem ant. áreas de reflores.	São João da Ponte
locais	30 dias; adiantamen- to; em turma	90 dias; adiantamen- to; em turma	30 dias; adianta- mento; em turma	-----
contrato	ao final prod. arroba	ao final prod. balaio	ao final prod. hect.	-----
recebimento				

* Atualmente não há mais plantio.

CARACTERÍSTI	PERÍODOS			
	outubro a dezembro	jan/fev mar	ano todo	janeiro a março
CAS	Itamagnesia	usinas	reflores. e cerrado	fazendas de café
empregador	colheita de manga	colheita de cana	colheita de lenha	capina e adubação
atividade	família e solteiros	família e solteiros	homens e rapazes	homens e rapazes
mão-de-obra	Pirapora	Várzea da Palma; Dolabela	SJPonte, Pirapora etc. (+-30)	SAA, Araxá, Uberlândia, Patrocínio
locais	60 dias; adiantamen- to; final		25 dias; adianta- mento; em turma	60 dias; adiantamen- to; em turma
contrato				

	ao final prod. p/caixa		ao final prod. m2	ao final prod. por pé
	PERÍODOS			
	Janeiro a abril	fevereiro a abril	abril a Junho	março a julho
empregador	refloresta- mento	fazendas de gado	na pró- pria terra	fazendas
atividade	capina; replan- te de muda(*) e adubação(*)	roçada de pasto	colheita: arroz, mi- lho, feijão alg., mand.	colher semente; capinar braquiária
mão-de-obra	homens e rapazes	homens e rapazes	família e extras(**)	família e solteiros
locais	SJPonte, M. Cla- ros, Pirapora, Riacho Macha- dos (BA), Cris- tália, Curvelo etc.	SJPonte, Capitão Eng. ias, Januária e São Fran- cisco	São João da Ponte	São João da Ponte
contrato	30 dias; adiantamen- to; em turma	30 dias; adiantamen- to; em turma	(**)	trabalho diário; sem adiantamento em turma
recebimento	ao final prod. hectare	ao final diária		semanal prod.p/ lata

(*) simultâneos à capina, quando ocorre chuvas.
produção ao final, por caixa ou hectare.

(**) os extras, caso necessários, são contratados por
dia

Para os "bairanos", a experiência da "panha"
atualiza uma memória repartida entre os 90 dias de sua
permanência anual naquele espaço e a lembrança de um outro tempo
passado, quando migrar era mais uma opção que propriamente uma

necessidade.

Nessa perspectiva, a percepção do passado e do presente na fazenda, se mostra diametralmente oposta à dos moradores. Para os "baianos" são basicamente três os problemas que a fazenda possui no presente. O primeiro diz respeito ao valor que é pago pelo balaio colhido, que todos julgam ser muito barato se comparado às outras ofertas que lhes chegam e à experiência em outros anos: "Olha, durante três anos que vim trabalhar aqui eu gostei, gostei demais. Agora neste ano, o preço tá baixo demais. Este ano o preço não está dando prá gente chegar no norte igual aos outros anos não." (B3) Outro fator criticado, e que se relaciona a este, diz respeito à questão da comida que é servida. Por um lado, afirmam que, de acordo com o combinado em São João da Ponte, a comida não deveria ser cobrada, mas, ao ser, acreditam que estão pagando caro por uma comida muito ruim e mal feita: "Agora, devido a esse negócio de comida, o povo acha o seguinte: se eles estão pagando marmita, eles têm direito a uma comida melhor. A comida é fraca e mal feita." (F2) A cobrança da alimentação diminui sensivelmente seus ganhos finais, o que faz com que muitos se mostrem até decididos a não voltarem mais em outras colheitas¹.

Os "baianos" apresentam ainda algumas outras reclamações quanto ao frio durante o inverno e com referência à viagem de caminhão, fato que, entretanto, não vinculam à fazenda, pois afirmam que são contingências que a situação de trabalhador

1. Veremos em outra parte do trabalho, qual o verdadeiro significado da cobrança das marmitas.

volante implica.

Para os "bairanos" a Fazenda Santa Elisa sempre se constituiu num dos melhores locais de trabalho que conhecem. Essa percepção deve ser entendida, por um lado, em função da crescente inserção que esses trabalhadores passaram a ter na "panha", ocorrida justamente em função do adensamento do plantio das lavouras e, conseqüentemente, o aumento quantitativo do volume de café a ser colhido, o que em última instância lhes "beneficiou".

São várias as categorias através das quais os "bairanos" avaliam positivamente a fazenda no presente. Algumas delas já foram comentadas e dizem respeito aos critérios gerais que estabelecem para decidirem suas rotas de migração. Nesta dimensão, a Santa Elisa se apresenta como oportunidade de realizarem o que em outros locais se torna impossível.

Em primeiro lugar, afirmam que o trabalho da "panha" na fazenda é um trabalho fácil e leve, o que lhe faz parecer semelhante a um descanso e a uma brincadeira: "Uns acham que o serviço é maneiro, outros ficam interessados porque vem muita moça, muitos vêm pela farra, prá descansar o braço... Bater machado prá lenheira moço, a gente cansa. É prá cortar mesmo, desce que desce com tudo. Agora aqui é serviço de criança! Você trabalha três meses aqui e à noite é a mesma coisa de trabalhar em escritório." (B2)

Outro ponto muito valorizado diz respeito à garantia de que o dinheiro do trabalho, mesmo que pouco, é recebido integralmente ao final, o que costuma não acontecer, quando se envolvem com turmeiros de empreitada: "Ô moço, aqui num

é lugar pra ganhar dinheiro, porque eles pagam muito pouco pelo café. Mas aqui não tem embrulhada! Se você ganhou este tanto assim, fica com este tanto e vai embora." (B13)

Acostumados a migrarem temporariamente para locais onde vivem situações mais tensas e hostis, os "bairianos" afirmam ser a Fazenda Santa Elisa um lugar onde são respeitados e bem tratados, o que os faz até ficarem admirados: "Meu povo acha esse povo de Santo Antonio muito educado, educado demais. Tem lugar que a gente trabalha que às vezes, em matéria de comida é até melhor, mas aí o pessoal da fiscalização briga, maltrata o peão. Aqui não, eles tratam o peão como se fosse doutor. Eu me sinto até vergonhoso." (B3)

O acesso aos serviços médicos, que ocorre da mesma maneira que os moradores, é outro ponto muito positivo, em suas percepções sobre a fazenda, pois, para eles, não há coisa pior do que o trabalhador volante cair doente fora de casa e não encontrar apoio. Esse apoio e o acesso aos serviços médicos são afirmados como um conforto: "As vezes acontece do peão sair pra trabalhar fora num lugar sem conforto, aí ele pena muito, sofre demais. Aqui, apesar de fazer muito frio, em compensação quando a gente precisa de uma coisa, aparece na hora, não tem dificuldades." (B4)

A memória dos "bairianos" em relação ao passado da fazenda e sua contraposição ao presente vivido é, pois, uma memória parcial e situacional, pois falam de um lugar social que, aparentemente, não foi prejudicado pelas mudanças apontadas pelos moradores: "Aqui antes era diferente só porque vinha menos gente,

a comida era melhor, mais bem cuidada. Vinham só umas 50 pessoas. O tipo de serviço sempre foi um só. Dos ganhos aqui nunca foi lugar de ganhar bastante dinheiro. De modo que, tanto faz aqueles tempos, com os de hoje. É tudo a mesma coisa aqui.”(B2)

Mas se a fazenda não mudou, suas vidas mudaram bastante, e essas mudanças dizem respeito à transformação a que todos se submeteram, consolidado no atual modelo de trabalho continuamente temporário.

Da mesma forma como os moradores, o passado é visto sempre como um tempo onde se vivia melhor. Em suas percepções, a única melhoria que o presente trouxe em relação ao passado, diz respeito à mobilidade que o transporte e os meios de comunicação representam : “Teve uma diferencazinha, quase que não vê, mas melhorou um pouquinho. Nesse lugar nosso aqui, você não tinha um telefone, uma luz, um carro...” (B17)

As mudanças mais significativas se referem, por um lado, às transformações operadas na região, a partir da década de 70, com o incremento das atividades de reflorestamento, que, aliadas à falta de chuvas, à falta de outros serviços, acabaram alterando também as tradições de trabalho familiar. Vejamos como isso se deu na percepção dos “bairanos”.

“Antigamente a gente trabalhava por conta própria, plantava a lavoura, colhia o milho, o feijão. O arroz a gente plantava em terrenos mais aguados. Então, aquilo que a gente plantava, a gente não comprava nada. Comprava só mesmo a roupa prá vestir. E muitas vezes nem a roupa mesmo, a mãe da gente fiava e tecia as roupas de algodão.” (B20)

As possibilidades de viverem do que plantavam, num

sistema de auto-suficiência, era dada por um maior acesso a terras, sejam elas familiares ou para arrendamento, e por um maior volume de chuvas: "Aqui sempre foi uma cidade fraca, toda vida foi assim, mas antigamente o povo tinha mais lavoura, chovia demais. Hoje, tem o problema da chuva, quase não chove, o sol bate em riba e mata tudo, acaba com o trabalho. Mas também, o povo, os fazendeiro era mais concordado com a gente. Hoje eles não tem concordação com a gente, não tem cooperação." (B14)

Para os "baianos" esse tempo era o tempo de ter fartura, trabalhar com autonomia e viver com mais tranquilidade:

"Quando eu era mais novo, num faltava nada. Era um tempo muito bom, tinha muita fartura, chovia muito. A gente morava com nosso pai, tocava nossa lavourinha, engordava um porco, matava um capado, colocava tudo na dispensa. Era aquele farturão. A gente só trabalhava em cima do que era nosso." (B20)

Mesmo aqueles que não possuíam suas próprias terras, se lembram de um tempo de mais oportunidades: "Tinha mais serviço. Tinha muito serviço de roçar manga, bater pasto. E hoje o pessoal usa mais é máquina, trator, aí é menos serviço." (F2)

As mudanças no clima da região, relacionadas pelos "baianos" ao desequilíbrio provocado pelo reflorestamento - "Eles foram derrubando a mata virgem prá plantar eucalípto. E do eucalípto eles fazem o carvão. Eles derrubam tudo. O povo diz que o problema é desses eucalíptos que plantou, que puxa a chuva e

não chove."¹ (B14), - se associam às relações sempre conflituosas com os proprietários de terra da região: " Lá os fazendeiros tomam terra dos pequeno, derrubam cerca e cercam prá eles. Fica tudo na vontade deles. Eles têm a grana, é do jeito que eles querem mesmo. Nesse nosso lugar até um fechozinho de lenha que a gente apanha, eles tomam de nós. Eles atiram na gente. Já atiraram muitas vezes em mim." (B14)

À falta de chuva, e aos conflitos de terra se soma também o processo de fragmentação das propriedades familiares em decorrência da partilha por herança. Nesse processo tradicional, os "baianos" revelam ter consciência das dificuldades que este sistema traz: "Lá é assim, o cabeça da casa morre cada um faz o que quer com seu pedacinho de terra. Tendo o pai vivo, ele é sempre mais controlado. Mas aí... quando o cara tem uma coisinha ele costuma jogar fora, não sei porque, mas em tudo quanto é lugar é assim mesmo." (B1). Mas, por outro lado, a importância dos princípios de autonomia que cada família nuclear deve prezar são prioritárias. Tais princípios estão relacionados à posse que cada um deve ter de seus direitos, o que não impede e é até condição para, no exercício de sua autonomia, poderem realizar seus laços de união e cooperação:

" Lá o seguinte é melhor separar. Porque vamos supôr, às vezes ele pode ter um cavalinho e pode plantar uma muda de capim prá ele. Então se fôr tudo reunido e fôr às vezes fazer uma manga ali, acontece assim, às vezes eu ponho 3 serviços, o outro

1. Do ponto de vista técnico, o reflorestamento desordenado, incide sobre as cabeceiras de rios e nascentes, diminuindo o volume dos rios e conseqüentemente alterando o índice de chuvas.

coloca 3, tem outro que coloca 1 e o outro não coloca nada e está tendo o mesmo direito que eu, que trabalhei mais. Então não, cada um tem de mandar no que é seu. Aí assim, qualquer coisa a gente comunica com o outro e ele tá prontinho pra qualquer coisa. Tudo unido." (B20)

O passado é visto também como um tempo onde o dinheiro parecia ter mais valor e a vida ser mais tranqüila: "Naquele tempo qualquer coisa era um dinheirinho, hoje você pega esse tanto de dinheiro e não vale nada. Eu já sou velho de 52 anos, eu sou velho desse mundo velho aí. Mas tinha um tempo muito bom prá trás. A pessoa vivia tranqüilo, vivia na boa. Hoje a gente se arrebenta todo em um serviço aí, a gente não gosta e não põe o dinheiro no bolso nem pro cigarro." (B13)

Para os "baianos" o passado representa um tempo onde não havia necessidade de sair para trabalhar em outros lugares, quando o faziam, era por perto, por pouco tempo, e apenas de forma eventual: "O negócio era o seguinte, o fazendeiro chamava a gente pra trabalhar prá ele, uma, duas semanas. A gente já tinha ali 3 ou 4 irmãos, o pai, e tava precisando de um dinheirinho, e ia. Então, a gente fazia o serviço, mas ia trabalhava o dia e à noite tava em casa. O que a gente fazia mais era prá gente mesmo. O que a gente saía era por esporte, não era uma vida assim direto não." (B20)

Para os "baianos", a transformação do trabalho eventual para os fazendeiros locais em migração contínua, instalou um processo que acabou por alterar a "mentalidade das pessoas": "Foi de uns 15 anos prá cá. O povo foi conhecendo os

lugares. De primeiro o povo não conhecia nada. Eles conhecia só ali em redor mesmo. Então o povo foi civilizando mais, um saía e voltava falando que tal lugar era bom, e vinha gente voltando com notícias assim, aí o povo começou a pegar de sair." (TB1)

As contínuas e crescentes saídas para locais cada vez mais distantes, assumem, portanto, o sentido de um processo de mudanças culturais, que introduziram novos elementos constitutivos de suas identidades: "Antigamente a gente passava necessidade, mas o povo engrandeceu muito. O povo não quer passar de todo jeito, o modo que passava primeiro. Hoje um pobre quer ser mais que um rico. Antigamente era diferente, a gente andava quase nu, passava 30 dias comendo feijãozinho com angu. Hoje ninguém quer saber disso mais..." (B7)

Compelidos por questões estruturais, ou buscando respostas a novos imperativos culturais, os "baianos" sentem entretanto que caíram numa espécie de círculo vicioso, onde a necessidade de buscar trabalho se transformou também, num costume e gosto de migrar: "Então o negócio que eu tô achando mais difícil é isso, é a miséria entrando em nosso lugar. Porque aqui nós somos quase 600 homens nesse lugar que eu moro, não têm nem 50 pessoas que querem plantar roça aqui. Mas sabe o que trouxe a miséria prá gente aqui, foi de 76 prá cá. Porque não existia reflorestamento de eucalipto, ninguém precisava trabalhar em firma e depois que apareceu o reflorestamento, eu que nunca fui de sair, dei prá sair." (B20)

De forma clara e objetiva, os "baianos" percebem que a migração assume hoje em suas vidas um outro significado:

" Prá mim está cada vez mais se tornando ruim, porque a gente vicia também de sair. Então deu aquele prazo a gente torna a sair de novo. Então a gente nunca vai ser o que a gente era mais. A gente já fez prá acostumar a sair. Deu naquelas épocas de viajar a gente sabe que é sofrimento, mas dá naquela época, se a gente não vai, a gente pensa assim 'é diacho! eu podia ter ido mais Fulano...' " (B2)

IV - A ATUALIZAÇÃO DAS IDENTIDADES NO CONTEXTO DA "PANHA": AUTO-PERCEPÇÃO, A CONCEPÇÃO DO OUTRO, A RELAÇÃO ENTRE OS DIFERENTES

Aparentemente separados pelo modelo de organização de trabalho dominante na fazenda, a "panha" se caracteriza por colocar moradores e "baianos", em situação de contato, onde as concepções acerca de si próprios, sobre os outros e sobre a vida de cada grupo são colocadas, frente a frente, ao nível de suas representações.

Esse confronto de concepções, como se deixou claro nos primeiros capítulos deste trabalho, é elemento constituinte da identidade, que cada um atribui a si próprio, a partir das relações efetivas e imaginárias que estabelecem entre si. É essa identidade concebida e atribuída, junto às determinações da organização do trabalho, que qualificam o contato entre os dois grupos durante a "panha".

Esse contato definido, em última instância, pelas categorias com as quais cada grupo pensa a si próprio enquanto grupo social, faz emergir uma representação acerca de suas diferenças, o que, em última instância, define as possibilidades de relações inter-grupais durante a colheita. Ao construírem suas representações sobre seu próprio grupo e sobre o grupo do outro, moradores e "baianos", constroem também uma lógica que explica as diferenças internas a cada um dos grupos. Espelhando-se um no outro, esses trabalhadores acabam elaborando uma avaliação sobre o universo vivido de cada um, revelando o quanto cada um idealiza no outro, a possibilidade de se realocizarem socialmente, superando seus problemas mais cruciais.

IV.1 A PERSPECTIVA DOS MORADORES

A visão que os residentes possuem acerca de seu próprio grupo é fortemente negativa, marcada por representações que os qualificam como trabalhadores sem valor e sem direitos, e enquanto grupo social, sem união e força para enfrentarem o fazendeiro.

A questão do valor se apresenta no discurso dos moradores, como um conceito ligado ao reconhecimento por parte dos administradores e pelo próprio patrão. É portanto algo que deveria lhes ser atribuído em decorrência de suas condições de empregados daquela fazenda, e que pode ser medido através do salário que recebem ao final do mês. É importante notar, que em suas concepções, as duas dimensões estão intimamente ligadas, de tal forma a sugerir que, decorreria imediatamente da condição de empregado da fazenda o recebimento de um salário que satisfizesse minimamente suas necessidades: "Os moradores daqui não estão tendo valor. O povo daqui está trabalhando de graça." (BC2)

Veremos mais à frente como, para os moradores, o que lhes pode restituir o valor perdido, não é apenas o pagamento de um salário, mas restituição de suas condições perdidas com o fim do colonato.

Decorre dessa falta de valor, a falta de acesso aos direitos, que mesmo sem terem total consciência sobre quais seriam, afirmam nunca tê-los recebido. Essa questão se apresenta em relação às obrigações trabalhistas, mas se evidencia mais

quando do acerto final em caso de mudança da fazenda. Mais uma vez revela-se o quanto os trabalhadores residentes vivem uma situação híbrida entre o colonato e assalariamento. Em suas concepções, mesmo o trabalhador que resolve sair da fazenda, possui o direito de realizar um acerto, que representa, por um lado um reconhecimento de seu tempo de dedicação àquela fazenda, e de outro lado, uma ajuda para a reconstrução de sua vida em outro local.

No acerto final, entretanto, o que acaba imperando é a proposta da fazenda, que sequer é negociada ou acompanhada pelo Sindicato dos Trabalhadores, tomados por muitos como um sindicato "pelego", sem força: "Tudo depende da posição deles, do jeito deles, da consideração que eles tem com os camaradas. Tudo vai pela consciência deles, o que o camarada merece, o rendimento que teve. Quando a pessoa é mandada embora, aí pode até dar sorte da pessoa ficar satisfeita. Mas nós, quando fomos falar com eles, a gente queria um tanto prá comprar uma cama, uma mesa. Aí eles deram uma gorjetinha..." (C4)

Muitos afirmam que o processo de indenização desconsidera os princípios de reciprocidade que acreditam dever marcar toda a relação empregado-patrão: "O acerto é assim, eles inventam um acerto e pronto. Só que comigo eu não quero que aconteça isso, eu não quero acabar minha vida na fazenda." (C3)

Além de desconhecerem seus direitos, muitos se mostram receosos de serem perseguidos, caso passem a exigí-los: "O cara que trabalha numa fazenda aí, ele tem uns 5 anos que ele trabalha, se ele fôr exigir os direitos dêle... coitado, eles

mandam ele embora, e ainda falam na outra fazenda que ele vai, que ele é isso, que ele é aquilo, que ele rouba, que ele mata, que ele briga, só prá eles não dar serviço prá ele. Aí acabou. Prá resolver isso tinha que ter mais fiscalização. Mas também, muita gente não sabe dos direito. Essa quantidade de papel que o sujeito assina, às vezes assina até em branco. Tem muita gente aí que assina abono de família aqui e nem recebe.”(F4)

A falta de valor e a falta de direitos são questões muito importantes que definem, para o morador, sua perspectiva de futuro. Como veremos adiante, esse futuro não se liga a uma esperança de trabalho em um emprego onde valor e direitos sejam respeitádos. Idealizam a possibilidade ou de voltarem à uma condição próxima do colonato, ou de se tornarem autônomos, trabalhadores temporários, e para isso, necessitariam de utilizar não só o ganho da “panha”, mas também o acerto final, como estratégia de construção dessa autonomia, que tem na construção de suas próprias casas na cidade seu ponto de partida.

Outro fator que na visão dos trabalhadores residentes atesta o binômio falta de valor e de direitos se refere ao fato de não saberem nunca quanto receberão pelo mês que irão trabalhar, o que eles chamam de “receber no escuro”: “A pessoa aqui sempre trabalha sem saber quanto ele está ganhando. No final do mês, depois de trabalhar, é que ele vai saber o preço

dele." (C6)¹.

Apesar desses problemas todos, os moradores afirmam que muitos entre eles vivem idealizando uma mudança de fazenda como condição de melhoria, já que não esperam da Santa Elisa propostas que os satisfaçam ou que recomponha suas condições do passado. Isso faz com que afirmem que, apesar de uma auto-imagem ligada à permanência em um mesmo emprego, o empregado de fazenda esta sempre à procura de outro lugar prá trabalhar: "quem mora em fazenda sempre diz que lá é melhor". (B8) Nessa busca constante, acreditam que muitos deixam de perceber que, com todas as dificuldades, eles ainda vivem melhor do que quem mora nas cidades: "Eles não vêem que, às vezes o que mora aqui na roça têm mais do que o que mora na cidade. O que tá na roça pensa que ele é menos do que o que mora na cidade." (C6)

Mesmo afirmando se sentirem prejudicados pela falta de condições de lutarem por seus direitos, e de terem consciência do processo de perseguição empreendido em relação aos companheiros que lutam pelo próprio direito, os moradores revelam, como categoria importante na construção de suas identidades, o orgulho de permanecerem trabalhando num mesmo lugar durante anos, e de nunca terem passado pela necessidade de procurarem serviço: "Eu na minha vida, nunca fui numa fazenda pedir emprego. Graças a Deus. Eu já morei em 3 fazendas, e eles sempre iam lá me buscar. Eu nunca fui de falar assim "hoje eu vou

1. Aqui, novamente, fica claro o quanto os residentes ainda operam com valores próprios do sistema de colonato, onde o trabalho em grande parte era regido pelo sistema de empreitada, permitindo ao trabalhador um controle maior sobre a relação trabalho/remuneração.

caçar serviço". Não. Eu sempre esperei serviço dentro da minha casa."¹ (C8)

Durante a colheita, os residentes afirmam serem ainda mais desvalorizados pelos administradores da fazenda. Todos são unânimes em afirmar que são preteridos e prejudicados em relação aos demais trabalhadores temporários: "Aqui sempre foi assim. Eles dão a preferência pros de fora. É isso que eu não entendo. Aí o pessoal que é de fora ganha mais, porque quando o pessoal daqui, quando chega pra "panhar" o café, a safra já está acabando, e mesmo assim só pega sucata." (C2)

Se alguns admitem que o preço pago por balaio pode ser diferenciado em função dos "bairanos" estarem longe de suas casas, percebem que são preteridos por serem uma mão-de-obra constante, que mesmo sendo prejudicada continua disponível para a fazenda: "Ué, é porque eles pensam assim, o pessoal mora na fazenda direto, então vamo deixar quem veio do norte "panhar" café, porque esses morador são certo aqui na fazenda." (BC1)

Para os moradores, a experiência de morar na fazenda e de se submeterem àquela organização de trabalho, acabou por os deixarem medrosos e desunidos, vivendo mais de ilusão do que de realidade. Num primeiro nível, essa percepção diz respeito às dificuldades em que todos vivem, e que os impede de uma ajuda mútua: "Aqui até que tem uma união, mas ajudar um ao outro mesmo, ninguém tem condição de ajudar. Porque cada um pro seu lado, cada

1. Esta questão, como verificaremos à frente, é fundamental na construção da perspectiva com que os moradores concebem os trabalhadores volantes.

um prá si porque a condição de vida aqui é pouca." (C5) Mas também diz respeito aos efeitos dessa experiência em seus costumes tradicionais, expressos principalmente, na prática da "troca-de-dia", proibida pela fazenda junto à proibição do plantio do feijão da sêca : "Pobre foge de pobre, principalmente aqui na fazenda." (C3)

Os moradores acabam acreditando que como grupo de empregados a união é sempre muito difícil, em qualquer fazenda da região. O medo acaba impedindo a reconstituição de laços de solidariedade no novo modelo de exploração do trabalho: "Hoje eu falo com um determinado companheiro aí, quando eles me perguntam o que que eu acho de alguma coisa. Eu falo que acho isso, isso e isso. Mas muitas vezes ele sabe de alguma coisa e não falam de medo, medo de eu falar pro administrador, e aí o administrador fala "ah! você tá pondo o empregado contra a fazenda..." (C6)

Os moradores, ao se verem dessa forma, acabam por afirmar que o trabalhador de fazenda hoje "vive de ilusão. Naquela ilusão de que numa manhã, as coisas melhorem. Hoje tá difícil mas amanhã melhora. E vai vivendo assim." (C6)

Distantes do colonato, os residentes acabam se percebendo próximos da escravidão : "Muitas coisas assim o pessoal diz que a escravidão acabou, mas não acabou ainda não. Ainda existe ainda. Só não existe aquele negócio de empregado apanhar. Mas que existe ainda, praticamente existe." (C6)

Construindo uma imagem acerca do seu próprio grupo através de categorias que os distanciam cada vez mais de suas tradições e portanto, de seus ideais, os moradores concebem os

"bairanos" através de uma leitura que parece ressaltar aspectos que os colocam como uma espécie de invasores de seu próprio espaço. Se aos poucos foram sendo aceitos, permaneceram sendo considerados diferentes e em certa medida desiguais em relação ao seu próprio grupo.

Os moradores afirmam que nos primeiros anos em que os "bairanos" começaram a migrar para a Fazenda Santa Elisa, muitos acharam ruim e tinham medo: "De primeiro, nós achamos aquele povo muito esquisito. A gente chamava "ê bairano", aí o povo danava a brigar: "bairano é isso, é aquilo". Nós passava perto deles e eles nem conversavam." (C1)

No passado, os "bairanos" eram associados à figura de "índios" e ameaçavam com a sua presença - "antes de conhecer eles direito, eu pensava "esse povo parece índio. Tem que lidar com esse povo com um 32 na cintura, porque qualquer coisa meto um tiro na testa de um, porque eles não prestam não" (F4). No presente as relações entre os dois grupos parecem ter se alterado: "No princípio nós achamos ruim, mas hoje a gente acha até bom. A gente achava ruim, aquele povo, aquela gritaiada... quase que a gente não saía de casa, tinha medo deles. Mas hoje a gente sente falta deles, gosta desse movimento, eles estão todos educados..." (C7)

Se o estranhamento inicial se dissipou com o tempo, os moradores afirmam existir diferenças significativas entre seu próprio grupo e os "bairanos". Essas diferenças se referem, em primeiro lugar à questão da fala, percebida como o primeiro e mais evidente revelador de suas singularidades: "Eles

tem um conversar mais duro em dizer. Eles conversam mais bruto, não é tão macio igual a gente aqui do sul. Porque aqui no sul a conversa é mais devagar. Se eu tiver de dizer alguma coisa, é mais fácil de falar. Eles não, eles vão falando: "Tu... fez isso"... (C3)

A diferença no modo de falar, para alguns moradores é o que justifica a denominação de "bairanos": "Eles dizem que não são "bairanos" não. Têm o nome, mas não são "bairanos" não. Mas que não o que são? A língua deles é diferente da nossa. Prá nós eles são "bairanos". (C1) Entretanto, se a fala se revela um diferenciador, ela também se mostra um campo de negociações simbólicas, de aprendizado mútuo, de contato intergrupai que atesta a possibilidade de um trânsito entre as diferentes formas de expressão: "A língua deles é diferente, mas eles falam em toda língua, falam na nossa, falam na deles..." (C1)

Se a possibilidade de comunicação não se esgota nessas diferenças, há contudo uma percepção de que, para os moradores, é a sua fala que é a correta, cabendo aos "bairanos" a adoção deste modelo no interior da fazenda: "É assim, se eu começo a dizer - como é que é isso que você está falando? - aí eles me explicam como é. Uns trem eles falam errado. Por exemplo, terrão prá nós, eles falam torrão. Descansar prá nós quer dizer que a pessoa morreu, e prá eles é prá ganhar criança. O cupim eles falam murundu. Uma criação que não é castrada a gente fala que é sem castrar, eles falam marrodo. Tem muita coisa que eles falam que é tudo errado. Mas agora, quando eles estão aqui, eles já não falam igualzinho eles falavam. Já falam do jeito nosso. A

gente não acha jeito de falar do jeito de falar do deles." (C7)

Outra categoria que diferencia moradores e "bairianos", na perspectiva dos primeiros, diz respeito ao comportamento em público. Para aqueles, os "bairianos" são mais alegres e expressivos, o que é considerado um ponto positivo: "Eu acho que eles são mais alegres do que nós. Porque nós somos um tipo de nação que tem dia que fica num emburro!..., fica tudo calado, e eles... todas as vezes deles estão alegres. Esses "bairianos" são bons." (C1)¹

Outros moradores, entretanto, relacionam essa alegria de forma bastante negativa: "Eles são meio porcos, lambões. No primeiro ano deles, eles eram muito baguncentos, mas deu prá sujeitar eles assim. Mas no outro ano, aí eu já não tava aguentando mais." (C4)

A forma como constituem o grupo familiar e o costume de batizar são também apontados como elementos que os diferencia e que os separa: "Lá eles não casam. É muito difícil. Lá uma mocinha de 12 ou 13 anos ela sai de casa. Aqui a regra é outra. O batizar das crianças eu acho muito esquisito. Nasceu, nasceu igualzinho porco, uma criação, não batiza nada. A gente tenta ajudar mas eles se defendem." (C3)

Ao falarem dos comportamentos que se distanciam de forma mais radical do modelo ético que constitui seus próprios padrões culturais, os moradores acabam revelando um discurso

1. Talvez seja útil lembrar da questão de como os "bairianos" parecem aproximar a situação do trabalho da situação da festa, comentada no capítulo anterior.

ambiguo onde, a princípio, as diferenças são negadas a um nível genérico, mas afirmadas e sublinhadas ao nível dos comportamentos concretos e das situações a que cada grupo tem que enfrentar: "Eles são a mesma coisa que a gente. Mas eu acho assim, eles tão acostumados a sofrer mais, e a gente em vista deles não tem sofrimento nenhum. Eu acho que esse povo é doido demais." (F4) A vida que levam, parece aproximá-los daquilo que para os moradores constituiria uma certa loucura e que os fazia no passado, se mostrarem também como pessoas más e perigosas, que foram se alterando à medida em que foram sendo tomadas algumas medidas policiais: "Quando eles chegaram aqui, de primeiro, eles eram um pessoal muito mau. Não era um pessoal educado igual eles são agora. Porque agora a gente brinca com eles, com qualquer um e não briga mais. Mas na época que eles chegaram aqui, todos eles tinham uma peixeira enorme. Quando não era peixeira, era revólver. Prá eles, eu acho que não tinha lei não. Eram maus elementos mesmo. Aí a polícia vinha aqui, tomava faca, levava, prendia... aí eles tomaram medo." (C7)

Outra diferença percebida pelos moradores diz respeito à forma como tratam da saúde, considerada como uma maneira que não segue a certos preceitos fundamentais para a sua manutenção: "Esse pessoal faz muita extravagância. Muitos perdem a saúde lá por causa disso. As donas tão de resguardo e sai descalça. Desde o dia que ganha a criança, elas alimenta de qualquer coisa, não tem regime não, aí vai indo adoecer mesmo." (C7)

Uma última categoria diferenciadora é construída em relação ao desempenho que cada um dos grupos tem no trabalho

da "panha". Os "baianos", apesar de constituírem a mão-de-obra mais numerosa durante a colheita, são vistos pelos moradores como um grupo que não desempenha bem as atividades se comparados ao seu próprio trabalho. Para eles, isso pode ser explicado pelo nível de exigência da própria fazenda, mas também pela vontade de colher café, que acreditam ser maior entre moradores do que entre os "baianos": "Eles até trabalham direitinho, mas sempre na "panha" do café, não tem jeito de fazer um negócio limpo. Nós daqui panhamos melhor. Porque os daqui tem tanta vontade de panhar café... porque sempre eles apanham atrasado. Com aquela vontade de ganhar um dinheirinho, todo mundo fica esperto." (C2)

É interessante notar que, a visão dos moradores chega a definir que seu grupo se constitua num grupo mais interessado no trabalho, e portanto mais produtivo que os "baianos" que migram para a fazenda. De fato, se compararmos o desempenho de 2 grupos de trabalhadores, um de moradores e outro de "baianos", percebe-se que a produtividade dos primeiros é superior :

QUADRO 6.15

QUANTIDADE DE CAFÉ COLHIDO INDIVIDUALMENTE EM MÉDIA
DURANTE 12 SEMANAS, DENTRE UM GRUPO DE TRABALHADORES
RESIDENTES E BAIANOS - 1990

QUANTIDADE DE BALAIOS	BALAIOS COLHIDOS		MÉDIA DE BALAIOS COLHIDOS	
	MORA-	BAIA-	MORA-	BAIA-
	DOR	NO	DOR	NO
	%	%		
- 50	-	23,0	-	40
50 a 80	26,3	7,7	72	60
80 a 110	42,1	38,5	95	94
110 a 140	26,3	15,4	127	123
140 a 170	5,3	7,7	148	128
170 a 200	-	7,7	-	198
200 a 230	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	442	643

Entretanto, para a administração da fazenda, a questão é afirmada de outra forma. Se os moradores rendem mais, a qualidade do serviço dos trabalhadores eventuais se mostra maior: "Os do norte, o serviço é melhor, mais caprichado, inclusive até rende menos. Eles não rendem. Mas a qualidade do serviço é excelente. Os daqui são bom prá panhar, mas você tem que ficar em cima, porque se não, não sai um serviço bom não."

(AD2)

A partir dessas representações, os moradores afirmam também que para além das diferenças que constituem o

jeito de cada grupo, existem diferenças também na vida que cada um leva. E também aqui as representações remetem para uma perspectiva ambígua.

De forma geral, os moradores avaliam a vida do empregado da Fazenda Santa Elisa, mesmo com todas as reclamações e questões já comentadas, como uma vida bem melhor da que levam os "bairanos". Essa avaliação se baseia principalmente, na segurança que um trabalho fixo, mesmo que mal remunerado e sem muito futuro, representa para o trabalhador.

"Eu acho que nós da fazenda vivemos melhor. É igual eles sempre dizem, lá é difícil achar serviço. Por isso que fica saindo assim. Agora a gente aqui não. A gente deitou, quando é no outro dia já sabe o que vai fazer. Agora eles não. Eles trabalham um dia prá um, outro dia prá outro e não tem um serviço firme. Prá quem tem um serviço fixo é mais tranquilo." (C2). Para eles, se a contínua migração dos "bairanos" lhes traz maiores oportunidades, essas, entretanto, não garantem uma segurança.

Nesta linha de raciocínio, os moradores acreditam que o acesso a um serviço contínuo permite também que eles possam responder a certas necessidades que os "bairanos" encontram dificuldades em conseguir, só realizando quando passam uma temporada maior morando na própria fazenda: "Quando esses que ficam aqui chegam prá morar, eles vem praticamente com a roupa do corpo só. Sem mais nada. É depois que eles tão morando aqui é que ele começa a juntar dinheiro, arruma os móveis prá casa, melhora a alimentação dele. Eu não sei se eu estou puxando prá cá, mas aqui é melhor". (C6)

Entretanto, se avaliam que vivem melhor - é preciso lembrar que isso se relaciona também ao valor que atribuem, na construção de sua própria imagem, ao fato de não ficarem procurando serviço - os trabalhadores residentes, relativizam essas diferenças ao afirmarem que quem vive melhor "é quem tem terreno ou que mora numa fazenda onde tem liberdade de plantar, liberdade de criar um porco, um cavalo" (BC2), ou quem já comprou sua casa na cidade, o que em última instância, acaba nivelando-os em uma mesma situação de dificuldades. Do contrário, " nós ficamos na mão do fazendeiro, os tomadores de conta pegam no pé, porque a gente não tem para onde ir." (C8)

Contudo, para os moradores, os "baianos" se mostram no presente com uma vida melhor do que a que levam na fazenda em dois aspectos importantes. Por um lado, os "baianos" devido ao seu trabalho exclusivo na colheita, ganham, na visão dos moradores, bem mais do que eles próprios. Isso constitui uma diferença fundamental, tendo em vista a projeção que ambos os grupos fazem em relação ao que a "panha" pode lhes proporcionar em termos de projeto: "Eles, nesse pouco tempo que eles ficam aqui, o dinheiro que eles ganham no café é quase o que a gente leva 2 anos prá ganhar fora da safra."

Para que se tenha uma idéia, se compararmos os ganhos financeiros entre moradores e "baianos", verifica-se que as diferenças não são tão significativas, revelando mais uma vez, a idealização que cada grupo faz do outro.

QUADRO 6.16

QUADRO COMPARATIVO DOS GANHOS FINANCEIROS

DOS TRABALHADORES VOLANTES NORTE SEM PARENTE - COLHEITA 1990

FAIXA DE SALÁRIO MÍNIMO	Adiantamento		Gratificação		Produção	
	homem	mulher	homem	mulher	homem	mulher
até 1/4 SM	81,0	92,9	1,7	7,7	--	7,1
+ 1/4 a 1/2 SM	19,0	--	44,2	7,7	10,0	21,5
+ 1/2 a 1 SM	--	7,1	49,2	76,9	35,0	64,3
+ 1 a 1/2 SM	--	--	1,7	7,7	18,3	--
+ 1 1/2 a 2 SM	--	--	3,2	--	20,0	--
+ 3 a 4 SM	--	--	--	--	16,7	7,1

Conforme mostra o quadro anterior, 81% dos homens e 93% das mulheres receberam adiantamentos de até 1/4 do valor do salário mínimo. Esses adiantamentos são gastos, quase que invariavelmente, no pagamento de dívidas já contraídas no comércio local. As gratificações, que assumem no sistema de pagamento utilizado pela fazenda, um papel de estratégia de pressão para o aumento das jornadas de trabalho, apenas recuperam o valor descontado das marmitas fornecidas. Tanto entre os homens, quanto entre as mulheres, o valor da gratificação girou entre 1/4 e 1 salário mínimo, o que correspondia às marmitas fornecidas durante os 90 dias trabalhados na fazenda. O ganho por produção, relativo aos 3 meses de trabalho na colheita, apresentam um quadro que pouco se diferencia dos ganhos dos moradores. As mulheres, em sua maioria, receberam por todo o

trabalho realizado, entre 1/2 e 1 salário. Já os homens, apresentam um espectro mais diversificado: 45% receberam até 1 salário; 38% entre 1 e 2 salários, e apenas 16% de 3 a 4 salários mínimos pelos 90 dias de colheita.

Por outro lado, se a permanência do trabalhador num mesmo lugar é avaliado como melhor, ela apresenta, para os moradores um alto custo: a falta de liberdade e a ilusão da promessa. "Eu acho que a vida é melhor aqui, senão não vinha caminhão de lá prá cá, ia daqui prá lá. Mas o pior aqui é a promessa. Todo mundo aqui fala promessa, mas não cumprida. Mas aqui, eles fizeram tanta promessa na minha cabeça, se eu tivesse na minha terra, eu não estava trabalhando pros outros não. Eu perdi a liberdade que eu tinha." (C3)

Assim, para os moradores, mesmo com todas as diferenças que os "baianos" possuem em relação ao seu grupo, diferenças essas que por vezes os colocam em lugar inferior ao que ocupam, aqueles conseguem, ao nível das representações construídas, ter o que mais acreditam faltar em suas vidas: seu espaço, sua liberdade.

IV.2 - A PERSPECTIVA DOS "BAIANOS"

Os "bairanos" se utilizam de categorias bastante distintas das utilizadas pelos moradores, para caracterizarem seu próprio grupo no presente.

De maneira geral, os "bairanos" valorizam muito as relações decorrentes de suas redes de parentesco, compadrio e amizade. Mesmo mantendo o costume de separação de terras entre os herdeiros de uma mesma família, e enfrentando a realidade de migrarem cada vez mais continuamente, esses trabalhadores fazem da ligação a seus lugares de origem algo estruturante de suas opções de trabalho. O valor dado ao lugar de origem faz com que muitos abandonem a idéia de uma migração definitiva ou por longos períodos, mesmo avaliando que o trabalho fixo e contínuo se mostra melhor que o trabalho temporário¹:

" Eu tenho falado prá patroa aqui em casa "ô mulher, a gente pode rodar, morar uns tempos lá em Araxá, São Paulo, Santo Antônio, e nós podemos rodar por todas essas firmas aí, mas a gente tem que vir prá cá, porque é aqui que o nosso umbigo está enterrado. Aonde der mais a gente fica, a gente roda, mas volta porque aqui é a terra natal nossa." (B17)

A relação de pertencimento a um dado espaço se revela como um reconhecimento às relações de parentesco, tomadas como fator estruturante na vida dos "bairanos": "Eu moro junto do

1. Veremos à frente como os "bairanos" que se mudaram para a fazenda se comportam em relação à esta questão.

meu pai e da minha mãe. Então você tem saudade. Você pede a benção. Se o filho tiver amor pelos pais ele sente saudade. Num sente ?" (B20) A relação com os pais se refere a um modelo de família, onde esses se mostram ainda como elementos fundamentais na estruturação do grupo, mesmo na situação de se transformarem em trabalhadores migrantes¹: "A gente gosta de lá. O espaço da gente é esse que a gente sai. É pela segurança dos pais, dos irmãos. A casa da gente, a família, a gente sente falta. Eu tenho os meus pais, ela tem os dela, as irmandades toda da gente lá... prá gente mudar assim, de todo jeito a gente fica com saudade."

(B5)

Além de se afirmarem como pertencentes a um espaço social definido, os "bairanos" se vêem como pessoas alegres, honestas e que gostam muito de trabalhar: "O pessoal do norte, isso é um valor que a gente tem, é um grande valor que tem. Eles são muito honestos. Principalmente fora de casa, fora da região."

(F3)

"O peão, tudo é costume né? O peão é sempre assim uma pessoa sadia, gosta mesmo é de trabalhar. O peão é sempre alegre, não sei porque motivo. É difícil você ver um peão triste. Sempre ele é um cara assim... reclama, né? Claro que reclama, mas sempre peão está alegre." (B1)

Nessa forma de percepção, os "bairanos" se concebem de forma bastante diferenciada dos moradores, diferença essa que

1. Durhan afirma que a migração temporária opera uma certa alternância entre a fragmentação e a reconstituição dos grupos familiares, o que na verdade pode ser entendido como fracionamento e recomposição.

se consolida no reconhecimento de que, mesmo com todas as dificuldades vividas, eles se mantêm unidos e solidários, fazendo disso um valor muito importante na construção de suas identidades: "O povo acostumou com aquele lugar e quer ficar é ali mesmo. Ali eles não passam fome, não passam sofrimento de nada. Porque no norte, é um lugar de gente fraca, mas o pessoal de lá parece ser uma irmandade." (B20)

É interessante que, se entre os moradores a pobreza é considerada causa para a desunião, entre os "baianos" é justamente ela que fortalece os laços de solidariedade: "O cara aqui na fazenda, se cair numa situação dessa, se ele não tiver condições, essas coisas, eles acham que é porque ele não trabalha. Lá no norte não tem serviço, aí o pessoal faz aquela união com os outros. Aquele que caiu em má situação lá, eles ajudam ele." (B20)

Mas se a auto-percepção dos "baianos" se mostra fortemente positiva, ela não esconde também o reverso da situação em que vivem como trabalhadores temporários. Reconhecem que ao lado da alegria que o trabalho representa, acompanha a realidade de estarem sempre buscando alguma coisa: "É uma vida muito sofrida... às vezes tanto trabalho, mas a gente sofre muito de trabalhar assim. O trabalho não pára. A gente é muito alegre porque a gente não pára, tem aquele ganho prá receber e a gente fica alegre. Depois que passa aquela data, aí vem a tristeza de novo. E com a tristeza, a gente tem que procurar outro jeito, né?" (B16)

Para eles, a experiência de estarem sempre viajando traz coisas interessantes, porque vêem coisas

desconhecidas, e acabam se educando pela vida que levam :

"Isso traz muita coisa boa. é bom que a gente fica conhecendo mais gente, faz novas amizades, tem mais entendimento... porque o povo de lá diz que "o pai cria e o mundo educa". E tem muita gente que tem muito pouca educação, não sabe nem conversar." (B5)

O contato com o diferente é visto pelos "bairianos" como uma experiência que os faz crescer para o mundo: " A gente muda, a gente vê muitas coisinhas, mundo diferente que ninguém sabe, mas a gente sabe, e outros nunca têm porque não saem de casa. É bom sair, porque se você sair você fica sabendo o que vale de bom e o que vale de ruim. Prá mim diferencia muito. A idéia tem que esparramar um pouco." (B13)

Mas, se o olhar sobre si próprio revela uma capacidade significativa de transformar o que é consequência da desestruturação do modelo econômico de auto-subsistência em algo que pode ser estruturante de seus universos culturais, o "bairiano" também percebe o lado perverso deste processo. Por um lado, se, ao migrar, eles procuram manter suas identidades, seja pela manutenção de seus princípios de organização grupal, ou pela reapropriação das situações desconhecidas, esse trabalhador volante reconhece que o ato de migrar é uma necessidade para continuarem sendo vistos em seus próprios locais de moradia como trabalhadores e assim manterem seus créditos junto ao comércio local: "a gente sai, sabe por quê moço? Porque a gente tem vergonha. Porque esses que ficam lá, podem passar precisão do jeito que eles querem, mas eles não têm crédito no

comércio." (B13)

Por outro lado, afirmam que, por melhores que sejam as condições de trabalho encontradas em outros locais, o fato de trabalhar para um outro, além de ser consequência da pobreza em que vivem, pois só pobre trabalha para os outros, em nada contribui para fazê-los efetivamente crescerem, pois hoje a sociedade apesar de permitir certa mobilidade social, não dá valor aos trabalhadores: "O dinheiro que você trabalha prá fora e não trabalha prá si próprio, então ele não tem... não sei, ele não faz crescer. Naquela época, a gente andava mal trajado, a gente andava de qualquer jeito, a gente andava descalço. Hoje misturou. Você não sabe quem é rico ou quem é pobre. Mas naquela época você tinha valor." (B20)

Isso faz com que o "baiano" se veja como um sujeito singular: "peão é o bicho mais azarado que tem. Quanto mais ele está sofrendo, mais ele tá alegre." (B4)

Definindo-se desta forma no presente, os trabalhadores volantes, apresentam uma percepção relativamente ambígua com respeito às relações que estabelecem com os moradores da fazenda. Afirmam ser uma relação, que mesmo sem muita proximidade e intimidade, revela a amizade que ambos construíram ao longo dos anos: "Todo mundo tem amizade com o povo daqui. Até hoje, o povo de lá não teve dificuldades, nem passaram pito no povo daqui. Mas é o seguinte, encontra prá lá, cumprimenta, pergunta se está bom e tudo. Agora, intimidade aqui, prá ir na casa deles, ninguém tem." (B2)

Mesmo sem muita proximidade, os "baianos" afirmam que os moradores gostam do seu povo, realizam rezas em comum -

"vixe, nós já temos bastante conhecimento com o povo da fazenda, hoje mesmo nós estamos rezando naquela casa ali." (B14) - chegando a admitir que sentem falta um do outro quando a "panha" se encerra: "É como eu disse, tem uma amizade um com o outro, que quando eles vão embora, os daqui sentem saudade deles e nós sente saudade dos daqui. Acontece de um roubar galinha do outro, mas no meio de 500 ou 600 pessoas, vem gente desse tipo. Mas no mais é amizade." (TB2)

Entretanto, se alguns afirmam essa amizade, outros percebem que os moradores fazem questão de se mostrarem como "donos" daquele lugar, estabelecendo uma relação que ora revela medo - "eu acho que eles tem medo de nós. Porque o pessoal muitas das vezes fica reparando o tipo de pessoa. Eles acham que o pessoal nosso é valente" (B16) - mas ora revela raiva, compreendida pelos "bairanos" como uma reação dos moradores frente à união dos "bairanos": "O povo daqui eles acham que um não precisa um do outro. E lá não, lá tem mais união do que aqui. Eu acho que eles tem raiva da gente que trabalha aqui." (BC3)

Mais do que raiva, os trabalhadores volantes se sentem mal tratados pelos moradores, que os tomam como pessoas miseráveis e inferiores: "Eles ficam é desfazendo da gente, a gente era humilhado lá. Eles falam que a gente vai prá lá porque a gente passa fome. Os empregados da fazenda têm um orgulho muito grande, eles humilham a gente, falam que a gente não sabe nada, falamos errado...." (B20)

Essas dificuldades estão relacionadas, para os "bairanos", ao fato de se constituírem com um grupo social

distinto ao dos moradores. Tal e qual vimos anteriormente, os "bairianos" constroem um certo espectro de categorias com as quais definem as diferenças que percebem. A mais recorrente delas é também a questão da linguagem: "Diferencia assim, no idioma de falar. Tem uma diferençazinha assim poucamente. Quando eu vim prá cá a primeira vez era de dar risada. Eu falava uma coisas e eles achavam errado. O sotaque era diferente, tinha umas palavras diferentes." (TB2)

Da mesma forma, entre os "bairianos" parece haver uma concordância de que o "jeito certo de se falar" é aquele do local onde estão trabalhando: "Então eles davam risadas, levavam tudo na brincadeira. Hoje eu aprendi a falar igual a eles... mas é assim, quando eu estou aqui eu falo igual a eles e quando eu estou lá em casa, eu falo igual aos do norte. E hoje, essa turma toda que vêm aí, já sabe tudo falar igual a eles." (TB2) Entretanto, como o depoimento revela, o uso da fala se mostra um recurso situacional que é manipulado conforme as circunstâncias, fazendo com que no contexto da migração, os "bairianos" adaptem seu equipamento linguístico à situação de contato.

É interessante notar que, se entre os moradores a percepção das diferenças é anunciada quase que exclusivamente através da localização no comportamento dos "bairianos", de certos traços que os diferenciam de seu próprio grupo; entre estes o recurso se centra tanto na afirmação de singularidades próprias quanto na eleição, no comportamento do outro, de traços avaliados positivamente. Enquanto os moradores fazem um uso mais recorrente da atribuição de traços culturais indesejáveis no outro para definirem quem são, os "bairianos" ora se utilizam de

uma auto-percepção, que também se contrasta com os diferentes, mas que se mostra mais auto-centrada e positiva, ora adotam o modelo dos moradores como ideal, localizando neste grupo um certo ideal do que consideram mais correto.

Com relação à primeira forma de se pensar em contraposição aos moradores, os "bairianos" percebem a existência de diferenças no que se refere ao casamento: "Lá (no norte) a maioria lá não casa, junta, não é? é juntar, mesmo que amigar. Aqui não, o pessoal usa muito isso de casar, e nós não. Mas isso num atrapalha não. Às vezes é depois que adquire filho é que vai casar, porque senão o padre não batiza." (B1) Mesmo sendo diferente, os costumes em relação ao casamento não são afirmados como reveladores de qualquer negatividade.

No que se refere ao trabalho na "panha", os "bairianos" afirmam que são mais trabalhadores se comparados aos moradores: "Os que vem de lá trabalham, fazem o serviço melhor que eu já vi aí. O serviço não precisa de reclame. Aqui eles coçam o possível que pode, e têm muitos aqui que nós não vemos esforço mesmo não." (B7)

Os "bairianos" também percebem que suas festas se mostram mais fartas e bonitas que as festa dos moradores: "Lá é o seguinte, tem muita fartura. Você vai comer e beber a noite todinha, sanfona toca a noite inteirinha, no outro dia você fica com dó de sair da festa. Quando eu fui num casamento aqui eu estranhei. Ih... é diferente demais dos de lá! Mas é o tal negócio, todo lugar tem diferença. Não pode comparar, todo lugar tem diferença." (B20)

Quando se utilizam de categorias adscritivas dos moradores, os "bairianos" revelam o que se costuma chamar em antropologia de "etnocentrismo invertido", pois localizam no outro um ideal do que deveriam ser. Isso aparece quando comparam a forma de criarem os filhos - "o povo lá ignora demais com os filhos, qualquer coisinha ignora... aqui não, não judia, não xinga, não bate..." (B4) - quando percebem nos moradores um jeito mais quieto de ser - "aqui é o modo certo, é muito sossegado, sem brigar, xingar, é trabalhador..." (B14). Isso os faz pensar que os empregados da fazenda constituem um grupo mais unido: "Os da fazenda são mais fáceis, eu acho que são mais unidos do que os de lá." (TB2)

Para os "bairianos" os moradores são mais educados e recatados e por isso conversam menos: "Os daqui não carregam maldade. E os do norte, muitos carregam maldade. Os daqui são mais fechados, porque eu acho que eles não pensam em quase nada não. Os daqui conversam menos, tem vergonha." (BC4) É isso que, para eles, faz com que entre os moradores muitos tenham medo de seus companheiros: "O pessoal nosso é mais barulhento, mais cheio de anarquia e tudo. E o pessoal daqui é um pessoal mais quieto." (B16) Até a falta de um cumprimento, que poderia estar associado a algum sentimento de desprezo, é afirmado pelos volantes como característica positiva do bom comportamento dos moradores: "Às vezes você passa por alguém que mora aqui e às vezes ele nem te cumprimenta. Os do norte não, é aquela gritaiada. O pessoal daqui é quieto em casa e eles acham a gente valente, tem medo da gente" (B16)

Mas se a percepção dos trabalhadores volantes

acerca de suas diferenças com os moradores parece indicar uma idealização em relação aos mesmos, há também aqueles que revelam o quanto estas diferenças apontam para traços que reafirmam seu próprio grupo, revelando uma perspectiva mais estruturante de suas identidades: "O pessoal do norte é mais inteligente. Assim eu falo! Porque o povo de lá faz de tudo. Eu não gosto de falar não, porque todo mundo é de um jeito só, mas nós somos mais inteligentes." (B15)

Alguns chegam a afirmar que seu grupo se diferencia dos moradores por gostarem mais da liberdade, o que gera um comportamento mais expansivo e alegre: "tem diferença sim, porque o jeito deles é um, e os de cima é outro. O povo do norte é o seguinte, eles gostam muito de liberdade, eles têm um espírito mais alegre, gostam muito de comer também." (B18)

Nesse processo de se pensarem tanto pelo que distinguem em seus comportamentos como elementos positivos quanto por aquilo que no outro (o morador) se mostra como modelo ideal, os "baianos" afirmam que possuem uma visão de mundo diferente, um "pensamento" que se mostra singular em função das diferentes experiências com o trabalho. Aqui, esses trabalhadores reafirmam a diferença entre trabalhar para si próprio e o trabalho que é para um patrão: "O pensamento deles não é o nosso não, o pensamento deles é um, o nosso é outro. Porque a gente chega em casa, pega no serviço num lugar que é nosso, e aqui não pode pegar no serviço sem pedir ao fazendeiro. O lugar não é deles, quer dizer que aqui é tudo pela boca dos administradores." (B13)

Os "baianos" consideram, como veremos à frente,

que os moradores vivem em condições financeiras melhores do que as que caracterizam suas vidas, que é medida por eles através do trabalho contínuo e até pela possibilidade de juntarem dinheiro: "É claro que tem diferença. Os de lá são melhor em situação de vida. Lá você tem condições de juntar dinheiro, e aqui não tem." (B10)

Mas, se esses trabalhadores constroem suas identidades na situação de contato de forma ambivalente, isso não significa que percam suas próprias referências identificatórias, como fica claro quando pensam as suas próprias diferenças internas. Nesse ponto, percebem que de modo geral são os moradores que definem a diferença entre ser "baiano" e ser morador da fazenda: "Quem chama a gente de "baiano" são de lá mesmo, porque não conhecem aqui. Nós quando estamos com eles nós não achamos diferença neles, eles é que acham diferença nos daqui que vão prá lá." (B10)

Por outro lado, se os trabalhadores volantes fazem uso de uma identidade mais abrangente, sintetizada pela categoria "bairanos", e que corresponde a um sentimento de grupo quando confrontados aos moradores, entre si revelam que essa categoria se mostra pouco operativa, pois não ressalta os traços que os localizam em seu próprio universo cultural.

Essa diferenciação interna é clara quando se localizam no espaço da fazenda, como vimos anteriormente, mas também se mostra em relação a outras dimensões. A primeira delas está relacionada às diferenças que o pertencimento a um dado local de origem revela. Isso faz com que, entre si, a referência ao local de moradia se mostre sempre como mecanismo importante e

obrigatório de identificação: "Quem é daqui e vai lá, conhece quem nós somos. E aí fala assim - você é de onde? - Aí tem um de João Moreira, outro do Barreiro Raso, outro de São João da Ponte, então não trata de "baiano"." (B10)

Outra categoria utilizada diz respeito a quem tem experiência em migrar e aqueles que nunca saem de seus povoados, mesmo quando passam pelas mesmas necessidades e pressões econômicas. Os que não migram são vistos como pessoas que adquiriram um certo hábito que não se altera pelas pressões sociais e econômicas: "Tem uns lá que fazem um servicinho acanhado para eles mesmos. O servicinho para eles é um servicinho pequeno e não trabalha para firma, não trabalha para fazendeiro, nem para ninguém. Eles parecem que são umas pessoas que já adquiriram aquilo ali... uma mentalidade de trabalhar só para eles, e eles vivem aquilo ali. Eles tem necessidade de sair, não sei porque já pegaram aquele carranceiro, né? O carranceiro assim, de ficar quieto na casa deles...." (B17)

Há ainda as diferenças ligadas à idade e que se revela na forma como se relacionam e se posicionam no mundo. Para os mais velhos, os mais novos não pensam, fazendo da migração uma espécie de aventura: "Eu não sei não, mas esse pessoal mais novo não sabe apreciar o tempo. Você vê que esse pessoal mais velho, da nossa idade, tem imaginação e sabe aonde é que eles pisam. Esse povo mais novo não sabem o que que quer. Eles querem é sair no mundo e só fica assim, todo dia trupicando, sem sentido na cabeça, hoje é uma coisa amanhã é outra." (B13)

Além desses diferenciadores, os "bairanos" revelam

haver também disputas entre os integrantes das diferentes turmas, que sempre se sentem prejudicados em relação às outras turmas: "Na presença da gente é tudo igual, mas é sempre assim, quem está numa lavoura ruim, fala que está sendo prejudicado, que os outros estão numa boa." (B4)

Quando comparam a vida que levam em relação ao que pensam caracterizar a vida dos moradores, da mesma forma como na avaliação das relações travadas durante a "panha", esta também se apresenta de forma ambigua. Os "bairanos" também revelam uma certa diversidade ao compararem a vida que levam com a dos moradores. Essa ambigüidade se expressa em função da projeção que cada um dos grupos faz no outro, tendo em vista o que, por um lado, julgam faltar, no presente, em suas vidas, e por outro, o que pensam ser uma decorrência das dimensões que afirmam constituir suas tradições em São João da Ponte, e que não existem na Fazenda Santa Elisa.

O julgamento sobre quem vive melhor no presente, está sempre relacionado a certos valores que constituem o modelo ideal de trabalhador rural.

O primeiro deles se refere à oportunidade que a incidência maior de chuvas traz para realizarem seus plantios. Essa visão é carregada de uma idealização, já que, como vimos atrás, os moradores há anos se limitam a plantar o feijão das águas: "Ah! É bom, realmente eu acho que lá é bom, chove mais, tudo aquilo que planta, dá. Aqui você arrisca, planta uma lavoura, às vezes num ano que chove pouco e não dá nada." (F2)

Essa idealização se estende também às

possibilidades de terem pequenas criações em seus quintais, o que da mesma forma, verificamos estar cada vez mais difícil em decorrência do corte do plantio de milho, e de sua distribuição se dar de forma irregular e insuficiente. De qualquer forma, acreditam que os moradores estão melhor, porque "criam muita coisa, criam porcos, criam galinhas..." (B2)

Além disso, o fato de terem serviço continuamente, assegura aos moradores, na visão dos trabalhadores temporários, uma situação de maior tranquilidade em função da continuidade num mesmo serviço: "Porque você fica sossegado. Tem trabalho todo dia, não precisa mudar de patrão. Porque nós estamos aqui com um hoje, com outro amanhã, nunca que firma. Um dia está num lugar ruim, noutro dia num lugar melhor, o sujeito fica descontrolado." (B1)

Mais do que tranquilidade, ser empregado de uma fazenda, permite aos moradores permanecerem junto à suas famílias e no seu local de origem, o que para muitos constitui-se em valor e necessidade fundamentais: "Porque, por exemplo, amanhã eu vou prá lá e chegando lá não fico nem oito dias e depois saio de novo pra outro lugar, é sempre assim. Você só esquentar a mulher lá de quinze em quinze dias..." (B1)

Outro componente importante na comparação que os "baianos" fazem diz respeito à fartura que acreditam decorrer da situação dos moradores: "Igual eu falei pro senhor, eu comparo minha situação financeira. Eu acho que aquela pessoa daqui que está no mesmo nível que eu, está melhor financeiramente assim, sai melhor do que eu, porque eles têm... a dispensa deles é mais sortida do que a minha, eu vejo que é mais sortida. Então eu acho

também, que se eu morasse aqui, ou em Patrocínio, eu seria a mesma coisa deles." (B3)

Avaliam também que a vida na Fazenda Santa Elisa permite que os moradores guardem um dinheiro, capaz de os tornarem independentes dos fazendeiros quando quiserem sair da fazenda: "Então, muitos que moram aqui de velho e que já estão bem arranjados, qualquer tempo que eles saírem da fazenda eles têm o direito deles que dá prá eles comprarem um casa em qualquer lugar. Eles também têm um porco que pode vender e pôr o dinheiro no banco. Plantam uma roça, vende. Planta um feijão, vende, vai juntando o dinheiro aos poucos. Então todo o tempo que a pessoa der de sair já dá prá ter uns trocadinhos bons prá ela comprar uma casinha em outro lugar." (B5)

Há entretanto aqueles que acham, que os trabalhadores volantes do norte é que vivem melhor, porque apesar de avaliarem que a experiência de migrar só resulta em ganhos para o turmeiro - "porque quem cresce é o turmeiro, o peão não cresce. Na boca do fazendeiro eu não tenho valor, quem tem é o turmeiro." (B20) - afirmam que em São João da Ponte, com toda a dificuldade porque passam, eles trabalham menos, ganham mais e comem melhor - "na fazenda eles trabalham muito e ganham pouco e lá no norte a gente trabalha pouco e ganha mais e vive uma vida mais ou menos melhor, pelo menos de alimento" (B20).

Eles também raciocinam que, em sua cidade, conseguem manter certos valores fundamentais que organizam as relações entre as pessoas, o que acreditam não existir na fazenda: "A gente tem liberdade, o povo lá é escravo da fazenda,

e eu nunca conheci o que é ser escravo. Aqui ninguém tem olho grande nas coisas dos outros e lá parece que tem. Isso aí quer dizer, é uma espécie de ambição, de olho grande." (B20)

Se a falta de serviço, ou a falta de um patrão fixo é lamentada por uns, para outros ela é condição de liberdade e de autonomia sobre o tipo de vida que se quer levar: "Em São João da Ponte é melhor, porque lá a gente anda desimpedido, trabalha o dia que quer, come do modo que quiser. O camarada que mora na fazenda ele é obrigado a levar para o serviço até os meninos que estão chupando o peito da mãe. E lá não." (B7)

Tal e qual alguns moradores, o discurso dos "bairianos" reconhece também uma certa proximidade entre a vida dos dois grupos. Esta proximidade se refere ao fato de ambos serem pobres e como tal em nada se diferenciarem um dos outros: "No final fica uma coisa pela outra. Se fôr passar, é uma coisa pela outra. O pobre não tem carreira. Tudo quanto é carreira dele é torta." (B7) Esse reconhecimento de situações que se igualam, se refere também ao fato de que mesmo quando ganham menos que os moradores, os "bairianos" possuem suas propriedades, o que os faz recuperar a desvantagem do ganho menor: "Eu acho que é igual. Quando eles ganham melhor, nós empata. Lá nós temos nossas terrinhas. Aqui eles moram de agregados. Porque a gente pode ir pra Santo Antônio, São Paulo, Bahia, qualquer lugar, que a gente sabe pra onde voltar. A gente tem o nosso local. É ruim a gente morar na terra de um, na terra de outro, porque as vezes o dono chega e fala "eu não quero você mais aqui". (B13)

V - OS "BAIANOS-MORADORES" COMO CATEGORIA INTERMEDIÁRIA

Dentre as 35 famílias de trabalhadores residentes na fazenda, 5 eram constituídas de trabalhadores temporários de São João da Ponte, que, após um período de colheita, resolveram permanecer trabalhando ali. A permanência ocorre quando, a partir do interesse demonstrado pelo chefe da família ao administrador da fazenda, existe necessidade concreta de contratação de mão-de-obra constante, motivada pela mudança de algum trabalhador residente.

Para essas famílias, a mudança para a fazenda representa a tentativa de realização daquilo que, em sua própria terra se mostrava impossível de ser conseguido: o trabalho fixo e contínuo.

As razões que fizeram esses trabalhadores permanecerem na fazenda após o período da "panha" estão estreitamente ligadas à idealização que fazem em relação à vida de empregado: o acesso à terra para o plantio. Essa idealização se baseava na experiência pela qual haviam passado em outras colheitas, durante a época em que ainda eram permitidas as plantações consorciadas. Acreditavam que as boas condições de trabalho encontradas durante a colheita seriam estendidas ao período de entressafra: "Eu fiz a "panha" aqui e gostei muito do lugar. Eu toda vida gostei de plantar. Quando a gente chegava aqui, via nesses cafés bastante milho, um monte de milho, feijão, todo mundo com aquele farturão aí eu pensei: "aqui é terra de fartura, eu vou ficar aqui pelo menos 1 ano". (BC4)

Outro fator determinante na decisão de migrar por

um período maior do que os 90 dias de colheita diz respeito às informações de conterrâneos que já haviam se mudado para a fazenda: "Eu fui apanhar café e ficar lá só os 90 dias. Mas eu fui chegando lá, os encarregados da fazenda tratavam a gente muito bem, então foi o caso que me puxou prá lá. Tinha também o Seu J. que estava lá, e ele era daqui de casa, e me puxou nesse tipo de coisa." (B20)

Se a presença de um conterrâneo se mostrava como um fator decisivo, o que mais definia a opção eram as notícias, que aqueles veiculavam, de que na fazenda as condições de trabalho e de vida eram muito boas: "A notícia que eu tinha de lá era só vantagem. Desvantagem nenhuma." (B20) Tais notícias chegavam a consolidar nos "bairianos" a perspectiva de estarem vivendo um sonho: "Quando nós chegamos aqui era outra coisa de lá. A gente sonhava com aquela trenharada. O Seu E. era bom demais prá nós, era igual um pai." (BC2)

Entretanto, se a decisão se fiava na possibilidade de realizarem o que em suas terras se mostrava impossível, a permanência na fazenda nunca assumia um caráter definitivo. Todos mantinham suas casas montadas em São João da Ponte - "eu não vim de mudança não, vim com a família, mas essas coisas de casa eu não trouxe não, deixei tudo lá" (BC4) - e tal e qual a migração para a "panha", procuravam construir condições para melhorarem de vida em suas próprias cidades. Isto é, mesmo quando resolviam permanecer na fazenda, realizando o que a nível ideal, afirmam ser a melhor situação de trabalho, os "bairianos" permaneciam voltados para a realização do retorno às suas terras.

Contudo, a experiência na fazenda se mostrou bastante distante de suas idealizações. Em primeiro lugar porque a possibilidade de plantarem foi logo proibida pelos administradores¹. Além disso, foram descobrindo que na condição de residentes, a realidade do trabalho se mostrava outra: passavam a trabalhar mais do que trabalhavam em seus locais de origem, vivendo, em contrapartida, uma vida mais difícil e bastante diferente de seus costumes: "Lá no norte eu não malhava como eu malho aqui. Lá eu trabalhava 3 dias e ficava 5 ou 6 parado. E não é coisa de dizer que eu vivia mais ruim não. A comidinha era mais forte um pouquinho, e eu sei lá que mistério é esse, mas era melhor um pouquinho. Quer dizer, trabalhava menos e vivia melhor." (BC4)

Na condição de residentes, descobriram também que a participação na "panha", experiência decisiva para optarem para permanecerem na fazenda, se mostrava agora de forma bastante diferente: "Porque a gente que ficou na fazenda, nem na panha dá prá ganhar dinheiro. Quem mora lá só pega resto, trabalhava um dia todo prá apanhar um balainho de café só." (B20)

Chamados pelos administradores para cobrirem a falta de mão-de-obra constante, ou como resultado de seus insistentes pedidos para ficarem, os "bairanos", além de não verem seus sonhos de melhoria realizados, começam a se endividar no armazém da fazenda, passando a trabalhar para saldarem dívidas: "Podia ter sido melhor, porque eu cheguei devendo 10 contos, e

1. Os primeiros "bairanos" a permanecerem na fazenda datam de 1982/1983. Já a partir de 1986/1987 o corte no plantio é instituído.

precisei ainda fazer uma feira... olha, eu vou te falar, demorou prá eu pagar esses 10 contos. Nossa Senhora! Todo acerto eles diziam - "você ficou me devendo tanto." - eu fui pagar essa conta um ano depois, e olha que nós trabalhamos." (BC1)

Das 5 famílias de "bairanos" que residiam na fazenda durante a colheita de 1990, 3 estavam apenas esperando o final da colheita para voltarem para São João da Ponte, depois de 2 ou 3 anos de permanência.

Durante o período em que moraram na fazenda, esses trabalhadores parecem ter vivido uma dupla experiência cultural. Projetando na situação de morador condições idealizadas e tendo que se localizar em meio a uma rede social já construída a partir de relações e interações entre sujeitos do próprio local, os "bairanos" suspendiam provisoriamente suas próprias identidades, passando, de forma estratégica, a se comportarem como moradores. Esse comportamento, entretanto, longe de representar uma ruptura radical com seus padrões culturais originais, representava uma experiência de duplo pertencimento a contextos identificatórios diferentes. Entretanto, durante os períodos de colheita, esse grupo continuava a ser tratado por seus conterrâneos como iguais - "eles considera a gente como de lá mesmo. Eles vão chegando e vão falando 'vão embora cumpadre, vão embora cumpadre...'" (BC1). Entre os moradores e nos períodos de entressafra, esses "bairanos" fundiam situacionalmente suas identidades originais aos padrões locais.

Pelo fato de serem provenientes de localidades diferentes em São João da Ponte, e de terem que se adaptar

rapidamente ao novo sistema de trabalho, esse grupo de "bairanos" não desenvolvia qualquer relação de maior proximidade entre si, procurando nos moradores as alianças necessárias para se integrarem ao novo contexto. Essa opção se mostrava também estratégica: "Acontece o seguinte: os de lá do norte a gente conhece alguns. São da terra natal mesmo. Aqui a gente tem que somar o conhecimento das pessoas daqui da fazenda mesmo. O conhecimento lá é certo, então a gente tem que somar com os daqui. Porque não pode pegar o conhecimento só com o pessoal lá do norte não, uai!." (BC1)

Nesse processo, cada um encontrou em um vizinho ou companheiro de tarefas, a pessoa ideal para ir ensinando o serviço e explicando as regras daquele novo contexto: "Ele me deu muito conselho, me ensinou como fazer as coisas." (BC4) Ser um "bairano" residente na fazenda acabava definindo um padrão de relacionamento entre esses, marcado pelo distanciamento, resultado da dupla identidade que assumiam: "Então o pessoal do norte que fica morando aqui, a gente não visita eles mais do que os outros, nem fica falando sobre o norte. Vimos prá cá, então é como se a gente fosse daqui." (BC4)

A adaptação ao novo contexto é, contudo, lenta, exigindo um tempo de permanência e de negociação de códigos: "Nos começos, quando a gente chega, tem dificuldades. Quando nós viemos de lá prá cá, nós achamos diferente o modo de falar. Porque lá a gente fala de um tipo e aqui eles falam de outro tipo. Mas inclusive eles já foram acostumando com a gente que até hoje eles deram prá caçoar de nós. Mas nós também vamo falar na língua deles." (BC1)

Mas, uma vez experientes em se introduzirem nos contextos mais diversos - consequência de suas rotas de migração temporária - os "bairanos" residentes da fazenda revelam uma capacidade muito grande de construir e reconstruir suas identidades : "Eu penso em voltar um dia, porque tem minhas coisas lá, minha família. A gente foi nascido ali, a gente cria amor. Mesmo sendo um lugar difícil, a gente lembra. Mas o cara que está acostumado a sair assim, ele não estranha não. Quem é acostumado a sair, acostuma em qualquer lugar." (BC3)

VI - PERSPECTIVAS E IDEALIZAÇÕES DO FUTURO

Ao realizarem uma leitura sobre o passado e o presente, moradores e "baianos" revelam também seus projetos e suas idealizações. Como nas outras dimensões aqui trabalhadas, ambos os grupos revelam, na maneira como arquitetam o futuro, valores e perspectivas que constituem suas identidades contrastivas.

VI.1 O FUTURO PARA OS MORADORES

Para os moradores o futuro na Fazenda Santa Elisa é sempre pensado de uma maneira cética e crítica. Não acreditam em melhorias substantivas, chegando ao ponto de expressarem prognósticos de contínua deterioração das condições de vida e de trabalho, decorrentes não só dos problemas que identificam a partir de suas próprias experiências, mas também em função da crise em que acreditam o mercado de café se encontrar, e dos constantes cortes de gastos que o fazendeiro vem empreendendo: "Mudar aqui só se fôr prá pior. Prá melhor não tem jeito não. Porque como o tempo passa, você vê que as coisas vão complicando, o sujeito quer reduzir gastos, aí você vai falar eles dizem, "o café tá em baixa"."(F4)

A falta de perspectivas futuras chega a um ponto no qual afirmam que esperam uma situação pior daquela que se desenharia caso fossem despedidos: "Vai chegar uma época aqui, que se continuar desse jeito, vai ficar pior do que pôr o povo na

rua. Você não pode criar uma galinha, um porco, não vai. criar nada... e prá você viver sobre os braços! Aí não dá não." (BC4)

Para alguns, entretanto, a esperança de melhoria se prende à avaliação de que é impossível viverem em piores condições do que aquelas existentes na fazenda: "Talvez melhore né? Eu não posso falar que melhora, porque não melhora. Por mais que tem que ser, tem que melhorar, porque se piorar é impossível." (BC2)

Entretanto, se as possibilidades de melhoria na fazenda são avaliadas com muito pessimismo, alguns acreditam que se houvesse interesse em melhorar, bastaria que autorizassem novamente o plantio das rocas brancas, e se substituísse os administradores por um fazendeiro interessado e presente na fazenda: "A gente queixa, todo mundo aí, queixa que quem está escangalhando com tudo aí é quem toma conta. Seu F. é o dono, mais quem manda são os administradores. Ele num mês vem aqui umas 3 vezes só. Se ele quizesse jogar mesmo prá arrumar as coisas, capaz que melhorasse. Mas tudo são os outros quem resolvem, é só de lá que ele manda as coisas." (BC2)

Para os moradores, as mudanças são simples, "é só deixar plantar, que ninguém clama da vida não. É melhor ganhar um dinheiro menor e plantar." Entretanto, "aqui a gente ganha menor e não planta. Aqui ele congelou o salário e aí não tem saída. A gente não tem plantação, não têm salário, não tem nada. Só não consegue, graças a Deus, passar fome. Mas o resto... A gente já tá quase chegando nesse ponto." (C3)

A falta de perspectivas futuras chega ao ponto, de elaborarem visões apocalípticas, ligadas à possibilidade de

virem a passar fome, sinalização radical de uma falta total de futuro: "Ah!, o futuro? Tem hora que eu penso que tá parado, que nós estamos andando prá trás. Eu tenho muito medo desse modo de comer acabar. Eu tenho muito medo da gente arrumar o modo de dinheiro e não arranjar o modo de gente. Porque onde é que vai tirando e não vai pondo nada no lugar, aquilo acaba. Não é nada custoso de acontecer isso." (C1)

Sem expectativas com relação ao futuro na fazenda, os moradores idealizam projetos pessoais, todos ligados a um outro espaço, a uma alternativa em relação aquele local onde passaram boa parte de suas vidas.

O primeiro deles diz respeito à possibilidade de mudança para uma outra fazenda, onde seja possível voltar a plantar: "Se eles deixassem plantar, aí eu não tinha idéia de mudar não. Porque a gente já acostumou, um lugar onde a gente gosta de todo mundo. Mas sem plantar não tem jeito não, vou caçar um lugarzinho onde a gente planta de tudo." (C7)

Mas muitos se questionam sobre a melhoria que esta mudança poderia efetivamente trazer, já que avaliam que na região não existem fazendas melhores: "Bom, fazenda é quase tudo uma coisa só. Quem mora aqui, não sai daqui porque ele sabe que aí vai ser a mesma coisa." (C6) Sem visualizar alternativas mais próximas, alguns preferem pensar em abandonar o trabalho na fazenda: "Porque prá continuar trabalhando pros outros, prá mim não tem profissão que presta. Trabalhar pros outros é igualzinho o cativoiro. A gente não tem liberdade." (F4)

Outros idealizam a reconstrução de sua autonomia,

conseguindo construir na cidade uma casa, onde possam deixar a família e partir em busca de melhores ofertas de serviço. Nessa mudança, os moradores acreditam que poderiam colocar um fim em seus problemas vividos no interior da fazenda:

"A coisa que eu mais quero na minha vida é sair dessa fazenda. O meu plano é fazer o que eu puder e conseguir minha casa na cidade. Aí mudar prá lá. O serviço não falta. Eu quero é mexer com obras, sair em firmas de construção." (C3)

A vontade de mudar revela um limite a que acreditam terem chegado alí na Fazenda Santa Elisa: "De vez em quando eu penso em sair, agora vontade grande eu não tenho não. Porque se eu sair daqui eu tenho que ir prá uma capital, porque prá fazenda e ficar na mesma? Mas quando eu penso que na capital ganha mais, mas gasta muito... eu não sei não..." (C5)

Desterritorializados na fazenda, sem perspectivas concretas de alterarem suas vidas, os moradores ora idealizam uma situação que tem na casa da cidade seu ponto central, posto que representa um espaço onde possam deixar a família e saírem para buscar serviço, ora avaliam que não poderão realizar nem o sonho de ensinarem alguma coisa para os filhos: "Quando eu estiver mais velho um bocadinho, eles já vão querer fazer alguma coisa, e eu vou ter o quê prá ensinar prá eles? Eu chego a ficar triste, porque eu não sei nada, nem vou aprender, nem vou ter nada prá ensinar pros meus filhos." (C5)

VI.2 - O FUTURO PARA OS "BAIANOS"

Entre os "bairanos", da mesma forma que entre os moradores, a perspectiva ocorre de maneira muito cética.

Com relação à São João da Ponte, acreditam que a única coisa que poderia trazer uma melhoria objetiva em suas vidas seria o asfaltamento da estrada que liga o município à cidade de Montes Claros, pólo econômico da região. Para os "bairanos" o asfalto traria um maior progresso para o comércio da região, atraindo indústrias, barateando os preços e melhorando o conforto das pessoas: "Você sabe porque o feijão é caro prá nós aqui? Chega ali dentro de Japonvar, os camioneiro perguntam 'a entrada para São João da Ponte é aonde? é essa aqui?!' Aí o camioneiro está cheio de arroz, cheio de feijão, o que que ele faz? Entra prá Januária e despeja tudo lá. Porque ele não vai atracar um caminhão cheio de mercadorias de Belo Horizonte, de São Paulo, numa estrada dessa aqui. Então, eu tenho essa esperança que o nosso município pode melhorar. Já vão colocar indústrias para as pessoas trabalhar. Então é o que eu falo, na hora que o asfalto entrar e passar nessa moenda aqui, as coisas vão melhorar muito." (B10)

Em relação à Fazenda Santa Elisa, suas perspectivas futuras apontam apenas para a necessidade de se melhorar a comida que é servida e o preço pago pelo balaio de café colhido, pois, avaliam, como deixamos claro anteriormente, que ali tudo corre bem se comparado a outros locais para onde migram: "Prá melhorar mais na fazenda, é o prato. Motivo de

comida... a gente queixa muito.. Vai indo enjoa, arroz e feijão todo dia. E os ganhos, porque muitos aí coitados, se cobrarem a marmitta dele, eles vão ficar devendo a fazenda." (B1)

Mas se a cidade e a fazenda podem melhorar, suas vidas não possuem a mesma perspectiva: "Ô moço, eu não faço idéia não, porque o peão, para melhorar de vida é difícil. O peão sofre demais." (B3) A única possibilidade de mudança que idealizam se refere à alternativa de se tornarem empregados de uma fazenda, se transformando assim, no que os moradores negam e excluem de seus planos: "Se a gente achar uma colocação prá gente, e evitar de sair, de pegar o pau-de-arara, aí estando trabalhando, morando em fazenda, aqui ou prá cima daqui, ficando com a família, acho que ia melhorar. Porque não tem outra opção." (B3)

Mas, mesmo arquitetando essas possibilidades, os "bairanos" se mostram descrentes em relação a um futuro melhor: "Daqui prá frente, a gente está indeciso. Porque melhora, eu acho que a gente vai ter que esperar porque a gente não vai ter mais não. Porque cada um que entra prá ser governo é mais ruim do que o outro. Cada um que entra prá ser presidente é mais ruim que o outro. Então eu acho que não vai ter melhora não." (B2)

Há como se pode perceber, tanto entre os moradores quanto entre os "bairanos", uma polarização no passado, enquanto um modelo idealizado de vida para ambos os grupos. Presos às dificuldades do presente, o futuro se apresenta como uma categoria que revela mais os limites que as possibilidades concretas de transformações.

CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

Definindo a "panha" do café na Fazenda Santa Elisa como uma situação social de contato, procurei estudá-la como que constituindo um território de inteligibilidades, cujas determinações são referentes aos contextos específicos de seus sujeitos. Isso quer dizer que, se a própria colheita define os limites e as possibilidades de trocas simbólicas entre moradores e "baianos", essas se mostraram articuladas aos contextos originários de cada um dos grupos, resultando em um processo dinâmico e dialético de construção e reconstrução de significados.

Nesse sentido, as diferenças entre os grupos assumiram uma dupla significância. Por um lado correspondem à heterogeneidade dos contextos e a diversidade de concepções e percepções de seus sujeitos. Por outro, as singularidades são vividas e pensadas como limites a que tanto os iguais quanto os diferentes estão submetidos. As diferenças no universo de cada grupo, são representadas como limites do outro, na medida em que se originam de sistemas de representações próprios que definem valores, estabelecem lugares sociais, postulam ordens. Esse processo se desenvolve a partir de contatos e confrontos que, se possuem uma base ou realidade empírica, se caracterizam por serem essencialmente simbólicos.

Essa dimensão simbólica faz com que percebamos características comuns, resultados de certas invariantes da vida social de trabalhadores rurais, mas também, uma dimensão de

singularidade, que reflete certas modalidades particulares de estrutura social, que em última instância, demarca as identidades de cada grupo.

Procurei mostrar como a análise do contato entre moradores e "bairianos", revela a coexistência de sistemas simbólicos que, atualizados por situações concretamente vividas, revelam suas fronteiras, suas ambigüidades, suas dimensões irredutíveis e suas possibilidades de fusão. Nesse sentido, este trabalho pode ser resumido como uma busca de compreensão das respostas que cada grupo dá aos seus próprios desafios, e das possibilidades de se constituírem num diálogo intersubjetivo, característico das situações de contato entre grupos simétricos.

As diferenças entre moradores e "bairianos" se mostraram, não como sobrevivências de particularidades isoladas, mas como respostas de ambos os grupos frente à dinâmica das relações sociais. Se os sistemas de representação que distinguem, diferenciam e hierarquizam a realidade pressupõem sempre uma certa totalidade, um campo comum de situações e valores, procurei mostrar como cada grupo vivencia essas situações e se apropria desses valores, na construção de perspectivas próprias e singulares.

O processo de identificação que cada grupo constrói, e através do qual submete sua conceituação do outro, revela assim, limites inclusivos, na medida em que institui definições a respeito da pertinência ao seu próprio grupo, e limites exclusivos, decorrência da percepção que, por oposição, constrói do outro. Nesse processo, tanto elementos

positivamente afirmados no outro, quanto perspectivas negativas e estereotipadas são manipuladas na construção de suas leituras, o que revela um componente eminentemente especular, fruto da contrastividade intrínseca do contato e do processo social de identificação. Além de resultar da auto e hetero atribuição de sinais e traços distintivos, a identidade de cada grupo revela a manipulação que cada um faz de sua imagem e da imagem do outro, reconstruindo-se e ao outro de forma negativa ou positiva, o que torna explícito os elementos que são escolhidos como privilegiados para individualizar cada grupo. A situação de contato faz com que cada grupo, ao falar de si e do outro, não só revele uma idéia coletiva e um sentimento partilhado que lhe constitui como grupo, mas que também se afirme simbolicamente como uma reconstrução, negativa ou positiva, do outro. Nessa dimensão, procurei mostrar também como, apesar da mesma referência cultural, indivíduos de um mesmo grupo revelam e exercitam suas diferenças internas, como sujeitos de um ato discursivo próprio.

O encontro de moradores e "bairianos" constitui uma situação de contato intercultural, efetivada numa determinada conjuntura, onde vários domínios constitutivos de suas identidades interagem revelando tradições diversas, origens históricas próprias, e a autonomia e auto-suficiência com que cada um constrói sua identidade. Como uma espécie de diálogo intercultural, o processo de contato entre moradores e "bairianos" pode ser melhor compreendido, para além de sua factualidade, como o resultado de uma relação paradoxal, fruto dos significados que cada um assume ao olhar do outro.

Tal relação, resultante da conjunção de valores próprios e diferentes que se inter cruzam, não decorre de padrões de desigualdade explícita ou dominação entre os sujeitos. São relações entre sujeitos que, a despeito de todo o processo de mudança, seja pela realidade da migração contínua dos trabalhadores volantes, seja pela alteração do lugar social na fazenda - como é o caso dos trabalhadores moradores - parecem insistir em se estabilizarem, fazendo das situações desconstrutivas que ameaçam desestabilizá-las, ações criativas de resistência ou de busca de uma nova identidade.

Entretanto, se não há relações de dominação entre estes dois sujeitos sociais, isto não quer dizer que as diferenças sejam subtraídas do cenário social de contato. O que esse estudo realizou foi justamente uma aproximação desta realidade, procurando compreender também a participação de um terceiro elemento, a Fazenda, na afirmação de identidades culturais no processo de reprodução social desses trabalhadores.

é possível, a partir destes pontos, apresentar algumas questões mais conclusivas.

1) No que diz respeito a auto-percepção de cada grupo, os moradores se afirmam hoje como trabalhadores sem valor, sem direitos, e por isso, em contínua busca de mudança e rompimento com esta situação. Essa ruptura, entretanto, se mostra mais presente ao nível de suas aspirações construídas a partir de suas experiências no presente, tendo como parâmetros as idealizações do passado e do futuro, do que propriamente como um projeto organizado coletivamente. Várias são as causas dessa idealização que não articula uma prática real. De um lado, os moradores estão conscientes de que a situação que vivem na fazenda não possui um caráter de excepcionalidade, pois se estende às demais propriedades da região. Até a busca de melhores condições de trabalho em outra fazenda, na hipótese dessa alternativa existir, poderia significar sua estigmatização como mal trabalhador, o que na prática reduziria ainda mais suas possibilidades de manutenção ao nível que vivem na atualidade. Contudo, mesmo que se vendo como uma categoria que perdeu seu valor, os moradores se mostram zelosos pela manutenção de suas imagens e status, onde certos princípios ou categorias identificatórias definem o empregado de fazenda como alguém que deve ser procurado pelos fazendeiros, e que nunca sai em busca de serviços. Faz parte do processo de auto-reconhecimento de seus valores, principalmente numa época em que esse valor não lhes é atribuído, uma certa postura de vigilância e manutenção, pelo menos ao nível simbólico, de uma imagem positiva de si mesmo.

Morando há anos na fazenda, submetidos a regras e normas que contemporaneamente os retirou da condição de colonos,

os moradores se percebem hoje como trabalhadores receosos, ressentidos, passivos, sem união e força, e além disso, iludidos de que as coisas possam vir a melhorar. Apesar dessa auto-imagem bastante negativa ser construída não como afirmação de traços essenciais e originais de suas identidades, mas como resultantes do contexto onde vivem, os moradores, mesmo assim, afirmam suas ligações afetivas com a fazenda, enquanto espaço vivido, território de uma história que lhes diz respeito.

Entre os trabalhadores volantes de São João da Ponte, sua auto-imagem parece ser construída, a despeito dos efeitos que o processo de migração opera ao nível de suas categorias de pensamento, de forma mais positiva. Os "bairanos" se vêem como trabalhadores honestos, unidos e solidários. Eles se mostram expressivamente ligados a seus contextos de origem, tanto no que se refere à sociedade local, quanto aos grupos familiares e de vizinhança, expressando através desse apego a dimensão negativa do processo de migração que os distancia temporariamente de suas redes primárias. Mas apesar da migração ter se incorporado à sua vida cotidiana, é ela que hoje assegura de forma mais duradoura a permanência ainda que provisória e a manutenção de certos padrões identificatórios. Estes valorizam o modelo vivido no passado, transformando-o num modelo ideal de reprodução social. Ser trabalhador volante é o resultado compulsório das transformações sócio-econômicas ocorridas em seus contextos de origem, mas é também uma estratégia adotada, na qual a dispersão contínua, a mudança, cria as condições de se reconhecerem com os mesmos.

Em uma perspectiva mais totalizante, a condição de

migrante se iguala à condição de qualquer trabalhador que trabalha para outro. O trabalho que tem valor é o trabalho para si próprio, sob seus domínios, sob sua autonomia.

2) No que se refere às diferenças que marcam as singularidades de cada grupo, os moradores constroem uma percepção que mais se utiliza de traços negativos encontrados no outro, do que propriamente em distintivos positivos afirmados em seu próprio grupo. Os diferentes são essencialmente os "bairanos", que na visão dos moradores se revelam, mais alegres, mas desordeiros, extravagantes, sujeitos de uma vida ainda mais difícil, e ainda maus panhadores de café. Para os moradores, se os "bairanos" chegam a passar fome, o que representa para o trabalhador rural um atestado do estado de miséria a que chegaram, esses preservam um valor e uma condição que é essencial, a liberdade. Se os moradores possuem a segurança de um serviço contínuo, são os "bairanos" que preservam, mesmo ao custo da desfiguração social que a busca contínua de serviço traz, a liberdade, a autonomia de escolherem como, quando e onde irão trabalhar. Essa percepção revela o único traço distintivo localizado positivamente no agrupamento dos "bairanos" pelos moradores.

De forma bastante diferente, os trabalhadores volantes pensam as diferenças se valendo mais da percepção de traços culturais valorizados positivamente nos moradores, sem que isso, entretanto, signifique a depreciação de suas identidades. Acreditam os "bairanos" que os moradores possuem mais união, são

mais ordeiros e calados. Na condição de empregados, recebem mais e conseguem juntar dinheiro, superando aquela situação corrente entre os "baianos" que os aprisiona, ou seja, a de trabalharem sempre para pagarem dívidas já contraídas. Pelo fato de morar no sul do estado, os moradores são vistos como trabalhadores que podem plantar mais, e assim obter mais fartura e mais serviço, além de trabalharem junto às famílias.

Em uma única dimensão os moradores são vistos através de traços negativos. Como empregados de fazenda, esses são classificados como trabalhadores sem liberdade e que tal como eles, se encontram na condição de pobres, ou seja, terem que trabalhar para um outro. Além da falta de liberdade que os diferencia, outro traço negativo caracteriza os moradores na visão dos "baianos": a pobreza de suas festas, que se contrasta com a riqueza que comparativamente caracteriza a cidade de Santo Antônio do Amparo.

De maneira geral ambos os grupos localizam na fala o distintivo mais aparente, mas também mais plástico e adaptável, de cada grupo. É interessante notar nessa questão específica como, no processo de pensar o outro, moradores e "baianos" se comportam de maneira diferente. Enquanto para os moradores, são os "baianos" que falam errado, de forma incompreensível, para esses, apesar de suas falas reproduzirem seus padrões culturais - e portanto ser considerada como traço distintivo de suas identidades - na situação de contato afirmam adequar a linguagem ao contexto em que se inserem.

3) As relações entre os dois grupos, são concebidas pelos moradores, com certa reserva. No início da migração do contingente de trabalhadores do norte para a fazenda, os moradores afirmavam terem medo, estranharem seus comportamentos, o que os fazia adotarem uma atitude de estranhamento, recolhimento e até mesmo de recusa ao contato. Se hoje afirmam que estabeleceram relações mais amistosas, é porque além de terem se acostumado com eles, esses se transformaram a partir do contato com a fazenda.

Os "baianos", revelam uma dupla percepção de suas relações com os moradores. Por um lado, parecem acreditar que esses já não se assustam mais com seu próprio grupo, permitindo, sem intimidade, uma aproximação, que entretanto, nunca extrapola os limites de uma conversa, do convívio em uma festa etc. Por outro lado, outros acreditam que a relação entre ambos é marcada por uma certa estereotipia que os moradores fazem de seus contextos de origem, o que resulta se sentirem desprezados e humilhados por serem tratados como miseráveis.

Assim, o espaço onde o contato e a troca se tornam mais possíveis não estão colocados no universo do trabalho, onde apenas crianças e jovens inseridos em um serviço remunerado por diárias convivem mais diretamente. As trocas são mais efetivas nas práticas dos jogos, das festas e da transgressão de regras, principalmente as ligadas ao consumo de bebidas alcoólicas. Entretanto, esse encontro no jogo, na festa e na bebida, não ocorre de forma a consolidar alguma rede intergrupai, se limitando a realizar a possibilidade de que, mesmo diferentes,

possam habitar o mesmo espaço. As regras que marcam tanto o jogo de futebol e a festa, parecem construir simbolicamente um delimitador que assegure a possibilidade de seus encontros, dado como inviável no contexto da colheita. A compra escondida do álcool parece os colocar numa mesma situação de perigo de exclusão da "panha" ou de punição, capaz de garantir a emergência de laços provisórios de solidariedade.

4) Tanto moradores, quanto "bairanos", organizam suas percepções do presente e do passado se valendo de demarcadores estruturais das mudanças ocorridas em seus contextos de origem.

Para os moradores, passado e presente são demarcados pelas diferenças nas relações de trabalho que caracterizavam o passado, e que se transformaram substantivamente no presente vivido. Há assim o tempo em que o modelo de colonato imperava, implicando uma outra possibilidade de reprodução social, e um outro universo de valores éticos que definiam certa reciprocidade na relação trabalhador/patrão. Apesar de se caracterizar por ser um tempo de maiores dificuldades e menor conforto, os moradores o afirmam como um tempo de melhores condições de vida para o colono, dadas pelo acesso à terra, por uma maior presença e apoio por parte do fazendeiro, gerando conseqüentemente, uma maior identificação, disponibilidade, interesse e tranqüilidade para o trabalho.

O tempo presente, marcado pelas transformações operadas a partir da década de 80, apesar de se caracterizar

pelas possibilidades que a modernização da vida lhes assegurou, principalmente no que se refere ao transporte, à comunicação, aos serviços de saúde etc, é tomado como um tempo de deterioração crescente de suas condições de trabalho, e portanto, de seu status de trabalhador residente. O presente é o tempo da falta de valor à sua condição de trabalhador, da substituição dos fazendeiros pelos administradores enquanto interlocutores, do enfraquecimento e da desunião dos moradores.

A partir dessa percepção do presente, o futuro se mostra como um tempo sem perspectivas, principalmente se pensado no contexto da fazenda. As visões mais otimistas apontam para uma possibilidade de melhoria posto que acreditam viver nas piores condições imagináveis. O futuro aqui não se arquitetaria através de mudanças, mas do esgotamento e exaustão das condições atuais. Na hipótese de um futuro melhor ser assegurado, bastaria, na visão dos moradores, que a condição de colonos fosse restituída, o que, essencialmente significaria, acesso a terra e a reconstrução de relações mais solidárias e recíprocas entre esses e o fazendeiro.

Acreditando pouco nas possibilidades de mudança na fazenda, apesar da simplicidade com que pensam essas mudanças, os moradores acabam construindo perspectivas de futuro mais ligadas a projetos pessoais, que, também mais imaginárias que reais, se apresentam divididas entre a transferência para uma outra fazenda onde o colonato ainda persista, a mudança de profissão e conseqüentemente, a mudança para uma cidade maior, e a construção de suas casas, o que poderia significar a edificação utópica de uma nova autonomia em relação à Fazenda Santa Elisa e aos

fazendeiros de maneira geral.

Já entre os "baianos", o passado e o presente são concebidos como temporalidades demarcadas pela transformação operada no significado e na prática da migração. Assim, houve o tempo em que migrar era uma prática eventual, alternativa, submetida ao calendário produtivo de suas próprias terras. Esse tempo é também concebido como um tempo onde chovia mais, devido à inexistência do reflorestamento, e que portanto, possibilitava maior uso de suas próprias terras. Nesse contexto, os fazendeiros locais, se mostravam mais solidários, o dinheiro parecia ter mais valor, apesar de serem tempos de maiores dificuldades de locomoção, transporte, comunicação, acesso a serviços básicos etc.

O presente, representa para esse grupo, o tempo em que o processo migratório assume um certo caráter compulsório, envolvendo todo o grupo familiar. Aqui, há uma significativa inversão na definição de seu calendário anual de trabalho. A migração passa a ditar as normas e as possibilidades de exploração das terras locais, agora enfraquecidas pela falta de chuva. Apesar de seu caráter compulsório, a migração, entretanto, é tomada como garantia de permanência em seus próprios universos culturais.

No que se refere às possibilidades de transformações mais amplas e duradouras, idealizam que o asfaltamento da estrada que liga São João da Ponte às demais cidades da região, poderia trazer um desenvolvimento econômico, gerando empregos e barateando o custo das mercadorias. Do ponto

de vista pessoal, os "baianos" acreditam que a possibilidade de um trabalho fixo e contínuo poderia lhes restituir as garantias que o trabalho temporário não assegura. Essa perspectiva, da mesma forma que entre os moradores, se mostra entretanto mais ao nível de um imaginário construído, do que propriamente, inauguradora de novas estratégias e práticas coletivas, já que em momento algum os "baianos" concebem a possibilidade de realizarem uma migração definitiva, como mostram os depoimentos daqueles que permaneceram residindo na Fazenda Santa Elisa por alguns anos.

5) é possível afirmar que a relação entre moradores e "baianos" se dá numa sociedade marcada pela coexistência em situação de contato cada vez mais recorrente, de diferentes grupos e padrões culturais. Isso resulta num processo contínuo de negociação de especificidades, onde os valores tradicionais, além de assumirem uma dimensão de continuidade, estabelecem uma relação dinâmica com os valores adquiridos e projetados a partir dos contatos e das trocas intergrupais, formando as identidades de cada grupo social.

As normas e regras que compõem os sistemas de representação de cada grupo, possuem uma dimensão normativa cuja efetivação é feita através das instituições, dos mitos e dos ritos próprios a cada contexto, sistemas esses que se mostram maleáveis às mudanças que a experiência de cada grupo lhes apresenta. Entre os moradores, as transformações operadas no interior da fazenda na última década, ao mesmo tempo em que força a emergência de novos valores e aspirações, consolida uma visão tradicional que os fazem aspirar ao retorno do colonato.

Entre os "bairanos", a idealização da condição de empregados permanentes de uma fazenda não lhes rouba o sentimento de pertencimento a um contexto tradicional. Aqui, negar-se como sujeito de um dado contexto é o mesmo que renunciar à própria identidade. O que os "bairanos" parecem realizar de forma bastante estratégica, é a suspensão ou adaptação temporária e parcial de suas identidades na situação de contato, a fim de que possam continuar se constituindo como um grupo específico. Não há negação, mas suspensão. Como fenômeno essencialmente relacional, e não-substantivo, a identidade está sempre em processo, gerando confrontos, enfrentamentos, novas configurações e simbioses originais.

6) O trabalho nos autoriza afirmar que tanto moradores quanto "bairanos" vivem um processo de construção de identidades sociais, que como afirmamos no capítulo 1, não mais se concentra numa localidade ou situação específica, mas simultaneamente em muitos locais diferentes.

É importante, entretanto, ressaltar as diferenças nas estratégias e os resultados à que essas remetem cada grupo. Os "bairanos", em um processo contínuo de migração temporária; os moradores, através de suas experiências que, se limitadas à fazenda, estão referenciadas ao passado, às informações que possuem e às idealizações que constroem. Ou seja, cada grupo tem uma inserção diferente no processo de construção de identidades na sociedade complexa. Se a identidade dos "bairanos" se mostra mais repartida em função de suas migrações, ela parece se manter

mais integrada, não revelando, como se poderia imaginar, um processo de crise ou de desestabilização. Os moradores, apesar de localizados num contexto permanente de referências, parecem viver de forma mais crítica as mudanças a que estão expostos. A fragmentação decorrente desses novos padrões de organização social, parece ser "vivida, de um lado, como um dado ou uma realidade estruturadora do sujeito, e de outro, como um conjunto característico do próprio sujeito." (RIBEIRO, 1990) Nesse processo, uma das faces desta "identidade caleidoscópica" pode se estruturar provisoriamente como mais hegemônica do que outras, sugerindo que o quadro traçado nesse estudo possa se transformar de forma dinâmica e constante, caracterizando-se como um processo de reconstrução contínua.

7) Como havíamos afirmado anteriormente, a identidade é objeto de uma manipulação estratégica ou conjuntural, o que confirma seu caráter relacional e não-substancial¹.

Nesse sentido, é possível afirmar uma diferença significativa na manipulação das identidades que moradores e "baianos" realizam. Para esses, a adaptação de seus costumes aos contextos para onde migram, assume um caráter provisório e estratégico, no sentido de viabilizar uma integração que não os transfigure de forma radical. Assim, se afirmam que devem adotar

1. "Além de eminentemente dinâmica, fazendo-se e refazendo-se, de acordo com as necessidades de diferenciação e /ou demandas de legitimação " (NEGRÃO, 1990:32)

o jeito local de se expressarem verbalmente, os "baianos" se mantêm organizados espacialmente de modo a garantir suas redes primárias de parentesco e vizinhança. A atribuição feita pelos moradores, codificada no termo de "baianos", se não corresponde à realidade que vivem, não é tomada como resultado de um processo transfigurador de suas identidades originais. Os "baianos" parecem exercitar as possibilidades de, por serem vários, permanecerem se reconhecendo como únicos.

Já entre os moradores, parece haver um outro movimento, que não se institui através de uma dinâmica migratória, mas na busca no passado de uma identidade perdida de colonos. Nesse processo, acabam percebendo que este retorno se mostra cada vez mais remoto, o que os fazem pensar na ruptura com este modelo, e na idealização de alternativas individuais como trabalhadores autônomos ou trabalhadores urbanos.

Nessa dimensão, os moradores parecem manipular de forma mais significativa o passado como uma espécie de "ator ideológico" que é legitimado na atualidade. Já os "baianos", se também atualizam o passado através do tempo vivido no presente, não constroem, na busca de suas identidades, um projeto de retorno. A lembrança de um outro tempo está aqui mais atualizado pela experiência do presente, do que em suas concepções, não os desfigurou como grupo, se comparados aos moradores.

Em função dessas percepções, é que moradores e "baianos" projetam perspectivas diferentes de localização espacial. Enquanto os primeiros idealizam uma mudança de espaço, já que esse retorno não se mostra possível e viável, para os

"bairanos", se o ideal se mostra ligado a um emprego fixo numa fazenda, a continuidade em seus próprios espaços é o que os moveria nessa busca, que também assumiria um caráter provisório.

A visão que cada um tem de si e do outro se expressa também através de ideologias de superioridade e inferioridade, ligadas a capacidades de trabalho diferenciadas, à propriedade de terra, aos regionalismos impressos no idioma/dialeto, em rivalidades ritualizadas ou lúdicas, no casamento, nas relações de parentesco em geral, nos rituais e festas coletivas e nas apropriações e utilizações de categorias de classificação, que são próprias de sujeitos que se interpõem entre ambos os grupos e que agenciam seus contatos.

8) Os "bairanos" parecem assim, mais hábeis na realização de "cortes culturais" que possam viabilizar a convivência nos vários contextos culturais onde se inserem. Se suas próprias tradições já não exercem mais o monopólio sobre seu sistema de representações, essas, entretanto, não desaparecem, permanecendo como referência de um projeto maior, mais essencial que a emergência econômica da migração não é capaz de fazer desaparecer, por mais perversa que seja.

As diferenças entre moradores e "bairanos", além de expressarem singularidades no modo de vida de cada grupo, expressam uma dinâmica de comunicação, que se caracteriza por ser um processo de negociação política, ligado essencialmente ao lugar que cada um ocupa no processo produtivo da "panha".

9) É interessante notar que, tanto moradores quanto "bairanos" não expressam em seus discursos uma aspiração pela posse de terras como única forma de ascensão social e aumento de renda. É o acesso ao trabalho autônomo sobre a terra que é afirmado como constituinte da identidade de todo camponês. O contato entre ambos revela as dificuldades de integração entre domínios culturais afastados, mas revela também uma busca que não se mostra politizada em termos partidários e sindicais, haja visto a não referência em momento algum à questões ligadas à reforma agrária, por exemplo. O que não impede que a dimensão política não se manifeste. O que moradores e "bairanos" parecem dizer, através de suas práticas e de seus discursos, se refere a uma outra dimensão da política, por vezes tão esquecida nesse país, mas tão essencial para a identidade de seus grupos: a reconstrução de relações mais fortemente ligadas a uma ética da reciprocidade, da liberdade e da autonomia. O que exige muito mais do que simples acesso à terra.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Marieta
1978 - História de Santo Antônio do Amparo. A. Souza Rêgo & Cia. Ltda.
- ALMEIDA, M^a Suely Kofes de
1991 - Mulher, mulheres e nas armadilhas da identidade, diferenças e desigualdades. Tese de doutorado apresentada à USP
- ALVES, Hélio Andrade
1977 - Identificação e análise de sistemas de produção na cultura do café. Tese de mestrado - UFV, Três Pontas MG.
- AMARAL, Leila
1988 - Do Jequitinhonha aos canaviais: em busca do paraíso mineiro. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia e Antropologia - Mestrado em Sociologia - UFMG. Orientador: Pierre Sanchis.
- ARANTES NETO, Antônio Augusto
1982 - "Pais, padrinhos e o Espírito Santo: um reestudo do compadrio". In: Colcha de retalhos, São Paulo, Brasiliense.
- ASSUMPCÃO, L.
1977 - "Cooperativa do trabalhador", s/r.
- AUSTIN, J.L.
1962 - "How to do things with worlds", Oxford University Press.
- BALAN, Jorge
1980 - "Urbanização, migrações internas e desenvolvimento regional: notas para discussão" In: MOURA, Hélio: Migração interna Fortaleza, BNB, 1980.
- BARBOSA, Priscila Faulhaber
1986 - "Tratando uma antropologia operativa", In: Anuário Antropológico 85. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro. 79 : 106
- BARBOSA, Waldemar de Almeida
1971- Dicionário Histórico-Geográfico de MG, Belo Horizonte Promoção da Família Editora.
- BARBU, Zevedei
1980 - "O conceito de identidade na encruzilhada." In: Anuário Antropológico - 1978, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro

- BARROS, Souza
1953 - Êxodo e Eixação, Rio de Janeiro, SIA, Ministério da Agricultura.
- BARTH, Frederick
1969 - Ethnic groups and boundaries: the social organization of cultural difference, Boston, Little Brown & Co.
- BASSIT, A.; CIAMPA, A. & COSTA, M.(orgs.)
1985 - Identidades: teoria e pesquisa, São Paulo, Editora da PUC/SP, Série Cadernos Puc/SP-20.
- BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
1989 - Economia Mineira = 1989: Diagnóstico e Perspectivas. Belo Horizonte, BDMG, vol. 3, tomo I.
- BERTERO, José Flávio
1983 - Parceiros do Rio Parado: um estudo do processo de trabalho na cultura da cebola. Tese de mestrado em sociologia junto ao departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.
- BOURDIEU, Pierre
1972 - "Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction", Annales, vol.27, nº 4 - 5
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues
1981 - Plantar, colher, colher = um estudo sobre os camponeses do algodão, Rio de Janeiro, Graal
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues
1986 - Identidade e etnia: a construção da resistência cultural, São Paulo, Brasiliense.
- BUCHILLET, Dominique
1987 - "Manipulando identidades no Médio Solimões". Anuário Antropológico - 1985, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 259:267
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio
1981 - "Uma incursão pelo lado 'não-respeitável' da pesquisa de campo". Revista Ciências Sociais Hoje, CNPq/ANPOCS, 333 : 354
- CAMARGO, J.P.
1960 - Êxodo Rural no Brasil, Rio de Janeiro, Conquista.
- CAMARGO, Rogério & TELLES JR., Adalberto Queiroz
1953 - O café no Brasil, vol. 2, Rio de Janeiro, Min. da Agricultura.

- CARDOSO, Ruth (org.)
1986 - A aventura antropológica = teoria e pesquisa, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CARVALHO, Daniel
1953 - Estudos e depoimentos, Livraria José Olympio.
- CARVALHO, Edgard
1985 - "Identidade e projeto político: notas para a construção teórica do conceito na Antropologia"
In_: BASSIT, A.; CIAMPA, A. & COSTA, M.(orgs.): Identidade: teoria e pesquisa, São Paulo, Editora da PUC/SP, Série Cadernos Puc/SP-20.
- CARVALHO, Maria Rita
1974 - Análise estrutural da demanda de café. Tese de Mestrado em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa/MG.
- CARVALHO, Maria Rosário
1984 - "A identidade dos povos do nordeste", Anuário Antropológico 1982, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- CROKER, Christopher
1977 - "Les Reflexions du soi", in Lévi-Strauss, Claude & Benoit, Jean - Marie (orgs.), L'IDENTITÉ = Séminaire dirigé par Claude Lévi-Strauss, Paris, PUF.
- CUNHA, Manuela Carneiro
1979 - "De amigos formais e pessoas: de companheiros, espelhos e identidades". Boletim do Museu Nacional, n.72, 31:39
- CUNHA, Manuela Carneiro
1985 - Negros estrangeiros = escravos libertos e sua volta à África. São Paulo, Brasiliense.
- DA MATTA, Roberto
1976 - "Quanto custa ser índio no Brasil? Considerações sobre o problema da identidade étnica, In: Revista Dados nº 13, pp. 33 : 53.
- DA MATTA, Roberto
1978 - "O ofício do etnólogo, ou como ter 'Anthropological Blues'". In_: NUNES, Edson O.(org.): A aventura sociológica, Rio de Janeiro, Zahar.
- DA MATTA, Roberto
1985 - A casa e a rua = espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1985
- DA MATTA, Roberto
1987 - Relativizando: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro, Rocco.

- DIAS, Ana Maria Prado Silva
 1979 - Estructura ou carência, ou da proletarianização do colono de café. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, PUC/SP.
- DUARTE, Luís Fernando Dias
 1981 - Construção social da identidade e hierarquia em um grupo de classe trabalhadora. In: V Encontro da ANPOCS, Nova Friburgo.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias
 1986a - "Classificação e valor na reflexão sobre identidade social". In: CARDOSO, Ruth (org.): A Aventura Antropológica, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias
 1986b - "A volta da identidade (e de seu jogo fascinante)". Anuário Antropológico - 1985, 295:302
- DUARTE, Luís Fernando Dias
 1987 - "De bairros operários sobre cemitérios de escravos, um estudo de construção social de identidade" In LOPES, José Sérgio Leite (org.): Cultura e identidade operária = aspectos da cultura da classe trabalhadora, Rio de Janeiro, Marco Zero.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias
 1988 - "Identidade social e padrões de agressividade verbal em um grupo de trabalhadores urbanos". In: LOPES, José L. L. (org.): Cultura e identidade operária = aspectos da cultura da classe trabalhadora, São Paulo, Marco Zero.
- DURHAN, Eunice Ribeiro
 1973 - À caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo, São Paulo, Perspectiva.
- DURHAN, Eunice Ribeiro
 1977 - A dinâmica cultural na sociedade moderna, Ensaios de Opinião, 2 + 2.
- DURHAN, Eunice Ribeiro
 1984 - Cultura e ideologia. In: Revista Dados, vol. 27., nº 1
- EVANS-PRITCHARD, E.E
 1978 - OS NUER, São Paulo, Perspectiva
- EPAMIG - Empresa de Pesquisa Agropecuária em Minas Gerais
 1975 - Diagnóstico da cafeicultura da zona sul de Minas Gerais, EPAMIG, Série Programação, nº 3.
- FELDMAN-BIANCO, Bela (org.)
 1987 - Antropologia das sociedades contemporâneas, São paulo Global.

- FÍGOLI, Leonardo H. G.
 1984 - "A emergência de uma identidade regional no campo das relações interétnicas". Anuário Antropológico, 1982, Tempo Brasileiro.
- FÍGOLI, Leonardo H. G.
 1985 - "Identidad regional y 'caboclisto': Indios del Alto Río Negro en Manaus", Anuário Antropológico - 1983, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- FISCHER, M. J.
 1985 - "Da Antropologia interpretativa à Antropologia Crítica", Anuário Antropológico - 1983, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- FORACCHI, Marialice M.,
 s.d - Relatório Final de Pesquisa sobre As condições sociais da mobilização da Força de trabalho : algumas características do subemprego urbano, mimeo.
- GARCIA JR., Afrânio
 1983 - Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenas produtoras. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GEERTZ, Clifford
 1978 - A interpretação das culturas, Rio de Janeiro, Zahar.
- GLUCKMAN, Max
 1987 - "Análise de uma situação social na Zululândia moderna" In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.): Antropologia das sociedades contemporâneas, São Paulo, Global.
- GODELIER, Maurice
 1981 - "A parte ideal do real", In: CARVALHO, Edgard de Assis (org): Godelier, São Paulo, Ática.
- GOMES, Maria de Fátima Almeida B.
 1988 - "Café, algumas considerações". In: Indic. Conj. MG. Belo Horizonte, 10 (2): pp. 270-303. Maio.
- GONZALES, Elíbio N. e BASTOS, Maria Inês
 1974 - Migração rural e o trabalho volante na agricultura brasileira. Série Sociologia 5, Depto. de Ciências Sociais, UnB.
- GOZA, Franklin e RIOS-NETO, Eduardo G.
 1988 - O contraste de experiências migratórias em quatro municípios do Vale do Jequitinhonha. In: Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP.
- GUIMARÃES, Alba Zaluar (org)
 1975 - Desvendando máscaras sociais, Rio de Janeiro, Francisco Alves.

- GUIMARÃES, Antônio & AGIER, Michel
 1977 - "Identidades em conflito: técnicos e peões na petroquímica da Bahia". Rev. Brasileira de Ciências Sociais, nº 13, Julho, 1990, 51-68
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo e AGLIER, Michel
 1990 - "Identidades em conflito: técnicos e peões na petroquímica da Bahia." In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 13, julho. pp. 51-68.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia
 1979 - A morada da vida. Trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- HOGGART, Richard
 1973 - AS UTILIZAÇÕES DA CULTURA, Lisboa, Presença
- IGLESIAS, Esther
 1984 - Reflexões sobre o que fazer da história oral no mundo rural. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 27, nº 1, 59 : 70.
- IBC - Instituto Brasileiro do Café
 1982 - Estudo para a subdivisão da área de assistência técnica jurisdicionada ao SELAC de Santo Antônio do Amparo, MG
- IBC/MIC - Instituto Brasileiro do Café / Min. Indústria Comércio
 1985 - Cultura de café no Brasil pequeno manual de recomendações
- IBC/SERAC
 1976- Levantamento da realidade cafeeira do sul de Minas = 1975. Serac-MG, 3.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 s.d. - Síncese Estatística do Município de Santo Antônio do Amparo, Estado de Minas Gerais, Rio de Janeiro, serviço gráfico do IBGE.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 s.d. - Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, vol. XXVII, Minas Gerais.
- Imprensa Oficial
 1986- Um perfil de Minas Gerais: Municípios Mineiros, vol I, Belo Horizonte, Imprensa Oficial.
- IVO, Ana Sofia Leal
 1983 - Trabalhadores de turna da Vila Ilzé. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, apresentada ao IFCH - UNICAMP

- LARAIA, Roque de Barros
s.d. - A antropologia social no Brasil, mimeo
- LEITE LOPES, J. Sergio,
1976 - O XABRE do diabo, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LÉVI-STRAUSS, Claude & BENOIST, Jean-Marie
1977 - L'IDENTITÉ = Séminaire dirigé par Claude Lévi-Strauss,
Paris, PUF.
- LOPES DA SILVA, Aracy
1984 - "A expressão mítica da vivência histórica: tempo e
espaço na construção da identidade Xavente", Anuário
Antropológico - 1982, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro
- MAGALHÃES, Hildebrando
1927 "Subsídios para a História do café em Minas Gerais",
in, O Jornal, edição de 15/10/1927
- MAGNANI, José Guilherme Cantor
1984 - "Discurso e representação, ou de como os Baloma
de Kiriwina podem reencarnar-se nas atuais pes-
soas", in CARDOSO, Ruth (org), A AVENTURA AN-
TROPOLÓGICA, SP, Paz e Terra
- MARCUS, George
1990 - "Past, present, and emergent identities:
requirements for ethnographies of late twentieth
century modernity worldwide". Texas, Houston, Rice
University. Texto apresentado pelo autor na 17ª Reunião
da Associação Brasileira de Antropologia,
Florianópolis. Tradução de Dennis Werner e Ilka
Boaventura Leite (UFSC)
- MARTINS, José de Souza
1973 - A imigração e a crise do Brasil açucário. São Paulo,
Pioneira.
- MARTINS, José de Souza
1979 - A produção capitalista de relações não-capitalistas
de produção e o regime de colonato nas fazendas de
café In: O cativo da terra. São Paulo, Livraria
Editora Ciências Humanas.
- MARTINS, José de Souza
1986 - O xô das andorinhas: migrações temporárias no
Brasil, in: Não há terra pra plantar neste verão,
Petropolis, Vozes,
- MARTINEZ-ALLIER, Verena
1977 - "As mulheres no caminhão de turma", in: PINSKY, Jaime
e SIGAUD, Lúcia: Os clandestinos e os direitos, São
Paulo, Duas Cidades, 1978.

- MAUSS, Marcel
 1974 - "Ensaio sobre a Dádiva. Forma e razão da troca em sociedades arcaicas", in SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA, VOL. II, SP, EPU / EDUSP, 37 : 184
- MELLATI, Júlio César
 1984 - "Questões sobre a identidade Kraôh", Anuário Antropológico - 1982, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- MELLO, Maria da Conceição D'Incao
 1975 - O hábito da acumulação e miséria, Petrópolis, Vozes.
- MINTZ, Sidney W.
 1984 - Encontrando Iaso ao descobrindo. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 27, nº 1, pp. 45-58.
- MIRANDA, Jaime Nogueira
 1987 - "Miranda aponta as perspectivas da cafeicultura". In Revista do Comércio de Café. Mai/jun. ano LXVII, nº 732
- MONTERO, Paula
 1987 - "Considerações a respeito da noção de identidade". Revista Comunicações do ISER, V.6, nº 26, julho
- MOURA, Margarida Maria
 1986 - Camponeses, São Paulo, Ática.
- MOURA, Margarida Maria
 1988 - Os desertados da terra = conclusões, Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, versão mimeo.
- MULS, Nair Costa
 1989 - Trabalho, consciência e luta = A formação do proletariado rural em Minas Gerais. Tese apresentada ao PPG em Ciências Sociais da PUC-SP, para obtenção do título de Doutor em Sociologia.
 ao PPG em Ciências Sociais da PUC-SP, para obtenção do título de Doutor em Sociologia.
- NARCISO JÚNIOR, Petronilho
 1976 - "Aspectos econômicos da cafeicultura". In: Fundação J.P., Belo Horizonte, 6(12), dez.
- NEGRÃO, Lísias
 1990 - "A construção sincrética de uma identidade", Trabalho apresentado no XVI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu.
- OLIVEIRA, Cláudia Menezes Paes
 1972 - A mudança no estudo de migração interna. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de
1976 - Identidade, etnia e estrutura social, São Paulo, Pioneira.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de
1980 - "Identidades e Estrutura Social", Anuário Antropológico 1978, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de
1985 - Tempo e tradiçõs: interpretando a Antropologia. In: Anuário Antropológico 84. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de
1986 - O que é isso que chamamos de Antropologia Brasileira In: Anuário Antropológico 85. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de
1988 - "Tempo de tradição: interpretando a Antropologia", in Sobre o pensamento antropológico, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro/CNPq, 13:25
- ORLANDI, Eni Pulcinelli Orlandi et al
s.d. - Vozes e contrastes: o discurso na cidade e no campo. São Paulo, Cortez.
- PALMEIRA, Moacir,
1977 - Casa e trabalho: notas sobre a 'l'elantation' tradicional
- PAOLI, Maria Célia
1987 - "Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história brasileira". In: LOPES, José L. L. (org.): Cultura e identidade operária = aspectos da cultura da classe trabalhadora, São Paulo, Marco Zero.
- PEIRANO, Mariza G. S.
1985 - O antropológo como cidadão. In: Revista de Ciências Sociais. Vol. 28, nº 1. 27 : 43.
- PEIRANO, Mariza
1988 - "Ensino e pesquisa em antropologia: um ponto de vista", Comunicação apresentada no Simpósio "Por uma Política Científica para a Área de Ciências Sociais", ANPOCS, Teresópolis, Rio de Janeiro.
- PEIRANO, Mariza G. S.
1991 - Os antropológos e suas linhagens. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 16, ano 6, julho, 43 : 50

- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira
 1983 - Variações sobre a técnica do gravador no registro da
 informação viva. São Paulo, CERU e FFLCH/USP.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira
 1987 - Relatos ocaisi do "indizível" ao "dizível". In:
 Ciência e cultura vol.39, nº 3, março, 272 : 286
- RAMOS, Alcida R.
 1980 - Hierarquia e simbiose = relações inter-tribais no
 Brasil, São Paulo, Hucitec.
- RIBEIRO, Gustavo Lins
 1990 - "Bichos-de-obra - fragmentação e reconstrução de
 identidades no sistema mundial". Trabalho apresentado no
 XVI Encontro Anual da ANOPCS, Caxambu.
- RINGUELET, Roberto Ricardo
 1977 - Migrantes estacionais de la region del agreste
 del estado de Pernambuco. Tese de mestrado
 apresentada ao programa de Pós-Graduação em
 Antropologia Social - UFRJ.
- RIOS, Mauro
 1989 - "O café na economia nacional" In: Revista do Comércio
 de Café. Fev. ano LXVII, nº 752.
- RODRIGUES, José Carlos
 1983 - O tabu do correio, Rio de Janeiro, Achiamé.
- RODRIGUES, José Carlos
 1989 - Antropologia e Comunicações princípios radicais.
 Rio de Janeiro, Espaço e Tempo.
- RUBEM, Guilherme Raúl
 1986 - "Teoria da identidade: uma crítica". Anuário
 Antropológico - 1984, Tempo Brasileiro & Editora UNB.
- RUFINO, José Luis dos Santos
 1977 - Estótes controláveis sue afetam a renda da empresa
 agrícola: o caso da cafeicultura no município de
 Nepomuceno-MG. Tese de mestrado em Administração
 Rural. Escola Superior de Agricultura de Lavras/MG
- SABÓIA, Lúcia Helena F.
 1978 - O mundo do volante: trabalhadoras rurais de Crayinhos
 (SEZ1924). Dissertação de Mestrado em Antropologia
 Social, apresentada ao IFCH-UNICAMP.

- SANTOS, José Vicente Tavares
 1990 - Sociologia rural e a construção de uma outra sociologia dos processos agrários. Trabalho apresentado no XIV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu
- SEGER, Anthony
 1984 - "Identidade Suyá". In: Anuário Antropológico-82, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- SERRE, Michel
 1977 - "Discours et Parcours". In: Lévi-Straus & Benoist. L'IDENTITÉ = Séminaire dirigé par Claude Lévi-Strauss, Paris, PUF.
- SEYFERTH, Giralda
 1986 - "Imigração, colonização e identidade étnica (notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem européia no sul do Brasil)". Revista de Antropologia da USP, V.29, Jan/Dez.
- SEYFERTH, Giralda
 1988 - "Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonos-operários". In: LOPES, José L. L. (org.): Cultura e identidade operária = aspectos da cultura da classe trabalhadora, São Paulo, Marco Zero.
- SIGAUD, L.,
 1976 - Os clandestinos e os direitos, São Paulo, Duas Cidades
- SILVA, J. Graziano e RODRIGUES, V.L.G.
 1977 - "O bôia-fria: entre aspas e com pingos nos is", III Encontro Nacional sobre mão-de-obra volante na agricultura, Botucatu, UNESP.
- SILVA, Léa Melo da
 1985 - A migração em Minas Gerais. Indicadores de Conjuntura, Belo Horizonte, 7 (4).out., 374 : 401.
- SINGER, Paul
 1973 - "Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo." In: Migrações internas e desenvolvimento. Belo Horizonte, CEDEPLAR.
- SOARES, Luiz Eduardo
 1981 - Camponatos: ideologia e política, Rio de Janeiro, Zahar.
- SOARES, Luiz Eduardo
 1984 - Os impasses da teoria da cultura e a precariedade da ordem social. Cadernos IFCH-Unicamp, nº 13, maio.

- STEIN, Leilla
1976 - "O trabalho volante: indicações para a caracterização do debate", Rev. Contraponto, ano 1, nº 1, novembro.
- STOLCKE, Verena
1986 - Cafeicultura e homens, mulheres e capital (1850-1920) São Paulo, Brasiliense.
- SUAREZ, Mireva; WOORTMAN, Klass; MOTTA, Mariza V. et al
1983 - "Seminário: Saber e reprodução camponesa - introdução" In: Anuário antropológico 81, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 149 : 156.
- SZMERCSANYI, M^ª Irene de Q. F.
1984 - "Produção, apropriação e organização do espaço na economia cafeeira: contrastes entre o Vale do Paraíba e o Oeste Paulista (1800-1930)" In: Rev. Sinopses, nº 05, jun. 1984, FAU/USP.
- TAUNAY, Affonso E. de
1945 - Pequena história do café no Brasil, Rio de Janeiro, Editora do Departamento Nacional do Café.
- TEDLOCK, Dennis
1986 - "A tradição analógica e o surgimento de uma antropologia dialógica", in: Anuário Antropológico 85 Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 183 : 202
- THOMPSON, E.P
1977 - "La formación de la classe obrera", Barcelona, Laia.
- VELHO, Gilberto
1978 - "Observando o familiar", In: NUNES, Edson O. (org.): A aventura sociológica, Rio de Janeiro, Zahar.
- VELHO, Gilberto
1986 - Subjetividade e sociedade = uma experiência de geração. Rio de Janeiro, Zahar.
- VELHO, Gilberto & VIVEIROS de CASTRO, Eduardo
1977 - O conceito de cultura e o estudo de sociedades complexas. In: Artefato, ano 1, nº 1.
- WEID, Elisabeth Von Der
1986 - O uso de métodos quantitativos no tratamento de dados qualitativos In Revista do Rio de Janeiro Niterói, vol.1, nº 2, jan/abr. 81 : 90
- WOORTMAN, Ellen F.
s. d. - Colonos e silitantes: um estudo comparativo do mercenário e da reprodução social camponesa. Tese de Doutorado em Antropologia Social, UnB.

WOORTMANN, Klass

1990 -

"Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral" In: Anuário antropológico BZ, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

PERIÓDICOS

O JORNAL

Subsídios para a história do café em Minas Gerais, de Hildebrando Magalhães, Redator-Chefe d'A Tribuna de São João D'El Rey, publicado em "O Jornal" do dia 15/10/1931.

As lendas em torno da lavoura do café, publicado no "O Jornal" do dia 15/10/1927, pág. 14

Desenvolvimento ou decadência dos cafezais conforme as zonas, em Minas = fatores de ordem política, de ordem histórica, de ordem agrária, publicados no "O Jornal", Edição Comemorativa do bicentenário do café, no dia 15-10-27, pág. 13, 8ª seção.

"O café e a pecuária", publicado no "O Jornal" do dia 15-12-1927, por ocasião do bicentário do café. O artigo é de autoria de Manoel Paulino Cavalcanti (Diretor do Posto Zootécnico de Pinheiros)

O café em Minas, como agente de riqueza, como fator democrático, como centro de evolução política, como base de outras lavouras e do setor industrial e pastoril "O Jornal", do dia 15/10/1927: p. 2

O trabalhador nacional na lavoura de São Paulo de Fábio Guimarães, Vice-presidente da Liga Agrícola Brasileira, publicado no "O Jornal" de 15-10-27, na pág.14, 7ª seção.

ESTADO DE MINAS

Desempenho das expectativas do café foi o pior em 11 anos, EM 18/12/1990

Café: dívida tem prazo de um ano EM, 27/10/1990

Minas lidera fraudes com o selo de pureza idem.

Campo produz grãos e problemas sociais EM, 19/01/1991

Falta mão-de-obra para colher café no sul-MGEM,
30/06/1991.

Safra do serrado em queda EM, idem

Mão-de-obra escassa pode prejudicar safra de caféEM,
9/05/1991

Caficultor tenta evitar o êxodo ruralEM, 26/07/1991.

Caficultura mineira colhe crise e fraudesEM, 01/09/91.

Minas e o café EM, 08/01/1991

Minas perdeu Cr\$ 243 mil EM, 06/01/1991

Trabalhador gastou 25,03% do salário com a alimentação
EM, 08/01/1991

Baixa produção de café causa euforia entre
cafeicultores EM, 14/12/1991

Caficultura aposta no mercado livre em 1991
EM, 6/01/1991.

Novo geração investe em café de alta produtividade, EM-
17/08/91

Preços de terra superam a inflação EM, 29/09/91

Proprietário florestal garante o cultivo de amambã EM,
17/11/1990

Indústria devasta e recupera meio-ambiente EM,
9/11/1990

Mensio: o caminho racional da exploração da floresta
nativa EM, 5/02/1991

Um mar de eucalipto ameaça Minas Gerais EM, 24/09/91

Esquema de plantio funciona 100% mas somente no papel
EM, id.

Exploração humana "bióccita" EM, idem.

Reflorestamento poderá fixar o homem no campo EM,
25/09/91.

FOLHA DE SÃO PAULO

Volume disponível atende o consumo FSP, 27/12/88

Usina busca maior produtividade do bóia-fria FSP,
9/9/1991

O rico consumidor rural não comera gato por lebre FSP,
18/09/90.

Cafecultura colhe a 3ª safra de problemas FSP,
17/07/1990.

Produtor de café concentra plantio para reduzir custos
FSP, 17/07/90

CEE beneficia Colômbia na disputa do Gatt FSP,
6/11/1990.

Café deve ter alta no início de 1991 FSP, 09/10/1991

Preço do café é menor do o da crise de 1982 FSP,
20/08/91.

Colômbia já passa Brasil em faturamento na venda do
café FSP, 27/05/91

Eazendeiro supera crise e luta com café FSP, 2/04/1991

Brasil colhe 26,8 milhões de sacas de café FSP,
24/09/1991.

Técnicos entram em detalhes do reflorestamento FSP,
04/05/91

Reposição florestal FSP, 24/05.91

GAZETA PONTENSE

Lontra: um sonho de quase um século, publicado pela
Gazeta Pontense no mês de julho de 1989.

Beixaz-volta publicado pela Gazeta Pontense no mês de
abril de 1989.

Grilheiros com dias contados publicado pela Gazeta
Pontense no mês de março de 1989.

LASA conclui censo fundiário, publicado pela Gazeta
Pontense em agosto de 1989.

Miguel Afonso faz balanço dos primeiros meses, publicado pela Gazeta Pontense no mês de maio de 1989.

Esta de São José mobiliza a população, publicado pela Gazeta Pontense em Junho de 1989.

Estas tradicionais movimentam comunidades, publicados na Gazeta Pontense em Junho de 1989.

Aumenta os efeitos da seca no Norte de Minas, publicado na Gazeta Pontense em Julho de 1989.

Prefeitura fecha para conter despesas publicado na Gazeta Pontense em Julho de 1989

REVISTA DO COMÉRCIO DO CAFÉ

Lavoura de café precisa de apoio RCC, 04/1990, Nº 765.

Cultura intercalada boa opção para época de crise RCC Jan/fev 90, nº 762/763 J.B. Matiello

"Glaçolando" o seu cafezal? = os perigos da exploração extrativa RCC, nov/89 nº 761

Mudança radical na geografia: cerrado produz 40% RCC, Jun/88 nº 744, por J. B. Matiello p.4

Quinzinho descrente com a cafeicultura no sul de Minas RCC, Jul/88 nº 745. Vagner Ricardo, p. 20

O café na economia nacional RCC, fev/89 nº 752. Mauro Rios, pp. 27-29

REVISTA GUIA RURAL

Alimentação e moradia de vacas GR, 01/91 nº 46, p.57.

Uma duela perfeita id, p. 12

GUIA RURAL - TESTE, suplemento esp. do nº de Jan/1991

OUTROS

Ô lógica cruel da política agrícola, de Décio Munhoz, professor do departamento de Economia da UnB e ex-presidente do Conselho Federal de Economia, e publicada no periódico "Fome em debate" do Programa de Estudos da Fome - Nesp - da Universidade Nacional de Brasília, nº 08, outubro/dezembro de 1990, p. 20

Cafeicultores fundam o "Clube do Café" jornal "O Regional", de 24/05/91

ANEXOS

ANEXO: CÓDIGOS UTILIZADOS NAS ENTREVISTAS

AD - Proprietários, Ex-proprietários e administradores da Fazenda

AD1 - Fernando - atual proprietário

AD2 - José - Administrador

AD3 - Nelson - ex-proprietário

B - "Baianos"

B1 - Nandi

B2 - Sr. Argemiro e Sr. Sebastião

B3 - Elvis Presley

B4 - Sr. Pedro

B5 - Valdivino e Rita

B7 - Catarino

B8 - Demétrio

B8a - Aparecido

B10- Sr. Adão, sua mulher e Sr. José Vicente "Galinha"

B13- Sr. Aristides e Sr. Wilson

B14- D. Luiza e Mãe Conceição Rosa

B15- Os meninos Adão, Cláudio e Mário

B16- Aylton

B17- Paulo

B18- D. Otília

B20- Dedeus e Joaquim

IBC = técnicos

IBC1 - Sr. Adir

C - Colonos

C1 - Sr. Zé Carapina

C2 - Zezé

C3 - Inácio

C4 - Geni e Malvino

C5 - Zélio

C6 - Zé Cosme

C7 - Antônio Carapina

C8 - Zé Luiz

BC - "Baianos"-Colonos

BC1 - Joaquim

BC2 - Waldo

BC3 - Manuel

BC4 - Gervásio

TB - Irmãos dos "bairanos"

TB1 - Milton

TB2 - Cervino

TB3 - Sebastião

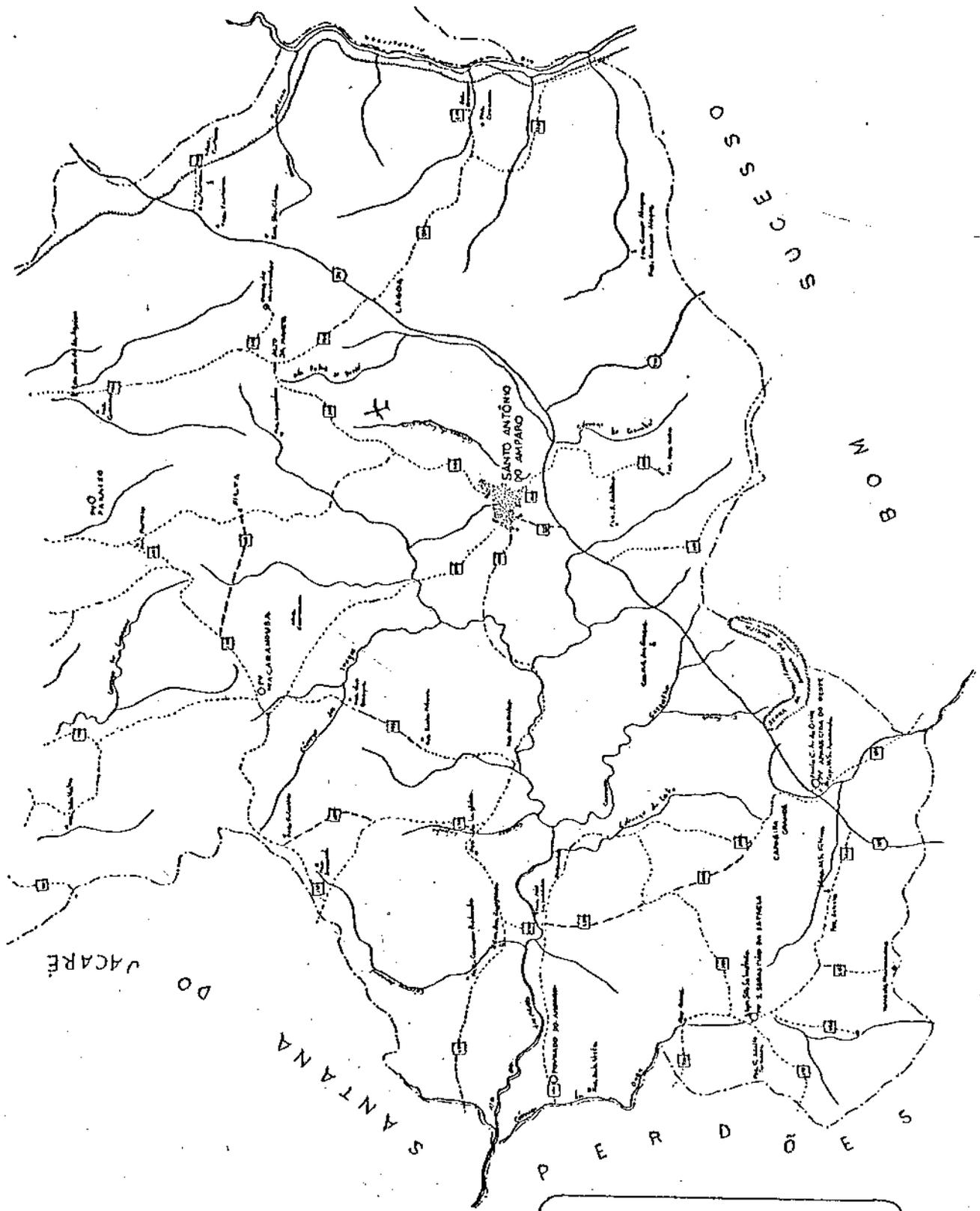
F - Eiscais de turma

F1 - Mardola

F2 - Dema

F3 - Geraldo

F4 - Vicente - morador



CONVENÇÕES

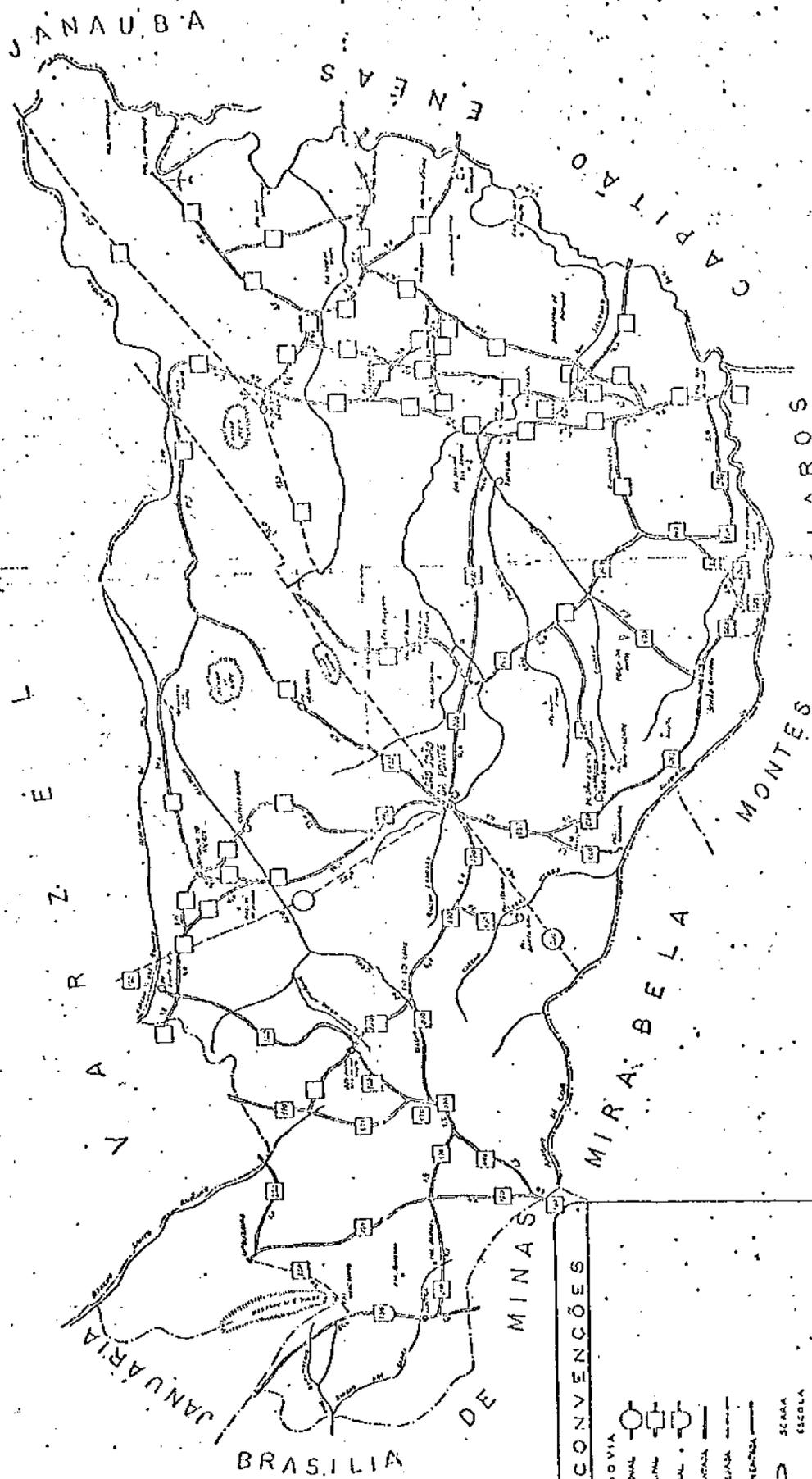
RODOVIA	ESTRADA DE FERRO
RAVINA/VAL	LIMITE MUNICIPAL
INFRAESTRUTURA	POVOADO
PLANTAL	CAMPUS DE POUSO
SEBRAE	TORRE
1	
ESCOLA	
CASA	
ESTRADA DE FERRO	
LIMITE MUNICIPAL	
POVOADO	
CAMPUS DE POUSO	
TORRE	

ESTADO DE MINAS GERAIS

PLANO RODOVIÁRIO DO
MUNICÍPIO DE

SÃO JOÃO DA PONTE - FSJ

Lei Municipal Nº 46 / 7 de 1977
1977



CONVENÇÕES

- RODOVIA
- ESTACIONAL
- MUNICÍPIO
- FERRAZ
- INDUSTRIA
- RAMALHA
- RAVINA
- SCARA
- ESCOLA
- SEDE DO MUNICÍPIO
- PORTO FERRAZ OU LAGUNAS
- CASA
- PASSOCA
- OSTRATO
- SUS ESTACION DE ENFERMAGEM
- ESTRADA DE FERRO
- LIMITE INTERMUNICIPAL
- EXPLORAÇÃO MINERAL
- USINA BARRAGEM ELÉTRICA

